

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

Reservas Morais: estudo do modo de vida de uma comunidade na Reserva
Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba

Flávia Ferreira de Mattos

2006



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**RESERVAS MORAIS: ESTUDO DO MODO DE VIDA DE UMA
COMUNIDADE NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO DELTA
DO PARNAÍBA (MA/PI)**

FLÁVIA FERREIRA DE MATTOS

**Sob a Orientação do Professor
John Cunha Comerford**

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de
**Mestre de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade**

Seropédica, RJ
Dezembro de 2006

307.72098121
M444r
T

Mattos, Flávia Ferreira de
Reservas morais : estudo do modo de vida de uma comunidade na Reserva Extrativista do Delta da Parnaíba / Flávia Ferreira de Mattos – 2006.
144 f.

Orientador: John Cunha Comerford.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
Bibliografia: f. 173-174.

1. Comunidades rurais – Reserva Extrativista do Delta do Parnaíba - Teses. 2. Política ambiental – Brasil – Teses. 3. Unidades de conservação - Teses. I. Comerford, John Cunha. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO , AGRICULTURA E SOCIEDADE

FLÁVIA FERREIRADE MATTOS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 11/12/06

Dr. John Cunha Comerford - (UFRRJ/CPDA)

Dra. Neide Esterci - (UFRJ/IFCS)

Dra. Marta de Azevedo Irving - (UFRJ/EICOS)

Dr. Héctor Alimonda (UFRRJ/CPDA)



*Dedicado as Cunhãs e Culumins da Ilha das Canárias
E ao meu filho, que cresce dentro de mim*

AGRADECIMENTOS

À FAPERJ, pela concessão da bolsa de estudo no segundo ano de mestrado e ao colegiado do CPDA, por aprovar a cota de bolsas para os alunos em fila de espera no ano de 2004. A conquista deste auxílio foi fundamental para levar adiante o curso de mestrado, obrigada.

Ao meu orientador John Comerford, pela sutileza com que me conduziu diante dos acertos e tropeços na realização deste estudo. Obrigada por acreditar em sua viabilidade, mesmo diante das adversidades e valorizar o aprendizado que eu buscava e os referenciais que eu trazia.

À Marta Irving, minha orientadora de graduação no IP/UFRJ e hoje também amiga, minha eterna gratidão pelo incessante incentivo à minha formação - na reflexão sobre os desafios de gestão em áreas protegidas, e também no meu desenvolvimento pessoal. Sua presença em minha vida foi fundamental por mais esta conquista.

Ao antropólogo e professor da UFPI, Fabio Ferreira, admirador do modo de vida das famílias litorâneas, em especial, nos meandros do delta do rio Parnaíba – agradeço por me conduzir pelas ilhas e povoados e me incentivar a desbravar o lugar, realizando um estudo com base no trabalho de campo.

À família CPDA, seus professores e funcionários – pela dedicação com que cuidam da formação e bom desempenho dos alunos. Aos companheiros de turma 2004, por todo o compartilhar. Em especial, agradeço a presença e carinho freqüente de: Silvia Zimmermann, Beatriz Duquevis e Biancca Castro, e também, Betty Rocha e Andrea Rente, pela amizade crescente.

À Marie Therese, doutoranda do CPDA, agradeço a amizade companheira na emocionante viagem a seu país, o Senegal, que realizamos durante o curso e onde tive a oportunidade enriquecedora de conhecer a “Îles aux coquillages”, onde vive parte de sua família e ancestrais e um outro “delta”, o *Delta du Salum*. Sim, Marie, “a vida é bela”!

À Andréa Carestiato, querida amiga e ambientalista, agradeço pelo seu exemplo de amor às águas, às florestas, às montanhas, às diferentes formas de vida, à gestão de processos participativos, enfim, a toda expressão de cuidado humano que você emana e nos contagia.

A Gustavo Melo, pelo compartilhar do desbravar “socioambiental” no curso de Psicologia junto à nossa orientadora e a amizade que surgiu daí, bateu asas e voou.

À antropóloga e professora Deborah Lima, agradeço o encontro que antecedeu a realização desse estudo, ainda no ano de 2003, e me nutriu de referenciais e motivação para ir além.

Aos moradores do povoado do Passarinho, que abriram as janelas da memória e me levar ao passado de suas vidas. Agradeço a confiança e a disponibilização de seus depoimentos para a realização da pesquisa, mesmo sabendo que se tratava de um estudo individual, sem retorno palpável e imediato para os entrevistados. Ao casal Bete e Paulo por me acolheram junto à sua família e me conduziram durante toda a estadia no povoado do Passarinho. Nossas infundáveis conversas, a ida a cata do sururu, a ida as compras, a ida ao Festejo na Caiçara, a preparação da alimentação, o compartilhar das fofocas, as histórias do lugar, as brincadeiras e o espírito de alegria contagiante em nosso intenso convívio foram à base para a realização da pesquisa. Estes momentos ficaram gravados para sempre. À Bete, agradeço ainda a companhia nas incansáveis andanças nas visitas domiciliares. Agradeço também, aos moradores do povoado de Canárias que também participaram da pesquisa, em especial, o reencontro com os jovens, Liliu e Gracinha, que me emocionaram com suas visões do lugar e perspectivas de futuro.

Ao chefe da RESEX do delta do Parnaíba – IBAMA/CNPT, Deolindo, agradeço o compartilhar de suas aflições como gestor do lugar e a permissão para realizar a pesquisa

junto as comunidades mesmo diante de nossa reflexão sobre as limitações dos trabalhos acadêmicos em termos práticos.

À Lina Marcia, enfermeira e moradora da ilha de Canárias, pelo acolhimento e também compartilhar das angústias e problemas comunitários vividos no local. Agradeço também a disponibilização dos dados de sua pesquisa junto aos povoados.

À minha mãe Josefina (*in memoriam*), agradeço por todo o acalanto que recebi em seus braços e me fizeram crescer confiante. A meu pai Manoel José, agradeço, em especial, a percepção da importância dos registros de “Vida e Memória” – que suscitaram certa familiaridade e disposição em investigar e deixar gravado o passado e elucidar o presente do povoado que conheci.

Por fim, agradeço a Marco Antonio, inicialmente, o colega de turma que me convidou a realizarmos juntos o trabalho de grupo da disciplina “Raízes Agrárias da Formação Social Brasileira”, ministrada pela professora Eli Napoleão. Foi a partir desta convivência mais próxima, onde visitamos juntos os textos de “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freire, percorremos as “Raízes do nosso Brasil” por Sergio Buarque de Holanda (e também freqüentamos a “Sinuca da Lapa”), que esbarrei no seu jeito demasiadamente humano de ser. Neste nosso encontro esteve presente o aprendizado, o encantamento e a descoberta do novo. Juntos, foi possível fortalecer mutuamente o exercício de reflexão que nos moveu ao mestrado, e ainda, experimentar o desejo de ousar, atravessar fronteiras e reinventar a vida de maneira leve e carinhosa. A você, “misamô”, agradeço por todo o amor que fizemos nascer durante a realização deste trabalho e que agora segue vida afora.

RESUMO

MATTOS, Flávia Ferreira de. **Reservas Morais: Estudo do modo de vida de uma comunidade na Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba**. Seropédica: UFRRJ, 2006. 144p. (Dissertação, Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

Este estudo foi realizado em um dos povoados da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba, o Passarinho, localizado na ilha das Canárias. O objetivo geral foi conhecer o modo de vida dos habitantes locais a fim de refletir sobre a gestão de Unidades de Conservação desta natureza. Como objetivos específicos: sistematizar informações locais (a história de ocupação do lugar, os aspectos dos circuitos produtivos e as relações sociais do povoado) e compreender os significados locais com relação à criação da RESEX. Como respaldo teórico, abordou o amadurecimento das políticas ambientais no Brasil e, como recorte, a questão da presença humana em Unidades de Conservação, buscando compreender o surgimento da noção de “populações tradicionais” e seu caráter de mobilização no cenário político. A base metodológica da dissertação foi a análise qualitativa. Como procedimentos foram realizados: pesquisa bibliográfica: sobre os temas abordados e demais informações sobre a região; a pesquisa de campo: 46 entrevistas com os moradores locais e 2 representantes institucionais e a “observação participante”. O estudo apontou, a partir da análise da trajetória social dos moradores, o processo de subordinação com o pagamento da “renda” ao suposto “dono da terra”, as hierarquias internas aos habitantes dos povoados e seus modos específicos de apropriação da terra e demais espaços de pesca e uso dos recursos naturais. O estudo apontou também as diferentes posturas e entendimentos com relação à criação da RESEX e os efeitos desta medida, uma vez que as regras anteriormente exercidas foram suspensas e ainda não foram internalizadas outras de caráter conservacionista. Por fim, se pretendeu contribuir com subsídios para a reflexão sobre os desafios de gestão das áreas protegidas no Brasil a partir de uma compreensão mais aprofundada sobre as “populações tradicionais” que habitam o delta do rio Parnaíba.

Palavras-chave: populações tradicionais; unidades de conservação; reprodução social.

ABSTRACT

MATTOS, Flávia Ferreira de. **Moral Reserve: Study of the way of live of the comunitty in the Parnaíba Delta Marine Extractive Reserve**. Seropédica: UFRRJ, 2006. 144p. (Dissertation Master`s degree in Development, Agriculture and Society).

This study was conducted in one of the small villages from the Parnaíba Delta Marine Extractive Reserve, the Passarinho, located in the Canaries Island. The general goal was to understand the way of life of local inhabitants in order to reflect about the management of Conservation Units of this nature. The specific goals were: to categorize local information by system (the history of occupation of the place, aspects of the productive circuits and the social relationships in the village) and to understand local meanings regarding the creation of RESEX (Extractive Reserve). As reinforcement to the theory, the study discussed the improvement of the environmental policies in Brazil and, as an example, the matter of human presence in Conservation Units, trying to understand the emergence of the concept “traditional populations” and its mobilization character in the political scenario. The methodological base of the dissertation was the qualitative analysis. The following procedures were carried out: bibliographical research on the covered subjects and additional information on the region; the field research: 46 interviews with local inhabitants and 2 institutional representatives and the “participative observation”. The study pointed out, based on the analysis of the social trajectory of inhabitants, the process of subordination with the payment of “rent” to the presumed “land owner”, the internal hierarchies to the village inhabitants and their specific ways of appropriation of land, additional fishing areas and use of natural resources. The study also pointed out the different approaches and understandings regarding the creation of RESEX and the effects of this measure, as the previously exercised rules have been suspended and new conservation rules haven’t been drafted yet. In conclusion, it was intended to subsidize the analysis of the challenges encountered by the management of protected areas in Brazil, based on a deep understanding of the “traditional populations” that inhabit the delta of the Parnaíba River.

Key-words: traditional populations; conservation units; social reproduction

RÉSUMÉ

MATTOS, Flávia Ferreira de. **Réserves Morales: Etude du mode de vie d'une communauté dans la Réserve Extractrice Marine du Delta de Parnaíba.** Seropédica: UFRJ, 2006, 144p. (Dissertation, Maîtrise en Sciences Sociales de Développement, Agriculture et Société).

Cette étude a été réalisée au sein d'un des peuplements de la Réserve Extractrice Marine du Delta de Parnaíba, le "Passarinho" [petit oiseau], localisé sur l'île des Canaries. L'objectif général a été de connaître le mode de vie des habitants locaux afin de réfléchir à la gestion d'Unités de Conservation de cette nature. Avec, comme objectifs spécifiques: systematiser les informations locales (l'histoire de l'occupation du lieu, les aspects des circuits productifs et les relations sociales du peuplement) et comprendre les significations locales en relation à la création de la RESEX. Comme appui théorique, l'étude aborde le mûrissement des politiques environnementales au Brésil et, en recoupement, la question de la présence humaine en Unités de Conservation, cherchant à comprendre le surgissement de la notion de "populations traditionnelles" et son caractère de mobilisation dans le scénario politique. La base méthodologique de la dissertation est l'analyse qualitative. Au sujet du processus, ont été réalisées: une recherche bibliographique sur les thèmes abordés et autres informations sur la région; une recherche de terrain: 46 entrevues avec les habitants locaux et 2 représentants institutionnels et une "observation participative". L'étude montre, à partir de l'analyse de la trajectoire sociale des habitants, le processus de subordination par le paiement du "loyer" au supposé "propriétaire de la terre", les hiérarchies internes aux habitants des peuplements et leurs modes spécifiques d'appropriation de la terre et d'autres espaces de pêche et l'utilisation des ressources naturelles. L'étude montre aussi les différentes postures et entendements en relation à la création de la RESEX et les effets de ce moyen, une fois que les règles antérieurement exercées furent suspendues et que d'autres de caractère conservatoire n'ont pas encore été internalisées. Pour terminer, on prétend contribuer à la réflexion sur les défis de gestion des aires protégées au Brésil à partir d'une compréhension plus approfondie des "populations traditionnelles" qui habitent le delta de la rivière Parnaíba.

Mots-clé: populations traditionnelles; unités de conservation; reproduction sociale.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro – 01 - Número total de Unidades de Conservação por tipo.....	16
Quadro – 02 - Síntese do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP...	22
Quadro – 03 - Formas de reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação das denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”	24
Quadro – 04 - Reservas Extrativistas	25
Quadro – 05 - Definição do Art. 18 do SNUC (2000)	29
Quadro – 06 - Tabela de Entrevistados	33
Quadro – 07 - Principais Ilhas do Delta	53
Quadro – 08 - Origem das Canárias	60
Quadro – 09 -História do povoado escrita por (TO, 63 anos, morador do Passarinho)	61
Quadro – 10 -Atividades realizadas pelos moradores locais.....	80
Quadro – 11 - Depoimento de José Sarney ao jornal Correio Brasiliense	89

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	6
JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	6
A INTERFACE RURAL E AMBIENTAL: DUAS TRADIÇÕES QUE SE ENCONTRAM.....	7
REFERENCIAIS PARA O ESTUDO DE CASO	8
UMA INTRODUÇÃO AO CONTEXTO DELTA E A RESEX	9
OBJETIVOS E QUESTIONAMENTOS DA PESQUISA.....	9
BREVE NOTA SOBRE A ABORDAGEM DA PESQUISA	10
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	10
CAPÍTULO I - ÁREAS PROTEGIDAS E A PRESENÇA HUMANA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	13
1.1 O DEBATE SOCIOAMBIENTAL E O SURGIMENTO DAS CHAMADAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS	13
1.2 A PROPÓSITO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS: ASPECTOS LEGAIS EM QUESTÃO	27
CAPÍTULO II - A PESQUISA NO DELTA DO PARNAÍBA	31
2.1 ORGANIZAÇÃO E FORMULAÇÃO DA PESQUISA	31
2.2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ESCOLHA METODOLÓGICA	31
2.3 ASPECTOS GERAIS DA PESQUISA DE CAMPO	31
2.4 RELATO DO CONTEXTO DA PESQUISA - DA CHEGADA À PARTIDA DA ILHA DAS CANÁRIAS	34
2.5 ASPECTOS DAS ENTREVISTAS	38
CAPÍTULO III - O DELTA DO RIO PARNAÍBA – ASPECTOS DO CONTEXTO REGIONAL	40
3.1 NOTA INTRODUTÓRIA	40
3.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO E DINÂMICAS ECONÔMICAS DA REGIÃO	41
3.3. CARACTERÍSTICAS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O DELTA DO RIO PARNAÍBA	45
3.4 NOVAS DINÂMICAS ECONÔMICAS REGIONAIS	47
3.4.1 O CIRCUITO DO CARANGUEJO	47
3.4.2 A CHEGADA DO TURISMO NO “DELTA DAS AMÉRICAS”	47
3.5 O DELTA DO PARNAÍBA E AS POLÍTICAS AMBIENTAIS	48
3.5.1 A RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA	49
3.6 AS ILHAS DO DELTA DO RIO PARNAÍBA	52
3.6.1 A ILHA DAS CANÁRIAS E OS POVOADOS LOCAIS	53
CAPÍTULO IV - O POVOADO DO PASSARINHO – ASPECTOS DO UNIVERSO LOCAL	56
4.1 O POVOADO DO PASSARINHO – ASPECTOS GERAIS	56
4.2 HISTÓRIA DO POVOAMENTO DA ILHA DAS CANÁRIAS E A FUNDAÇÃO DA COMUNIDADE DO PASSARINHO	59

4.3 AS FAMÍLIAS E A DIVISÃO DO POVOADO: O PASSARINHO DOS BRANCOS E DOS ADRIANOS...	61
4.4 A VIDA NO PASSARINHO: MEMÓRIA DO PASSADO E VISÃO DO PRESENTE	63
4.5 CIRCUITOS ECONÔMICOS LOCAIS – A PESCA, A ROÇA, O CARANGUEJO ...	71
4.6 SUCESSÃO, USO E DOMÍNIO DA TERRA	81
4.7 O FESTEJO DO PASSARINHO – DE SANTO ANTÔNIO A SÃO JOÃO BATISTA	89
4.8 MIGRAÇÃO – ASPECTO CONSTITUTIVO DA FORMA DE REPRODUÇÃO SOCIAL DO POVOADO	93
CAPÍTULO V - SIGNIFICADOS LOCAIS ATRIBUÍDOS A RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA.....	99
5.1 VISÃO INSTITUCIONAL DA EXPERIÊNCIA DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA (2000-2005)	99
ASPECTOS DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA RESEX.....	100
PRÁTICAS LOCAIS NA CONCESSÃO DO USO DO TERRITÓRIO.....	103
O CASO DA CONSTRUÇÃO DA Pousada no povoado de Canárias.....	104
O CASO DA CHEGADA DA IGREJA PROTESTANTE NA ILHA DAS CANÁRIAS	106
OS DO LUGAR E OS DE FORA.....	106
SOBRE A INTENÇÃO DE SE AMPLIAR A ÁREA DA RESEX.....	106
RESEX E O PROGRAMA PÓLOS DE ECOTURISMO	107
CONFLITOS NA PESCA E NA AGRICULTURA.....	107
5.2 PERCEPÇÕES DOS MORADORES SOBRE A ATUAÇÃO DO IBAMA E A CRIAÇÃO DA RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA	109
SIGNIFICADO – PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	109
ENSINAMENTOS DO IBAMA – ENTRE PROIBIÇÕES E A SUSTENTABILIDADE	110
NOVOS ENTENDIMENTOS X ANTIGOS COSTUMES – E O PAGAMENTO DA RENDA?	114
A SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DA RENDA – CONFLITOS LOCAIS	114
“O IBAMA DISSE QUE NÃO PRECISA MAIS, MAS ATÉ HOJE PAGA RENDA...”	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
BIBLIOGRAFIA.....	125
ANEXOS	129
ANEXO 01 – LISTA E PERFIL DOS ENTREVISTADOS	130
ANEXO 02 – DECRETO DE CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA	134
ANEXO 03 - MAPA DA APA DO DELTA DO PARNAÍBA - IBAMA/CNPT.....	137
ANEXO 04 – MAPA DA RESEX MAR DO DELTA DO PARNAÍBA – LOCALIZAÇÃO NO BRASIL - IBAMA/CNPT.....	138
ANEXO 05 – MAPA DA RESEX MAR DO DELTA DO PARNAÍBA – LOCALIZAÇÃO REGIONAL - IBAMA/CNPT	139
ANEXO 06 – MAPA DA RESEX MAR DO DELTA DO PARNAÍBA – POVOADOS LOCAIS - IBAMA/CNPT	140
ANEXO 07: ACERVO FOTOGRÁFICO	142

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação resultou da reflexão realizada junto a uma *população tradicional*¹ que vive numa ilha, inserida em uma Unidade de Conservação de uso sustentável, uma Reserva Extrativista Marinha. É também o resultado do amadurecimento de minha trajetória pessoal. O depoimento que se segue talvez transmita o porque.

Tendo em vista os desafios de gestão das Unidades de Conservação e a carência de estudos sobre as dinâmicas sociais que envolvem as áreas que se tornaram protegidas, conhecer em profundidade as formas de reprodução social da população local surge como um caminho, para se traçar modelos específicos de manejo e conservação dos recursos naturais, em sintonia com as demandas e problemáticas locais². Com base nesta compreensão, o desejo de fortalecer meu arcabouço teórico e metodológico nas ciências sociais, foi a motivação que influenciou a busca do mestrado para realização deste estudo³.

Uma outra motivação, vinculada à escolha da localidade, surgiu da necessidade pessoal em produzir desdobramentos da pesquisa iniciada, há quatro anos, na região conhecida como Delta do Parnaíba⁴ – onde realizei minha pesquisa monográfica em um dos povoados locais – Canárias, em 2002⁵. Na ocasião, a pesquisa foi anunciada como de caráter preliminar, uma vez que se tratava da análise de um processo em curso, e deixou como registro o compromisso de retorno, no intuito de olhar, de forma mais amadurecida, um outro “recorte no tempo” - os acontecimentos e histórias locais que marcaram minhas primeiras e profundas sensações de pesquisa com base no “trabalho de campo”⁶.

O conhecimento da região resultou de minha participação, como monitora, do Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo – MPE, através do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, realizado, nesta região, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria para o Desenvolvimento Sustentável⁷. No entanto, as bases para a pesquisa acadêmica e o incentivo à pesquisa na região foram consequência do incentivo de minha então orientadora Marta Irving, professora do curso de psicologia da UFRJ, onde concluí minha graduação em 2003. Já a inserção no campo e o refinamento da problemática local foram decorrentes da interlocução com o antropólogo e professor da

¹ A reflexão sobre o uso deste termo será feita no decorrer desse estudo.

² Curiosidade esta que ganhou forma durante o curso-leitura “Populações tradicionais e o debate sócio-ambiental” ministrado pela Profa. Deborah Lima, na UFF, no ano de 2003.

³ E também porque não dizer de um desejo “malinoviskiano” de alimentar a reflexão teórica a partir da vivência do campo (e vice-versa), de atravessar as fronteiras do familiar para esbarrar no campo do outro, do estranhamento - trazer à tona significados locais, analisar, construir interpretações – o que me parece aventuroso e também carregado de mestria. Exercitar essa dupla tarefa pareceu-me adequado neste momento de mestrado, em minha trajetória de vida.

⁴ Região costeira do Brasil que abrange parte dos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará.

⁵ Refiro-me a elaboração do estudo monográfico “O Delta do Parnaíba nos rumos do Ecoturismo: um estudo a partir da comunidade local”. Instituto de Psicologia da UFRJ, 2003 – sob orientação da Profa. Marta de Azevedo Irving.

⁶ Esta pesquisa preliminar me marcou, certamente de maneira “iniciática” – no exercício de distanciamento do meu *ethos*, e a aproximação de um outro universo de crenças, costumes e valores. Porém este primeiro contato com o campo, abriu várias questões e deixou muitas lacunas, que reverberavam por um destino. Era preciso retornar e refazer o percurso com mais segurança e domínio. Refiro-me a tarefa de estabelecer o contato com os informantes, criar condições para que as informações circulassem, desenvolver uma sistematização das impressões, reconhecer idealizações, desenvolver a sensibilidade para a abertura e apreensão dos códigos e significados locais.

⁷ Através deste Programa pude também conhecer, a partir do estágio de campo, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, localizada no Estado do Amazonas.

Universidade Federal do Piauí - UFPI, Fabio Ferreira, que também foi o nosso elo local do Programa MPE⁸.

No estudo anterior, os *primeiros indícios*⁹ da chegada do turismo na Ilha das Canárias inserida na RESEX Marinha, marcaram o recorte da investigação que se fundou a partir do olhar dos moradores locais¹⁰. Busquei compreender a percepção dos moradores locais com a chegada do turismo na ilha. E também, diante das estratégias políticas que se configuravam para a região do Delta do Parnaíba, entre elas, a implantação da RESEX Marinha Delta do Parnaíba e a criação do Pólo de Ecoturismo Delta do Parnaíba (EMBRATUR/IEB, 2002), qual era o lugar assumido pelos ilhéus das Canárias¹¹.

Algumas das observações da investigação de campo do estudo anterior indicaram situações inesperadas neste processo: RESEX sem plano de manejo; falta de conhecimento da população em geral, com relação aos objetivos da RESEX; chegada do turismo sem planejamento prévio; fragilidade do IBAMA, sem recursos e tempo (o IBAMA não havia considerado o Ecoturismo como alternativa econômica); falta de organização comunitária formal e de interlocução com o órgão ambiental; falta de entendimento da comunidade local quanto aos objetivos da RESEX; tendência otimista da comunidade em acreditar, sem visão crítica, em estratégias imediatistas para o seu desenvolvimento e sem visão de longo prazo; falta de legitimidade dos representantes ambientais locais perante a comunidade e planejamento do Ecoturismo para a região, realizado sem levar em conta um diálogo efetivo com as comunidades residentes no interior da RESEX (Mattos, 2003).

Ainda neste ano de 2002, no mês de fevereiro, quando aportei pela primeira vez na ilha das Canárias, no povoado das Canárias, com a equipe do Programa MPE e iniciamos a conversa com os moradores, ainda estávamos “impregnados” com a visão dominante sobre a região e, portanto, queríamos saber sobre a atividade da cata do caranguejo na localidade¹². Enfaticamente, um dos moradores que nos recebera, explicou que ali nas Canárias o povo era “pescador” e que caranguejo era pros lados do Passarinho. Neste momento, comecei a suspeitar da existência de uma divisão nas atividades que conferem certa identidade diferenciada aos povoados da ilha das Canárias. O modo como foi exposta a fala do “pescador”, parecia apontar para uma depreciação da atividade ligada ao caranguejo se comparada à atividade da pesca. Embora ambas necessitem de um saber empírico de interação com o meio natural, a pesca pareceu suscitar a necessidade de um domínio maior da função do que uma atividade extrativista no mangue e por isso, tenha sido manifestada com ênfase na distinção dessas duas atividades. Isso não era claro para mim, mas percebi que fazia diferença para eles, e, portanto, merecia ser registrado. O orgulho de ser pescador manifestado no povoado das Canárias ficou assim marcado nesta primeira interação, bem como a curiosidade

⁸ Além de incentivador, este interlocutor vem desenvolvendo junto ao departamento de Sociologia da Universidade de Laval – Canadá, um estudo de doutorado também sobre a região da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, complementando as análises e sistematizações aqui apresentadas.

⁹ Refiro-me a algumas observações realizadas que configuraram o início do incremento da atividade turística nesta localidade e que marcaram o impulso para a realização da pesquisa. Entre elas: a construção de uma pousada e o início da constante visita de um grupo de turistas estrangeiros no povoado das Canárias.

¹⁰ O que investiguei: caracterização geral da comunidade e dinâmica local com relação ao turismo; expectativas dos moradores com relação ao turismo e a construção da pousada; a compreensão e participação dos moradores com relação à RESEX (criação, objetivos, compromissos); aspectos da organização comunitária. Como investigação complementar para análise: levantamento dos programas que atuam no desenvolvimento do Ecoturismo: espaço de participação e ou planejamento; critérios e normas para a criação, implantação e gestão das RESEX.

¹¹ Distribuídos nos cinco povoados locais: Canárias, Passarinho, Caiçara, Torto e Morro do Meio.

¹² A equipe era composta de 6 pessoas: 5 monitores (2 guias da EMBRATUR, 1 designer, 1 bióloga, 1 psicóloga) e 1 coordenador do Programa MPE.

sobre os outros povoados da ilha. Nesta ocasião, outras indagações que surgiram ficaram guardadas para uma investigação posterior.

Após quatro meses na região do Delta do Parnaíba, vivenciei dois meses, (entre junho e julho de 2002), de estágio de campo pelo Programa MPE, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Lá, pude, oportunamente, entrar em contato com o contraponto do vivenciado no delta, ou seja, um projeto de implantação de uma Unidade de Conservação de uso sustentável – de categoria RDS, com forte trabalho de mobilização social e envolvimento da população local no manejo dos recursos naturais¹³. Este período sucedeu a primeira pesquisa de campo no delta e antecedeu a sua redação. Curiosamente, o posterior encontro em âmbito acadêmico com a antropóloga e professora Deborah Lima, integrante do grupo de pesquisadores pioneiros na região do Mamirauá, fortaleceu a compreensão das premissas e do debate em torno da concepção das modalidades de Unidades de Conservação no Brasil.

Nesta perspectiva, um outro importante pesquisador, que inaugurou minha compreensão sobre a temática da relação sociedade-natureza e a preocupação com as chamadas *Populações Tradicionais*, foi o antropólogo Antônio Carlos Diegues em “O Mito Moderno da Natureza Intocada” (1996) e “Nosso lugar virou Parque: um estudo sócio-ambiental do Saco do Mamanguá – Paraty (RJ)” (1999). No entanto, o entendimento com relação ao caráter político assumido pelo termo “populações tradicionais” e o debate sócio-ambiental como forma de dar visibilidade aos grupos diferenciados culturalmente e que não são índios, nem quilombolas se deu na participação do curso-leitura citado e a leitura de inúmeros autores que tratam deste tema (Lima, Esterci, Lená (2002); Carneiro Cunha (2001); Benatti (2001), entre outros).

Neste período, minhas principais indagações estavam sendo discutidas e levantadas por tantos antropólogos e eu me perguntava se, ao invés de psicologia, eu não deveria ter feito ciências sociais. No entanto, lembrei-me dos caminhos que me fizeram chegar até ali. Percebi que minha formação também contribuía de maneira diferencial – a partir de certa “escuta”, que desenvolvi nos estágios de psicanálise e também o gosto pela pesquisa de campo da abordagem “psicossocial” e pela análise qualitativa, que, na minha formação, também encontrei. Era, portanto, o início de uma construção, “ampliando as fronteiras do conhecimento”, incorporando novos saberes, me tornando “interdisciplinar”. A própria participação no Programa MPE, havia sido uma tentativa de abertura para novas possibilidades de atuação profissional. Neste caminho, a busca de novos conhecimentos, assim como os encontros e desencontros foram essenciais durante o percurso.

Como naquele momento, além de pesquisadora eu estava envolvida com a discussão sobre o desenvolvimento do Ecoturismo, as preocupações circularam em torno das adequações necessárias com este enfoque. Driblar as frustrações e a ansiedade inicial foram esforços necessários e fizeram parte do aprendizado. O desafio consistia em me deslocar de um papel meramente intervencionista para me aprimorar como pesquisadora, a partir do viés antropológico. Produzir novas percepções, questionamentos e entendimentos, de forma a me aproximar do universo dos habitantes tradicionais, e assim, compreender as formas de ocupação da terra e o uso dos recursos naturais, as relações de parentesco e circulação dos códigos e símbolos locais, entre outros aspectos que passaram a atrair minha atenção. Desta forma iniciei nova etapa.

Uma publicação do Instituto Sócio Ambiental, “Reforma Agrária e Meio Ambiente” (2003), sob organização de Neide Esterci e Raul Silva Telles do Valle, foi-me então elucidativo para a compreensão das dissonâncias, mas também para entender as possibilidades de interlocução entre esses dois campos – de forma geral, os “ambientalistas” e os movimentos pela reforma agrária. Talvez o meu maior aprendizado no mestrado do CPDA,

¹³ Sobre a RDS Mamirauá e seu histórico de criação ver (Lima, 1997).

tenha sido a possibilidade de me descolar dos referenciais ambientalistas, intensificados no pós-Eco 92, para me abrir para o entendimento das “raízes agrárias do Brasil” – incorporando a reflexão mais recente, elementos do universo rural, que estão sobrepostos (ou justapostos) às novas estratégias para a conservação da natureza. Neste ponto, o encontro com referenciais da política agrária e demais estudos sobre diferentes formas de apropriação da terra, permitiu o entendimento dos dilemas dos grupos que são excluídos das formas jurídico-formais como compreender, na atualidade, a emergência de novos movimentos e identidades.

Também é preciso perceber que muitas vezes, aqueles que vivem identificados com os movimentos sociais pela reforma agrária desconhecem ou incorporam mal, esta outra “bandeira de luta” - a preocupação ambiental. Superar esta resistência foi também um desafio a ser vencido. Talvez, por isso, tenha me sentido “solitária” muitas vezes, num ambiente que é, por tradição de estudo, do universo rural. Os próprios campos teóricos refletem disputas e campos de força – que quando fechados em si, acabam por produzir discursos estereotipados sobre o tema. É preciso então se abrir a outros “nichos” de conhecimento, reorientar fronteiras teóricas, para avançar nas análises que demandam entendimentos complexos – com múltiplos interesses envolvidos, como é o caso da implantação de Unidades de Conservação de uso sustentável. Incorporar novos elementos de análise, e reorientar os que já trazia comigo, foi o meu desafio neste estudo.

É importante ressaltar que continuo interessada no debate sócio-ambiental e no contexto de criação de Unidades de Conservação de uso sustentável, especificamente nas categorias que permitem a permanência das chamadas “populações tradicionais” em seu interior, nas quais se incluem as Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDSs e as Reservas Extrativistas – RESEXs. Esta última categoria é analisada em maior profundidade por se tratar do estudo de caso escolhido¹⁴.

Para a realização do trabalho de campo, obtive parte dos recursos financeiros, do CPDA/UFRRJ, que se somaram aos meus próprios recursos para a viabilização da pesquisa de campo. Após o término das disciplinas, obtive contribuições importantes dos professores Guian Mario Guiuliani, do IFCS/UFRRJ e Héctor Alimonda, do CPDA/UFRRJ, na qualificação que realizei em maio de 2005. O retorno ao campo foi realizado entre os meses de junho e julho de 2005, onde permaneci, na maior parte do tempo, em um dos povoados da ilha das Canárias – o Passarinho, mas também, visitei o povoado do Torto, na oportunidade de participação de um festejo e permaneci uma pequena parte da estadia em Canárias, o povoado estudado na pesquisa anterior. Neste momento percebi que o esforço e a espera haviam valido a pena.

Com o intuito de percorrer outras localidades da ilha das Canárias e perceber semelhanças e diferenciações no modo de reprodução social das habitantes da ilha das Canárias, o aprofundamento da pesquisa no povoado do Passarinho foi de suma importância, para estabelecer o contraste entre as vizinhas, porém distintas localidades. Na atual pesquisa visei, a priori, aprofundar a compreensão sobre as formas de reprodução social das famílias no Passarinho. No entanto, no contato com o campo, deixei emergir outros elementos para o refinamento do objeto de pesquisa.

Foi tecendo os fragmentos relatados pelos moradores deste povoado que foi possível realizar a descrição dos circuitos econômicos que marcam suas trajetórias de vida e sistematizar os demais aspectos que caracterizam o modo de vida local. Os temas que seguem,

¹⁴ Compreendo a perspectiva sócio-ambiental como aquela que reflete criticamente sobre relação sociedade-natureza e observa que as políticas ambientais restritivas à permanência das populações estão pautadas numa visão desagregadora desta relação, enquanto muitos estudos mostram o contrário. É preciso também notar que nesse campo de disputas, inúmeros estudos, por outro lado, passaram a romantizar as chamadas “populações tradicionais” como naturalmente conservacionista, o que causou equívocos e retrocessos na elaboração das políticas para a conservação.

com este foco, embora estejam apresentados de maneira fragmentada, não o são em sua substância, uma vez que considero que os diferentes planos de organização social dos povoados se encontram entrelaçados e em inter-relação.

O detalhamento da atual pesquisa segue na parte referente à Introdução. Deixo aqui registrado apenas os marcos iniciais que a antecederam e a influenciaram.

INTRODUÇÃO

Justificativa e objetivos

A ampliação do debate ambiental em escala mundial, em decorrência dos desequilíbrios ecológicos, tomou proporção sem igual nas últimas décadas. A mobilização em torno da questão ambiental, além de questionar o modelo de desenvolvimento dominante, pautado fundamentalmente no crescimento econômico, apontou para a importância da manutenção da qualidade de vida para as futuras gerações e, a necessidade de proteção da biodiversidade do planeta. É neste cenário contemporâneo que se observa a reunião de esforços coletivos (globais) de criação de princípios para formulação de um outro modelo de desenvolvimento e, em particular, para o estabelecimento de mecanismos de gerenciamento dos recursos naturais – uma saída racional e institucionalizada, para o “mau andamento da humanidade”.

Na trajetória das mobilizações internacionais, (entre elas: acordos, tratados e convenções) e da formulação de políticas públicas no Brasil e no mundo, a criação de “áreas protegidas” passou a ser considerada estratégia fundamental no contra-fluxo da emergente degradação ambiental. Não é difícil imaginar, tampouco, que uma mudança de mentalidade no curso da história exija a capacidade de perceber pluralidades e administrar os inúmeros embates que surgem nas maneiras de formular possíveis “saídas”. Como pode ser visto em algumas reflexões teóricas sobre o tema, que analisam a questão, a partir dos pressupostos que orientam práticas, posicionamentos e tomadas de decisões, as medidas encontradas neste campo refletem diferentes entendimentos da relação entre sociedade e natureza. Neste entendimento, também é preciso levar em conta que o “lugar geográfico” é sempre marcado por um campo simbólico, de disputa e de múltiplos significados (Bourdieu, 1998).

Recentemente, a reflexão em torno das áreas protegidas se estendeu às formas de gestão e mecanismos de “inclusão social”, uma vez que uma das premissas formuladas neste campo é de que os grupos humanos podem ser interpretados como potenciais colaboradores na gestão para a conservação de recursos naturais. A implantação de tal instrumento, entretanto, tem enfrentado inúmeros desafios. Como observa ESTERCI (2002), a implantação de projetos e políticas que visam à conservação dos ecossistemas, com este enfoque, tem levado à demarcação e redefinição de espaços (Reservas Extrativistas, Reservas Ecológicas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, etc), à redefinição de regras de uso e acesso dos recursos naturais e à reclassificação dos segmentos sociais afetados e de suas práticas. Mas, historicamente, o que se observa é a expropriação das populações locais de seus “territórios de pertencimento” em prol da preservação¹⁵.

Atualmente as áreas protegidas, denominadas pelas políticas ambientais no Brasil de “Unidades de Conservação”, são divididas em duas categorias, as de proteção integral e as de uso sustentável. No entanto, o modelo adotado inicialmente no Brasil seguiu um padrão norte-americano de proteção integral, o que gerou, e ainda gera, inúmeras contradições, conflitos e disputas em ebulição (Diegues, 1996). Recentemente, no Brasil, foi lançado o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP (BRASIL, 2006), que apresenta como diretrizes, a realização de ampla consulta popular prévia à criação de Unidades de Conservação (inclusive para a definição de sua categoria), e o reconhecimento dos conselhos enquanto componentes fundamentais na tomada de decisões sobre a gestão dessas áreas.

¹⁵ Refiro-me as terras ocupadas tradicionalmente pela população local.

É neste cenário, que a reflexão a partir de um estudo local, ganha amplitude, e faz coro aos demais esforços, que visam reconhecer as particularidades, dos “povoados habitados por Unidades de Conservação”.

A interface rural e ambiental: duas tradições que se encontram

Ampliando o recorte de análise da problemática brasileira para além da esfera das políticas ambientais com relação às populações marginalizadas, se observa que a luta pela terra e as políticas agrárias sempre fizeram parte da história da formação do campesinato brasileiro. Ao mesmo tempo em que este representa um outro campo de disputas (os que almejam o acesso a terra e os que querem manter a sua propriedade), estes movimentos e políticas dirigidas ao acesso a terra passaram a estar justapostos às novas demandas contemporâneas com o surgimento dos movimentos e políticas ambientais, dirigidas à conservação. O encontro entre movimentos agrários e ambientais pode causar estranhamentos, mas também possibilidades de articulação. ESTERCI (2003) observa, de maneira elucidativa, as diferentes tradições que ancoram esses dois movimentos – com características singulares que os diferenciam em suas origens. Enquanto a luta pela terra se insere numa tradição dos movimentos sociais, cujo objetivo é a transformação da ordem social, cuja crítica esta baseada numa visão classista da sociedade, as preocupações com a natureza, só muito recentemente começaram a se difundir entre os diversos setores da sociedade e a se constituir como móvel de movimentos sociais organizados (Esterci, 2003). Como observa esta autora, no Brasil, desde os anos de 1950, a reforma agrária vem sendo sistematicamente colocada na pauta das reivindicações dos trabalhadores rurais. No entanto, as bandeiras de luta ambientalistas só passaram a ter repercussão nos anos 80. Além disso, a origem do movimento ambientalista “é mais difusa e heterogênea em termos de coloração política” (Esterci, 2003), que outros movimentos sociais. Se, por um lado, os objetivos de conservação de recursos naturais poderiam se tornar um entrave aos objetivos de acesso a terra pelos grupos marginalizados, algumas ações tomaram sentido oposto – o de estabelecer alianças entre os movimentos. O surgimento das RESEX, como resultado da conquista do direito de permanência das populações humanas nas áreas em que inúmeras famílias ocupavam tradicionalmente e de onde tirava o seu sustento com a extração da seringa, é emblemático da interface entre os movimentos sociais e, de cunho ambientalista – tornando-os movimentos ampliados¹⁶. O avanço deste entendimento deixou insatisfeitos os ambientalistas mais conservadores, que não queriam confundir políticas de conservação com questões de justiça social (Esterci, 2003). Por outro lado, representou um avanço na perspectiva sócio-ambiental em prol da conservação.

Portanto, a história de amadurecimento na elaboração de políticas ambientais no Brasil permite observar avanços¹⁷ concretos no que se refere ao direito de permanência (inclusão) dessas populações que habitam tradicionalmente os espaços que passaram a ser destinados à conservação. No entanto, estas mesmas políticas parecem ainda insatisfatórias com relação à *meta social* a ser atingida por estas categorias de Unidades de Conservação (Lima, 2002), e ainda pouco se debruçaram sobre os aspectos humanos e desconhecem a diversidade sócio-cultural presentes nesses espaços. Sendo assim, o estudo visou percorrer caminhos que investissem neste olhar e, para tal, se orientou a partir de referências e lições aprendidas em outras pesquisas etnográficas.

¹⁶ Este aspecto será desenvolvido adiante em (Castells, 1999).

¹⁷ Do ponto de vista dos movimentos sócio-ambientais.

Referenciais para o Estudo de Caso

Alguns estudos etnográficos e dizeres dos pesquisadores contribuíram como referenciais e inspiração para a realização do presente Estudo de Caso. ALENCAR (1991) em “Pescadeiras, Companheiras e Perigosas: a pesca feminina na ilha dos Lençóis”, afirma que devemos escapar das generalizações, procurando estudar grupos particulares, levando em conta suas características sócio-culturais, ambientais e históricas. Esta mesma autora faz uma crítica aos pesquisadores que privilegiam certos aspectos da realidade estudada e perdem de vista o contexto global¹⁸.

MALDONADO (1986), em seu estudo sobre “pescadores do mar”, observa que “através do conhecimento da natureza que explora para sobreviver e de seu trabalho no mar, o homem se apropria de determinadas maneiras, dos ambientes produtivos, visões de mundo (...) relações sociais, de constituir família, de organizar o trabalho”. Da mesma maneira, compreendi o universo de estudo junto à comunidade do Passarinho.

No estudo da configuração deste *ethos* local, ALENCAR (1991) também chama a atenção para os circuitos de trocas e de comercialização, além dos aspectos relativos à obtenção de recursos para o próprio consumo familiar. Para tal, a autora, incorpora a visão de FURTADO (1987) sobre “considerações de ordem histórica e cultural”, levando em conta o cenário regional envolvente. Como expressa ALENCAR (1991), este autor observou que somente através da manipulação de fatores bilaterais – natureza, de um lado, e histórico culturais, de outro – é que podemos melhor entender a situação sócio-cultural do objeto de estudo. Outros fatores históricos ressaltados pela autora se referem ao próprio contexto onde se localiza o grupo, tais como: acesso aos mercados consumidores de peixe e a existência de determinadas estruturas, que facilitam o escoamento da produção. Estes foram aspectos que se pretendeu destacar. No entanto, é preciso também levar em conta que existem outras abordagens que consideram natureza e cultura como indissociáveis, ou formas híbridas.

ALENCAR (1991) aponta também limitações da investigação meramente local. Com relação à compreensão sobre a “organização social do trabalho”, esta mesma autora, adverte que uma comunidade específica não pode ser representativa, das demais comunidades da região. Em suas palavras, o alerta sobre a diversidade social:

“Ao tomarmos um grupo social, uma comunidade de pescadores como objeto de estudo, não devemos perder de vista que os pescadores, enquanto agentes sociais concretos, constituem uma categoria que se apresenta em momentos históricos e situações empíricas diversas”.

Há que se buscar, portanto, as especificidade e particularidades, para se chegar a uma visão mais próxima e abrangente dessas comunidades, pois como chama atenção a autora, estes grupos são diferentes tanto no tempo como no espaço.

Esses aspectos ressaltados estiveram presentes durante a pesquisa e através destes entendimentos, se pretendeu estudar o povoado do Passarinho. Como os seus membros “significam” foi o que importou.

Realizar o presente estudo foi também um desafio – o de produzir uma referência teórica sobre a vida dos habitantes de um povoado da ilha das Canárias, recentemente elevados à categoria de “populações tradicionais” da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba – sem possuir outros olhares com base nas ciências sociais, que servissem de referência sobre o contexto deste local. Trata-se, portanto, de um estudo preliminar, que suscita outras investigações.

¹⁸ Segundo esta autora é preciso fugir de um “olhar enrijecido” – aquele que só vê uma coisa, como também de um “olhar superdimensionado” – achar que vale para todos.

Uma introdução ao contexto Delta e a RESEX

O Delta do Parnaíba pode ser considerado na atualidade, um interessante local, para o aprofundamento de algumas questões recorrentes no debate sócio-ambiental. Resgatando um breve histórico da região, o Delta do Parnaíba, localizado entre os Estados do Piauí e Maranhão e no encontro com o oceano Atlântico, foi rota, em seu passado, dos ciclos econômicos da carne seca - meados do século XVIII e, posteriormente da carnaúba - a partir do século XX (ZEE do baixo Parnaíba, 2002). Atualmente, de acordo com as diretrizes do Zoneamento Ecológico Econômico do baixo Parnaíba (2002), um novo ciclo de desenvolvimento para a região é proposto, com base na atividade do Ecoturismo¹⁹. Além disso, Unidades de Conservação vêm sendo criadas, atendendo às demandas de conservação dos recursos naturais.

Assim, diante das atuais tendências para o desenvolvimento da região, se torna de grande relevância compreender de que forma vêm sendo operacionalizadas tais tendências, tendo em vista os diferentes atores envolvidos, dentre estes, algumas comunidades de pescadores e catadores de caranguejo que, recentemente, foram alocados na categoria de Populações Tradicionais e circunscritos na Unidade de Conservação (RESEX Marinha do Delta do Parnaíba).

Na pesquisa realizada para a monografia de graduação, foi observado, de forma geral, o desconhecimento, por parte dos habitantes locais, do papel necessário para criação e implantação da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba. Foi observado também certa vulnerabilidade diante da intensificação do turismo na localidade, em consequência da valorização da região no cenário (eco)turístico e o surgimento de propostas externas para o uso do espaço local (Mattos, 2003). Esta constatação sugeriu observar que por mais que algumas categorias de Unidades de Conservação tragam em si a legitimação das populações locais, o modo como estas estão sendo replicadas no território nacional, nem sempre é fruto de uma efetiva parceria de diálogo e construção. "Nem eu mesmo sabia!", é a exclamação de um morador na função de agente ambiental colaborador do IBAMA, em entrevista²⁰, referindo-se à ocasião em que se viu diante da tarefa de explicar aos demais moradores, o que era a Reserva Extrativista.

Desta forma, a presente investigação visa aprofundar este debate – por um lado ampliando o conhecimento a partir das dinâmicas das relações sociais e significados locais e, por outro, articulando esta compreensão como elemento para se avançar na gestão dessas Unidades de Conservação.

Objetivos e questionamentos da pesquisa

O intuito deste trabalho é contribuir com uma análise ampliada do processo de implantação de uma Unidade de Conservação de uso sustentável, de categoria RESEX, trazendo à tona elementos que contribuam para refletir sobre o processo de inclusão das populações que habitam áreas protegidas nas políticas públicas.

Para tal, a presente pesquisa teve como objetivo central conhecer o modo de vida dos habitantes do Passarinho, um dos povoados pertencentes a Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba, a fim de refletir sobre gestão de Unidades de Conservação desta natureza.

Constituem objetivos específicos da presente dissertação: a) Sistematizar informações sobre a área e a população local para permitir um estudo das formas de reprodução social

¹⁹ O Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE é um instrumento político e técnico de planejamento, cujos estudos visam promover o uso sustentável do território. Para isso estuda as potencialidades e limitações ambientais vis a vis às atividades econômicas, de forma georreferenciada. (ZEE do baixo Parnaíba, 2002).

²⁰ Entrevista realizada no período de fevereiro a março de 2002, na comunidade das Canárias. Cf. (Mattos, 2003).

desses grupos; b) Compreender os significados locais com relação à criação da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba (2000).

Alguns questionamentos de pesquisa nortearam a investigação. Por um lado: 1. Quais as práticas cotidianas que organizam o modo de vida das famílias nos circuitos locais e extra-locais ao longo dos anos? 2. Quais os significados locais resultantes da implantação da Unidade de Conservação (RESEX Marinha) e a intensificação da atividade turística no delta? Ampliando esta análise algumas questões emergem: 3. Em que medida as novas tendências de desenvolvimento vêm interferindo no modo de vida tradicional das famílias do delta? 4. De que forma os moradores locais vêm reagindo a isto? 5. Quais os impasses e perspectivas para a gestão da RESEX neste contexto?

Breve nota sobre a abordagem da pesquisa

Embora esta dissertação objetive o estudo de aspectos locais sobre o modo de vida em uma das ilhas do delta do rio Parnaíba, em área transformada em uma Reserva Extrativista Marinha, este aspecto não pode ser considerado, isoladamente, a força motriz desta reflexão. Ele é sem dúvida o alimento vital, assim se espera, no entanto, o estudo do modo de vida local não teria como se sustentar sem uma análise mais abrangente da temática em que eles estão inseridos – uma Unidade de Conservação de uso sustentável. Em outras palavras, embora o contato com o campo seja, metodologicamente, condição singular para esta discussão, é preciso reconhecer que as razões para esta investigação brotam também de outros lugares – e se destina à reflexão da formulação de políticas públicas ambientais e ao refinamento dos mecanismos de gestão de Unidades de Conservação. Não se trata, portanto, de se realizar um estudo localizado, mas sim, a partir do estudo local, traçar interlocução com questionamentos mais amplos e globais. Esta dissertação não pretende ser um “estudo de comunidade”, como os formulados nos anos de 1950. Ao invés disso, procurou articular a observação local com aspectos mais amplos da sociedade. WOLF (1956) estabelece esta articulação entre o local e o global, como parte de uma mesma configuração. Para este autor “é metodologicamente incorreto tratar cada parte como se fosse um todo independente em si mesma”. Como este autor observa, as comunidades são “modificadas e adquirem características novas devido à sua dependência funcional de um sistema novo e mais amplo”. O foco de estudo de Wolf, não são as comunidades ou as instituições, mas sim os grupos de pessoas, ou melhor, a rede de relações de grupos que conecta as localidades e as instituições nacionais. Nesta perspectiva, os mediadores passam a ser alvo de atenção no entendimento do funcionamento das comunidades. WOLF (1956) observa que as comunidades possuem limites bem definidos, o que não significa dizer que não sejam permeadas pelas instituições nacionais. Neste sentido, a compreensão das relações que os atores locais estabelecem com os mediadores, entre eles os gestores das Unidades de Conservação, políticos, pesquisadores, comerciantes (intermediários), etc, deve ser considerada. Neste sentido, se torna importante compreender em que contextos esses questionamentos “amplos” estão inseridos e de que forma tencionam o local, e por que não dizer, as vidas que habitam o local. É importante também ter atenção às escalas utilizadas (local, regional, global) nas análises e perceber que “as fronteiras políticas da comunidade nem sempre coincidem com as fronteiras da localidade ou do “povoado”, pois as fronteiras da comunidade política são complexas e móveis, como nas vilas balneares estudadas por Geertz, 1959” (Esterci, 2002) também se faz necessário.

Estrutura da Dissertação

A presente dissertação se desenvolve em 5 capítulos, antecedidos da Apresentação e Introdução e posteriormente um item para as Considerações Finais. Os Capítulos podem ser descritos da seguinte maneira:

O Capítulo 1 aborda o panorama da questão ambiental com relação à formulação de políticas ambientais e criação de Unidades de Conservação, especialmente aquelas de uso sustentável, habitadas pelas chamadas “populações tradicionais”, nas quais se incluem os modelos: Reservas Extrativistas - RESEX e Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS - desde o seu surgimento, até a elaboração do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas. Pretende-se refletir sobre o processo de evolução da política ambiental nas últimas décadas, e situar o contexto de surgimento das chamadas “populações tradicionais”, observando os usos e abusos desta noção em termos de avanços e retrocessos para o seu entendimento, como sugerido por Barretto Filho (no prelo). Com auxílio de alguns autores que por vezes são também protagonistas deste campo de disputa simbólica, a reflexão se conduz com base na percepção de que, com relação à criação e gestão de Unidades de Conservação de uso sustentável, pouco se avança apenas com a incorporação do uso de jargões e criação de identidades – que, no entanto, possuem sua função política. Conforme sugerido por Lima (1997), é preciso avançar por outros caminhos, realizando estudos que conduzam ao conhecimento das especificidades e dinâmicas dos grupos locais, para assim, se traçar conjuntamente estratégias de conservação.

Para se chegar ao Estudo de Caso, foi abordado o “estado da arte das Reservas extrativista”. As Reservas Extrativistas têm sua origem nos movimentos locais que se associaram ao movimento ambientalista e ganharam projeção internacional. Mais tarde, em 2000, esta categoria se incorpora ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, como uma categoria de uso sustentável (BRASIL, 2000), cujo desafio é aliar o aspecto humano aos objetivos de conservação de recursos naturais. Percorrer a trajetória de formulação dessa categoria, que antecede a própria formulação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, é um exercício que permite observar as alianças dos distintos movimentos, que marcaram o surgimento deste modelo de conservação. No entanto, ele conseguiu se manter ao longo do tempo, ou o seu caráter de movimento social é uma característica exclusiva de seus primórdios? Como vêm ocorrendo a implantação das RESEX do Brasil e sua sub-modalidade, RESEX Marinha?

O Capítulo 2 apresenta de que forma o estudo foi realizado, ou seja, a sua metodologia e também aspectos de seu contexto etnográfico.

O Capítulo 3 é destinado ao resgate da história regional dos Estados e Municípios que compõe o delta do Parnaíba²¹. Este tema foi desenvolvido com o intuito de trazer à baila alguns elementos regionais que marcam o passado recente de constituição dos diferentes grupos que convivem com o espaço em questão – o delta do rio Parnaíba. É nesta parte também que se efetua o levantamento e sistematização de informações sobre a RESEX Marinha do Delta do Parnaíba do Delta.

O Capítulo 4 é destinado ao estudo do modo de vida dos habitantes locais, em especial, aspectos do povoado do Passarinho, onde foi realizada grande parte do trabalho de campo. Nos tópicos desta parte foram sistematizadas importantes informações para a compreensão das especificidades locais que antecedem a criação da RESEX: a forma de ocupação do espaço e a constituição das famílias, os circuitos de produção e, o modo de organização da comunidade, aspectos da forma de reprodução social dos habitantes, percepções do passado e do presente, etc.

O quinto e último capítulo, anterior às considerações finais, apresenta de modo específico, a análise dos significados locais, na atualidade, com relação à criação da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, no ano 2000; a ocupação da área e do uso dos recursos naturais a partir da intervenção do IBAMA na implantação da UC, assim como alguns de seus

²¹ Esta pesquisa sobre a região do Delta do Parnaíba foi oriunda de diferentes *sites*, devidamente apresentados.

efeitos “colaterais”. É resultante do refinamento do objeto de investigação e dialoga com elementos para a gestão.

As considerações finais refletem sobre o processo de realização desse estudo: os avanços e lacunas que ficaram abertas, e também, anuncia algumas contribuições para se pensar as políticas públicas de conservação ambiental que recaem sobre as chamadas “populações tradicionais”.

CAPÍTULO I - ÁREAS PROTEGIDAS E A PRESENÇA HUMANA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

1.1 O debate socioambiental e o surgimento das chamadas Populações Tradicionais

A idéia de conservação da natureza vem sendo construída há alguns séculos e vem influenciando as estratégias adotadas para a conservação de recursos naturais. Conforme observa CASTELLS (1996), o “ambientalismo” surge ainda no séc. XIX enquanto fenômeno multifacetado. E a partir do final do século XX, o paradigma ambiental emerge como resultado de uma longa reflexão sobre as raízes éticas e ideológicas da crise ambiental (Lima, 2001). Conforme LIMA (2001), é a partir desse momento que se coloca em cheque diretamente o modelo de desenvolvimento capitalista, se questiona o lugar da espécie humana na natureza e sua responsabilidade pelo futuro da biosfera. O movimento ambientalista trás a tona uma reversão na forma de se pensar a relação entre economia, sociedade e natureza. Para CASTELLS (1996), o movimento ambientalista representa o movimento de maior vulto dos últimos tempos, com características que lhe são singulares. No entanto, só nas décadas mais recentes, como é possível observar no curso da história, a criação de “áreas protegidas”²² passou a ser um mecanismo mundialmente adotado das políticas de conservação ambiental. Como observa IRVING (2002):

“As áreas protegidas representam, nos dias atuais, o mecanismo mais universalmente adotado para a conservação de ecossistemas naturais e/ou patrimônio cultural (...). Além disso, a implantação de parques, reservas e outras categorias de manejo funciona como garantia estratégica de conservação da natureza em países periféricos, caracterizados por alta biodiversidade, como é o caso do Brasil”. (Irving, 2002, p.48/49).

Um dos mais polêmicos temas ligados à criação das áreas protegidas diz respeito ao conflito gerado com as populações humanas que habitam esses espaços. Em prol da preservação dos ecossistemas, historicamente, as políticas e práticas ambientalistas estiveram orientadas para a desapropriação dos grupos humanos, que sempre estiveram alijados deste processo.

BENSUSAN (2006) apresenta, desde a antiguidade, as motivações que estão na base da idéia de se proteger espaços do planeta. Conforme observa:

“Alguma dessas áreas protegidas foram criadas ainda no século XIX, com o intuito de preservar paisagens especialmente belas para as futuras gerações. Durante o século XX, esse instrumento se popularizou e as taxas de extinção de espécies conduziram à criação da vasta maioria das áreas protegidas, como uma tentativa de resposta à crise das extinções.” (pág. 12)

O Parque Nacional de Yellowstone foi o primeiro a ser criado com o objetivo de preservar suas belas paisagens “virgens” para as gerações futuras, em 1872 e para tal, deveria ser desabitado. Este exemplo se tornou emblemático para o entendimento do conflito existente com relação à questão da presença humana em áreas protegidas. Conforme observa Diegues (1994), Yellowstone não era tampouco uma área desprovida de populações humanas e sim

²² Na definição do Ministério do Meio Ambiente, as áreas protegidas são áreas de terra e/ou mar especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica, e de seus recursos naturais e culturais associados, manejadas por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos.

território dos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock. O ideal de preservação, no entanto, excluía a possibilidade de haver modos de vida nesses espaços e, à medida empregada para a efetivação da área protegida era promover a transferência de moradores, freqüentemente de maneira impositiva dos locais onde viviam tradicionalmente. O “mito moderno da natureza intocada” se constituiu como o padrão para a manutenção da biodiversidade e influenciou a criação das áreas protegidas no mundo²³.

Na raiz das perspectivas ambientais adotadas pelos países estão os acordos realizados em encontros internacionais que tem como objetivo discutir e orientar as políticas e tendências globais de conservação da biodiversidade. Neste contexto, em 1962, no III Congresso Mundial de Parques Nacionais, ocorrido em Bali, começou a se delinear algum indício de relação entre populações locais e áreas protegidas (Diegues, 1996). Como observa DIEGUES (1996), a indicativa deste congresso era de que a estratégia de conservação da natureza por meio dos espaços protegidos só teria sentido com a redução do consumo nos países industrializados e elevação da qualidade de vida nos países em vias de desenvolvimento. No entanto, a existência de populações locais no interior dessas áreas, no Terceiro Mundo, não foi mencionada. Embora houvesse o surgimento de uma preocupação com certa equidade entre os países, o que prevalecia nos debates era o caráter expropriatório dos territórios a serem preservados.

Na década de oitenta o debate se amplia. Alguns estudos com base em conhecimentos de etnobiologia vêm à tona e passam a se confrontar com a política adotada. A retirada dos grupos humanos que habitam as áreas a serem protegidas passa a ser questionado, quando se percebe que a retirada desses grupos, que mantinham uma interação específica com o ambiente local, gerou a propagação de desequilíbrios ecológicos no continente africano.

Em 1992, no IV Congresso Mundial de Parques, ocorrido, em Caracas, houve então, uma mudança na perspectiva de se considerar uma interação com as populações locais em áreas para a conservação²⁴. Como observa Diegues (1994), as recomendações do evento expressam a necessidade do aumento do respeito às populações tradicionais.

Atualmente, apesar da influência histórica da abordagem preservacionista, que advoga a exclusão da presença humana nas áreas protegidas, as estratégias no cenário ambiental, estão, paulatinamente, abandonando a visão estritamente pragmática e vêm incorporando as interfaces sociais na esfera da conservação ambiental. Recentemente, o V Congresso Mundial de Parques²⁵ (2003), organizado pela IUCN, ocorrido em Durban, África do Sul, explicitou a problemática. Este congresso visou debater os “Benefícios além das Fronteiras” e trouxe à baila a necessidade de se rever a importância e o valor das áreas protegidas para a sociedade e de se trabalhar em associação com diferentes segmentos interessados da sociedade, como forma de realizar este objetivo mais amplo²⁶. Este congresso refletiu indícios do

²³ Este aspecto já foi amplamente discutido em diversos estudos acadêmicos e espaços de participação, mas cabe lembrá-lo como estando subjacente às questões que emergem na atualidade.

²⁴ As principais conclusões deste Congresso estão reunidas na Declaração de Caracas. Entre elas: a) de o estabelecimento e o manejo efetivo de unidades de conservação serem realizados de uma forma sensível aos anseios e às preocupações das populações locais; b) das áreas protegidas serem incorporadas como elementos das políticas, programas, planos e projetos de desenvolvimento; c) das comunidades, organizações-não-governamentais e instituições do setor privado participarem ativamente no estabelecimento e manejo dos parques nacionais, e dos governos desenvolverem mecanismos que permitam a todos os setores da sociedade colaborarem no planejamento, estabelecimento e manejo das áreas protegidas; d) de informar e educar todos os setores da sociedade sobre a importância das áreas protegidas e dos seus benefícios econômicos, ambientais e sociais, como forma de se obter a participação destes.

²⁵ Este encontro que ocorre a cada 10 anos, mobilizou mais de três mil pessoas (delegados de estado, ministros, entidades ambientalistas, organizações não governamentais, etc).

²⁶ Cf. IUCN. Plan de Acción del acuerdo de Durban. V Congreso Mundial de Parques. Beneficios Más Allá de las Fronteras. Durban, septiembre de 2003.

reconhecimento das questões locais, associadas à prioridade de conservação. Dentre as responsabilidades acordadas neste congresso, foram ressaltados alguns compromissos que demonstram esta tendência, como por exemplo: reconhecimento e garantia dos direitos dos povos indígenas e comunidades locais com relação ao uso e acesso dos recursos naturais e a conservação, assegurando sua participação; maior investimento no envolvimento de jovens e mulheres no processo de tomada de decisão. Tais compromissos revelam, de certo modo, uma significativa incorporação dos significados da conservação e aponta para uma abertura progressiva para os aspectos humanos anteriormente ignorados nas estratégias de desenvolvimento.

O encontro de Durban, além de inúmeros outros estudos e encontros nacionais e internacionais, vêm refletindo sobre a ótica da inclusão das populações que habitam as Unidades de Conservação, no entanto, até hoje inúmeras são as lacunas no que se refere à implantação e gestão dessas áreas.

Panorama Brasil

No Brasil, a movimentação com relação à questão ambiental se fortaleceu nas décadas de 1970 e 80. A Constituição Federal de 1988 assegura a todos, em seu artigo sobre meio ambiente (art. 225), um “meio ambiente ecologicamente equilibrado” e impõe ao poder público o dever de defendê-lo e preservá-lo. Para tal, um dos instrumentos que a Constituição prevê para o cumprimento desse dever e que está em consonância com as diretrizes acordadas internacionalmente entre os países é a “definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos”. No início da década de 1990, as chamadas quebradeiras de coco babaçu e os quilombolas, que apareceram na cena política constituída, se consolidaram como movimentos e articularam estratégias de defesa de seus territórios, juntamente com outros povos e comunidades, tais como os castanheiros e os ribeirinhos (Almeida, 2006)²⁷. Estes movimentos, tomados em seu conjunto, reivindicam o reconhecimento jurídico-formal de suas formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais (Almeida, 2006). Em 1999, o Projeto Lei N.º 2.892, regulamentou o Artigo 225 da Constituição Federal Brasileira de 1988 ao finalmente instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Após ampla discussão e revisões, esse sistema entrou em vigor em 18/07/2000, com a Lei do SNUC de N.º 9.985 (BRASIL, 2000). O SNUC é, portanto, o instrumento legal que define as categorias de áreas protegidas no Brasil e os mecanismos para sua gestão efetiva.

De acordo com o SNUC, as Unidades de Conservação diferenciam-se principalmente pelo uso e ocupação do solo, pelos objetivos e finalidades a que se destinam, e pelo Plano de Manejo²⁸, principal instrumento técnico para a gestão e o manejo destas áreas²⁹. O número total de Unidades por tipo e suas porcentagens em território nacional, podem ser vistas no quadro a seguir:

²⁷ Para uma revisão sobre o surgimento da emergência de “novas” identidades coletivas e dos “novos movimentos sociais”, ver (Hobsbawn, 1995; Castells, 2002).

²⁸ Projeto de Lei N.º 9.985, na instituição do SNUC, define no Cap. I, no Art., inciso XVII – Plano de manejo: “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”.

²⁹ De acordo com o SNUC, as unidades de conservação dividem-se em dois grupos: Unidades de Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre) e Unidades de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural).

Quadro – 01 - Número total de Unidades de Conservação por tipo

Tipo	Sub-total	%	Total
Proteção Integral	130	17,86	728
Uso Sustentável	598	82,14	

FONTE: IBAMA

Dentre as categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável estabelecidas no SNUC, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e as Reservas Extrativistas (RESEX) caracterizam-se por serem de domínio público e incluírem as “populações tradicionais”, populações responsáveis pela co-gestão da reserva³⁰.

É interessante constatar, que as Unidades de Conservação de Proteção Integral quase sempre ficavam no papel e pouco se conseguia implementar na prática – a não ser certas atitudes repressoras por parte do órgão ambiental fiscalizador, o IBAMA – quando havia recursos suficientes para atuar³¹, assim também ocorreu com as estratégias de replicação do modelo “co-gestor” sem o envolvimento efetivo com as populações (Bensunsan, 2006).

Ainda de acordo com o SNUC, o Artigo 27 da Lei, prevê que se realize a elaboração do Plano de Manejo das Unidades de Conservação. E ainda, como afirma o CNPT/IBAMA (2001), o Plano de Manejo, para o caso das Reservas Extrativistas, tem a finalidade de possibilitar, entre outras coisas, a instalação de atividades econômicas adequadas à realidade ambiental dos ecossistemas existentes e às características das comunidades que neles habitam. No entanto, ainda é marcante a dificuldade de implantação e gestão das unidades de conservação na realidade brasileira e vencer as nuances convencionais das práticas públicas, ainda constitui o desafio em questão.

Lima (1997) aprofunda a visão da problemática em torno das políticas para a conservação e observa que mesmo se considerando a perspectiva da parceria ecológica, muitas vezes o esforço de conservação exigido das populações residentes no interior ou no entorno das Unidades de Conservação é muito maior dos que as exigidas de outros segmentos da sociedade igualmente envolvidos. Lima (1997) chama atenção de que a parceria ecológica tem sido constituída com base na desigualdade social e ressalta que:

“As populações pobres, (...) estão sendo integradas às unidades de conservação sem que se tenha definido com clareza a meta social a ser atingida. A única norma definida para o desenvolvimento é restritiva – que as atividades humanas não contrariem o objetivo de preservação da biodiversidade”. (p. 288)

Embora o SNUC possa ser considerado uma referência no avanço das questões referentes à criação de Unidades de Conservação³², o processo de elaboração e negociação desse sistema não foi simples. Ao contrário, foi um processo de grande polêmica entre os ambientalistas, e durou mais de 10 anos em tramitação no Congresso Nacional, num cenário de intensos debates e posicionamentos, quanto aos fundamentos e práticas para conservação

³⁰ A RDS foi uma categoria pensada inicialmente por pesquisadores imersos nessas áreas e que observavam os impactos destrutivos na Amazônia e temiam a extinção das espécies e ao mesmo tempo eram sensíveis às populações residentes. A primeira RDS foi a RDS Mamirauá, criada no ano de 1990 e que inicialmente, havia sido classificada como Estação Ecológica – de natureza restritiva as populações. Sobre a “experiência Mamirauá”, ver (Lima, 1997).

³¹ Este é um ranço ainda forte na percepção geral, que muitas vezes ofusca a possibilidade de ser estabelecer diálogos propositivos.

³² Unidades de Conservação são definidas conforme o SNUC como: “Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.” Projeto Lei N.º 9.985 (2000).

(Mercadante, 2001). Entre as perspectivas marcantes estavam a visão biocêntrica, de um lado, os que compreendiam a presença humana como ameaça à manutenção da biodiversidade, e de outro, a visão antropocêntrica, aqueles que defendiam a conservação, a partir de alianças locais e apostavam na construção coletiva com as populações residentes nas áreas naturais.

Neste contexto, um amplo debate com relação presença de populações humanas nas Unidades de Conservação, que se convencionou chamar de “populações tradicionais”, enfatizado pelos movimentos sócio-ambientais, emergiu uma vez que o modelo adotado inicialmente no Brasil seguiu uma concepção de inspiração norte-americana, de “paraíso intocado” – de áreas protegidas sem a presença humana. Diegues retrata este debate em “O mito moderno da natureza intocada” (1996) e no estudo encomendado pelo MMA que realizou, com Rinaldo Arruda, intitulado “Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil” (2001) – e somado a estes, inúmeros outros trabalhos e estudos que visavam chamar a atenção para as populações que estavam sendo alijadas de seus territórios de origem a partir de medidas intervencionistas de caráter preservacionista.

De acordo com Lima, (1997) na revisão do SNUC foi incorporada a concepção de populações tradicionais, atendendo às demandas geradas pelo movimento sócio-ambiental que propunha a criação de novas categorias de conservação que incluíssem o direito de permanência das populações humanas tradicionais. Como lembra a autora na “legislação ‘pré-parceirista’ qualquer população local teria que ser removida após a definição de uma Unidade de Conservação” (Lima, 1997:288)³³. No entanto, na versão final da Lei do SNUC o dispositivo que definia as populações tradicionais foi vetado (Mercadante, 2001).

O veto veio seguido da seguinte argumentação:

“O conteúdo da disposição é tão abrangente que nela, como pouco esforço de imaginação, caberia toda a população brasileira. De fato, determinados grupos humanos, apenas por habitarem continuamente em um mesmo ecossistema, não podem ser definidos como população tradicional, para fins do Sistema Nacional de Unidades de conservação da Natureza. O conceito de ecossistema não se presta para delimitar espaços para a concessão de benefícios, assim como o número de gerações não pode ser considerado para definir se a população é tradicional ou não, haja vista não trazer consigo, necessariamente a noção de tempo de permanência em determinado local, caso contrário, o conceito de população tradicional ampliar-se-ia de tal forma que alcançaria, praticamente, toda a população rural de baixa renda, impossibilitando a proteção especial que se pretende dar às populações verdadeiramente tradicionais” (BRASIL, 2000).

Uma outra questão que merece ser compreendida, em profundidade, é que muitos os que passaram a defender a permanência das populações em seus territórios de origem, o faziam por diferentes motivações: uns por considerar este, um direito das populações, enquanto outros, por considerar esta uma estratégia interessante para a conservação. Como observa BARRETTO FILHO (no prelo),

“Formuladores e planejadores destas (áreas protegidas) passaram a propor, então, como condição de êxito de manejo a longo prazo, a inclusão da cooperação e do suporte das “populações locais”.

É, portanto, importante notar que, a parceria com as populações locais, nem sempre surgiu a partir do reconhecimento de seus direitos, mas sim, como estratégia para conservação uma vez que se observou o fracasso de modelos excludentes das estratégias de preservação.

³³ É importante notar que a inclusão das populações residentes no interior e no entorno das áreas protegidas se deu mais em função da perspectiva de torná-los aliados da conservação do que pelo reconhecimento de um direito – diferentemente do reconhecimento dos indígenas e dos quilombolas.

Num enfoque mais específico é preciso destacar que, no caso brasileiro, o contexto sócio ambiental fez emergir na cena política, certas identidades de povos diferenciados culturalmente da sociedade urbano-industrial e desprovidos de direitos, ao ancorá-las à noção de populações tradicionais. Esta “tradução” precisa ser compreendida em profundidade.

A noção de “Populações tradicionais”

A noção que “Populações tradicionais” surge no âmbito do debate em torno do suposto problema da presença de grupos humanos em áreas protegidas (Barreto Filho, no prelo) e passou a ser empregada com liberalidade para “dar conta” dos grupos historicamente específicos e distintos entre si – e que não são índios e nem quilombolas (Lima, 2001)³⁴. “População tradicional” se tornou, portanto, uma categoria corriqueira para se referir aos grupos caracterizados por formas cultural e historicamente específicas de apossamento da terra e de apropriação dos recursos naturais, que estão desprovidos de tratamento legal diferenciado que reconheça o seu direito às terras que tradicionalmente habitam (Carneiro Cunha e Almeida, 2002).

Para LIMA (2003), a noção de populações tradicionais pode ser entendida no sentido acadêmico, como reformulação de categorias étnicas e sociológicas, notadamente a de campesinato e também em seu sentido político, enquanto categoria de mobilização do cenário sócio-ambiental. Esta noção vem sendo sistematicamente empregada para identificar e fazer conhecer certo tipo de formação social camponesa, marcado por uma forma particular de organização social, uso dos recursos naturais e ocupação do espaço (Lima, 2001), ou ainda, por um dado modelo sociocultural de adaptação do meio (Arruda, 1997).

É uma noção ambígua, pois, se por um lado engloba a diversificada “massa” que não é indígena, nem quilombola, também abarca estas categorias e outras mais – quando a distinção cultural se expressa em termos de territorialidades específicas³⁵. No entanto como afirmam CARNEIRO CUNHA E ALMEIDA (2002) “o emprego do termo “populações tradicionais” é propositalmente abrangente, contudo, essa abrangência não deve ser confundida com confusão conceitual”.

Além disso, conforme observa BARRETTO FILHO (no prelo)³⁶, “população tradicional” expressa um conjunto de valores culturais coletivos relativos ao meio ambiente: percepções, valores e estruturas de significações que orientam disputas simbólicas e estão na origem de certas políticas ambientais. E é, portanto a partir do reconhecimento deste campo de disputas, de diferentes interesses e conflitos que se pode compreender o surgimento das chamadas populações tradicionais.

Na tentativa de definição do termo, inúmeros equívocos e contradições foram gerados nos estudos e pesquisas em geral, como por exemplo, os estudos que passaram a considerar as “populações tradicionais” como grupos naturalmente conservacionistas – numa tentativa de legitimar a permanência dessas populações nos territórios que passaram a ser destinados à preservação. BARRETTO FILHO (no prelo) aponta para uma tendência generalista, em que as populações ditas tradicionais são via de regra, definidas como parte dos ecossistemas a serem protegidos e como estando em uma espécie de sintonia natural com a natureza.

Alguns estudos que chamavam atenção para o fato de que a presença de “certos grupos locais”, junto a seu meio natural, garantia à manutenção da biodiversidade, foram paradigmáticos como argumentos contrários à expulsão dos habitantes destas localidades, em nome da preservação ambiental. No entanto, uma certa generalização deste argumento

³⁴ Índios e quilombolas são identidades com legislação específica, com direitos garantidos na Constituição, diferenciando-se, neste aspecto, dos demais agrupamentos humanos.

³⁵ Essas territorialidades específicas são pouco conhecidas. Este tema será desenvolvido mais à frente.

³⁶ Barreto Filho (2003) propõe uma crítica sociológica do emprego da noção de populações tradicionais na caracterização dos conflitos envolvendo grupos sociais residentes em – ou nas imediações de – áreas protegidas.

associada ao uso da noção de “populações tradicionais” contribuiu, em certos estudos, para a sua banalização.

ADAMS (2000), se contrapondo a estas generalizações inconsistentes aponta os diversos “mitos” que caracterizam a população da pesquisada realizada junto a uma comunidade caiçara, no intuito de combater as visões romantizadas nos estudos locais. Esta pesquisadora observa algumas qualificações definidoras dessas populações, que, no entanto, não possuem factualidade. Muitos estudos destacam os grupos por serem “tradicionais”, “isolados”, “auto-suficientes”, “primitivos”, “pescadores”, “dotadas de um referencial marítimo”, entre outros. Como observa Adams, no cenário internacional, a idéia das populações tradicionais como conservacionistas naturais, que vivem em harmonia com a natureza vem sendo revista desde a década de 80 a partir de abordagens mais recentes da Antropologia Ecológica, a Ecologia Histórica³⁷ (Adams, 2002).

LIMA (1997) observa que o foco no aspecto tradicional dessas populações pode levar a outro tipo de equívoco nas práticas dirigidas a estes grupos. Conforme observa esta autora,

“Esta concepção pode fortalecer a tendência de se desejar o imobilismo dessas culturas – um receio de que se tornem modernas e percam a sua identidade e o seu caráter conservador”. (Lima, 1997)

Assim, como observa, a generalização do conceito de “população tradicional” tende a simplificar a diversidade de situações sociais e implica em uma expectativa de permanência no tempo da pequena produção familiar. Como contraponto a visão do imobilismo, esta autora ressalta a importância da autonomia desses grupos em decidirem sobre o seu futuro e suas aspirações.

Todo o debate em torno da criação de áreas protegidas reflete o amadurecimento lento e gradual da política ambiental no Brasil e no Mundo, conforme discutido em MEDEIROS, IRVING E GARAY (2004).

BARRETTO FILHO (2002) observa que a criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral na Amazônia brasileira foi um fenômeno historicamente datado – concentrando-se na virada da década de 70 para 80. Como chama atenção o autor,

“É interessante notar que neste momento não havia sequer movimento conservacionista e ambientalista reivindicando proteção de áreas naturais de modo articulado” (Barretto Filho, 2002).

No entendimento da noção de “população tradicional”, ALMEIDA (2006), acrescenta a seguinte explicação:

“A expressão “comunidades”, em sintonia com a idéia de “povos tradicionais” deslocou o termo “populações”, reproduzindo um discussão que ocorreu no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1988-89 e que encontrou eco na Amazônia através da mobilização dos chamados “povos da floresta” no mesmo período. O “tradicional” como operativo foi aparentemente deslocado no discurso oficial, afastando-se do passado e tornando-se cada vez mais próximo de demandas do presente. Em verdade o termo “populações”, denotando certo agastamento, foi substituído por “comunidades”, que aparece revestido de uma conotação política inspirada nas ações partidárias e de entidades confessionais, referidas à noção de “base”, e de uma dinâmica de mobilização, aproximando-se por este viés da categoria de “povos” (Almeida, 2006).

³⁷ Segundo Adams (2000), a Ecologia Histórica estuda os sistemas ecológicos não só através de seus componentes humanos (economia, religião e política, etc), como também considera seu aspecto diacrônico. Ou seja, através da história se busca entender a estrutura e função do ecossistema e a cultura de seus habitantes.

Em 2001, foi publicado o estudo sobre os “Saberes tradicionais e a Biodiversidade no Brasil”, realizado a convite do Ministério do Meio Ambiente, no DIEGUES E ARRUDA (2001) apontam a diversidade cultural presente no território brasileiro, caracterizando vários grupamentos humanos (caiçara, vargeiro, açorianos, jangadeiros, pastoreiros, sertanejos, quilombolas, pescadores artesanais, etc). Diegues também tentou descrever as culturas tradicionais. Conforme Diegues (1996) as características das culturas tradicionais podem ser definidas da seguinte maneira:

“Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constroem um "modo de vida"; Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; Noção de território ou espaço onde o grupo se reproduz econômica e socialmente; Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados; Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação com o mercado; Reduzida acumulação de capital; Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou de compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; Importância de mito e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas; A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o trabalho artesanal. Nele, o produtor e sua família, dominam o processo de trabalho até o produto final; Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; e auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras” (Diegues, 1996)

ANDRADE (2003) a partir de uma pesquisa realizada tendo como fonte a análise de documentos oficiais percebeu o intenso uso de noções problemáticas que entraram para o jargão oficial. Estas noções, entre elas: “comunidades”, “remanescentes de quilombo”, das quais se pode acrescentar o uso da noção de “populações tradicionais” passam, segundo esta autora, a ter efeito auto explicativo – dando prestígio e mobilizando recursos. Como observa,

“A adjetivação indica, quem sabe, uma necessidade de precisar o que está sendo dito, como no caso do desenvolvimento, no qual acrescentam cada vez mais adjetivos”. (Andrade, 2003)

Esta visão corrobora com a idéia do uso político dessas noções. No entanto, ainda pouco se discute e avança em relação aos estudos de identidade desses grupos e suas formas de reprodução social, nem se avalia o impacto das intervenções com relação à qualidade de vida dos grupos afetados.

Desafios e questões emergentes

Atualmente a visão que advoga a primazia da exclusão da população residente nas Unidades de Conservação vem sendo combatida e a “inclusão social” passou a ser incorporada como premissa das políticas de conservação ambiental. A participação da sociedade civil no processo de tomada de decisões passou a representar uma das premissas centrais na política ambiental brasileira, sendo também o enfoque prioritário na construção do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, recentemente lançado (BRASIL, 2006). O PNAP se propõe a apoiar a consolidação de uma rede mundial de Áreas Protegidas, inspirada

nas premissas da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)³⁸, que objetiva, entre outras metas, a redução da perda de biodiversidade nas Áreas de Proteção terrestres (até 2010) e nas Áreas de Proteção marinhas (até 2012). Este desafio vem acompanhado da premissa de amplo debate e participação social. Este aspecto, da inclusão social³⁹, vem sendo debatido em profundidade durante as discussões do Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social e representa o ponto de partida para as estratégias de gestão de Unidades de conservação, no que tange às parcerias, ao compartilhamento de responsabilidades e à distribuição justa e equitativa dos benefícios gerados pela proteção da natureza (II SAPIS, 2006). O decreto de 13 de abril de 2006, que institui o PNAP é orientado por outros compromissos assumidos pelo Brasil, nacional e internacionalmente, como pode ser visto no texto de abertura do decreto, resumido no Quadro - 02:

38 CDB foi assinada durante a RIO-92 e marcou o início de um amplo debate global sobre as estratégias consideradas prioritárias para a conservação da fauna, flora e dos sistemas ecológicos que as mantêm. Essa Convenção introduziu no bojo das discussões ambientais a preocupação social e apontou para a importância das comunidades no interior e no entorno das Áreas Protegidas (Oliveira e Irving, 2006).

³⁹ Inclusão social – considerada em sentido amplo, de engajamento da sociedade na definição de políticas, que interferem no direito do cidadão, na interpretação do patrimônio natural e cultural e na valorização do conhecimento baseado na simbologia local (II SAPIS, 2006).

Quadro – 02 - Síntese do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP

“O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e considerando os compromissos assumidos pelo Brasil ao assinar a Convenção sobre Diversidade Biológica, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, em 1992, aprovada pelo Decreto Legislativo no. 2, de 3 de fevereiro de 1994, e promulgada pelo Decreto de no. 2.519, de 16 de março de 1998;

Considerando que o desenvolvimento de estratégias, políticas, planos e programas nacionais para áreas protegidas é um dos principais compromissos assumidos pelos países membros da Convenção sobre Diversidade Biológica;

Considerando que o Programa de Trabalho para Áreas Protegidas da Convenção sobre Diversidade Biológica prevê o desenvolvimento de estratégias para estabelecer sistema abrangente de áreas protegidas, ecologicamente representativo e efetivamente manejado, integrado a paisagens terrestres e marinhas mais amplas até 2015;

DECRETA: Art. 1º. Fica instituído o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, conforme o disposto no Anexo a este Decreto. Art. 2º. A implementação do PNAP será coordenada por comissão instituída no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e contará com a participação e colaboração de representantes dos governos federal, distrital, estaduais e municipais, de povos indígenas, de comunidades quilombolas e de comunidades extrativistas, do setor empresarial e da sociedade civil. Art. 3º. A implantação do PNAP deverá ser avaliada a cada cinco anos a partir da publicação deste Decreto, ouvidos o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação. Brasília, 13 de abril de 2006, 185º. Da Independência e 118º. da República. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.”

Com o PNAP, as áreas indígenas e quilombolas, anteriormente desprovidas de uma política ambiental, passam a ser regidas por princípios de conservação dos recursos naturais⁴⁰.

Além disso, com o objetivo de, juntamente com o governo, construir e coordenar as ações e atividades voltadas para implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável, foi constituída a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Povos e Comunidades Tradicionais, composta por representantes de diferentes grupos: açorianos, babaçueiros, caboclos, caiçaras, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, sertanejos e varjeiros, extrativistas, ribeirinhos, marisqueiros, povos indígenas e quilombolas.

ALMEIDA (2006) argumentou que embora os legisladores tenham incorporado a expressão “populações tradicionais” na legislação competente, e do governo tê-la adotado na definição das funções dos aparatos burocrático-administrativos, tendo inclusive criado, em 1992, o CNPT, no âmbito do IBAMA, não significa um acatamento das reivindicações encaminhadas pelos movimentos sociais (Almeida, 2006). É preciso estar atento, portanto, aos mecanismos propostos para que a sociedade, e os diferentes grupos sociais, de fato tenham um papel atuante nesta construção.

Domínio da terra e dos recursos naturais

A diversidade social corresponde às diversas formas de domínio da terra e dos recursos naturais no mundo. O domínio da terra e dos recursos naturais se refere aos detentores dos direitos de uso, controle, cessão, venda e herança (Bensusan, 2006).

Em um primeiro trabalho escrito em 1985, ALMEIDA (2006), chama a atenção para as modalidades de uso comum da terra, mantidas a margem da ação oficial, tais como as

⁴⁰ Este aspecto pode ser um ponto de conflito se o aspecto da conservação ambiental for interpretado como um cerceamento de seus direitos sob estas áreas.

chamadas: (terras de preto, terras de santo, terras da santa, terras de índio, terras de caboclo, terras soltas ou abertas, terras de herdeiros sem formal de partilha há inúmeras gerações e suas variantes, terras de parente e terras de ausente, dentre outras), que caracterizam esses grupos tradicionais diferenciados, mas que não encontravam correspondência formal no ordenamento jurídico e na ação do Estado (Almeida, 1985). Conforme observa o autor, com relação ao momento deste trabalho:

“O fulcro da polêmica, na qual se colocava este trabalho de mapeamento da diversidade de apropriações, era repensar a lógica de reestruturação formal do mercado de terras, que considerava o fator étnico, os laços de parentesco, as redes de vizinhança, e as identidades coletivas como formas de imobilização dos recursos básicos, que impedem que as terras sejam transacionadas livremente como mercadorias” (pág. 16)

Neste sentido se amplia a análise dos que imaginam as mesmas categorias econômicas para todo e qualquer povo ou sociedade e um “modelo de propriedade” homogêneo, coadunado com as vicissitudes do mercado de terras (Almeida, 2006). Era portanto, uma tentativa de evidenciar que para além da lógica estritamente econômica, existem nessas formas de apropriação da terra valores e práticas que circulam e garantem a unidade dos grupos e do território, diferente dos moldes de livre comercialização. Conforme expressa ALMEIDA (2006), as formas de uso comum designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente, mas sim através de normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada dos bens, que são acatadas de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social. Vinte anos depois da publicação do primeiro estudo sobre este tema, ALMEIDA (2006) observa que, se na década de 90, os movimentos das quebradeiras de coco babaçu e os quilombolas entraram na cena política, na atualidade, estes movimentos se articulam a outros povos tradicionais na defesa de seus territórios e reivindicam o reconhecimento jurídico formal. O Quadro - 03, a seguir, expressa a heterogeneidade dos movimentos e suas respectivas modalidades de apropriação.

Quadro – 03 - Formas de reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação das denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”

Povos indígenas	“Posse permanente”, usufruto exclusivo dos recursos naturais. Terras de bens da União	CF – 1988 Art. 231
Comunidades remanescentes de quilombo	Propriedade. “Titulação definitiva”	CF – 1988 Art. 68
Quebradeiras de babaçu	Uso comum dos babaçuais. “sem posse e sem propriedade”	Leis Municipais (MA, TO) 1997-2004
	“regime de economia familiar e comunitária”	CE-M, 1990 Art. 196
Seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu	RESEX – “de domínio público, com uso concedido as populações extrativistas tradicionais.” Posse permanente como “bens da união”	CF – 1988 Art 20 / 3º. Decretos 1990, 1992, 1998 Lei 9.985 – 18/07/00
Pescadores	RESEX – “terrenos da Marinha” Recursos hídricos como “bens da União”	CF – 1988 Art. 20 / 3º. 1992 e 1997
Fundos de pasto	“Direito real de concessão de uso”	CE-BA, 1989 Art. 178
Faxinal	“uso coletivo da terra para produção animal e conservação ambiental”	Decreto Estadual Paraná 14/08/97

Fonte: Almeida, 2006.

BENSUSAN (2006) observa as dificuldades relacionadas aos títulos de propriedade no país, entre elas, os vários títulos existentes para uma mesma terra e o apossamento tradicional das diversas populações – como seringueiros, remanescentes de quilombo, castanheiros, ribeirinhos, entre outros – que, como afirma esta autora, deve ser respeitado e integrado às políticas de conservação e desenvolvimento. Conforme ressalta, conhecer e lidar com a questão fundiária é parte importante para o estabelecimento e gestão exitosa de uma área protegida (Bensusan, 2006).

No entanto, como observa ALMEIDA (2006):

“O reconhecimento jurídico-formal das “terras tradicionalmente ocupadas” não são de fácil efetivação e sem tensões, sobretudo porque rompem com a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos, e impelem a transformações na estrutura agrária (Almeida, 2006).

BENATTI (2001) estuda também a questão da regularização fundiária de segmentos específicos de camponeses, com o intuito de compreender seus apossamentos peculiares. Do mesmo modo, este autor reconhece que, além da concepção jurídico-formal, existem também aquelas de diferentes grupos étnicos e segmento de camponeses, que historicamente formam, o que classifica de “posses agroecológicas”. Sobre esta forma de apropriação, este autor observa que:

“Estas só porque, até então, não tinham sido reconhecidas pelo estado não deixam de ter normas jurídicas, ou seja, de ser partes integrantes do Direito” (Benatti, 2001)

BENATTI (2001) considera que as populações tradicionais formam o que se pode também denominar de “pequenos produtores rurais de base familiar”, sendo sua economia familiar fundamentada no agroextrativismo. Sob a ótica fundiária, classifica-os como posseiros, pois ocupam terras sem consentimento de terceiro e, conseqüentemente, não

possuem títulos legais que lhes garantam o domínio da terra de que estão de posse; o único “título” que possuem é o trabalho que realizam na terra para dar sustento a si e a suas famílias (Benatti, 2001).

Concluindo, é preciso atentar para o fato de que a pressão pela conservação dos recursos naturais fez com que uma série de Unidades de Conservação fossem criadas, nas últimas décadas, em caráter de urgência. Isso vem gerando conseqüências para os desafios de gestão e efetiva proteção dessas áreas. Conforme afirma Almeida (2006), até o presente momento, não há nenhuma Reserva Extrativista sequer regularizada fundiariamente. O quadro a seguir mostra a quantidade de RESEX já criadas.

“O reinado da categoria “imóvel rural”, a partir de 1964 afunilou o foco de ação do Estado e abriu lugar para autoritarismo e arbitrariedades, que menosprezaram as especificidades locais, os fatores étnicos e as diferenças nas formas de apropriação dos recursos naturais (Almeida, 2006). Anteriormente, a categoria “imóvel rural” consistia num mero termo e não possuía força operacional maior, enquanto instrumento de ação fundiária até 1964. Foi com o Estatuto da terra (Lei 4.505, de 30 de novembro de 1964) que se tornou uma categoria definida para fins operacionais (Art. 4) e com propósitos também cadastrais e tributários (Art. 46) (Almeida, 2006). Esses aspectos são de imensa importância para se compreender os conflitos gerados na criação e gestão das Unidades de conservação no Brasil.

Quadro – 04 - Reservas Extrativistas

Nome	UF	Ano de criação
RESERVA EXTRATIVISTA DO LAGO DO CAPANÃ GRANDE	AM	2004
RESERVA EXTRATIVISTA ARAPIXI		
RESERVA EXTRATIVISTA ARIÓCA PRUANÃ	PA	2005
RESERVA EXTRATIVISTA AUATÍ-PARANÁ	AM	2001
RESERVA EXTRATIVISTA BARREIRO DAS ANTAS	RO	2001
RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	AC	1990
RESERVA EXTRATIVISTA CHOCOARÉ-MATO GROSSO	PA	2002
RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVIEIRAS		
RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU	MA	2004
RESERVA EXTRATIVISTA DE SÃO JOÃO DA PONTA	PA	2002
RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ	AC	1990
RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO TARAUCÁ	AC	2000
RESERVA EXTRATIVISTA DO BAIXO JURUÁ	AM	2001
RESERVA EXTRATIVISTA DO BATOQUE	CE	2003
RESERVA EXTRATIVISTA DO CAZUMBÁ-IRACEMA	AC	2002
RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO	MA	1992
RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS	TO	1992
RESERVA EXTRATIVISTA DO LAGO DO CUNIÃ	RO	1999
RESERVA EXTRATIVISTA DO MANDIRA	SP	2002
RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO DO CAUTÁRIO	RO	2001
RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO JUTAÍ	AM	2002
RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO	RO	1990
RESERVA EXTRATIVISTA IPAÚ-ANILZINHO	PA	2005
RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇA	PA	2002
RESERVA EXTRATIVISTA MAPUÁ	PA	2005
RESERVA EXTRATIVISTA MARACANÃ	PA	2002
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA ARRAIAL DO CABO	RJ	1997
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DA BAÍA DE IGUAPE	BA	2000
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ	AL	2001
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE ARAÍ-PEROBA	PA	2005
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERARU	PA	2005
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE GURUPI-PIRIÁ	PA	2005
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE SOURE	PA	2001
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE TRACUATEUA	PA	2005
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO CORUMBAU	BA	2000
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA	PI	2000
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO PIRAJUBAÉ	SC	1992
RESERVA EXTRATIVISTA MATA GRANDE	MA	1992
RESERVA EXTRATIVISTA MÉDIO JURUÁ	AM	1997
RESERVA EXTRATIVISTA QUILOMBO DO FLEXAL	MA	1992
RESERVA EXTRATIVISTA RIO CAJARI	AP	1990
RESERVA EXTRATIVISTA RIO IRIRI		
RESERVA EXTRATIVISTA RIO UNINI		
RESERVA EXTRATIVISTA RIOZINHO DA LIBERDADE	AC	2005
RESERVA EXTRATIVISTA RIOZINHO DO ANFRÍSIO	PA	2004
RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS ARAPIUNS	PA	1998
RESERVA EXTRATIVISTA TERRA GRANDE		
RESERVA EXTRATIVISTA VERDE PARA SEMPRE	PA	2004

1.2 A propósito das Reservas Extrativistas: aspectos legais em questão

A concepção de Reserva Extrativista surgiu no final da década de 1980, em decorrência de violentos conflitos sobre legitimidade e, regularização fundiária na Amazônia em relação às terras historicamente habitada, por famílias que viviam do extrativismo (Chamy, 2002). O surgimento da Reserva Extrativista remonta ao movimento social iniciado na década de 70, em defesa do extrativismo na Amazônia. De acordo com ROSS (1995 apud Coutinho, 2000):

“A implantação das RESEXs como resultado dos movimentos sociais rurais, que se iniciaram mais especificamente no Acre, é consequência da necessidade do estabelecimento do uso e ocupação do solo que beneficia os seringueiros que lutavam não apenas pela manutenção da floresta, mas também por reforma agrária”.

Para RUEDA (1995), um dos aspectos de grande importância na evolução histórica do extrativismo foi o amadurecimento político e social dos extrativistas, a partir da prática dos “empates”⁴¹, que exigiam organização e coesão social. Neste sentido, cabe destacar a marcante influência da liderança local de Chico Mendes⁴². Outros fatores que podem ser identificados como motivadores da organização social dos extrativistas foram: a influência da igreja católica, o movimento sindical e, como assinala Diegues (1996), “a inserção de movimentos sociais amplos” a partir do apoio de grupos ambientalistas e organizações não governamentais nacionais e internacionais, uma vez que a luta extrativista assegura a conservação ambiental. Conforme RUEDA (1995), o marco histórico para a oficialização da criação das Reservas Extrativistas aconteceu em 1985, quando os seringueiros, reunidos em Brasília no Primeiro Encontro Nacional, solicitaram que se acabasse com a colonização dos seringais e que estes lhe fossem dados em concessão, para que assim pudesse ser mantido o extrativismo.

De acordo com DIEGUES (1996), a primeira Reserva Extrativista foi oficialmente criada em 1988 como Projeto de Assentamento Extrativista, parte do Plano Nacional de Reforma Agrária do Incra (Portaria nº. 627/Incra), passando, em 1990, a integrar o quadro das Unidades de Conservação de responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (Decreto Governamental nº. 98.897).

Paralelamente aos movimentos sociais, surge em âmbito mundial, e, especificamente, na Declaração do Rio de Janeiro – Rio 92, uma ampla discussão sobre as populações residentes em áreas naturais no processo de conservação e a valorização dos saberes tradicionais na conservação dos recursos naturais. O Princípio nº. 22 da declaração enuncia que:

“As populações indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, tem papel fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento em virtude de seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais (...) Os Estados devem

⁴¹ Operação que consiste em, pacificamente, as famílias, adultos e crianças, ocuparem o local da derrubada para impedi-la. (Rueda 1995).

⁴² Chico Mendes - Liderança Sindical dos trabalhadores rurais do Acre assassinado em 1989, era seringueiro, passou por movimento da igreja católica da Libertação e militante petista. Chico Mendes divulga a luta ecológica, por uma proposta de sustentabilidade social e ambiental, conseguindo adesão da opinião pública internacional. Tornou-se símbolo e sua morte só fortalece essa condição de personagem paradigmático da associação da luta popular sindical com a luta ecológica. Carvalho, Isabel. Educação Ambiental e Movimentos Sociais: elementos para uma história política do campo ambiental. In: EDUCAÇÃO: Teoria e Prática. Rio Claro, UNESP – IB, Vol . 9, 2001. Sobre a trajetória de Chico Mendes: Cf. Grybowski, C. O Testamento do homem da Floresta: Chico Mendes por ele mesmo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

reconhecer e apoiar, de forma apropriada a identidade, a cultura e os interesses dessas populações e comunidades, bem como habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável”.

O reconhecimento deste fato, como assinala RUEDA (1995), marca um referencial no conceito de gestão e administração das Unidades de Conservação de Uso Direto, na medida em que introduz novos parâmetros àqueles estritamente ambientais.

A capacidade de estabelecer parcerias e incorporar outras bandeiras de luta, que se somam ao movimento ambientalista, caracteriza uma nova geração de movimentos que se tornaram “ampliados”⁴³. Como exemplo deste fenômeno, não se pode deixar de lembrar que no Brasil se delineou, desde o fim dos anos 80, a aliança de segmentos organizados entre os “seringueiros” do Xapuri, que lutaram pela permanência na terra e a manutenção dos seringais, do qual dependiam para sobreviverem e o crescente movimento ambientalista que defendia “interesses universais” de proteção da vida reconhecia o valor da floresta e da biodiversidade:

“A reação política culminou na organização de movimentos sociais importantes que encontraram no discurso ambientalista e na bandeira ecológica o suporte necessário para suas reivindicações sociais. Das parcerias que formaram com grupos ambientalistas, receberam a denominação de “populações tradicionais” como uma maneira de diferenciá-los e reconhecer neles um papel potencial para o desenvolvimento de um novo modelo de uso do ambiente (Lima apud Carneiro da Cunha e Almeida, 1999)

CHAVÉZ (2002) propõe a análise das áreas protegidas (...) a partir da formulação de três territorialidades⁴⁴: “territorialidade do mercado capitalista”, onde se incluem os espaços destinados primordialmente aos cultivos ou atividades comerciais; a “territorialidade das culturas do habitat”, onde se inclui a propriedades coletiva e os recursos comuns e cuja produção circula ainda dentro dos sistemas de troca e cooperação; e por último, a chamada “territorialidade da Reserva”, que corresponde a mais nova dimensão do território, formado por dois elementos discursivos principais: a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável. Para este autor a “territorialidade da Reserva”, que corresponde a criação de Unidades de Conservação, pode ser percebida como uma imposição do Estado (no caso das Unidades de Conservação de Proteção Integral e dos decretos sem consulta popular) ou como uma reordenação do espaço, cujo potencial admite novos projetos, alternativas produtivas e elementos mobilizadores da identidade coletiva (Chavéz, 2002). CHAVÉZ (2002) analisa o projeto RESEX e anuncia como vulnerabilidade deste modelo “na ausência de um projeto cultural indo na direção da defesa do território que incorpore a “territorialidade da reserva”. Este projeto, estaria orientado para uma integração intra-reserva. Nesta análise, CHAVÉZ (2002) também se refere a duas questões básicas que estão referidas a processos dinâmicos: a) as relações de produção, em que se pode agregar a perspectiva da circulação (Godelier, 2001), para se incluir os aspectos de troca e reciprocidade (Mauss, 1950); e b) os regimes de propriedade. Mas como visto, no item anterior, os diferentes “regimes de propriedade” estão associados a formas de apropriação da terra e modalidades e características do acesso aos recursos naturais específicos e para além do sistema jurídico

⁴³ Cf. (Castells, 2006).

⁴⁴ Este autor define “territorialidade” como a construção do espaço, a dotação de sentido ao lugar que se habita, ao qual se pertence através das práticas cotidianas. Práticas mediante as quais um determinado grupo social consegue reproduzir sua cultura (...). A territorialidade, em sua definição, poderia ser definida como o sentimento (caráter subjetivo) que emana da consciência de pertencer ao território (caráter objetivo). Cf. (CHAVÉZ, 2002).

formal. A diversidade social é enorme e ainda pouco conhecida e articulada aos modelos inclusivos de conservação.

No SNUC, as Reservas Extrativistas pertencem ao grupo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável. É o Art. 18 do SNUC (2000) que conceitua este modelo, que segue em destaque no Quadro – 05.

Quadro – 05 - Definição do Art. 18 do SNUC (2000)

Reserva Extrativista: é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.3º A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.4º A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.5º O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.6º São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.7º A exploração comercial dos recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares à demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no plano de manejo da unidade”.

Fonte : SNUC, 2000.

Em tese, as Reservas Extrativistas são estabelecidas em virtude de uma solicitação formal dos moradores da área assim como a proposição dos limites da área é feita pelos mesmos. Depois da formalização da RESEX, ou seja, da discussão e aprovação do Plano de Utilização pelos moradores e da assinatura do Contrato de Concessão de Direito real de Uso, são iniciadas as atividades de consolidação da Reserva, como a elaboração do plano de desenvolvimento que visa complementar o Plano de Utilização já formulado.

Ainda de acordo com o SNUC, o Artigo 27 da Lei, prevê que se realize a elaboração do Plano de Manejo⁴⁵ das Unidades de Conservação. E ainda, como afirma o CNPT/IBAMA (2001), o Plano de Manejo, para o caso das Reservas Extrativistas, tem a finalidade de possibilitar, entre outras coisas, a instalação de atividades econômicas adequadas à realidade ambiental dos ecossistemas existentes e às características das comunidades que neles habitam.

As Reservas Extrativistas são áreas de domínio público e sendo assim, dependem de uma Concessão Real de Uso do território destinado à Reserva que é outorgada à comunidade e não individualmente. Conforme observa BENATTI (1998),

“A previsão legal do contrato de concessão do direito real de uso está no Decreto-Lei no. 271, de 28 de fevereiro de 1967, o qual estabelece que a concessão do direito real de uso do terreno é o contrato solene, pelo qual se transfere, a título de direito real, o usufruto temporário, por prazo certo ou indeterminado, de terreno público ou

⁴⁵ Projeto de Lei Nº 9.985, na instituição do SNUC, define no Cap. I, no Art., inciso XVII – Plano de manejo: “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”.

particular, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, ou outra utilização de cunho social” (Benatti, 1998)

A população outorgada passa a se responsável pelo gerenciamento do território em conjunto com o IBAMA.

As Reservas Extrativistas Marinhas

Na pauta encontros e compromissos internacionais assumidos (Durban –World Parks (2003); Johannesburg Sunmit (2002), entre outros) entre os países do mundo está a preocupação crescente e conciliação de esforços para a proteção dos espaços marinhos, cujo objetivo é proteger de 20 a 30 % desses ambientes em forma de áreas protegidas, com meta para o ano de 2012.

A União Internacional para a Conservação da Natureza - IUCN definiu uma área marinha protegida como:

“Qualquer área em terrenos imersos ou entre marés, juntamente com suas águas, fauna e flora, aspectos culturais e históricos associados, que estão reservados por lei ou outros meios efetivos para proteger parte ou todo um ambiente determinado”.

No Brasil, a incidência dos acordos de proteção e ampliação da política ambiental aos ambientes marinhos, estimulou adequação do modelo de Reserva Extrativista sendo criada, como subcategoria desta a Reserva Extrativista Marinha, estando abrangidas pela definição do artigo 18 do SNUC (2000), que as define como:

“Área utilizada por população extrativista tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”.

A primeira Reserva Extrativista Marinha criada foi a RESEX Marinha de Pirajubaé/SC, em 1992, seguida da RESEX Marinha de Arraial do Cabo/RJ em 1997; RESEX Marinha da Baía de Iguape/BA, RESEX Marinha do Delta do Parnaíba e RESEX Marinha do Corumbau/BA em 2000; RESEX Marinha de Soure/PA e RESEX marinha da lagoa do jequiá/AL, em 2001 e RESEX Marinha de Araí-Peróba/PA, RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu/PA, RESEX Marinha de Gurupi-Piriá/PA e RESEX Marinha de Tracuateua/Pa em 2005.

Como se vê trata-se de uma experiência ressentida no âmbito de criação e implantação e gestão da política ambiental brasileira.

CAPÍTULO II - A PESQUISA NO DELTA DO PARNAÍBA

2.1 Organização e formulação da pesquisa

O presente estudo é composto da busca de referenciais teóricos e analíticos que fundamentaram a realização do trabalho de campo e sua posterior análise.

Foram pesquisados ensaios etnográficos e estudos de comunidades rurais; informações referentes à política ambiental no Brasil; às populações tradicionais no contexto das áreas protegidas e às legislações ambientais e agrárias, além da busca de referenciais metodológicos para compor o arcabouço teórico prévio necessário à realização do Estudo de Caso.

O Estudo de Caso, que recaiu em um povoado da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, foi sistematizado a partir de dados primários, oriundos do contato direto com o campo, e secundários, com base em estudos já realizados e informações obtidas em meios difundidos de comunicação. Com relação à pesquisa de dados secundários sobre a região e a Unidade de Conservação, foram realizadas consultas em diferentes fontes: *sites*, reportagens de jornal, guias turísticos, documentos e estudos com referência local. Na pesquisa documental foram consultados o estudo de Zoneamento-Ecológico-Econômico do baixo Parnaíba (2002)⁴⁶, que contempla a área de estudo, e o estudo realizado pelo CNPT/IBAMA (1999) “Caracterização sócio-econômica da área do delta do rio Parnaíba a ser transformada em Reserva Extrativista”⁴⁷.

2.2 Fundamentos teóricos da escolha metodológica

A pesquisa qualitativa serviu como a base metodológica utilizada, uma vez que ela possibilitou o estudo de questões que não podem ser quantificadas como, por exemplo, os aspectos da subjetividade e as atitudes individuais que fazem parte do contexto das relações sociais (Goldemberg, 2002; Becker, 1993). Além disso, a pesquisa proposta não teve como meta uma representação numérica do grupo pesquisado, como se realiza em pesquisas com métodos convencionais, e sim, a sua compreensão como agrupamento social, em sua organização e trajetória. Segundo BECKER (1994), neste método de pesquisa, a quantidade é substituída pela profundidade, ou seja, importa mais analisar uma questão a fundo, sob os diferentes significados locais, em toda a sua complexidade, do que quantificar pessoas, animais, edificações⁴⁸. Para tal, o trabalho de campo⁴⁹, surgiu como condição primordial para se alcançar os objetivos da pesquisa.

Para a realização da pesquisa de campo foi necessário definir alguns aspectos específicos a serem investigados em profundidade (a fim de aprofundar o olhar e a escuta). Como material complementar foi realizado ensaio fotográfico da localidade transformado em um *slide-show* a ser apresentado.

2.3 Aspectos gerais da pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada no período de 24 de Junho a 22 de Julho de 2005, na ilha das Canárias, em sua maior parte, no povoado do Passarinho, totalizando 28 dias de convívio direto com os moradores. No período da pesquisa, foram também visitados outros dois povoados da ilha: Torto, na ida ao festejo comunitário, e Canárias, numa visita de

⁴⁶ MMA- Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável – Consórcio ZEE – Brasil (2002).

⁴⁷ Produzido pelos técnicos: José Arribamar de Carvalho e Alexandre Zananiri Cordeiro. Em visita realizada ao CNPT/IBAMA de Brasília, pude ter acesso ao documento.

⁴⁸ Estas também foram realizadas em caráter complementar as análises qualitativas.

⁴⁹ Ver (Da Matta, 1981).

reencontro após três anos passados da pesquisa anterior⁵⁰. A pesquisa envolveu também a interlocução com representantes do órgão ambiental responsável pela RESEX, o IBAMA regional, situado em Parnaíba (PI) e também um pesquisador da região⁵¹. As entrevistas foram transcritas na íntegra, tendo sido mantido os linguajares próprios dos entrevistados.

É preciso reconhecer que existe uma clara limitação com relação ao tempo de convívio com os entrevistados, e, portanto, da condição que permite perceber com mais profundidade a problemática vivida por estes. No entanto, as bases para o estabelecimento da confiabilidade para transmissão das informações e, por vezes, confidências e percepção dos “não-ditos”, foram construídas a partir da estreita ligação com uma das famílias do povoado, que serviu de mediadora para a interlocução com as demais famílias. E ainda, a partir da intensidade com que as experiências foram vividas neste período e da “costura” que foi possível produzir, com a passagem anterior na região (com duração de quatro meses), somado ao registro de seus contextos, e por vezes, a transcrição na íntegra da fala do informante, na tentativa de minimizar a falta de um contínuo envolvimento com o grupo estudado, observado em outros estudos similares em outras localidades, e do próprio desejo da pesquisadora⁵².

Durante a pesquisa de campo foram realizadas 48 entrevistas. A tabela a seguir traz a distribuição das entrevistas por gênero, localidade ou função e geração. Uma breve sistematização do perfil dos entrevistados encontra-se no Anexo - 01.

⁵⁰ Antecedentes: Em 2002, tive o primeiro contato com a região, enquanto atuava como monitora do Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo, fomentado pelo FUNBIO. Durante 4 meses a equipe e nosso contato local, Fabio Ferreira, antropólogo, professor de UFPI, percorremos todos os povoados da ilha das Canárias inicialmente acompanhados de um barqueiro, residente no Porto dos Tatus e posteriormente sozinha, com o objetivo de pesquisa (monografia de graduação). A presente pesquisa, realizada no âmbito do mestrado no CPDA, pretendeu dar continuidade a esta experiência de investigação.

⁵¹ O pesquisador que me refiro é Fabio Ferreira, citado anteriormente.

⁵² Refiro-me ao meu ideal de pesquisa, com um tempo maior para o aprofundamento do campo.

Quadro – 06 - Tabela de Entrevistados

Moradores do Passarinho		
Geração / Gênero	Mulheres	Homens
– até 18 anos	2	-
– de 19 a 29	4	5
– de 30 a 39	7	2
– de 40 a 49	2	2
– de 50 a 59	1	3
– acima de 60	2	6
Total (Passarinho)	18	18
Moradores de Canárias		
Geração / Gênero	Mulheres	Homens
– até 18 anos	1	1
– de 19 a 29	-	-
– de 30 a 39	-	-
– de 40 a 49	-	-
– de 50 a 59	-	1
– acima de 60	1	3
Total (Canárias)	2	5
Outros interlocutores entrevistados		
	Mulheres	Homens
Chefe da RESEX	-	1
Responsável pela cooperação internacional - COSPE	1	-
Pesquisador local	-	1
Pessoas que foram morar	1	1
Total (Interlocutores)	2	3
Total geral - por gênero	22	26
Total de entrevistados	48	

O foco da pesquisa foi o conjunto de moradores (atuais e antigos), membros das primeiras famílias que chegaram na área, hoje constituída como RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, ou que para lá migraram no decorrer dos anos, no sentido de serem investigadas suas relações com o lugar, com as transformações, com o mundo exterior, com a religiosidade e demais aspectos da vida que foram necessários para uma compreensão sistêmica da pesquisa.

Como recursos metodológicos foram utilizados: a “observação participante”⁵³ e entrevistas realizadas a partir de um roteiro previamente planejado com tópicos e perguntas abertas, do tipo semi-estruturado, de maneira a tornar possível a percepção de outras nuances.

A observação participante se caracterizou pela interação nas atividades do cotidiano local, majoritariamente junto aos moradores do Passarinho, embora tenha podido percorrer e entrevistar moradores de outras comunidades da ilha das Canárias – Canárias e o Torto⁵⁴. Além da observação participante e a realização das entrevistas com os habitantes locais, algumas etapas e procedimentos metodológicos, que antecederam a transcrição das fitas, análise das entrevistas e anotações de campo, e a escrita propriamente dita, merecem esclarecimentos, entre eles:

O resgate do contato local

⁵³ Que estou reconhecendo como a minha participação no cotidiano dos moradores do Passarinho.

⁵⁴ Desta vez, não percorri as localidades da Caiçara e de Morro do Meio, que também fazem parte da Ilha das Canárias, nem localidades do entorno da RESEX

O retorno à localidade se deu através do pesquisador Fabio Ferreira que efetuou o contato através de um morador do Porto dos Tatus, que trabalha como barqueiro local e transmitiu o comunicado a uma família do Passarinho – ilha das Canárias. Para esta família, com quem Fabio possuía laço de afinidade, foi feito o pedido para que me hospedassem, pelo tempo necessário à realização da pesquisa⁵⁵. Estabelecido este contato, rumei para a região.

A escolha da Localidade – diferentes realidades

Nesta pesquisa tive a motivação de me dirigir a um outro povoado da ilha, no intuito de perceber suas características e também suas semelhanças, diferenças e relações com o povoado visitado na pesquisa anterior (Canárias). Desta forma elegi o povoado do Passarinho, que além dos caminhos que poderia traçar através dos contatos existentes, é o povoado mais próximo a Canárias e, diferentemente deste, ainda não está sofrendo direta e visivelmente os impactos do turismo da região.

Elaboração do roteiro de entrevista

O roteiro de entrevista foi elaborado previamente e teve como objetivo ser um orientador das entrevistas. Ele pode ser descrito nos seguintes temas: identificação e trajetória pessoal (informações pessoais; no de filhos; se nasceu ou foi morar no lugar); atividades que praticou ao longo dos anos; a relação com a terra e os recursos naturais; história do lugar; relação com o órgão ambiental responsável pela RESEX, aspectos culturais; percepção com relação à chegada do turismo na região, entre outros que foram acrescentados no decorrer das entrevistas, como por exemplo, a indagação sobre aspectos migratórios e de mobilidade social, uma vez que ficou marcante, no realizar da pesquisa de campo, o expressivo número de pessoas que já deixaram o povoado, principalmente do sexo feminino.

2.4 Relato do contexto da pesquisa - da chegada à partida da ilha das Canárias

Do Porto dos Tatus, a bordo de um barco a motor, percorremos⁵⁶ os caminhos do delta até chegarmos à ilha da Barreira. Lá, encontramos Anchieta que se dirigiu conosco a casa de Bete e Paulo, conhecido como o “Paulão do Passarinho”, seu sogro, onde fui recebida por toda a família⁵⁷. Ainda na varanda da casa expliquei sobre a minha estada na localidade, os objetivos da pesquisa, a necessidade de fazer entrevistas com os moradores e também a indicação recebida de Fabio Ferreira – que pareceu ser uma figura bastante querida desta família. A hospitalidade foi imediata com a observação: “A casa é sua”. Na ocasião uma foto guardada de nossa equipe do Programa MPE (2002), tirada naquela mesma varanda e deixada pra eles, de recordação em 2002, foi trazida e mostrada a mim para resgatarmos a lembrança de minha passagem no povoado, passados três anos.

Enquanto conversávamos sobre a viagem, o trabalho de Juliana com as rendeiras do Morro da Mariana, a ausência do Fabio, que fora estudar no Canadá, entre outros assuntos, Bete se dirigiu à parte de trás da casa para matar uma pata para o nosso jantar⁵⁸. Já no interior da casa, deixei na cozinha algumas compras de mantimentos feitas no mercado em Parnaíba e esclareci sobre a minha disponibilidade em contribuir com as despesas. Com relação à acomodação, esclareci também que eu havia trazido a minha “casa”, ou seja, uma barraca de camping, que tinha a intenção de montar em algum lugar do quintal. Bete rejeitou esta idéia dizendo que ela não iria me deixar dormir do lado de fora da casa. Expliquei que para mim

⁵⁵ Fabio Ferreira era, na ocasião da pesquisa, conhecido por muitos moradores como o dono da Barreira, a ilha que pertence a sua família por herança de seu pai. Nesta ilha, vizinha ao povoado do Passarinho, Fabio mantinha como caseiros o casal Paula e Anchieta.

⁵⁶ Eu, Léo (o barqueiro, morador do Porto dos Tatus e Juliana, uma amiga de Teresina que me acompanhou no primeiro dia de campo para fazer registros fotográficos da paisagem da região.

⁵⁷ Ver lista de entrevistados (Anexo 01) – membros da família que me hospedou no povoado do Passarinho. .

⁵⁸ Posteriormente percebi que este ato acontece em ocasiões especiais, ou em último caso quando não há uma outra opção de alimentação.

não era nenhum incômodo e que eu tinha este costume quando viajava para outros lugares. Como era a primeira vez que eu montava aquela barraca, pedi ajuda e também a orientação sobre onde armá-la. Junto ao pé de ata, montamos em 5 minutos e todos pareciam surpresos e encantados. Depois da arrumação que fiz em seu interior, Bete ficou convencida de que eu podia então permanecer ali, apesar de ainda achar esquisito⁵⁹.

A curiosidade dos homens da casa (em especial, Paulo e seu filho Adalto) era com relação à possibilidade de fincá-la na areia (dunas) e sua resistência ao vento forte – imaginando uma alternativa de abrigo em dias de pescaria longe de casa, uma associação com o que costumam realizar – o rancho. Dona Vidoca, a mãe de criação de Bete, parecia da mesma forma muito surpresa. Disse a ela que seríamos “vizinhas” e assim ela passou a me chamar – de “vizinha” por alguns dias. No dia seguinte, todos estavam igualmente curiosos para saber como havia passado a noite. Muito bem e feliz de estar iniciando o trabalho de campo. Esta barraca serviu para as horas de descanso durante toda a estadia no povoado.

O neto de Bete, filho de Paula e Anchieta, nos primeiros dias só sabia se referir a mim como “a muié” – impessoalidade esta que pode ser estendida a todos aqueles do povoado que me avistavam, mais ainda não me conheciam ou sabiam meus objetivos na localidade – o que durou pouco tempo, uma vez que a difusão de informações é relativamente instantânea (especialmente dormindo numa “barraca de camping” desconhecida pela maioria dos moradores deste povoado). Em pouco tempo – a maioria dos moradores já sabiam que tinha uma pessoa de fora fazendo pesquisa/entrevista por ali⁶⁰.

Minha chegada no povoado, assim como a minha hospedagem na casa de Bete e Paulo foram marcadas por uma grande hospitalidade, atenção e troca de experiências⁶¹. O primeiro prato da refeição, o lugar a cabeceira da mesa⁶², a utilização do garfo, que me foi oferecido, marcaram um modo de me tratarem que perdurou por toda a minha estada⁶³. Aos poucos fui ficando mais a vontade para me colocar, interagir e observar os acontecimentos ao redor dos quais eu fazia parte.

As primeiras entrevistas foram realizadas com os membros da própria casa onde fiquei hospedada. A partir das primeiras conversas informais pude ir dimensionando o universo de entrevistados. Decidi não usar gravador de imediato e reservei os primeiros dias para andanças pelo Passarinho. No domingo fomos à igreja, passamos pelo jogo de futebol e visitamos o filho de Bete, que acabara de construir sua própria casa, com ajuda dos pais, para que pudesse morar com sua companheira, grávida de seis meses. Passamos também na casa da sogra deste – num tempo necessário para o reconhecimento do lugar, o observar e deixar ser observada⁶⁴. A cada pessoa que encontrávamos no ir e vir pelos caminhos do povoado, Bete ia me apresentando (ou não) as pessoas, ou deixava para me transmitir quem era a pessoa

⁵⁹ Alguns antropólogos consideram que aceitar o convite para dormir na casa é uma abertura para a o estabelecimento do aporte para a pesquisa. No entanto, optei por resguardar alguma privacidade para meu descanso e meus apontamentos e preferi me estabelecer na barraca no quintal.

⁶⁰ Comentários adicionais também eram manifestados junto à manifestação do conhecimento de minha presença, mesmo entre aqueles que ainda não haviam me visto. “Eu já tinha ouvido falar que você estava por aqui e era bonita, do Rio de Janeiro – mas ainda não tinha visto – agora você chegou”, relatou uma moradora.

⁶¹ Paulo, marido de Bete, não se cansava de querer conversar.

⁶² Este aspecto foi possível notar quando o professor da escola veio fazer a refeição conosco e Bete o designou para sentar-se à cabeceira da mesa, como local para os que merecem atenção especial.

⁶³ No decorrer do período, embora Bete quisesse me poupar de participação das tarefas do cotidiano (lavar roupa, pegar água da cacimba, lavar louça, fazer comida, catar sururu no mangue, etc), acabei me integrando a elas, mantendo uma postura de acolhimento a toda atenção prestada.

⁶⁴ Durante esta visita na casa dos sogros de (JP, xx anos) havia algumas pessoas do povoado assistindo uma gravação em DVD da banda Calypso e de uma banda de forró no Sítio do Nena (Parnaíba). Entre elas, uma moradora, que fui apresentada e posteriormente entrevistei, me fez algumas afirmações em tom de perguntas que vale a pena deixar registrado: “Você é dos Morros?”, respondi: “Não do, Rio de Janeiro”; na seqüência: “Veio ver o Delta”, “Você têm filhos?”, “É solteirinha da Silva?” – em tom de espanto.

após o encontro. Deste modo Bete passou a ser o meu canal de entrada no Passarinho, minha primeira informante⁶⁵ e também companheira. Em algumas não raras situações perguntavam o que eu era sua, e ela respondia: “amiga mesmo” – ou seja, eu não era parente⁶⁶.

Minha participação no cotidiano da família se deu num misto de interferência e adaptação à rotina da casa. O galo cantava às 3h e às 5h, já havia indícios de movimentação, crianças acordando, homens saindo para pescar. O horário de saída para a pesca variava conforme a maré, podendo ser percebida pela lua. Às 6h começava os preparativos para o café. Em seguida, as mulheres assumiam outras tarefas domésticas: varrer quintal, pegar água na cacimba, lavar pratos/talheres no girau (na casa não havia faca e garfo somente um – que foi destinado a mim – os demais comem com a colher e com a mão), varrer a casa, lavar e encher os potes d’água (na casa não havia geladeira, diferentemente da casa vizinha – a pertencente ao morador que faz o transporte de passageiros e que também organiza a “turma” do caranguejo). Em alguns dias da semana: lavar roupa na lagoa ou próximo ao poço e cotidianamente: encher os baldes de água para o banho no cercado de palha. “Se banhar” é de costume sempre – o que consiste em jogar água no corpo. Ainda pela manhã: preparativos para as visitas domiciliares (entrevistas). O procedimento variava em avisar os moradores que iríamos passar em outro momento, e então, marcávamos um horário com estes, ou aproveitávamos a oportunidade da ocasião parar realizava de imediato a entrevista. Geralmente os mais velhos ficam em casa e não assumem tarefas (o que não significa que não comandem a organização familiar – como exemplo, dona Vidoca), as mulheres fazem os serviços da casa e os homens saem para “pegar o almoço” – pescar/catar caranguejo. O filho mais novo de Bete, Adalto – trabalhava, na ocasião, como ajudante dos eletricitistas do Programa de eletrificação rural “Luz para Todos”, ajudando a colocar os postes nos povoados da ilha. No retorno das andanças para as entrevistas, os preparativos para almoço. A alimentação básica é a farinha de puba, o arroz e o peixe (preparado de diferentes maneiras). Após lavar louça, uma tarefa feminina, o sol a pino, a hora do descansar na rede de carnaúba, assistir novela da tarde – uma novidade do mês, com a chegada da luz. Neste momento da tarde, alguns ratos que habitavam a casa e apareciam no apagar das luzes, costumavam passar pelas ripas do telhado. Após a cesta e o café da tarde, novamente nos preparávamos para a saída pelo povoado, visitando as casas. No retorno: banho, janta, TV e conversas até a hora do descanso. Em pouco tempo, todos da casa se tornaram colaboradores da pesquisa, dando depoimentos como também fazendo indicações de quem procurar com relação a determinados assuntos. A relação com os da casa foi em clima de hospitalidade e muitas conversas, uma vez que eles também procuravam saber como era a vida no RJ, minha cidade de origem. Com relação a dona Vidoca, havia uma investida de sua parte em eu poder auxiliá-la em suas dores e doenças. Como expliquei que eu não era “doutora” ela me indagou: “Como uma moça com instrução não sabe o remédio, com que acaba com dor de cabeça?”

Na ocasião de minha passagem pelo Passarinho, um festejo em outro povoado da ilha, o Torto, foi anunciado e mobilizou os moradores que se programaram para participar, inclusive nós⁶⁷. Bete, motivada por minha vontade de ir, realizou os preparativos para então caminharmos até lá. Na ida, um barco de um dos organizadores do próprio festejo estaria

⁶⁵ Deixo aqui registrado que a companhia solidária de Bete nas entrevistas foi um potencializador no alcance da pesquisa – embora não esteja alheia ao fato de que não circularia da mesma maneira entre os seus desafetos na comunidade (estes episódios foram igualmente registrados na pesquisa e são pontuais, não comprometendo o seu conteúdo).

⁶⁶ Sobre a força que a referência dos laços de parentesco imprimem na tentativa de configuração das relações que se estabelecem com as pessoas que chegam de fora numa localidade, ver (Comerford, 2003). Neste caso, ser amigo é não ser parente, mas ter afinidade/vínculo.

⁶⁷ Fomos eu, Bete, Paulão e Anchieta (marido de Paula, filha do casal. Esta não participou, pois estava com a neném pequena).

esperando moradores do Passarinho em um porto próximo para auxiliar no transporte. Há mais de três anos Bete dizia que não ia para aqueles lados⁶⁸. E segundo eles, era o primeiro festejo do Torto. Apesar de serem 2 horas e meia andando para chegar lá, o caminhar na areia torna o deslocamento cansativo e é preciso ter “coragem” para encarar. Chegando lá, o lugar que serviu de referência para a nossa visita e onde realizamos a refeição do dia, foi a casa da filha de um compadre⁶⁹. O time de futebol do Passarinho também compareceu para o campeonato. O leilão e posteriormente o forró movimentaram a festa. Na volta, na caminhada no breu da madrugada, uma forte luz que apareceu no céu deixou a todos apreensivos e em silêncio retornamos ao povoado do Passarinho⁷⁰.

Uma reunião agendada para acontecer no povoado, trouxe além do representante do IBAMA regional, Sr. Deolindo, o coordenador do CNPT, Sr. Vergara Filho. Sua visita teve o caráter de contribuir com o trabalho em andamento de implantação da RESEX. Na ocasião desta reunião, foram apresentados à comunidade os integrantes do projeto de mobilização comunitária elaborado pela ONG italiana COSPE, que incidirá na RESEX. O morador (TO, 6X anos), liderança do Passarinho, fez alguns questionamentos aos membros do IBAMA quanto à situação da terra e também comentou sobre alguns boatos oriundos de uma conversa com um vereador de Araiões que teme a chegada de pessoas de outra nacionalidade para empreender projetos na região. Segundo esses boatos, o que eles querem, nas palavras deste morador é “colocar o Passarinho na gaiola”.

Enquanto ainda estava no Passarinho realizando as entrevistas com os moradores, fui com Bete, numa caminhada de aproximadamente uma hora, visitar o povoado das Canárias. Quando eu comecei a encontrar as pessoas, as quais eu havia entrevistado na pesquisa anterior – eu me dei conta da importância do retorno. O encontro com o jovem (Liliu, 16 anos), que me guiou na pesquisa anterior pelo povoado foi de grande felicidade. Posteriormente o encontro com o morador (GD), foi igualmente feliz. Este morador que, na ocasião da pesquisa anterior, havia revelado suas expectativas e inseguranças com relação a construção da pousada no povoado e a chegada do turismo, não apenas lembrou deste momento, como pediu-me para “atualizar” seu depoimento frente os novos acontecimentos. Percebi que a minha passagem pela ilha havia deixado marcas de afetos e também de indagações com relação transformações que passaram a ocorrer na localidade. Aproveitei para marcar uma ocasião oportuna para realizar uma nova entrevista.

Na última semana do trabalho de campo, me dediquei a permanência no povoado das Canárias e me hospedei, como na ocasião anterior, na casa da então enfermeira do povoado e também moradora (Lina)⁷¹. Outro momento de feliz “reencontro” foi ver a menina, (GA), crescida, me confidenciando seus segredos de menina, que se tornara moça e também seu desejo e expectativa de morar em outro lugar. Em nossas andanças, foi possível também perceber o carinho e respeito que nutre por seus padrinhos e madrinhas de batismo e de fogueira, conforme o costume local.

O término de meu trabalho de campo coincidiu com a visita do pesquisador Fabio Ferreira à comunidade do Passarinho, juntamente com um professor da Universidade de

⁶⁸ Mesmo sendo relativamente próximo, ou seja, habitarem a mesma ilha, as distâncias são longas e muitos habitantes de cada povoado se enraizam em suas localidades, como é o caso da Bete. Seu movimento de saída do povoado é feito 1 vez por mês para Araiões e em tempos mais espaços a Parnaíba. A maior visita se dá ao povoado das Canárias, onde, inclusive, encontra-se uma irmã. Para o Torto não existe o costume de deslocamento.

⁶⁹ Nesta mesma casa outras famílias e parentes apareceram para se hospedar, inclusive uma “inimiga” da Bete, que mora no Passarinho. Embora não se falem mais, por brigas que envolvem ciúmes do marido da outra, elas conviveram no mesmo ambiente.

⁷⁰ Entre os boatos esta é a manifestação do “Cabeça de Cuia”.

⁷¹ Não mais na casa de taipa e telha, mas na sua casa construída de tijolo na beirada do rio, próximos aos coqueiros comprados de um antigo morador deste terreno, em área pertencente a São José.

Laval, no Canadá, que fora com ele conhecer a região. Retornei com eles para a cidade de Parnaíba e posteriormente para o Rio de Janeiro, onde realizei a análise e redação da pesquisa. Este encontro foi também a oportunidade de conversar sobre as atuais tendências de desenvolvimento para a região e demais estudos que realiza no seu doutoramento.

2.5 Aspectos das entrevistas

As entrevistas foram realizadas a partir do esclarecimento dos objetivos da pesquisa, e também, do pedido e consentimento para gravá-la. Outros esclarecimentos (quando necessários), como por exemplo, à indagação do morador (TO), se a pesquisa iria trazer algum tipo de desenvolvimento para a comunidade, foram igualmente realizados. Foi também assumido o compromisso de entregar à comunidade, em forma de um documento, o resultado da pesquisa. A condução das entrevistas, embora pautada no roteiro, seguiu uma fluência de maneira a produzir uma livre associação, por parte do entrevistado.

Após a explicação dos objetivos da pesquisa, a maior parte dos entrevistados manifestou uma atitude colaborativa com relação à entrevista. Em algumas ocasiões os entrevistados, ou seus parentes que apareceram no contexto da entrevista, fizeram questionamentos sobre a mesma. Em um caso, o questionamento sugeriu certo receio, dúvida com relação aos propósitos das informações colhidas, mas também pode ser entendido como uma atitude propositiva, de quem quer estar a par dos acontecimentos do povoado. Neste contexto de pesquisa, enquanto eu realizava uma entrevista gravada com a Sra. X, seu irmão que chega a casa, interrompe e pede a palavra. O diálogo a seguir serve para ilustrar a maneira com que foram conduzidas as reações sobre a própria pesquisa, pois afinal, ela também foi motivo de estranhamento no povoado.

- “Minha senhora, vou lhe fazer uma pergunta...” (Irmão da entrevistada)
- “Sim, claro.” (Pesquisadora)
- “Pra que servem essas perguntas?” (Irmão da entrevistada)
- “Ele deve estar com medo. (Risos)” (Entrevistada)
- “Não é medo, não! A gente tem que saber pro que é!” (Irmão da entrevistada)
- “Claro. Eu sou da Universidade do Rio de Janeiro e minha pesquisa é saber como vivem os moradores aqui do Passarinho. É um trabalho que vou apresentar ao meu professor e a universidade. Eu sou formada em Psicologia Social e meu trabalho é junto à comunidades. Onde estudo existe vários alunos que vão para outras comunidades fazer o mesmo tipo de pesquisa. Quem me indicou vir pra cá foi o Fábio, da Barreira, que é professor da Universidade do Piauí. Ele me indicou ficar na casa da Bete e fazer entrevista com o pessoal aqui”. (Pesquisadora)
- É bom pra gente saber, né? (rs) (Irmão da entrevistada)
- Claro... (Pesquisadora)

Já em um outro contexto de entrevista, a preocupação manifestada com a pesquisa foi de outra natureza. Diante da explicação dos objetivos da pesquisa a indagação do entrevistado: - “O seu trabalho traz um desenvolvimento para a comunidade?”. A resposta a esta indagação foi negativa. Expliquei que se tratava de um trabalho acadêmico dirigido à Universidade, mas que, no entanto, sistematizava dados locais que poderiam servir de registro de informações e base para consulta. Ao final desta explicação o morador concordou em participar da entrevista.

Em um comentário de um morador, que expressava uma postura colaborativa com relação à pesquisa, revelou, por outro lado, a manifestação da resistência daqueles que se escondem para não falar, muitas vezes por certa timidez diante daqueles que representam o saber formal.

“Tem gente aí que chega e não fala não. Agora eu não sei porque, nem os índios eram burros desse jeito, porque têm como chegar e conversar e ainda mais com

quem a gente não conhece de amizade, agora vem uma pessoa, aí já se esconde...isso aí é uma ignorância, pra ele não sei..., eu gosto de conversar com as pessoas que entendem... (CM, 77 anos)

Em geral, no Passarinho, os moradores abordados se mostraram solícitos à realização da entrevista. Apenas em duas situações os entrevistados se mostraram pouco à vontade, respondendo monossilabicamente às perguntas formuladas. Em outras duas situações foram feitos questionamentos enfáticos quanto aos objetivos da pesquisa e em apenas outras duas situações não foi possível o êxito na realização da entrevista: uma das famílias do Passarinho se recusou a dar qualquer depoimento. Este fato pode ser explicado pela rivalidade existente entre Bete, que me acompanhava e esta família⁷²; a outra situação foi uma recusa da própria Bete em me apresentar a uma das famílias, que segundo ela havia um moço que estuprara a irmã de sua própria esposa.

Para obter algumas informações específicas em determinados assuntos, segui as indicações dos próprios entrevistados que reconhecia em uma personalidade do povoado, um informante importante para as minhas indagações.

Grande parte das entrevistas foram realizadas nas residências dos moradores, previamente agendadas ou na própria ocasião. No Passarinho, a entrevista sempre decorria na presença de Bete, moradora da comunidade que acompanhou a realização da pesquisa, favorecendo o contexto com os demais moradores locais.

Em muitas situações, as entrevistas foram acompanhadas das pessoas da casa, em geral familiares, que acabavam também fazendo parte da entrevista, ou eram entrevistados em seguida.

Um outro procedimento adotado foi o pedido para tirar fotografia. Em 2 casos, este pedido foi recusado.

Em Canárias, as entrevistas foram realizadas com alguns dos informantes da pesquisa anterior, e também, outros informantes que trouxeram valiosas considerações para o entendimento das diferentes formas de apropriação da terra⁷³. Assim foi possível recolocar antigos questionamentos à luz dos novos acontecimentos. Desta vez, foi possível realizar a entrevista com a representante da igreja católica no povoado. Com exceção da entrevista realizada com moradora (DN, 68 anos), ainda acompanhada pela Bete, e a entrevista com o morador (AR, 59 anos), que me fora apresentado por Liliu⁷⁴. As demais informações foram obtidas de através de conversas informais com outros moradores com quem já havia certo conhecimento.

Na visita ao IBAMA regional, foi possível entrevistar o chefe responsável da RESEX Marinha do Delta, do IBAMA, que apresentou o “estado da arte” com relação a implantação da Unidade de Conservação desde a sua criação. No próprio IBAMA, tive também a oportunidade de realizar uma entrevista com a representante da ONG italiana, *Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti - COSPE*⁷⁵, embora esta não tivesse consentido a gravação da mesma.

⁷² Ao receber a recusa da entrevista, Bete me explicou que ela não falava com (G), esposa de (J), pois segundo ela, (G) teria ciúmes do marido e acusará de ter dado em cima dele.

⁷³ Entrevistados anteriores reentrevistados: (GD), (JC), (LN). Novos entrevistados: (AR), (DN).

⁷⁴ A Liliu devo a descoberta deste importante informante, que me abriu novas perspectivas nesta pesquisa.

⁷⁵ Disponível em < www.cospe.it/italiano/index.php > acesso em 10 de dezembro de 2005.

CAPÍTULO III - O DELTA DO RIO PARNAÍBA – ASPECTOS DO CONTEXTO REGIONAL

3.1 Nota introdutória

Contextualizar, mesmo que de forma breve, um pouco da história da *região* do Delta do Parnaíba tem o sentido de tentar analisar o estudo dos habitantes locais do povoado da ilha das Canárias à luz do universo de configurações mais amplas⁷⁶, ao qual é indissociável.

Um primeiro esclarecimento necessário diz respeito à própria definição geográfica do “delta do Parnaíba” e as diferentes demarcações político-administrativas criadas em sobreposição nesta região.

O Zoneamento Ecológico Econômico do baixo Parnaíba (2002)⁷⁷ define o delta do rio Parnaíba como parte de dois Estados da federação: Maranhão e Piauí, localizado entre as cidades de Luis Correia (PI) e, a extremidade ocidental da Ilha das Canárias, no Maranhão (ZEE, 2002). No entanto a Área de Proteção do Delta do Parnaíba⁷⁸ (1996) é mais abrangente, incluindo outras áreas contíguas a esses Estados, se estendendo até parte do Estado do Ceará. Sobreposta a APA do Delta do Parnaíba, existe a RESEX Marinha do Delta do Parnaíba (2000), que abrange parte do Maranhão e Piauí, porém não abrange todas as ilhas do delta⁷⁹. Os mapas destas duas áreas, referentes à APA e a RESEX estão nos Anexos – 03, 04, 05 e 06.

O presente estudo compreende a noção de região num sentido mais amplo, para abarcar além das configurações político-administrativas que recaem na área de estudo, os fluxos simbólicos e os diferentes significados que circulam por este espaço geográfico ao longo dos anos. A noção de região aqui empregada pode ser compreendida desde os fluxos que marcam o processo de ocupação do litoral (através dos estudos de colonização dos Estados) às marcas produzidas pelo modo de exploração dos recursos naturais, bem como dos atuais significados que estão sendo apropriados pelos diferentes atores sociais, que se vinculam a este espaço. Nesta análise, as fronteiras que definem a região, são, portanto, maleáveis (Bourdieu, 1989).

⁷⁶ Foi-se o tempo em que se acreditava nos estudos de comunidades partindo-se de uma concepção de isolamento geográfico e social. Inúmeros estudos demonstraram que por mais isolada que fosse sempre há de existir interlocuções com dinâmicas exteriores a esses grupos. Uma outra tendência observada nos estudos realizados em comunidades é a concepção de considerar que a influência exterior interfere e modifica o grupo, que é visto como um “ente” passivo. Uma outra concepção, da qual compartilho é considerar que o grupo também exerce influência sobre a configuração externa, traduzindo-a, modificando-a, e não só apenas rejeitando-a ou internalizando-a. Neste sentido, para se desenvolver um estudo do grupo há que se atentar não apenas para o universo local que ele está inserido, mas também para o contexto circundante, ou seja, para as redes de pertencimento nas quais ele se relaciona e mantém ligação.

⁷⁷ O Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE é um instrumento político e técnico de planejamento, cujos estudos visam promover o uso sustentável do território. Para isso estuda as potencialidades e limitações ambientais vis a vis às atividades econômicas, de forma georreferenciada. (ZEE do Baixo Parnaíba, 2002). Uma reflexão aprofundada sobre o ZEE pode ser consultada em (ACSELRAD, Henri, 2000).

⁷⁸ A Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba foi criada pelo decreto s/no. De 28.08.1996, por solicitação de ambientalistas visando proteger o ecossistema costeiro formado por mangues e dunas localizados nos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará. Esta APA possui aproximadamente 3.031 quilômetros quadrados (ZEE, 2002).

⁷⁹ É interessante observar que as políticas ambientais criam novas fronteiras para além das fronteiras político-administrativas dos Estados. Um outro aspecto importante a ser observado é que as fronteiras da política ambiental na criação da RESEX, passa por entendimentos não apenas técnicos mas também políticos, que definem quais as ilhas que se inserem ou não no perímetro da Unidade de conservação. Assim, algumas ilhas que foram consideradas pertencentes a proprietários particulares, conseguiram se manter fora dos limites da criação da RESEX.

Não se trata de definir fronteiras, mas de reconhecer as diferentes fronteiras que se sobrepõem neste campo de disputa por legitimação de significados. Minha pretensão é levantar fatos e acontecimentos históricos relacionadas a este ambiente da costa brasileira e perceber de que maneira estes aspectos mais amplos se relacionam com os depoimentos dos habitantes locais. Embora este não seja o objeto de pesquisa, este procedimento é importante para analisar de maneira mais abrangente os dados locais, uma vez que não se pode abstrai-los do universo que os cerca. Assim se espera reconhecer as particularidades locais e demais fronteiras intangíveis que se sobrepõem neste mesmo campo (BOURDIEU, 1989).

Neste sentido, um outro importante esclarecimento se dirige à noção de local, que, neste estudo, se refere à RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, onde se encontram inúmeros habitantes residentes em alguns povoados na ilha das Canárias⁸⁰. Trazer à tona as percepções das problemáticas regional e local e compreender, em que medida elas interagem ou se distanciam, é um caminho de investigação a ser construído.

Um outro esclarecimento diz respeito à denominação da região. É preciso notar que a origem da denominação “Delta do Parnaíba” é exterior às denominações e expressões de pertencimento dos próprios habitantes tradicionais⁸¹ nesse espaço. Ela surge dos estudos geomorfológicos e foi apropriada pelo Poder Público e sociedade abrangente como característica peculiar e diferencial na configuração do espaço. A denominação se dá pelo entendimento geográfico, cuja explicação é a de que a categoria “delta” é utilizada para designar aqueles rios que, ao desaguar no oceano, dividem-se, formando vários canais e ilhas, assemelhando-se a letra delta do alfabeto grego, que inspirou o nome desta configuração geográfica. As características geomorfológicas peculiares desta região ofereceram-na o status de ser “o único delta em mar aberto das Américas”. Inúmeras fontes de pesquisa⁸² apontam para o fato de que em apenas três lugares do mundo este fenômeno acontece: no Rio Nilo (Egito), no YangTze (China) e no Parnaíba (Brasil). No entanto é notório que existam outros “deltas” mundo a fora, como por exemplo, o Delta do Salum, no Senegal.

No caso brasileiro, o rio Parnaíba⁸³, é a fronteira natural dos Estados do Piauí e Maranhão e, ao desembocar no mar, se abre em 5 barras, a saber: Igarapu, Canárias, Caju, Carrapato (ou Melancieira) e Tutóia; formando uma região composta por mais de 75 ilhas entre a costa nordestina brasileira e o Oceano Atlântico. Esta ramificação proporciona a formação de dezenas de ilhas⁸⁴ e igarapés, formados por bancos de areia, manguezais, dunas e praias – o “Delta do Parnaíba”.

A seguir, a partir de fontes secundárias e também de alguns dados da pesquisa anterior, é apresentado um breve histórico desta configuração mais ampla, em que estão inseridos os habitantes locais.

3.2 Antecedentes históricos de ocupação e dinâmicas econômicas da região

Neste item, não se pretende realizar uma pesquisa historiográfica, ou revelar uma verdade com relação ao passado histórico da região. O que se objetiva é reunir diferentes informações e possibilidades de investigação, que contemplem de maneira resumida alguns dos principais marcos históricos que se vinculam ao entendimento da região do Delta do Parnaíba e também apontar, sob diferentes prismas, as tendências que se configuram para a mesma, na atualidade.

⁸⁰ O povoado do Passarinho é entendido como uma localidade inserida no local.

⁸¹ Entendido como os moradores residentes na RESEX Marinha do Delta do Parnaíba.

⁸² Livros, revistas, *sites*, vídeos.

⁸³ Este rio nasce na Chapada das Mangabeiras e percorre 1.485 km até desembocar no mar. É conhecido como o “Velho Monge”.

⁸⁴ Ilhas de aluvião – que se formam em águas calmas.

Uma história de domínio público diz que o primeiro desbravador da região foi o navegador português Nicolau de Resende, que ainda no século XVI, mais precisamente em 1571, perdeu toneladas de ouro em um naufrágio, no litoral nordestino. Tal acidente aconteceu nas proximidades da foz do Parnaíba e segundo consta, este navegante passou 16 anos à procura de tal tesouro, sem, no entanto, tê-lo encontrado⁸⁵.

Séculos mais tarde, outros enredos históricos são descritos entre as pesquisas daqueles que pretendem compreender o passado da região. Segundo o estudo realizado pelo Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA, 1999):

“A origem da ocupação aconteceu em maio de 1600 com a chegada de uma caravela a região com fidalgos e colonos para explorar a região que era antes habitada pelos índios das tribos tremembés ou terenembés e Aróios. A origem da ocupação ocorreu com as missões de jesuítas baseadas na exploração comercial do extrativismo comercial e extrativismo de exportação do século XVII. A ocupação atual da área aconteceu com as atividades de colonização e pecuária surgindo com as fazendas de gado.” (CNPT/IBAMA)

O resgate histórico parte da análise do processo de origem dos municípios que compõem a região e é elucidativa para a compreensão de seu processo de ocupação⁸⁶.

No lado maranhense, o Município de Araiões se encontra a 462 km da capital do Maranhão (São Luís) e a 75 km de Parnaíba, a segunda cidade mais importante do Piauí e a mais próxima de Araiões. Este município teve sua origem de um aldeamento dos índios Arayos, uma ramificação dos Tremembés que habitavam Tutóia. Araiões, então denominado de N.S. da Conceição dos índios Arayos, já era uma povoamento por volta de 1767, época em que foi visitada pelo governador Joaquim de Melo e Póvoas. Em 1893, foi elevada a categoria de vila, vindo a conquistar a atual condição de Município em 29 de março de 1938, por força do Decreto-Lei n.º 45⁸⁷. Como consta em alguns registros, esta região sofreu a influência das missões jesuíticas que já naquela época utilizavam os saberes indígenas extrativistas.

No lado Piauiense, os “caminhos do gado”, vindos do interior do Piauí, estão na origem dos relatos históricos de povoamento da região, que se caracteriza, comparativamente ao Estado vizinho, pela tardia ocupação deste litoral. Por volta de 1669, Leonardo de Sá e alguns companheiros desbravam a região onde hoje está localizada a cidade de Parnaíba e ganharam, em virtude do feito, um sesmaria de terra nas margens daquele rio⁸⁸.

⁸⁵ Cf. Vídeo "Pólos de Ecoturismo" Produção: Raiz Savaget comunicações e Realização: Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável" MMA, 2002.

⁸⁶ Para uma compreensão mais aprofundada sobre esse tema buscar os pesquisadores citados no Zoneamento Ecológico Econômico do baixo Parnaíba, entre eles Bonfim (1996), Vianna (1992), Araújo (2000) e Furtado (1971).

⁸⁷ FAMEM – Federação dos Municípios do Estado do Maranhão. Disponível em < <http://www.famem.org.br/Pagina32.htm>. > acesso dia 10 de dezembro de 2005.

⁸⁸ Prefeitura de Parnaíba. Disponível em < <http://www.parnaiba.pi.gov.br/novophb/historia.php> > acesso dia 10 de dezembro.

Piauí – charqueadas e carnaúba – “tempos de glória”

Em meados do século XVIII, a economia dominante na região girava em torno do mercado colonial da carne seca. Em 1758, o português Domingos Dias da Silva⁸⁹ iniciou o comércio de charque (gado) e, através dos navios de sua propriedade, fazia a importação e exportação do produto com outros Estados do Brasil e com vários países da Europa como Portugal e Espanha. Conforme os registros históricos, o comércio cresceu tanto que resultou na criação da alfândega, em 1817, visando à agilização das atividades de exportação para outros portos do país e do exterior. O lugar ficou conhecido como "Porto das Barcas" e, ao redor deste, foram construídos diversos armazéns que estocavam as mercadorias importadas e para exportação. A origem e desenvolvimento de Parnaíba estão, portanto, diretamente ligado a esse comércio. Em meados do século XVIII até as três primeiras décadas do século seguinte, Parnaíba conheceu um período de enorme expansão, não só pelo adensamento da ocupação na área do Delta, mas também pela capacidade de gerar grandes riquezas. Parnaíba se tornou, por décadas, um dos principais portos do país, com infra-estrutura única como energia elétrica e porto com guindaste a vapor custeados pelos empresários locais⁹⁰.

Com o declínio da pecuária sertaneja do Nordeste, outras frentes de expansão comercial passaram a ser exploradas na região, o que introduziu, ou intensificou novas formas de uso dos recursos naturais existentes, entre eles, o babaçu e a carnaúba⁹¹. Desta forma, a exploração agroextrativista introduziu, a partir do século XX, um segundo ciclo de expansão econômica na região. Até o final da década de 60, Parnaíba teve papel de destaque na vida econômica do Estado, em função, basicamente, das atividades de exportação e importação desenvolvidas em torno de seu porto⁹².

Em meados do Século XX, o Porto de Parnaíba passou a ser estratégico para os aliados na Segunda Guerra Mundial, exportando o óleo de mamona de grande relevância para a indústria bélica. Durante a Segunda Guerra Mundial, o porto de Parnaíba tinha o status privilegiado de ser considerado estratégico pelas forças aliadas, dado o escoamento do óleo de mamona⁹³.

Os tempos da extração do pó da carnaúba para a produção de cera de carnaúba transformaram Parnaíba na mais importante cidade do Piauí e eram vividos pela sociedade em ascensão como “tempos de glória”. Um dos ícones deste período econômico foi a famosa “Casa Inglesa”. Segundo constam nos autos da memória de seus descendentes administrativos, ou seja, os herdeiros do empreendimento:

“Desde sua fundação, até hoje, a Casa Inglesa vem operando em todo o Nordeste e Norte do Brasil como empresa pioneira do desenvolvimento regional. Por iniciativa de James Frederick Clark, a cera de carnaúba foi introduzida no mercado

⁸⁹ Domingos Dias da Silva, português, migrante do sul do país e fundador da povoação de Porto das Barcas, chegou a possuir 5 charqueadas, 5 navios e 1.8000 escravos, o que revelava uma enorme capacidade de gerar riqueza na economia colonial. Cf. ZEE do baixo Paraíba, 2002.p. 26.

⁹⁰ CARE. Disponível em < <http://www.care.org.br/Secao.asp?CodSecao=6&Nivel=4> > acesso dia 13 de dezembro de 2005.

⁹¹ A carnaúba era considerada pela população em geral como "árvore da vida", por suas múltiplas aplicações (folhas para o artesanato e produção de cordas; tronco, para a construção civil e o pó da folha para a produção de cera.) De acordo com o relato de Bruce Clark, empresário da cidade de Parnaíba, a importância da cera de carnaúba se caracterizava por seus diferentes usos, a saber, para fabricação de explosivos, como isolante em condensadores, para fabricação de papel carbono, disco de vitrola, para polimento, etc. Cf. Vídeo "Pólos de Ecoturismo" Produzido por Raiz Savaget comunicações e Realização da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável" MMA, 2002.

⁹² Produtos oriundos de todo o sertão eram concentrados no porto de Parnaíba para exportação ao mercado norte-americano e europeu (óleos essenciais, perfumes, extratos vegetais, etc). Cf. ZEE do baixo Paraíba, 2002.

⁹³ CARE. Disponível em < <http://www.care.org.br/Secao.asp?CodSecao=6&Nivel=4> > acesso dia 13 de dezembro de 2005.

internacional. A primeira remessa, em bases comerciais, foi feita pela Casa Inglesa, do porto de Amarração para Liverpool, em 27 de maio de 1889, pelo navio “Grangense”. Hoje, a cera é o principal produto de exportação do Piauí, e um dos principais do Maranhão e do Ceará, produzindo anualmente milhões de dólares para a economia do país. O primeiro automóvel, o primeiro trator, o primeiro motor, o primeiro *jeep* foram levados ao Piauí pela Casa Inglesa, em sua missão civilizadora de pioneira”⁹⁴

Além das atividades comerciais, o Porto das Barcas se destacou na história regional pela exportação de cera de carnaúba, para qual James Frederick Clark, é considerado o pioneiro na região. Para os empreendedores, como Clark, a carnaúba era uma “mina de ouro” e sustentou por anos a fabricação dos discos de vinil no passado⁹⁵.

No entanto, em meados do século passado, acontece a queda da demanda pela cera de carnaúba (a cera de carnaúba foi substituída pela cera sintética) e do babaçu no mercado internacional, juntamente com o início da construção da rodovia, o que levou a decadência ao Porto das Barcas. A introdução de projetos, com ênfase no desenvolvimento da época e a valorização da construção de uma malha rodoviária reordenaram o fluxo das localidades em detrimento do tráfego marinho e da valorização da cidade de Parnaíba. Além disso, é importante considerar que:

"A preponderância de um extrativismo decadente e de uma agricultura de subsistência, aliada ao baixo poder aquisitivo de grande parte da população, não permitiu na área do Delta (onde a convergência de atividades de baixíssimo rendimento, extrativismo da carnaúba e do babaçu, extração do sal, pesca artesanal e rizicultura do pequeno possessor ou arrendatário, possibilitava apenas, a reprodução predominantemente informal da economia e da sociedade locais) e do vale do rio Parnaíba a consolidação de uma demanda expressiva de atividades comerciais e de serviços, nem tampouco de centros urbanos com equipamentos e funções significativas." (ZEE do baixo Parnaíba, 2002 pág.31)

Dos “tempos de glória” à extrema pobreza e migração da população

A riqueza gerada nestes ciclos históricos se concentrou nas mãos de um pequeno número de famílias, deixando à margem a maioria da população, que até hoje vive em situação de pobreza, segundo a definição da organização CARE⁹⁶, que atua na região. As pesquisas realizadas por esta organização mencionam que, passados os ciclos de riqueza extrativista, a região se transformou até os dias atuais em um pólo emissor de migrantes jovens para as metrópoles do Sudeste. Segundo os dados desta organização, famílias com cinco a dez filhos testemunham sistematicamente a partida de seus jovens ao atingirem os 17 ou 18 anos, em especial para a cidade de São Paulo. Assim, a riqueza gerada nesta fase histórica foi concentrada nas mãos de poucas famílias que dispunham do poder econômico e político, gerando uma pobreza estrutural para a maioria da população⁹⁷.

⁹⁴ Ilha do Caju. Disponível em < <http://www.ilhadocaju.com.br/pagina%20PT/novacasainglesa2.htm> > acesso dia 10 de dezembro de 2005.

⁹⁵ Atualmente este produto de origem vegetal é também utilizado na indústria de cosméticos (ex.: batons) e como isolante na indústria de eletrônicos (ex.: chips para computadores). Cf. Entrevista – vídeo Pólos de Ecoturismo. Savage produções, 2002.

⁹⁶ A CARE Brasil é uma associação sem fins lucrativos que integra a rede da CARE Internacional. Essa rede é formada por um conjunto de organizações presentes em 72 países com a missão de combater a pobreza. A CARE Brasil foi criada em 2001. Possui o título de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) o que também a habilita a firmar convênios com órgãos públicos. Desde setembro de 2003 desenvolve o Programa Piauí.

⁹⁷ CARE. Disponível em < <http://www.care.org.br/Secao.asp?CodSecao=6&Nivel=4> > acesso dia 13 de dezembro de 2005

Uma outra informação que merece ser compreendida em profundidade diz respeito ao universo de políticas públicas que incidem sobre a região e o seu contexto na região nordeste do Brasil. De acordo com as informações da CARE:

“Assim como nos demais estados do Nordeste, a região foi ao longo dos últimos 30 anos, palco das mais variadas políticas públicas de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento, centradas no fomento da grande indústria e na implantação de infra-estrutura, deixando de lado os investimentos em recursos humanos.”⁹⁸

3.3. Características dos Estados e Municípios que compõem o delta do rio Parnaíba

O Piauí é também marcado pela dependência do fornecimento de alimentos por produtores dos estados vizinhos, limitado fluxo de recursos gerados pela economia local, exportação de mão-de-obra, importação de empresários e altos índices de adolescentes que são arrimo de família. Este Estado constitui um dos maiores bolsões de pobreza da América Latina ⁹⁹. Desde o final do século XIX, a região tem recebido as mais variadas intervenções públicas e não-governamentais, mas vem obtendo poucos avanços na elevação dos indicadores de qualidade de vida.

Araioses hoje

O Município de Araioses, pertencente ao Estado do Maranhão, possui 35 mil habitantes e 1.596 Km² e está entre os dez piores municípios do país, com menor índice de Desenvolvimento Humano ¹⁰⁰. É também um dos municípios que mais recebe investimentos do atual governo Federal para a melhoria de qualidade de vida. Conforme, mencionado na reportagem realizada pelo jornal “O Estado de São Paulo” ¹⁰¹:

“A cidade maranhense de Araioses (...) é onde o programa federal tem maior impacto em relação a outras transferências, como o Fundo de Participação dos Municípios e o Fundef” (O Estado de São Paulo, 2005).

No entanto, como esta reportagem tenta mostrar, a injeção de dinheiro público extra no município não tem produzido alternativas de renda à população, o que reafirma a análise anterior. Segundo informações sobre o município, apenas 12% da população são atendidos em abastecimento de água encanada e coleta de lixo. A mortalidade infantil é alta: cerca de 84,5 para cada mil nascidos vivos e, a expectativa de vida é inferior a 56 anos ¹⁰². Outros aspectos mencionados na reportagem ressaltam a fertilidade da terra, mas como se observa, a falta de regularização fundiária obriga que muitos habitantes locais tenham que trabalhar nas roças de outros produtores. Em depoimento a Eduardo Nunomura, enviado especial do jornal

⁹⁸ CARE. Disponível em < <http://www.care.org.br/Secao.asp?CodSecao=6&Nivel=4> > acesso dia 13 de dezembro de 2005.

⁹⁹ Segundo os dados do CARE (2003), o Piauí possui um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano - IDH do Brasil, com IDH (2000) de 0,656, perdendo apenas para o Maranhão (0,543) e para Alagoas (0,649). Apenas 1/5 da população tem oito ou mais anos de estudo. O Piauí registra o segundo maior índice de analfabetismo, inferior apenas ao de Alagoas. Mais de 40 % dos seus 222 municípios não possuem água encanada, 57% não dispõem de rede de esgoto e 62% não tem coleta de lixo.

¹⁰⁰ O município, criado em 1938, tem 34.906 habitantes, representando 0,62% da população do estado, sendo 9.134 habitantes na zona urbana (26,17%) e 25.772 habitantes na zona rural (73,83%). Com área de 1.782,6 km², representando 0,54% da área do estado, sua densidade demográfica é de 21,98 habitantes por km² e seu IDH é de 0,486. MUNINET – Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal. Banco Estatístico. Araioses/MA. Disponível em <<http://muninet.org.br/banco/index.php>> acesso em 17 setembro de 2006.

¹⁰¹ Cf. Jornal O Estado de São Paulo – Matéria “O Bolsa-Família chega, vira comida, e Araioses continua na mesma miséria”. Retratos do Brasil. Domingo, 20 de fevereiro de 2005.

¹⁰² Cf. O Estado de São Paulo, 2005.

“O Estado de São Paulo” a Araiõeses, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, Francisco das Chagas Silva Costa, relata que Araiõeses é um daqueles lugares do Brasil em que empreiteiros vêm recrutar “mão de obra escrava”. Em suas palavras:

“Eles aceitam as propostas, desiludidos, porque aqui não vêem seu trabalho virar uma casa nova, uma roça grande” (Francisco das Chagas Silva Costa em entrevista a Eduardo Nunomura – O Estado de São Paulo, 2005).

Nesta mesma reportagem é interessante notar o depoimento do atual Prefeito, José Carlos do Nascimento do PSC, conhecido como “Zé Tude”. Além de questionar os valores dos programas de auxílio do Governo Federal (como o Bolsa-família e o Bolsa-escola), este representante do governo local, critica “a mentalidade do povo e dos comerciantes”, que, segundo ele, preferem gastar o dinheiro em Parnaíba, cidade vizinha no Piauí e não no próprio Município¹⁰³. De acordo com as informações contidas nesta reportagem, o Prefeito, é responsável por um orçamento de 16 milhões de reais e “espera das instâncias superiores o passo inicial para melhorar a vida dos araiõesenses¹⁰⁴”.

Araiõeses é também conhecido pela predominância da carnaúba, vegetação nativa e pela fertilidade das terras denominadas de “vazantes”, onde são cultivados em maior escala o arroz e a cana-de-açúcar. Outra atividade praticada é a criação de gado, com certa expressividade. Na agricultura, o produto de primeira utilidade (ou grandeza) plantado é a mandioca, seguindo do feijão e da melancia. O sal também é explorado e foi, em épocas passadas, produto de grande valia para a economia do Município¹⁰⁵.

Parnaíba Hoje

Parnaíba continua sendo o pólo de transformação de produtos do setor primário para toda a região norte do país, compreendida entre o oeste do Ceará e o leste do Maranhão. Estão localizadas em Parnaíba: a maior bacia leiteira do Piauí, com diversas cooperativas de laticínios, um pólo de curtumes (que abastece a indústria calçadista em São Paulo e Rio Grande do Sul), um pólo de produção de extratos vegetais para o mercado internacional, um pólo de produção de camarão e, nas últimas décadas, a região vem emergindo como pólo de turismo histórico e ecoturismo. No entanto, como já mencionado, embora Parnaíba se constitua como um pólo dinâmico da economia regional, a riqueza gerada não é apropriada pela maior parte da população. Além disso, diversos conglomerados produtivos não estão em expansão, e não geram novos empregos. Mesmo assim, atraem, anualmente, um grande número de famílias migrantes de municípios do entorno ou da região Norte do Maranhão, o que amplia a população empobrecida na cidade¹⁰⁶.

Redes assistenciais x Políticas públicas

Paralelamente às políticas de desenvolvimento social, dirigidas à região, houve também, conforme as informações da CARE (2003), ao longo destas décadas, um amplo investimento da igreja católica junto aos grupos socialmente vulneráveis através de recursos captados no exterior. Este fato permitiu a montagem de uma rede de prestação de serviços sociais, estabelecendo um conjunto de organizações comunitárias, escolas, hospitais, rádios,

¹⁰³ Este cidadão é o grande “dono” das terras da ilha das Canárias, onde vivem as “populações tradicionais” do delta do Parnaíba, em área onde foi decretada a RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, como se verá adiante.

¹⁰⁴ Este governante já foi outras duas vezes Prefeito no mesmo Município.

¹⁰⁵ Cf. Fonte: Refúgio Ecológico Ilha do Caju.

¹⁰⁶ Cf. (CARE, 2003).

fundos de crédito, asilos, creches, incubadoras e similares, que atuam não apenas desvinculados uns dos outros como também estão desvinculados das políticas públicas¹⁰⁷.

3.4 Novas dinâmicas econômicas regionais

3.4.1 O circuito do caranguejo

A década de 80/90 é marcada pela abertura de um novo mercado consumidor, que introduziu na dinâmica regional uma nova forma de exploração dos recursos naturais – a cata do caranguejo, cujo consumo passou a ser valorizado no litoral Nordeste, em função do turismo crescente naquela região. O aumento do consumo do caranguejo fez com que houvesse uma maior procura. No delta do Parnaíba, a atividade da cata do caranguejo teve início no mesmo período, influenciada pela abertura deste mercado. A maior parte da produção tinha com destino o Estado do Ceará, as praias da capital, Fortaleza – onde eram comercializados para os turistas nas barracas. A figura barraca conhecida e que marcou a região é a do “Chico do Caranguejo” – conhecido como o pioneiro, desbravador deste ramo. Localidades próximas à ilha das Canárias, como a cidade de Barreirinha e Carnaubeiras, se consolidaram como centro em que a atividade se instalou com tamanha força.

A região do Delta do Parnaíba tem sido apontada como a maior região produtora de caranguejo-uçá do mundo. Conforme estudo do IBAMA (1999), a captura do caranguejo é a atividade de maior significado econômico da região, sendo extraídas cerca de 1.000 toneladas por ano (IBAMA, 1999)¹⁰⁸. No entanto, a extração excessiva deste animal causa desequilíbrio no meio natural e chama a atenção dos órgãos de defesa do meio ambiente para medidas de controle, como a criação da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba.

3.4.2 A chegada do turismo no “Delta das Américas”

A partir da década de oitenta e, mais intensamente, na década de noventa, traduzindo a tendência pela procura por ambientes naturais, o Delta do Parnaíba passou a ser explorado turisticamente pelas principais operadoras e agências de turismo da região. Os passeios ao “Delta do Parnaíba” passaram a ser oferecidos pelas agências de turismo, sendo realizados normalmente em grandes embarcações, a partir do Porto das Barcas, no município de Parnaíba ou eventualmente o Porto dos Tatus, no município de Ilha Grande de Santa Isabel (Mattos, 2003).

Em 2002 o Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo – MPE/FUNBIO, atuou na região, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, ligada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, de maneira a subsidiar ações do Programa Pólos de Ecoturismo na criação do Pólo de Ecoturismo Delta do Parnaíba. No mesmo ano, na área referente à RESEX do Delta do Parnaíba, havia uma pousada à beira rio sendo construída no povoado das Canárias, ilha das Canárias.

Sob a ótica geográfica, a região do “Delta do Parnaíba” se encontra entre os “Lençóis Maranhenses”, no lado Maranhense e, o complexo turístico do litoral oeste do Ceará, o que fortalece a sua inserção como destino turístico integrado a essas duas outras regiões. Desta forma, com o passar dos anos e o crescente aumento do fluxo turístico na região, os habitantes tradicionais das ilhas do delta, passaram a ter que conviver com certa “espetacularização” deste ambiente. E em muitos casos, deles próprios¹⁰⁹.

¹⁰⁷ CARE. Disponível em < <http://www.care.org.br/Secao.asp?CodSecao=6&Nivel=4> > acesso dia 13 de dezembro de 2005.

¹⁰⁸ Estudo de caracterização socioeconômica da área a ser transformada em RESEX”, realizado pelo Ibama em 1999.

¹⁰⁹ Inúmeros são os exemplos de divulgação do Delta do Parnaíba como destino turístico.

Entre os diversos municípios que compõem a região, Araiõeses, no Maranhão e Parnaíba, no Piauí, disputam para si, no cenário turístico e nas políticas de desenvolvimento, um lugar por excelência, o “portão do delta” de entrada para o “Delta do Parnaíba”. O lado maranhense se sente em desvantagem quanto aos benefícios gerados pelo turismo, apesar de abranger a maior parte do delta.

Recentemente, empreendimentos hoteleiros de grande porte se dirigem à região do Delta do Parnaíba, como foi possível constatar na consulta de um *site*, que disponibilizou informações sobre esta intenção¹¹⁰.

3.5 O Delta do Parnaíba e as políticas ambientais

A região do delta do rio Parnaíba engloba um ecossistema de grande importância e que, recentemente, passou a ser valorizado no cenário ambiental. Algumas das características que a tornam uma importante área da zona costeira brasileira estão enunciadas no estudo do Zoneamento- Ecológico-Econômico do baixo Parnaíba, que inclui a região do delta. Segundo este estudo, esta região se caracteriza por,

“Apresentar extensas planícies com dinâmicas fluvio-marinhas e por abrigar importantes comunidades vegetais e animais (...) Sob a influência das características desses ambientes, desenvolve-se extensas áreas de mangues, com uma vegetação altamente especializada, com alta biodiversidade e presença de endemismos, constituindo um dos sistemas ecológicos mais produtivos do planeta (...) O delta ainda apresenta amplos campos de dunas móveis, resultados da sedimentação eólica e estão sujeitos a uma dinâmica extremamente forte, resultados das atividades construtivos e destrutivos das marés, ventos e rios, caracterizando um ambiente fortemente instável”.(ZEE do Baixo Parnaíba, p. 14).

Entre as ilhas que compõem o delta do rio Parnaíba, destacam-se: Ilha Grande de Santa Isabel, Batatas e Trindade, no estado do Piauí e Ilha das Canárias, do Caju, Grande do Paulino, Carrapato, Igoronhon, Poldros, Barreira, Bagre Assado, Cardoso, Papagaio, São Bernardo, Coroatá, Engraça, Jaburu e Manguinho, entre muitas outras¹¹¹. Algumas destas ilhas e áreas da ilha das Canárias pertencem a particulares, que possuem o domínio da terra. Em outras ilhas ou áreas destas ilhas, vivem inúmeras famílias em pequenos povoados e apresentam como base de sua economia o extrativismo, a pesca e a agricultura, para o próprio consumo ou em pequena escala. Estes aspectos serão abordados com mais profundidade a seguir.

A partir da década de 90, a valorização das questões ambientais no cenário global, repercutiu na região do Delta. Por conseguinte, em 28 de agosto de 1996, através do Decreto Federal s/n.º, o Delta do Parnaíba foi circunscrito em uma Unidade de Conservação de uso sustentável, incluída na categoria de Área de Proteção Ambiental – APA. A Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba. Esta Unidade de Conservação, administrada pelo IBAMA, abrange os municípios dos três Estados: Maranhão, Piauí e Ceará. Entre eles: Paulino Neves, Tutóia, Araiõeses e Água Doce, no Estado do Maranhão; Ilha Grande, Parnaíba, Luis Correia e Cajueiro da Praia, no Estado do Piauí; Chaval e Barroquinha no Estado do Ceará, compreendendo uma área de 313.809 ha em ecossistemas de manguezal, restinga, caatinga litorâneo, dunas, praias e lagoas. De acordo com o ZEE do baixo Parnaíba (2002), a APA do Delta do Parnaíba foi criada por solicitação de ambientalistas, visando proteger o ecossistema

¹¹⁰ Hochheimer Imperatori Arquitetura. Disponível em < www.hiarq.com.br > acesso em 17 de novembro de 2005.

¹¹¹ Para visualizar as ilhas do delta, retornar ao mapa no ANEXO – 06.

costeiro da região¹¹². Sobreposta à APA foi criada, no ano 2000, a Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba¹¹³, entre os Municípios de Ilha Grande, no Piauí; Araiões e Água Doce, no Maranhão, em área de aproximadamente de 275,6 Km quadrados, “como forma de assegurar o modo de vida dos povoados locais, juntamente ao uso sustentável dos recursos naturais”¹¹⁴ (IBAMA, 2000).

Além da APA e da RESEX presentes no Delta do Parnaíba, a Ilha do Caju, também se enquadra como uma categoria de unidades de conservação descrita no SNUC. Trata-se da Reserva Particular do Patrimônio Natural Ilha do Caju, que se destaca pela presença da Pousada Ecológica Ilha do Caju¹¹⁵, o que veio a fomentar o ecoturismo na região.

Diante da instabilidade natural da região, que a caracteriza como um ecossistema frágil, seus baixos indicadores sociais, sua localização em três estados da federação, a saber, (Maranhão, Piauí e Ceará) e seu grande potencial para a exploração do Ecoturismo, foi desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, o Programa Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE¹¹⁶ do Baixo Parnaíba, com o objetivo de apresentar uma proposta inicial para definir um modelo de desenvolvimento sustentável para o Delta do Parnaíba a fim de ser “apropriado” pelo poder público, órgãos técnicos e população local.

O relatório final deste estudo, apresentado em abril de 2002, apontou o ecoturismo como a melhor opção para que a região retome o seu ciclo de desenvolvimento. Entre as diretrizes específicas do relatório estão algumas proposições referentes ao uso e ocupação do delta, entre as quais: regular o uso extrativista do mangue, incluindo a RESEX Marinha do Delta e demais áreas não incluídas em Unidades de Conservação; implantar Unidade de Conservação de Proteção Integral da categoria de Estação Ecológica para proteger parte do ecossistema de manguezal na área do Delta do Parnaíba; e controlar a densidade e trânsito de embarcações na área do delta (canais), entre outras¹¹⁷. Contudo, é de se supor que a inexistência da sistematização dos dados sócio-econômicos e demais aspectos das comunidades que vivem na RESEX tenham dificultado o dimensionados nas proposições deste estudo¹¹⁸.

3.5.1 A RESEX Marinha do Delta do Parnaíba

Em 1999, foi realizado pelo CNPT/IBAMA o estudo preliminar denominado “Caracterização Sócio-Econômica da área do Delta do Parnaíba a ser transformada em

¹¹² Embora criada em 1996, somente em outubro de 2002 foi realizado o Seminário de Composição do Conselho Gestor da APA, presidido pelo órgão responsável pela administração, o IBAMA e constituído por representantes de órgãos públicos, da organização da sociedade civil e da população residente.

¹¹³ A Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba foi criada pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em 16 de novembro de 2000 através do Decreto s/n.º, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 84, inciso IV da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n.º 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Cf. Decreto de criação da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba.

¹¹⁴ Cf. ZEE do Baixo Parnaíba, 2002 (p 53,54).

¹¹⁵ A pousada Ecológica Ilha do Caju está entre os destinos do Roteiro de Charme.

¹¹⁶ O Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE é um instrumento político e técnico de planejamento, cujos estudos visam promover o uso sustentável do território. Para isso estuda as potencialidades e limitações ambientais vis a vis às atividades econômicas, de forma georreferenciada. (ZEE do Baixo Parnaíba, 2002).

¹¹⁷ Cf. ZEE do Baixo Parnaíba, 2002.

¹¹⁸ Cabe ressaltar a importância de estudos que levem em conta um aprofundamento da compreensão dos aspectos das configurações sociais e construção de estratégias construídas com as comunidades extrativistas locais. Neste sentido o presente estudo, ao trazer a tona o “olhar” do morador de Passarinho e pretende, além de dar visibilidade a comunidade local para que se possa refletir sobre as formas com que os projetos exógenos incidem nas comunidades e interação com as percepções locais. Uma reflexão aprofundada sobre o ZEE pode ser consultada em (ACSELRAD, Henri, 2000).

Reserva Extrativista”¹¹⁹, por solicitação da Fundação Rio Parnaíba – FURPA, Prefeitura Municipal de da Ilha Grande de Santa Isabel – PI, Associação de Moradores da Ilha Grande de Santa Isabel, Prefeitura Municipal de Araisos – MA e a Colônia de Pescadores de Tutóia – MA (Z17¹²⁰). Este estudo diagnosticou a exploração do caranguejo da região e de acordo com as suas recomendações, a criação da RESEX, viria equacionar esta problemática. A criação da RESEX se deu no ano seguinte, em 2000. Considerada de interesse ecológico e social, a RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, teve como objetivo geral:

“Garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área” (Art. 2o. do Decreto de criação da RESEX)

O ecossistema característico da região é o manguezal, constituído de vegetação de preservação permanente conforme o código Florestal. A relevância social da área se refere ao fato de nela habitarem populações extrativistas que, há diversas gerações, vivem basicamente da pesca artesanal, da agricultura para o auto-consumo e em pequena escala e da extração do caranguejo, do sururu, da ostra. A população da área é estimada em 3.600 habitantes, que se encontram divididos em pequenos povoados ¹²¹, principalmente na Ilha das Canárias. São eles: Canárias (250 casas), Passarinho (50 casas), Caiçara (49 casas), Torto (40 casas) e Morro do Meio (15 casas) ¹²².

Conforme o Decreto de criação da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba ¹²³, Art 40., o IBAMA fica responsável por:

“Supervisionar a área de que trata este Decreto, promover as medidas necessárias à formalização do contrato de concessão real de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Decreto no 3.125, de 29 de julho de 1999, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas.”

No caso da criação da RESEX Marinha do Delta, as razões que antecederam a criação desta UC conjugaram interesses conservacionistas e, a necessidade de resolução de conflitos locais vividos pela comunidade das Canárias. Conforme relatado por (J), um morador das Canárias, a comunidade passou a viver um conflito com relação ao uso das terras destinadas ao plantio do arroz, a partir do surgimento de um suposto proprietário, vindo de Parnaíba, que proibiu os habitantes locais de trabalharem naquela área. Com o impasse, os moradores se organizaram em uma associação, ajudados por pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores – PT. Na dificuldade de liberação de um documento que lhes desse a garantia de permanência na área, surgiu uma nova solução (MATTOS, 2003). Nas palavras do morador e presidente da associação:

¹¹⁹ Este estudo teve como objetivo produzir um diagnóstico preliminar sobre a situação da pesca artesanal e da cata do caranguejo e sobre a percepção dos moradores em relação à criação de uma Reserva Extrativista. Cf. Carvalho, J. e Cordeiro, A. Caracterização Sócio-Econômica da área do Delta do Parnaíba a ser transformada em Reserva Extrativista. IBAMA/CNPT. Dezembro de 1999.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ O termo comunidade neste contexto está referindo-se apenas ao grupo de pessoas que se utilizam de espaços comuns, reconhecendo-se como pertencente a um determinado grupo social. No mapa da Resex Marinha do Delta as comunidades descritas aparecem como Vilas/Lugarejos.

¹²² O conhecimento das comunidades situadas na região deltáica foi realizado no âmbito do Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo. O n.º de casas refere-se a uma estimativa aproximada conforme informações colhidas com os próprios moradores (MATTOS, 2003).

¹²³ O Decreto de Criação da RESEX Marinha do Delta, na íntegra, encontra-se no ANEXO – 02.

“O IBAMA entrou com a questão da preservação do Meio Ambiente e vendo a nossa necessidade aí entramos com o convênio (...) e através dessa aproximação da gente com o IBAMA, nos entramos com um requerimento pedindo ao Presidente (da República) que fosse criada essa reserva aqui nas comunidades, em nome da comunidade do baixo Parnaíba. A gente entrou com esse pedido em função dessa questão de terras, né.” (J.)

Segundo este morador, que posteriormente tornou-se agente ambiental colaborador do Ibama, com a criação da RESEX, a preocupação com relação às terras foi resolvida às custas do compromisso ambiental firmado:

“Acabou a preocupação de que alguém chegasse com aquele poder de manipulação. Porque o cara chegava e dizia: - Você não pode trabalhar aqui (...) até hoje você trabalhou aqui, hoje você não trabalha mais. Então, isso acabou. Hoje o que você produz é seu. Agora a gente tem o compromisso com o governo de não danificar o meio ambiente.” (J.)

Um outro conflito minimizado com a criação da RESEX, de acordo com o relato deste representante comunitário, foi a pesca comercial predatória, que ocorria com a chegada de barcos de outras regiões.

Na falta do Plano de Manejo e de dados sistematizados sobre a RESEX Marinha do Delta do Parnaíba e, considerando que o IBAMA, através do CNPT, é o órgão que oficialmente responde pelas Reservas Extrativistas, se optou em realizar uma entrevista com o representante do IBAMA/CNPT, a fim de se obter informações sobre o andamento da implementação da RESEX diante do atual cenário da região.

De acordo com as informações obtidas com o representante da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba no IBAMA regional, estava sendo produzido na ocasião o levantamento sócio econômico da RESEX. Conforme consta no estudo de 2003, grande parte de sua preocupação girava em torno da organização comunitária.

“A idéia é começar este ano a discussão do Plano de Manejo (antigo Plano de Utilização), mas se não tiver organizado não adianta, tem que sair deles. A gente não pode forçar a barra de forma nenhuma, senão a gente vai impor.” (Entrevista realizada com o representante do IBAMA/CNPT – RESEX Marinha Delta do Parnaíba – Mattos, 2003).

Nesta mesma ocasião, em 2002, de acordo com o relato do chefe da RESEX, representante do IBAMA /CNPT, não havia sido cogitada a implantação do ecoturismo como alternativa econômica para os moradores da RESEX. Segundo o chefe da RESEX, a dificuldade com relação à organização comunitária e o ainda não entendimento por parte dos moradores do que seja de fato a Unidade de Conservação, bem como o seu papel em sua gestão eram entraves a este estratégia de desenvolvimento.

“Hoje os moradores não têm ainda a idéia de que é uma Reserva realmente, que são eles que vão mandar, são eles que são co-responsáveis. Eles ainda não conseguiram assimilar isso. Na verdade a gente também tá aprendendo, porque é uma experiência nova (Referindo-se tanto a modalidade ”Marinha” quanto a novidade deste modelo de Unidade de Conservação na região) ”. (Entrevista realizada com o representante do IBAMA/CNPT – RESEX Marinha Delta do Parnaíba – Mattos, 2003).

E ainda:

“O turismo a gente ainda não parou realmente para pensar. A gente tem o potencial, o potencial existe, mas a gente ainda não viu como eles possam explorar esse

turismo, nós não sentimos ainda. Nós tivemos algumas iniciativas levando gente do Sebrae para exatamente fomentar a organização, dando palestra sobre associativismo, treinamento sobre associativismo pra tentar fortalecer e o Ricardo tocou muito nesse assunto do turismo e tudo, e aí a gente vê que eles ainda não sabem, não estão bem receptivos, ainda não sabem o que é turismo, ecoturismo. Porque eu acho que na prática ali vai ser mais um ecoturismo né? Até pelo próprio ambiente”. (Entrevista realizada com o representante do IBAMA/CNPT – RESEX Marinha Delta do Parnaíba – Mattos, 2003).

O Ibama ainda conta com a dificuldade de recursos para o acesso às comunidades e a realização de um efetivo trabalho de base comunitária.

3.6 As ilhas do delta do rio Parnaíba

Algumas das ilhas do delta estão sob domínio de particulares, como a ilhas dos Poldros, do Igoronhon, da Barreira, do Caju e a Ilha das Batatas ¹²⁴. Já a Ilha das Canárias é habitada por pequenos povoados, e juntamente com outras ilhas, foram incluídas no perímetro da RESEX. A seguir (quadro – 07), extraído do guia “Pólos Turísticos e Roteiros. Piauí – quanto mais se conhece mais se gosta” (2002), lançado pelo governo do Estado e algumas parcerias, descreve sucintamente, as características dessas ilhas que compõem o delta do rio Parnaíba. As informações contidas neste guia são notadamente dirigidas ao estímulo do turismo na região e merecem destaque como forma de se compreender de que forma a imagem da região onde se encontram as “populações tradicionais” do delta do Parnaíba é vinculada ao marketing turístico.

¹²⁴ De acordo com relatório do IBAMA/CNPT, a Ilha do Enforcado e Ilha do Igoronhon são propriedades da Empresa Salineira e de Navegação Igoronhon S/A. Já a Ilha do Pontal, do Papagaio e Ilha Grande do Paulino são de propriedade de familiares de Maria dos Santos Veras (em inventário). A ilha da Salina (Barreira), da família de Carlos Moacir da Costa Ferreira. Ilha do Caju, da família Clark, transformada em RPPN.

Quadro – 07 - Principais Ilhas do Delta

ILHA GRANDE DE SANTA ISABEL (Piauí)

Maior ilha do Delta do Parnaíba, com 240 km² e que corresponde a 18 km do litoral piauiense. Nesta ilha estão situados dois Municípios: do lado oeste, ilha Grande e do lado leste, Parnaíba. A ilha Grande de Santa Isabel está ligada ao continente por uma majestosa ponte rodoviária sobre o rio Igaráçu, que viabiliza a circulação entre a cidade de Parnaíba com a Praia Pedra do sal, a cidade de Ilha Grande e o Porto dos Tatus.

ILHA DAS BATATAS (Piauí)

Fazenda de gado modelo, com produção intensiva de leite. Possui extensos e conservados bosques de carnaúbas. Apresenta potencial para o desenvolvimento do turismo rural. Acesso rodoviário, com trechos pavimentados e com estrada de terra. Saindo de Parnaíba, a 9 km, ou saindo de Ilha Grande a 6 km.

ILHA DAS CANÁRIAS (Maranhão)

Localizada na margem esquerda da baía das Canárias. São diversos os povoados que se encontram ao longo da ilha: Canárias, Passarinho, Caiçara. Possui dunas, lagoas, cajueiros nativos e uma larga faixa de areis clara banhada por ondas fortes. Tem como atrativo a pesca artesanal e apresenta potencial para a pesca esportiva. Chega-se à ilha de barco saindo do Porto dos Tatus.

ILHA DOS POLDROS (Maranhão)

Área particular que pertence a uma empresa de curtume espanhola. Aqui são encontrados diversos atrativos naturais igarapés, manguezais e dunas. Um grande farol de navegação, já desativado, guarda fatos de uma história marítima naquela região. Outro atrativo da ilha é a casa projetada pelo arquiteto Gerson Castelo Branco, que encanta pela sua criatividade, quando utiliza a palmeira da carnaúba em toda a construção. Acesso de barco pelo Porto dos Tatus. Visitas com autorização.

ILHA DAS SALINAS ou ILHA DAS BARREIRAS (Maranhão)

Tem como ponto de apoio a casa de uma fazenda de aquicultura que também funciona como pousada rústica. Possui bosques e cajueiros nativos sobre as dunas, que durante a safra do caju, atraem bandos de macacos. Área ideal para caminhadas em meio às sombras dos cajueiros e para a observação da captura do caranguejo.

ILHA DA TRINDADE (Maranhão)

Situada na Baía das Canárias entre a Ilha Grande de Santa Isabel e a Ilha das Canárias. Sua pequena área é coberta por manguezais em cujos galhos vivem enormes camaleões, que são avistados pelos turistas no passeio de barco.

ILHA DO CAJU (Maranhão)

Propriedade privada da família Clark, ingleses que se estabeleceram em Parnaíba no século XIX. Uma antiga fazenda de gado transformada em santuário ecológico, com belas e diversificadas paisagens, abrigando uma fauna e uma flora protegida numa área de 10.000 há. Dispõe de uma pequena pousada funcionando na antiga sede da fazenda, com guias e roteiros de turismo ecológico.

FONTE: Pólos Turísticos e Roteiros. Piauí – quanto mais se conhece mais se gosta. Piauí, Brasil, 2002.

3.6.1 A Ilha das Canárias e os Povoados Locais

A Ilha das Canárias está localizada à margem esquerda do rio Parnaíba, próxima à baía das Canárias, onde o rio desemboca no oceano Atlântico. Esta ilha pertence ao Município de Araióses, Estado do Maranhão¹²⁵. É uma das maiores ilhas que compõem o conjunto de ilhas que formam o delta do rio Parnaíba, perdendo em extensão apenas para a Ilha Grande de Santa Isabel (PI) e a Ilha do Caju (MA). Como já mencionado, é uma região extremamente rica em biodiversidade, cercada de vegetação nativa e mangue¹²⁶.

¹²⁵ Feydit e Costa (2006) constataram em suas pesquisas que não existe sistema de coleta de lixo e nenhum sistema de tratamento de água na ilha das Canárias. Segundo elas, estes dados justificam a alta incidência de doenças infecto parasitárias registradas nos atendimentos médico e de enfermagem da Unidade de Saúde local, situada no povoado de Canárias.

¹²⁶ São vários os tipos de mangue: Mangue vermelho (folha miúda e folha larga); Siriba (preta e branca); Mangue botão; Mangue manso (o que o caranguejo como a folha).

A ilha das Canárias possui 5 povoados locais: Canárias, Passarinho, Caiçara, Torto e Morro do Meio, e a estimativa total é de dois mil habitantes¹²⁷. Durante visita técnica em 2002, foi possível percorrer todos os povoados da ilha das Canárias e registrar as primeiras impressões gerais do modo de vida de seus habitantes. O contexto geográfico da ilha das Canárias permite que os povoados realizem atividades diversificadas em seus territórios – tanto voltadas para a terra, quanto voltadas para o rio. Em cada período da história é possível perceber uma variação na intensidade das atividades exercidas. No entanto, em diferentes relatos é possível registrar, que existe predominância de uma atividade que diferencia os povoados da Ilha das Canárias e confere certa identidade.

No presente estudo, o povoado do Passarinho foi escolhido para ser pesquisado em maior profundidade. Entretanto, é impossível desvincular esta pesquisa da pesquisa realizada em Canárias. Canárias, é o povoado que passou a sofrer a influência direta do turismo e como já mencionado, foi alvo do estudo anterior, e, portanto, é o lugar da ilha das Canárias, com mais informações sistematizadas e envolvimento com os moradores locais. Já o Passarinho, foi escolhido nesta pesquisa, por ser o povoado com maior proximidade e relação com Canárias, porém com aspectos distintos, e quase nenhuma influência do turismo.

Canárias é o maior povoado da ilha, com cerca de mais de 1.200 habitantes, e o mais próximo ao Porto dos Tatus. Já no povoado do Passarinho estima-se uma média de 300 habitantes, embora esses números sejam relativos, como se poderá perceber a seguir a partir da análise dos fluxos migratórios ao longo dos anos. No povoado das Canárias, além dos apossamentos recentes, dos apossamentos pertencentes a membros de famílias locais e os apossamentos pertencentes a figuras externas à comunidade, existe uma forma peculiar de apropriação do território que pode ser incluída na categoria de “terras de uso comum”, com referência a São José. Em outras palavras, em Canárias, parte da terra é reconhecida como pertencente a São José¹²⁸. No Passarinho, não há incidência de terras de Santo, como em Canárias, entretanto, existem outros inúmeros espaços de uso comum, como as lagoas, as cacimbas e os espaços de pesca.

Conforme Almeida (2006), nestas situações de apossamentos, prepondera a adoção de um “sistema de uso comum da terra”, onde o seu controle “não é exercido livre e individualmente por um grupo doméstico determinado, mas sim através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares de pequenos produtores diretos que compõem uma unidade social”¹²⁹. Do mesmo modo, Andrade (2003) observa as categorias de entendimento que definem as chamadas “terras de santo” ou “terras de santíssima”.

“Terras que o grupo não apenas chama de terras de santíssima – e aqui não estamos diante de pura terminologia, mas de categorias de entendimento, de categorias que definem princípios de territorialidade, que organizam sistemas de apropriação dos recursos da natureza, de categorias que fundamentam a identidade étnica desses

¹²⁷ No relatório sobre o “Perfil sócio-econômico, demográfico e ambiental da ilha das Canárias”, as autoras Lina Feydit (enfermeira da ilha das Canárias) e Monica Costa (moradora nascida em canárias), apresentam as características demográficas da ilha das Canárias dividida por 4 povoados da seguinte maneira: Caiçara com 51 famílias, Torto com 64 famílias, Passarinho com 46 famílias e Canárias, com 299 famílias – totalizando 1.820 habitantes (FEYDIT e COSTA, 2006).

¹²⁸ De acordo com os moradores do povoado das Canárias, no passado houve uma divisão das terras feita pelos próprios moradores. Nesta divisão uma área foi destinada à igreja católica, sendo reconhecida por estes como pertencente a São José. Nesta área, onde se encontra a maioria dos domicílios, não se compra ou vende o terreno.

¹²⁹ Cf. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: posse comunal e conflito, Humanidades, ano IV, n. 15, Brasília, UnB, 1988, p.43. Este mesmo artigo encontra-se na livro editado em 2006.

grupos – mas que vive, em suas práticas e em suas representações como terras de santíssimo” (pág 39)

Canárias é também o único povoado que possui um “campo santo”, ou seja, um cemitério¹³⁰. Nas demais localidades, os parentes quando morrem são enterrados nos próprios quintais e no caso do Povoado do Passarinho, se costuma levar o defunto para ser enterrado no povoado vizinho, ou seja, nas Canárias.

Embora os demais povoados apresentem a sua manifestação religiosa Canárias é o povoado que concentra a tradição dos festejos. Contam os informantes que o povoado do Passarinho passou 30 anos sem realizar o seu próprio festejo. Nessas datas, as trocas inter-comunitárias se intensificam. É também o momento esperado da visita dos parentes que foram para outros lugares morar. É o tempo dos batismos, dos casamentos, das encenações religiosas, das procissões nos rios, das novenas, das danças e demais manifestações da tradição dos habitantes da ilha.

¹³⁰ No povoado do Passarinho existe um terreno onde são enterradas as crianças. Um grande número de cruzeiros enterradas na areia me fez crer em um alto índice de mortalidade infantil na ilha das Canárias, porém, as próprias mulheres não consideram tanto assim.

CAPÍTULO IV - O POVOADO DO PASSARINHO – ASPECTOS DO UNIVERSO LOCAL

4.1 O povoado do Passarinho – aspectos gerais

O povoado do Passarinho está localizado mais ao interior desta ilha, se comparado ao povoado das Canárias, o mais populoso da ilha, onde as casas se dispõem desde a beira do rio, às margens do rio Parnaíba. No Passarinho, ao contrário, as casas se dispõem de maneira circular, dividido em 2 lados. O acesso ao porto de entrada para o povoado, apelidado pelos moradores de “agência”, por ser um local de trocas e comércio, se faz através de um dos igarapés do delta. O caminho que liga o porto, às casas do povoado é uma trilha alta de areia¹³¹, cercada de manguezal. Atravessando uma pequena porteira, no final deste caminho, já é possível avistar a primeira casa do povoado, num quintal cercado e um viveiro para criação de peixes. Todos os caminhos da ilha são de areia. A vegetação predominante são as carnaúbas, os coqueiros e as demais vegetações nativas. De um lado as casas se encontram dispostas numa contigüidade e as cercas separam os quintais, enquanto que, do outro lado, às casas estão dispostas de forma mais espaçada. Atualmente encontram-se 45 casas no Passarinho, sendo três delas de alvenaria (uma ainda em construção – na ocasião da pesquisa) e as demais de taipa, cobertas com telhas de cerâmica e algumas de palha de carnaúba¹³². Além das casas dos moradores do Passarinho, outras construções fazem parte do cenário de chegada ao povoado: a igreja e a Escola São Luiz Gonzaga – ambas em frente ao campo de futebol – que apesar de não abrigar nenhuma construção, a não ser as traves, constitui um espaço bastante freqüentado pelos moradores. Existe ainda um bar e um espaço para festas que os moradores denominam de “clube”.

Clima e instabilidade

Como em toda a região, o clima é marcado por duas estações: o inverno (período das chuvas) e o verão (período da seca) e estão diretamente ligados as atividades de preparação da terra, plantio, colheita, assim como a influencia das marés influenciam as atividades de pesca e extração como o plantio do arroz nos alagadiços¹³³. A característica insular, aliada aos fortes ventos da região e influencia das marés, faz com que a esta se caracterize por intensa instabilidade e por intenso dinamismo na formação da paisagem. Esta característica influencia diretamente o modo de vida dos habitantes da ilha que adaptam suas atividades em função dos ditames da natureza. Em outros povoados da ilha, a presença de dunas móveis faz com que a população migre de um local a outro, para proteger a moradia do soterramento pela areia¹³⁴. A quantidade de chuvas também permite prever a formação das lagoas internas, que servem de captação de água e também de local para lavar roupa. A própria constituição da moradia, feita de carnaúba e taipa, em sua estrutura e telhado de palha ou tijolo, possui um tempo de duração e precisa ser refeita de tempos em tempos.

Casas e núcleos familiares

¹³¹ Esta trilha de areia alta foi feita por mutirão pelos moradores e é mantida assim para que possam atravessar, mesmo em tempos de maré alta e cheias.

¹³² Casas (45): Taipa e telhado de palha (6); Taipa e telhado de tijolo (35); Tijolo (alvenaria) e telha (3 casas e uma em construção (a própria do Paulo) – escola e igreja também).

¹³³ FEYDIT e COSTA (2006) observam que há cerca de 30 anos o agrotóxico foi introduzido na região e até os dias de hoje é utilizado em larga escala no plantio do arroz (que permanece sem orientação técnica, sem equipamentos de proteção individual).

¹³⁴ Na pesquisa de campo realizada em 2002, este acontecimento foi por mim presenciado no povoado de Morro do Meio.

As famílias do povoado em geral se distribuem em núcleos familiares extensos e a casa pode ser aumentada para caber uma nora ou um genro e um futuro bebê, quando estes ainda não têm condições de se manterem sozinhos em sua própria moradia. A casa da família em que eu residi para a realização da pesquisa segue esta configuração. Originalmente, a casa é pertencente ao casal Vidoca e Matias, no entanto, quando Bete, sua filha adotiva engravidou aos 13 anos, Paulo, o pai do bebê foi viver com eles. Este casal agregado, mais tarde, teve outros filhos. Ao se tornarem jovens os filhos destes se casaram ou “juntaram” e também tiveram filhos. Alguns se desagregam da família núcleo e outros permanecem na residência de origem, formando mais um agregado familiar. Na casa vivem, portanto, as quatro gerações¹³⁵

Cada casa possui o seu quintal e embora exista um local destinado aos animais, estes são criados soltos neste espaço. Na maioria das casas existem plantas com e sem flores que enfeitam a fachada. No seu interior, banco de pote (que serve para armazenar água de beber), panos com bico de crochê fazem parte da decoração, redes feitas com palha de tucum ou carnaúba. Quase todas as casas no Passarinho possuem ratos, conforme revelou os integrantes da família que convivi. Cada núcleo familiar possui a sua roça, o seu quintal, os seus animais, numa composição que é coletiva, pois visa à manutenção do núcleo, mas ao mesmo tempo, individual, uma vez que cada membro é possuidor ou responsável por alguma parte. O arroz do “fulano”, a galinha de “sicrano”, os coqueiros do “beltrano”¹³⁶. Ou seja, cada parte é percebida como pertencente a alguém e compartilhada entre todos do lugar, seja porque plantou, porque ganhou, porque criou.

A chegada da luz

A falta de luz no povoado sempre foi uma característica naturalizada entre os moradores que nunca acreditaram que seria possível algum dia existir. A chegada da luz veio como uma surpresa e muitos desconfiaram da veracidade da informação. Antes dela era no gerador, na Lamparina. Atualmente a ilha das Canárias foi contemplada com o Programa Federal “Luz para todos”. Este aspecto vem gerando expectativas de melhoria para o povoado.

Transporte e acesso ao Porto

O transporte coletivo dos moradores é feito uma vez na semana, as segundas-feiras, em um único horário de partida ao Porto dos Tatus e retorno ao Passarinho. Este serviço é feito há aproximadamente dois anos (na ocasião da pesquisa), por um próprio morador do Passarinho que dispõem de uma embarcação a motor¹³⁷. Existe também o transporte para Araíoses, porém em períodos mais espaçados. É cobrada a passagem por pessoa e também pela carga transportada. Antigamente o acesso ao município mais próximo era feito caminhando até Canárias e de lá remando ou de barco até o Porto dos Tatus. Os antigos recordam o tempo das longas caminhadas e do transporte em canoas.

Escolaridade

¹³⁵ Dona Vidoca conta que “a casa foi aumentada” quando a Paula (filha da Bete e Paulo) se casou com Anchieta. Segundo D Vidoca, ela mandou construir um outro quarto pra si e deu o seu antigo para Paula ficar com o marido. Quando a Paula saiu, ou seja, foi morar em sua própria residência, Cleudiane, namorada de Adalto (outro filho da Bete e Paulo) estava grávida e foi morar com eles. Conforme relata Vidoca: “aí foi ela que tomou de conta”.

¹³⁶ Estas designações estão sendo usadas apenas em sentido ilustrativo.

¹³⁷ Este mesmo morador é o que organiza a “turma” para a cata do caranguejo e também revende-os no Porto dos Tatus.

Grande parte dos moradores do povoado do Passarinho é analfabeta, ou semi-analfabeta, (assinam somente o nome). Este aspecto evidencia o distanciamento do acesso aos serviços públicos e também revela que a população é marcada pela presença da oralidade, como forma de expressão e manutenção dos costumes e tradições. A primeira escola do povoado, que tem o nome do padroeiro do lugar, foi construída recentemente e começou a funcionar em 2002. É lá onde a maioria das crianças do povoado do Passarinho estuda. As crianças se dividem entre os turnos da manhã e da tarde com ensino até a 4a. série. No período da noite, foi introduzida recentemente a alfabetização de adultos. A escola dispõe de três professores aprovados em concurso que vieram de cidades próximas, um vigia e 2 seladoras do próprio lugar, que fazem a faxina – Lindalva e Bete. No passado outras formas de acesso ao estudo eram buscadas pelos moradores, como será visto em outro tópico a diante.

Acesso à saúde

O povoado do Passarinho não possui Posto de Saúde. Canárias é o único povoado da ilha onde existe esta estrutura, que funciona com profissionais do Programa Saúde da Família embora sem muitos recursos, como afirma a enfermeira de lá. Na maioria dos casos, os males e doenças são curados no próprio local com rezas e benzimentos, e também, com soluções improvisadas ou ingestão de medicamento sem prescrição médica¹³⁸. O auxílio de um morador de Canárias que presta atendimentos de enfermagem também é solicitado em casos mais graves. Quando possível, o auxílio é buscado fora, na cidade de Parnaíba e também em outros Estados. Neste caso, o circuito de familiares em outras localidades é acessado para que se acolha um parente doente em busca de tratamento. Antigamente os partos eram realizados no próprio domicílio com auxílio de uma parteira das Canárias. Na atualidade as mulheres estão buscando atendimento na cidade de Parnaíba.

Saneamento

O saneamento no povoado é inexistente. As casas não dispõem de sistema de encanamento, nem fossas sépticas, nem locais destinados a vazão dos dejetos. Na residência de minha permanência no povoado, o espaço destinado como “banheiro” era no mato, nos fundos do quintal da casa, debaixo de um frondoso cajueiro. Para o banho, é utilizado um pequeno cercado de palha. A água, retirada do poço ou da cacimba é armazenada em baldes que servem ao banho. A água para o consumo também vem da cacimba ou do poço – dependendo da aparência da água (mais limpa e mais “suja”/barrenta). Os dejetos são jogados no quintal, enterrados, queimados ou reaproveitados.

Atividades econômicas

Os moradores do Passarinho sempre viveram da pesca e da lavoura para o auto-consumo e do cultivo de arroz para a comercialização. Esta parece ser a atividade econômica mais antiga do povoado. O cultivo do arroz marcou de forma produtiva a ocupação do território. Associado ao uso produtivo do território, o grande posseiro, que emergiu em uma determinada época da trajetória deste grupo social, começou a exercer uma forma de dominação junto aos habitantes locais e conseqüentemente houve a subordinação do arrendatário, ou seja, o morador que utiliza a área para o cultivo. Nesta dinâmica foi introduzida ainda nos anos XX a cobrança da “renda” pela produção de arroz. No início, como contam os moradores, a renda era de 4:1, ou seja, a cada quatro sacas de arroz, uma, era

¹³⁸ Não se trata aqui de produzir uma visão normativa sobre as formas de cura. A intenção é registrar que nos povoados existem formas fundadas na cosmovisão dos habitantes, mas também aliadas a estas, o consumo indiscriminado de medicamentos, como manifesta a enfermeira ou mesmo atitudes improvisadas na ingestão e uso de produtos industriais, que de alguma forma acessam.

para o dono da terra. Com o fortalecimento do sindicato dos trabalhadores rurais houve uma mudança nesta composição e a “renda” passou a ser cobrada na proporção de 10:1, situação que permanece como será comentado adiante, até os tempos atuais, em alguns casos.

No entendimento dessa relação de dominação há que se fazer a distinção das diferentes formas de exercício do poder local. A partir do resgate da memória dos moradores com relação ao domínio da terra, se percebe que, apesar de apontarem os pescadores Chico Bezerra, em Canárias, e João Branco, no Passarinho, como os primeiros habitantes locais, com o passar do tempo é possível perceber uma sucessão de apossamentos das antigas famílias do povoado aos “coronéis”, estes últimos com inserções comerciais de grande porte e ligação com a política de domínio regional e notadamente com forte influência local. A diante será desenvolvido o item sobre esta sucessão.

Aspectos das famílias do povoado, história e forma de ocupação do território, manifestações locais religiosas, atividades econômicas, aspectos migratórios entre outros serão abordados a seguir.

4.2 História do Povoamento da Ilha das Canárias e a fundação da comunidade do Passarinho...

“No princípio aqui morava pouquinho gente...”

(GG, idade, morador nascido no Passarinho, contando a estória que ouviu do pai)

A história do povoamento do Passarinho é marcada pela migração de pessoas e famílias que elegeram aquele local para fixarem sua moradia e, ali, iniciarem suas atividades, formarem e manterem as suas famílias. Entre eles, a trajetória de João Branco faz parte do marco inicial do Passarinho. Como consta na publicação de um informativo denominado Meio Norte (1987), que investigou a origem de certas localidades do Município de Araiões, no Maranhão - entre elas, Carnaubeiras, Água Doce, Frecheiras e Canárias, João Branco, ao lado de Francisco Bezerra, mais conhecido como “Chico Bezerra”, ambos pescadores da localidade de Acaraú, no Ceará, chegaram na barra das Canárias e decidiram se instalar na ilha. Conforme consta neste informativo, Chico Bezerra foi o primeiro a chegar e a fundar o povoado de Canárias. João Branco, que também aportaria no mesmo local, anos depois, decide ocupar um outro espaço na ilha e funda o povoado do Passarinho. Conforme o informativo:

Quadro – 08 - Origem das Canárias

“O rio Parnaíba (...) despeja as suas águas no Oceano Atlântico através de um delta de seis bocas conhecidas como: Barra de Luis Correia (antiga Amarração), Barra das Canárias (antiga Barra dos Mergulhões), Barra do Meio, Barra do Caju, Barra do Carrapato e Barra da Tutóia. A Barra das Canárias, outrora um grande estuário, em razão de ser o ponto de descarga direta das águas do grande rio no Oceano, se constituiu em um lugar de atração dos navegantes e pescadores que visitavam a costa do Piauí e Maranhão, no começo do século XIX. No dia 14 de novembro de 1806, o marinheiro e pescador cearense de Acaraú, Francisco Bezerra (Chico Bezerra), aportou juntamente com três companheiros na Barra dos Mergulhões (hoje Barra das Canárias) (...). Chico Bezerra (...) armou sua barraca de pescador onde hoje é o porto de Canárias, e junto com seus três companheiros assentaram dois grandes currais de pesca à beira do rio (...). Anos mais tarde, por volta de 1815, chegou a Barra dos Mergulhões, o marinheiro cearense de Acaraú, João Branco de Sousa e fixou sua residência pertoda casa de Chico Bezerra, que o recebeu com muita satisfação, visto tratar se de um conterrâneo que mais tarde ajudou-o muito no desbravamento das terras que compunham uma grande ilha com mais de 40 km de extensão. Tempos depois João Branco mudou-se para outro ponto da ilha e fundou o povoado do Passarinho onde situou uma fazenda para criação de gado e ovelha, e beneficiando-se da fertilidade das terras, desenvolveu a lavoura da mandioca, do milho e do feijão e de cujos produtos com que fazia vantajoso comércio com a cidade da Parnaíba. João Branco também desenvolveu a cultura do côco-de-praia, existindo ainda hoje imensos cocais no Passarinho, prova do trabalho do velho marinheiro, que deu tudo de vida pelo desenvolvimento do lugar. (...) em tempos passados, existiram imensas florestas na ilha das Canárias, principalmente no Passarinho e na Caiçara, onde foram feitas grandes quadras de roças pelos habitantes daqueles lugares”.

Fonte: (Norte do Piauí. História de Araisoes. Capítulo – VII. Origem das Canárias. Parnaíba, 28 de Julho de 1987).

Este informativo traz, de maneira ilustrativa, alguns importantes informações na reconstituição da história de origem do povoado e serviu, retroativamente, para configurar alguns traços de memória dos moradores do Passarinho sobre este tema¹³⁹. No entanto, os relatos que seguem dizem respeito às lembranças dos mesmos, de seus antepassados, perpetuados na força da oralidade ou em iniciativas próprias e recentes de escrita sobre a “Fundação da Comunidade do Passarinho”. São essas lembranças, repletas de significados e também de lacunas de esquecimentos, que se pretende trazer à tona, como ponto de partida para a compreensão do *ethos* local¹⁴⁰.

Como pode ser observado nos relatos locais, a presença de João Branco permanece como referencial dos primórdios do Passarinho.

“O pai sabe muita história, ele conta que não morava ninguém aqui, eram só três casinhas. O finado João Branco morava pra lá (...), eram só quatro casinhas, tudo de uma família só, que tinham por aqui. Começou de uma geração, depois espalhou e agora já tem casa pra todo lado. Aqui não existia nem nada, era só mata”. (FF)

Com o intuito de registrar a memória do lugar, o morador (TO, 63 anos), apelidado por alguns como “padre” - por ser um dos responsáveis pela igreja do povoado, buscou reunir, entre os moradores mais antigos do Passarinho e de Canárias, algumas informações sobre os acontecimentos mais marcantes do lugar¹⁴¹. Conforme relata em tom autoral:

¹³⁹ Não se pretende julgar a veracidade dos fatos contidos em nenhuma das fontes de pesquisa, mas sim, apresentá-las em seu contexto.

¹⁴⁰ Cf. Geertz (1989) “tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição; é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e a seu mundo que a vida reflete”.

¹⁴¹ Ao entrevistar (TO, 63 anos), percebi que parte de meu desejo de investigação e formato metodológico também eram manifestados por ele, como morador local e já encontrara a forma de um texto escrito e guardado em seu domicílio. Na ocasião conversamos sobre a importância da compreensão do passado para o entendimento do presente.

“Eu achando que seja de suma importância, resolvi repassar para os leitores, especialmente para a juventude desta comunidade, os pontos fundamentais e comemorativos, relativamente sobre a Fundação da Comunidade do Passarinho (...) Então procurei colher informações através das pessoas idosas, encontrei como esclarecer com mais segurança um pouco da história deste povoado”. (TO, 63 – família Cardoso)

O morador (TO, 63 anos) reconhece a dificuldade em se realizar este registro, uma vez que grande parcela dos moradores morreu sem deixar registros, mas segue a diante com as seguintes informações aqui, transcritas na íntegra. Conforme a leitura de seus escritos:

Quadro – 09 -História do povoado escrita por (TO, 63 anos, morador do Passarinho)

“Segundo informações dos mais antigos moradores, no ano de 1890, os dois primeiros moradores chegaram a este deserto de lugar – sendo um Maranhense e outro Cearense, cada um com sua família. Segundo esses moradores, neste local tinha muitos pássaros e por este motivo deram o nome de “Passarinho”. Achando que tinham uma vida aqui mais abundante construíram as suas casinhas de taipa, coberta com palha de carnaúba e começaram a ter filhos e a comunidade foi crescendo em número de pessoas e de casas. Situado as margens do delta do rio Parnaíba, à 22 Km de distancia da sede do município, Araiases. Hoje o povoado do Passarinho tem um total de 253 habitantes. Os meios de vida da comunidade são lavoura e pesca e outros meios, temos uma praia deserta muito bonita, sendo conhecida por um número grande de turistas vindos até do exterior. A comunidade tem como padroeiro o Patrono da Juventude, o Glorioso São Luis Gonzaga, que é festejado no mês de outubro. A primeira festa do referido Santo realizou-se no dia 25 de agosto de 1902. Hoje é a maior animação da comunidade. A referida festa foi paralisada por um período de uns 30 anos, por falta de pessoas que se responsabilizassem. Em 1987, foi reativado novamente, com nova diretoria, tendo a frente a Sr. Francisca Alves Costa, Bernarda Cardoso Costa e Luis Pereira Cardoso e toda a comunidade. Através dessas pessoas, a partir de 1996 foi constituída nova diretoria, tendo a frente o sr. Antonio Patrício e outros membros. Quanto mais tempo passa a festa está sendo prestigiada pelos fiéis. A comunidade não era vista com bons olhos pelos governantes do Município. Só em 2002, no dia 21 de outubro foi inaugurada a primeira obra pública, sendo a Unidade educacional – e tem o nome do padroeiro da comunidade – Unidade Escolar São Luis Gonzaga”. Isso na administração do Prefeito Pedro Henrique Silva Santos. Daí pra frente a comunidade do Passarinho começou a voar, ou seja, passou a ser conhecida por várias entidades governamentais e não-governamentais. Já foi fundada uma pequena associação de moradores e prestadores na comunidade. Aos 19 dias do mês de março de 2005, às vinte horas, na unidade Escolar São Luis Gonzaga – comunidade do Passarinho, Araiases, Maranhão, reuniram-se os moradores para juntos aprovar a construção de um cemitério, pois na comunidade não tem um campo Santo. Hoje o povoado está beneficiado com eletrificação rural, no dia 30 de março de 2005 a comunidade realizou este sonho de muitos anos esperado por todos – isto no governo Lula. Lembrando que um dos fundadores da comunidade foi o senhor Felipe Cardoso. Passarinho, Araiases, Maranhão, 5 de maio de 2005. Autor: Antonio Cardoso Silva”.

Fonte: Escritos de (TO, 63 anos, morador nascido no povoado do Passarinho – família Cardoso

Este depoimento, colhido ainda no início das entrevistas com os moradores do Passarinho, contribuiu de maneira significativa para o refinamento de algumas questões formuladas a priori, antes da chegada no campo. Assim, a tentativa de identificar as famílias existentes e compreender de que forma os moradores compartilhavam de uma mesma ancestralidade, e de outras, parecia ser uma interessante forma introdutória na tentativa de exploração das estratégias de reprodução social deste grupo, ao longo dos anos. Com este propósito, além de tentar capturar os relatos da memória do início do povoado, introduzi minha curiosidade sobre as famílias ali existentes e o parentesco entre os mesmos. Desta tarefa, saltou-me uma curiosa característica local que descrevo a seguir.

4.3 As Famílias e a divisão do Povoado: o Passarinho dos Brancos e dos Adrianos...

Questão: “- Falaram que pra cá é dos Branco, pra lá dos Adrião. Quem é Adrião?”
(Flávia Mattos, pesquisadora)

Explicação: “- É o lugar. Porque aqui é a passagem de cima e lá é os Adrião. É pra diferenciar os lugares. Chamavam de ‘Mané Adrião’ o pai do finado Isaiás e eles moravam lá mesmo” (CC, 77, morador nascido no Passarinho – do lado dos Cardoso).

Como dito anteriormente a história de povoamento do Passarinho é marcada por um passado de migração de pessoas e famílias que elegeram aquele local para se fixarem. Nos relatos das trajetórias de vida de seus antepassados se observa, além da chegada das personalidades “pioneiras”, uma trama de casamentos entre pessoas da mesma localidade e entre localidades vizinhas, que então passavam a ali habitar. Conforme o relato de um morador,

“Segundo a minha avó falava as outras famílias vêm dessas duas pessoas que vieram pra cá vindas do Maranhão e do Ceará”. (T)

Outros moradores descrevem as famílias ali existentes da seguinte maneira,

“Tem umas poucas, têm os Cardoso, têm os Adriano, e os Branco, são todas famílias maiores daqui”. (L)

A partir do relato de um dos moradores mais antigos do Passarinho é possível perceber a união entre duas dessas famílias – os Brancos e os Cardoso. Conforme o relato de sua árvore genealógica, recente:

“Meus pais era Marcelino Pereira Cardoso e minha mãe era Raimunda Pereira de Sousa, da parte do meu avô João Branco, meu avô era João Branco, e minha vó era Maria Branca também, agora veio as parte do papai, o nome dela era Dominga, Dominga Pereira de Sousa e avô, era João Cardoso Pereira também, de Sousa, parece. (CM, 77 – morador nascido no Passarinho)

A origem da família Cardoso é contada da seguinte forma:

“Segundo a minha avó falava, esta pessoa que chegou aqui desse nosso lado aqui, do Passarinho, dos Cardoso, chamava-se Felipe Cardoso. Esta pessoa chegou aqui vindo da Caiçara. Essa pessoa veio de lá, segundo informação. E também tinha chegado essa outra pessoa lá, do lado dos Adriano. E assim foi o começo da comunidade, da fundação da localidade”. (TO, 63 anos)

Não cabe, neste estudo, percorrer de maneira precisa a trajetória dessas famílias, mas sim, a partir da aproximação deste tema perceber certa hibridação das famílias na constituição do povoado. Por outro lado, há uma clara distinção interna na ocupação do território, baseada no reconhecimento de diferentes famílias com trajetórias distintas.

“Na realidade, aqui, esse pequeno povoado aqui, se divide em duas partes: aqui se chama o Passarinho dos Cardoso e do outro lado, Adriano”. (TO, 63 anos – morador nascido no Passarinho – da família Cardoso)”.

A família Cardoso, do veio dos Brancos ocupa o caminho *de cima*, enquanto os Trocate, os Ribeiros, do veio dos *Adrião*, ocupam o lado oposto aos Cardoso. O povoado do Passarinho é dividido, a partir do significado local, no “Passarinho dos Brancos” (no tempo dos antigos), ou se os Cardoso preferirem, no “Passarinho dos Cardoso” (no tempo de hoje), e

de outro lado, o “Passarinho dos Adrião” ou “Adrianos”¹⁴². Ao mesmo tempo em que existe a distinção interna na ocupação do território, baseada no reconhecimento de diferentes famílias com trajetórias distintas, os moradores do Passarinho ressaltam que, ambos os lados, pertencem ao mesmo povoado. Conforme explica um morador:

“Tudo é Passarinho, mas é que divide. Nós aqui já dizemos: - “Vamos lá nos Adriano”, certo? Mas tudo é Passarinho. Mas aqui a gente é que entende e divide nestas duas partes, porque mora uma parte aqui e outra no outro lado”. (TO, 63 anos - morador nascido no Passarinho – família Cardoso).

Da mesma forma, *os Ribeiro*, que também são da família *dos Trocate*, se reconhecem como *Adriões* e explicam que os Cardoso ficam “para o lado de lá”. A moradora (LD, 60 anos), nascida no povoado da Caiçara, viúva de um membro da família *Trocate* e residente, do lado dos *Adrião*, conta sobre a origem desta família:

“Aqui é só duas famílias, porque é a dos Trocate e a dos Cardoso, aqui é dos Adrião...quando chegamos aqui já encontramos esse negócio de Adrião, mas é porque tinha um moço, o pai do seu Raimundo Grama, era Adrião, Manuel Adrião, aí ele moravam acolá, tinha uns brancos pra lá e botaram aqui de Adrião. Porque lá era assim, o Zumba, eles eram brancos mesmo, aí eles botaram esse nome, Passarinho dos Brancos e pra cá de Adrião” (LD, 60 anos – nascida na Caiçara – moradora do Passarinho – da parte dos Adrião).

É interessante observar que, esta divisão geográfica de pertencimento, manifestada na divisão dos dois lados do Passarinho, também produz uma certa diferenciação do engajamento dos moradores nas atividades produtivas – que podem estar ancorados a circuitos de trocas intracomunitários distintos. Na parte dos Adrião, as famílias estão mais voltadas ao trabalho na roça e possuem o vínculo com o sindicato dos trabalhadores rurais. Já na parte dos Cardoso, as famílias se associam à Colônia de Pescadores e também passaram a se envolver em outras atividades produtivas, como a cata comercial do caranguejo. Como afirma um morador do lado “dos Adrião”, quando indagado sobre a atividade do caranguejo, ele respondeu “aqui acho difícil, mas agora pro lado de lá (...) esse lado aqui trabalha mais é de roça mesmo”.

4.4 A vida no Passarinho: memória do passado e visão do presente

“Nesses tempos trabalhava de roça...nem pescaria tinha, não sabe? como tá tendo hoje...naqueles tempos a gente ia pescar só pra comer. Naqueles tempos nem pra vender tinha”. (CM, 77 anos, nascido no Passarinho)

O trabalho na lavoura e na pesca, atividades coexistentes na vida familiar, caracterizou, desde a sua origem, o modo de sobrevivência dos moradores do Passarinho, que conseguiram produzir para o próprio consumo nos tempos em que os circuitos de mercado ainda eram estreitos ou inexistentes, em determinados períodos. Das lembranças antigas da vida no Passarinho, o sacrifício e o sofrimento, são fortes marcas daqueles que olham seu passado com os referências do presente, e freqüentemente aparecem nos discursos dos moradores sobre o passado: “do tempo que eu era pequeno pra cá, mudou muita coisa, hoje

¹⁴² Este mesmo morador explica que por mais que Adriano não seja o sobrenome de família, como no caso dos Cardoso, e sim parte do nome do primeiro morador que ali habitou, este foi o nome que ficou por apelido. Uma outra explicação é com relação a pronúncia do nome “na linguagem deles, chama Adrião, mas pra mim é Adriano. Porque meu tataravô era Adriano. Adriano era o nome mesmo”.

em dia estamos no céu” (LS, 71 anos), exclama um antigo morador nascido e criado no Passarinho.

Abstraindo este olhar (depois volto a ele), em seu passado, a localidade do Passarinho parecia possuir algumas vantagens do ponto de vista do acesso aos recursos naturais¹⁴³. Como em toda região deltáica, a riqueza dos rios e dos mangues que compõem o *habitat* natural, garantia aos habitantes das ilhas um interessante reservatório de alimentos. Em algumas áreas, a terra estava apta para alguns cultivos e a prática da coivara trazia fertilidade ao solo. A vegetação nativa e os animais silvestres garantiam certa diversificação das possibilidades de consumo dos antigos habitantes, dos hábitos alimentares locais. As habilidades e conhecimentos adquiridos sobre o ambiente e transmitidos de geração para geração, entre os habitantes, estavam intimamente ligados às suas estratégias de reprodução social. Por estas razões, muitos ali permaneceram, enquanto outros tantos foram em busca de outros lugares para viver. No entanto, a visão do passado, a partir das “facilidades” vivenciadas no presente, além de transmitir as aflições vividas nos tempos de outrora, serve também para ressaltar alguns importantes marcos, que caracterizaram as condições sociais de cada tempo. Neste sentido, a presença ou ausência dos meios que possibilitavam a escoamento da produção e, portanto, os acessos aos circuitos de mercado, são lembrados pelos moradores com grande intensidade. Somados a estes aspectos, antigas práticas e costumes, e novos hábitos, são trazidos à tona através de seus relatos. São alguns desses aspectos, observados pelos moradores sobre o passado, que merecem destaque.

Como sugeriu CANTARINO (2006), não se trata, portanto, de definir o grupo com relação a seu passado que ficou. Nesse sentido, é preciso observar que os costumes vão se alterando. O que interessa ver é como o grupo se define em função desse passado (imaginário)¹⁴⁴.

O modo de vida antigamente

A totalidade das casas era de palha de carnaúba. Não existia energia no povoado e, até recentemente, a luz era de lamparina à base de querosene. Um antigo morador lembra que no seu tempo de juventude, o único rapaz que possuía um rádio morava nas Canárias. “Nesse tempo não havia rádio aqui, não tinha televisão, não tinha nada” (CM, 77 anos). Tempos depois, o povoado conheceu a televisão branca e preta, que funcionava a bateria. Da mesma maneira, a virada do século XXI, no ano 2002, o povoado do Passarinho não possuía colégio. Ao invés disso, algumas pessoas do povoado, que possuíam alguma instrução, transmitiam seus conhecimentos aos demais interessados da localidade. Este aspecto, aliado a outras restrições do modo de vida deste povoado, fez com que muitas pessoas nutrissem o desejo de residir em outros lugares, em busca de melhores condições de vida.

“Uns pescador passavam uma semana pescando, quando eles chegavam, dia de sábado, não tinha quem comprasse um quilo de peixe, e os panelão cheio de peixe salgado..., ai você sabe, eles iam segunda e pegavam um transporte nas Canárias, canoa viu. nesse tempo ninguém tinha motor, depois que teve lá um senhor que arranjou um motorzinho, e ficou melhor, já não iam remando, e levavam os peixe pra vender lá na Parnaíba...ai vendia aquele peixe, comprava o ranchinho e iam se embora, e eu trabalhava lá em roça velha, quando aquele ranchinho tava pra se acabar, tornava a pescar...o que tinha era isso...tudo era difícil...” (Vidoca, moradora antiga do Passarinho).

¹⁴³ E ainda parece região fértil, embora se observe na atualidade, em contraponto, forte pressão no uso dos recursos naturais.

¹⁴⁴ Apontamentos da mesa redonda do “I Encontro da Rede de Estudos Rurais”, realizado na UFF em 2006.

A pesar de residirem em local distante de um centro urbano e de difícil acesso, principalmente com os recursos disponíveis na época, o povoado do Passarinho parece ter sempre convivido, mesmo que à distância, com as intensas atividades mercantis da região, uma vez que era através do rio Parnaíba que se fazia o escoamento das “charqueadas”, e posteriormente, do pó da carnaúba para outras regiões do Brasil, e também para o exterior.

Os acontecimentos das localidades próximas também são de conhecimento dos moradores locais. Dona Vidoca lembra que, na ilha vizinha ao povoado, a ilha da Salina, hoje também conhecida como ilha da Barreira, havia intensa atividade de extração e comercialização de sal. Esta antiga moradora rememora as transformações da paisagem, a sucessão do domínio das terras, e aponta a relação que muitos do povoado mantinham com esta ilha vizinha, como por exemplo, a pesca feita nos viveiros de peixe, que ali existiram um dia.

“Era muito limpo, tinha muito colhador, pra colhar sal , tinha naquela encosta onde é a casa dele, uma lombadinha, aqui era tudo limpo, os armazéns, tudo cheio de sal, era uma coisa muito bonita naquele tempo, do João Mendes, ai eles venderam pra esse Moacir (...) ai foram tirando o sal, foram vendendo, entravam as embarcações pra pegar sal, e foi se acabando, os colhador, lá era tudo limpo, feito uma barragem , mas alta que essas daqui do porto...tinha uma porta de água, pra trás do iguarapé, aquilo ali foi uma vala que foi feita pra ir lá pra boca d’água, pra bater, até o outro lado do rio, enxergando os morro,caia aqui no rio, do lado de lá, que as embarcações passa, vem do morro lá do outro lado...a senhora podia ir de pé, caminhando.., e do lado aqui era cheio de colhador. o dono de lá, ele tinha o forno de torrar sal, tinha o moinho de moer, e colocava ele moído no forno, pra encher os saquinhos pra vender pra fora, pras embarcações e eles foram se acabando, se acabaram as barragens, foi se acabando, acabou tudo, e ficou só ali aquela casa, que eles fizeram, foi Moacir que fez aquela casa, mandou fazer, as casas que eram do outro se acabaram.. aquelas duas casas, é do Moacir, as outras que eram do outro se acabou, ai vinha esse homem e resultado, porque vivia em movimento, tinha empregado, aqui da banda da Parnaíba, tinha lá muito rapaz, muito senhor tudo trabalhando ai pra eles...ai depois desse Moacir, que se acabou, vendeu o sal que tinha, ai pronto não fizeram mas nada. só pagando, ai todos os meses, pagando um vaqueiro pra ficar lá. o mangal nesse tempo tava tudo roçado, tava tudo limpo...tinha viveiro de peixe lá, tirava pra comer tanto pra vender, (...)daqui ia muita gente pescar, ele chamava pra pescar, nunca assisti não, mas o pessoal daqui ia, fazia aquelas romas de peixe e ia tudo pra fora, encaixotada pra vender, de tudo fazia um dinheiro, agora num sai um tostão de nada, só tirando do bolso pra pagar empregado” (Vidoca, moradora antiga do Passarinho).

A falta de transporte fluvial a motor dificultava o acesso à cidade comercial mais próxima, Parnaíba, no Estado do Piauí. O deslocamento dos moradores até lá era feito a pé, até o povoado vizinho, Canárias e de lá, em canoa até o que hoje é conhecido como Porto dos Tatus, localizado na ilha de Santa Isabel, próximo à Parnaíba. Conforme recorda,

“Noutro tempo eu cansei de ir daqui pra Parnaíba de tarde, cinco horas, passava a noite todinha, chegava de madrugada, deitava no porto e dormia pra de manhã cedo poder chegar em Parnaíba e vender alguma coisinha. Noutro tempo não tinha “portão”, não. Eu entrava no igarapé e ficava lá. No porto só tinha duas casinhas com uns jumentos, uma fábrica pra levar um saco de arroz pra lá. O porto principal era pro lado do Morro, lá dentro numa ponte do igarapé. Quando a gente ia de tarde, ficava lá até de noite pra vir pra cá, remando contra a maré. Mas a gente ia porque aqui não tinha nada, além dessas duas casas, pra comprar alguma coisinha. Era tudo no remo. Não ouvia nem falar em motor. Depois é que começou a aparecer os paco-paco”. (CM, 77 anos, nascido no Passarinho)

E ainda,

“O paco-paco começou tem muitos anos, mais de trinta (...) No nosso tempo não tinha estrada dos Tatus (...). Antes de botar a estrada, botaram um carro que a gente ia pendurado. Depois que começou a fazer a estrada pros Tatus, começou a melhorar. (...) No início era difícil demais. Tudo que arrumava pra vender tinha que arrumar uma canoa e ir remando. Aqui não tinha comprador de nada”. (CM, 77 anos, nascido no Passarinho)

A cidade de Parnaíba, no Piauí, aparece como referencial dos circuitos sociais e econômicos locais, nas lembranças dos moradores do povoado do Passarinho¹⁴⁵.

“Eu cansei de ir na Parnaíba ali na rua grande, aquilo lá era só terra (...) não tinha aquela ponte. Aquela ponte foi depois de eu casado já, que tava fazendo aquela ponte (...), a gente atravessava pro outro lado de papelão, eu tinha um papelão e era pago pra passar o pessoal do outro lado (...) Era assim, uma canoa grande” (CM, 77 anos, nascido no Passarinho)

(CM, 77 anos) , segundo os informantes, o morador mais velho do povoado, na atualidade, lembrou, a partir de sua trajetória de vida, os valores a partir dos quais foi educado, em especial a obediência ao pai.

“Eu comecei a trabalhar com meu pai estava com 10 anos de idade, nós trabalhávamos tudo junto, desde pequeno trabalhávamos com papai. Mas o dinheiro ficava tudo na mão dele. Ai ele comprava roupa pra nós, comprava calçado, comprava tudo, se queria ir numa festa, ele dava dinheiro, mas não tinha licença de andar com dinheiro, porque se não vinha uma pessoa pra falar com a gente pra trabalhar (...), da pra me ajudar, tal dia, tal dia, quem decidia era ele. Hoje os filhos estão deste tamanho, pegam no dinheiro..., eu não fui criado nessa habituação não. E o papai, tinha outra, quando ele dizia: ‘rapaz é pra fazer isto’, era pra fazer, não tinha como dizer, ‘não, eu não vou não’” (CM, 77 anos, nascido no Passarinho).

Já dona Vidoca, ao relatar como realizava o preparo do peixe em sua época de moça, revela que a introdução do plantio do arroz no povoado é datada, ou seja, possui um marco inicial¹⁴⁶. Como comenta, “antes” não existia arroz. Neste relato ela também resgata o tempo do aviamento da farinha no Passarinho, (uma prática extinta), bem como a substituição do consumo da farinha branca¹⁴⁷, pela farinha de puba¹⁴⁸.

“Na minha época, o peixe fresco, cortava, bem lavadinho, colocava na panela, ai tirava o leite do coco (peixe salgado é de um dia pro outro). E colocava aquele leite de coco grosso, vem com um salzinho mais, pra ele pegar um gosto de sal, (quando era o fresco), ele ficava gostoso um leite gostoso, grosso, e a gente ia saborear. Nesse tempo não tinha o arroz, a gente comia bem melhor um pirãozão, de farinha branca, não existia farinha de puba. Hoje é que esta existindo de certos tempos pra cá” (Vidoca, moradora antiga do Passarinho).

¹⁴⁵ É interessante observar que apesar da localização em uma ilha e em um ambiente de difícil acesso, o povoado do Passarinho nunca foi isolado ou fechado em si. Esta percepção a partir dos movimentos e circuitos pretende se contrapor a determinadas análises que reificam a imagem da “comunidade” como um lugar estático.

¹⁴⁶ Não foi possível, no âmbito desta dissertação investigar a origem da chegada do cultivo do arroz na região.

¹⁴⁷ Preparo da farinha branca: “Arranca a mandioca, rapa, mete no cevador, aí ceva ela, pega aquela massa vai pra prancha, impressada, vai peneirar, pra ir pro forno torrar.” (Vidoca)

¹⁴⁸ Preparo da farinha de puba: “Coloca a mandioca de molho com casca. Quando ela está mole, você vai, tira ela, mete no cevador, e faz do mesmo jeito da farinha branca. Mete na prensa quando esta enxuta, aí leva pro forno” (Vidoca).

É com bastante orgulho que Dona Vidoca lembra deste tempo antigo, em que os próprios moradores produziam a farinha para consumo. E é com lamentação que ela observa esta substituição.

“Esse menino [referindo-se a seu genro] fez muito aqui, nós tinha cevador aqui, nós tinha aviamento, ainda tem a roda lá depois daquele cajueiro, tem a bola do cevador naquele pé de azeitona. Esta tudo pro aí, não quiseram mais trabalhar...acharam melhor comprar, de que fazer”. (Vidoca, moradora antiga do Passarinho).

O morador (CM, 77 anos) foi outro dos que também relembrou o tempo da farinha feita no próprio povoado.

“Era gente já tava chegando no auto pra fazer arroz, plantar feijão, (...) aqui tinha 3 casas de forno, era uma minha e tinha outra ali que era do meu tio Aurides e tinha outra lá no Zabião, tinha 3 casas de forno aqui, quando era assim as primeira chuvas o pessoal, as casas de forno não dava de fazer farinha não.” (CM, 77 anos)

A entrada do arroz parece não ter diminuído a vida difícil que era fazer a roça, preparar arroz, transportá-lo e ainda pagar a “renda” pela produção. No entanto, contribuiu para o aumento da circulação de dinheiro e também, como se observa nos relatos, significativamente para o aumento da população do Passarinho, no passado.

“Era muita pobreza, muita pobreza, panhava arroz, a primeira panhada de arroz colocava no sol, esfregava logo colocava no sol, quando chegava que saltava do porto que iam medir o arroz, pra partir com os donos do terreno, pagar renda não sabe? Aí aqueles outros se mandavam, eu era casada, tinha minha casa, se mandavam com aquele arroz, trazia pra pisar, pra fazer, pra esperar os outros, para quando chegassem pra comer de noite. Pois era assim, e eu e aqueles que tinham um pezinho de mandioca, arrancavam e relava pra fazer o beijozinho pra comer, quando os outros chegassem, e os que não tinham o arroz. E tinha uma mulher que tinha um pedaço de forno, era um caco de ferro, torrando aquela farinha...” (Vidoca, moradora antiga do Passarinho).

Os tempos áureos do arroz também são lembrados pelos moradores, nos quais a produção era elevada e o preço era significativo no mercado. Como lembra o morador (AT, 75 anos), aposentado pelo Sindicato dos trabalhadores rurais: “quando nós era tudo rapazinho, vendia muito arroz...”. No entanto, ainda assim a lembrança é de tempos difíceis, de muito trabalho. O morador (LS, 71 anos), lembra que “um [saco de arroz] era para comer e o outro vendia pra comprar as coisas da casa, naqueles tempos era muita pobreza”. Suas lembranças merecem destaque,

“No tempo dos meus pais era tempo de pobreza, quando eu era menino meu pai todo dia mandava eu comprar 2 quilos de farinha pra nos comer. Minha mãe colocava a panela no fogo e a farinha pra nos comer...” (LS, 71 anos)

Embora seja mencionado por este morador o aspecto de compra e venda, o povoado é imerso em inúmeros circuitos de ajuda mútua e demais trocas inter e intra comunitários.

Um outro aspecto observado por um morador antigo diz respeito a uma mudança no comportamento das jovens mulheres, com relação aos relacionamentos amorosos. Segundo o seu relato, em sua época existiam moças para se escolher para casar. Ao contrário, hoje, os relacionamentos acontecem com as meninas ainda bem novas. As jovens mulheres engravidam, na maior parte dos casos, com idades entre 13 a 17 anos.

“De primeira aqui foi bom também, tinha muita moça aqui, hoje aqui não tem mais, tem umas meninas deste tamanho [pequeno], já casadas. Na casa do finado Neco, que era meu primo, tinha umas moças tudo perfeita...” (CM, 77 anos, nascido e criado no Passarinho).

Uma jovem de 29 anos, que aos 17 anos optou em viver uma trajetória fora do povoado, durante a entrevista, em visita a seus familiares, relembra os tempos de ainda menina. Na sua percepção do passado, ela transmite os motivos que a fizeram migrar. Em suas palavras, a vida,

“Era muito dificultosa. Meu pai, eu ajudava meu pai e mãe no carvão, carregava carvão para vender. Era as ostras, no mangue, no sururu também. Era muito difícil, eu tava cansada também sabe. a maioria, era na ostra, no sururu, era no carvão, para vender (...) o carvão, vendia por aqui, levava para as canárias, cansei de carregar para as canárias 3 latas de carvão na cabeça, levava para lá. A vida era muito difícil” (OL, 29 anos, nascida no Passarinho, mora em Fortaleza).

A percepção da vida no presente

O “tempo presente”, mais do que uma referência à atualidade, é caracterizado, na fala dos moradores, por exemplos concretos de transformações. Neste sentido, a cronologia dos fatos não segue uma coerência linear, posto que, uma referência, com sentido de atualidade, pode variar em diferentes escalas, dependendo do ponto que emerge uma lembrança.

Ao longo da pesquisa se tentou levantar alguns marcos cronológicos, mas mais do que datas precisas, o importante foi capturar a percepção das mudanças ocorridas ao longo dos anos, e as alterações nas configurações sociais e ambientais locais.

Entre os principais “assuntos” que marcaram esta passagem de um “tempo antigo” para um “tempo presente” estão: o consumo da farinha de puba comprada; a chegada do barco a motor; o circuito de comércio local; o comércio do caranguejo; a construção da escola Municipal no povoado; o transporte regular de passageiros às segundas-feiras; a conquista de uma sessão eleitoral no povoado; a chegada da luz; o sentimento de insegurança e falta de confiança entre os moradores; a percepção de que os jovens “se juntam” ao invés de casarem; a “carestia” de peixes; a fiscalização do IBAMA; e a percepção de que a terra “está liberada”¹⁴⁹ !

A farinha de puba comprada, além de um hábito alimentar adquirido é, na atualidade, o contraponto ao “tempo do aviamento da farinha branca”, feita pelos próprios moradores que, para os antigos, é motivo de saudade e, para os mais moços é relacionada com as facilidades do progresso. O surgimento do barco a motor resgata o “tempo das longas distâncias”, que separavam o povoado da cidade e de uma certa restrição comercial, em que a produção era transportada para Canárias, e de lá, levada “no braço”, de canoa ao porto. Com o passar dos anos, o surgimento de figuras no próprio povoado, com a capacidade de comprar a produção dos demais e revendê-la em outros lugares, reorganizou também as relações intracomunitárias, criando diferenciações e hierarquias com relação ao acesso a bens de consumo e moradia. O surgimento do comércio do caranguejo reorientou as atividades vividas na tradição do povoado – a agricultura feita em pequena escala, para a comercialização, e a pesca para próprio consumo e trouxe consigo a possibilidade de ganho rápido.

A construção de uma escola faz lembrar os anos sem estudos e as alternativas criadas para os que queriam aprender a ler e escrever: as aulas particulares com alguém do próprio povoado, e também, a busca de outros lugares – a migração do povoado. O transporte às segundas-feiras, aproxima o povoado da rotina da cidade e faz esquecer o “tempo de

¹⁴⁹ Este tema será desenvolvido a seguir.

isolamento”¹⁵⁰. A sessão eleitoral abre a perspectiva de que agora, ao lado do povoado vizinho (Canárias), os habitantes do Passarinho são também percebidos pelo Município em sua singularidade e, portanto, cessou o “tempo das longas caminhadas” para exercer o dever do voto. A chegada da luz, a grande novidade na ocasião da pesquisa, marca a saída do “tempo da lamparina e do querosene”, e também, do tempo de se dormir cedo, um dos hábitos que começam a sofrer transformação. O acesso à televisão e a possibilidade de se adquirir outros bens de consumo vem provocando um reordenamento no planejamento familiar dos moradores do Passarinho¹⁵¹. Ao mesmo tempo em que as luzes do povoado se acendem, a notícia de que existem pessoas voltando para residir na localidade corre entre os habitantes locais, que já apontam para o surgimento de construções de novas moradias. A percepção da movimentação populacional do povoado em uma perspectiva temporal pode ser observada no diálogo que segue, entre a pesquisadora (F) e o morador local (TO),

F – Falaram que aqui no Passarinho já teve muito mais gente que agora.

TO – Já teve e vão chegar de novo. Porque tá todo mundo vindo de Parnaíba fazer casa aqui de novo.

F – São filhos e parentes?

TO – É tudo povo daqui da terra. Nasceram aqui mesmo, mas foram pra lá porque aqui era ruim, dava muita praga, falavam na luz e nunca vinha. Agora, com a vinda da luz, vão voltar porque já pode fazer alguma coisa mais fácil.

F – Então a população vai aumentar?

TO – Sim, daqui a dois ou três anos você vai fazer diferença de casas, pode acreditar.

A perspectiva, no olhar local, é de que o povoado volte a crescer. Conforme relata o morador,

“Igual como eu tenho ouvido algumas pessoas falar: Algumas pessoas que saíram daqui vão voltar novamente. Esta surgindo esses comentários. Porque com certeza melhorou, pra mim melhorou, melhorou 100%”. (TO, 6X anos, nascido no Passarinho).

No depoimento daqueles que já viveram muitas décadas e, portanto, possuem o acúmulo de lembranças, e a percepção mais nítida desses diferentes tempos, além da referência às transformações concretas é possível captar o sentimento com relação à mudança de valores entre os próprios habitantes do Passarinho. No depoimento a seguir, a manifestação da mudança é observada do ponto de vista geracional – a visão que os mais velhos têm dos mais jovens. A expressão da perda dos laços de confiança entre as pessoas do lugar é motivo de espanto dos novos tempos. A insegurança, gerada a partir de furtos que passaram a ocorrer no povoado, é vista com tristeza e sinal do “fim dos tempos”. Diante dos acontecimentos desagregadores, os mais velhos recordam o tempo em que prevalecia o respeito, o companheirismo e a confiança mútua entre os que ali viviam.

“Não temos confiança nas pessoas não, tem os amigos, tem que ter confiança, mas não é todo mundo não (...) daqui ali pra riba, rouba tudinho, é porco e tudo que

¹⁵⁰ Segundo os informantes, o barco a motor surgiu nos anos 70, em Canárias. Durante décadas, o deslocamento dos moradores era por terra até Canárias e de lá se usava o transporte pra Parnaíba. Cerca de 2 a 3 anos, no próprio povoado do Passarinho passou a ter o transporte coletivo a motor. Conforme o depoimento do morador: “Hoje a gente sai cinco da manhã pra ir pra Canárias e meio dia já está aqui de novo. Hoje em dia tá no céu. Sai daqui de madrugada, anda pra lá, vai e vem. No mesmo dia chega em casa” (CM, 77 anos).

¹⁵¹ Paulo estima que haja no Passarinho (15) moradias com televisão.

rouba, aqui não tinha isso não, essa vergonha de ficar roubando as coisas não. Tinha não, tem agora” (CM, 77 anos).

Uma mudança de comportamento também é percebida nas uniões matrimoniais. Conforme contam, as uniões cada vez se dão mais cedo, “meninas novas” sem o compromisso de casamento formal na igreja e sim a alternativa de se “juntarem”. Uma outra característica observada é a insegurança que existe nos quintais, “não é possível ter mais as criações”, exclama um morador.

Transformações relativas ao acesso aos recursos naturais também são mencionadas pelos moradores. Se, no passado havia abundância de peixes, o mesmo não é percebido no presente. Por outro lado, criação de regras no acesso aos recursos determinadas pelo órgão ambiental fiscalizador, o IBAMA, vem igualmente fazendo parte das transformações no modo de vida que marcam o “tempo presente”.

A presença do IBAMA no povoado, que é reflexo da criação da RESEX, embora a significação deste evento, não seja de todo compreendido pelos moradores¹⁵², ao mesmo tempo em que traz regras de uso que normatizam as atividades antes praticadas livremente, traz também a “notícia” de um novo tempo, o tempo de que “a terra é dos moradores”. Enfim,

“Hoje nós estamos na riqueza hoje. Todo mundo tá rico hoje, todo mundo tá rico,(...) E hoje não tem mais disso [dificuldade, pobreza]. Hoje todo mundo tem seu saco de farinha, todo mundo é aposentado. Quem não é aposentado, tinha dinheiro do governo de outro jeito....e hoje tá riqueza. É dinheiro que nego rasga dinheiro, bebe cerveja, compra cachaça bebe tudo que quer. Tá na riqueza hoje...naqueles tempos não tinha isso não. naqueles tempos não tinha cerveja não” (LS, 71 anos)

Compreender como esses tempos se confrontam, se sobrepõem e se articulam é tarefa desta pesquisa.

Problemas do povoado e perspectivas de futuro, segundo os habitantes locais¹⁵³

Quando indagados sobre os principais problemas do Passarinho, os moradores manifestaram um sentimento de carência, de forma generalizada: “precisamos de muita coisa”. As preocupações prioritárias estão em torno da falta de água com qualidade e, a carência com relação à saúde. Quando ocorre pouca chuva, os moradores do Passarinho precisam cavar ainda mais as cacimbas e mesmo assim a qualidade da água não é boa, pois fica muito misturada com o barro, conforme relatam: “esse ano foi pouca chuva e nós vamos sofrer muito - a partir do mês de setembro adiante já tá tudo naquele barro!”.

Um posto de saúde que atenda os moradores do Passarinho é também uma solicitação constante: “às vezes a gente tá doente e precisa ir no posto e não tem, aí a situação fica difícil”. A falta de comunicação também foi mencionada, principalmente com relação à possibilidade de acesso aos os circuitos mercantis: “esse negócio do caranguejo, o rapaz queria mandar recado pra mim, pra levar mais; tentou de qualquer maneira me achar, não conseguiu. Não tem como avisar. Se tivesse telefone...”, comenta o morador. Aliada à percepção dos problemas e dificuldades que incidem na localidade, a manifestação da espera da iniciativa do poder público é visível nos relatos locais: “a gente tá esperando o projeto do Prefeito com os vereadores que vão trazer água encanada pra nós”.

Diante das atuais mudanças com a chegada da luz e, a lembrança de um passado de sofrimento, muitas são as expectativas de que a vida no Passarinho melhore. No entanto, na visão dos mais velhos, os acontecimentos do presente, com relação à falta de confiança entre

¹⁵² Este assunto será desenvolvido mais adiante.

¹⁵³ Este item não foi objeto de investigação, mas foi possível elencá-los de maneira sintética.

os habitantes, estimulam a crença em um futuro ainda pior. Referências ao “juízo final” são expressam o sentimento com relação ao futuro. Segundo um depoimento:

“Sei lá, ninguém sabe não, do jeito que eu tô vendo, mas vai ficar pior, eu tenho impressão que ainda vai ficar pior. Foi o que Deus disse. No fim da eras quem não chorou ia chorar, quem não danço ia dançar, vai chegando o tempo. É a palavra da minha vó que ela dizia, meu filho quanto mais viver, vai ficar pior, e é mesmo hein, não é fácil...”(LS, 71 anos)

4.5 Circuitos econômicos locais – a pesca, a roça, o caranguejo

Para vender e para comer

Do ponto de vista da tradição comercial local, a atividade predominante no Passarinho é a roça. A realização de outras atividades como, por exemplo, a pesca, e a atividade do caranguejo, são coexistentes da forma de reprodução social das famílias do Passarinho, mas não encontram, no passado, uma ligação ao comércio, sendo realizadas basicamente para o auto-consumo. O povoado do Passarinho não possui, portanto, a tradição da pesca comercial, como é possível observar no modo de vida do povoado vizinho, Canárias, nem da cata do caranguejo.

No entanto, recentemente, influenciados pela queda do preço do arroz no mercado e o surgimento de novos mercados para o caranguejo, é possível notar a migração de muitos moradores para a atividade da cata do caranguejo. O depoimento de (CJ) revela, na sua ótica, as motivações desta mudança:

“Hoje trabalham mais com caranguejo porque está dando mais dinheiro. O arroz tá muito barato demais. O camarada trabalha o verão todinho, às vezes tem preguiça, come o arroz todo. Com esse negócio de caranguejo ninguém quer trabalhar em roça mais. Vai pro mangue, pega os bichos, sabe que vai conseguir dez contos de qualquer maneira e chega em casa cedo. E vão levando a vida” (CJ, morador do Passarinho).

Inúmeros são os aspectos dessas três atividades na vida das famílias do Passarinho, como se pretende abodar.

Lavradores – pescadores: Eu sou da roça – Eu sou da pesca

“Todo santo dia, pescava de noite, trabalhava de dia na roça, porque não tem como viver só de uma função... cansei de chegar da roça e ir pescar” (GE, 38 anos, morador do Passarinho)

É possível observar que embora a pesca e a roça, coexistam na tradição da vida no lugar, há famílias que se identificam mais a uma ou outra atividade¹⁵⁴. O relato de (GE, 38 anos), elucida esta afirmação. Este morador explica que, não há como viver só de uma função. Ao lembrar da atividade de seu pai, observa que, “a maioria do trabalho dele era pescar”, e comenta que a sua família era “da pesca”. Por outro lado, a explicação de uma outra moradora

¹⁵⁴ Existe inúmeras outras atividades realizadas pelos moradores, que podem ser observadas pela relação de gênero e de idade (geração) e são da mesma maneira constituintes da forma de reprodução social das famílias do povoado.

(TE, 40 e poucos), sobre o trabalho do marido, revela uma disposição maior da produção, voltada para o mercado, com a roça. Quando indagada se o marido catava caranguejo, ela respondeu, “não, só pesca e roça”. Na continuidade do diálogo, foi perguntado à mesma interlocutora o que é plantado e se os produtos de plantio são comercializados. As respostas demonstram que, no caso do peixe, existe uma instabilidade maior, se comparado ao que é plantado. “A gente planta arroz, feijão, milho, mandioca. O arroz a gente vende. O peixe quando dá, vende”. Esta parece ser uma opção herdada do pai, pois como comenta a interlocutora, “ele trabalhava de roça, pescava, mais era pouco...”.

Embora cada um plante sua roça e tenha responsabilidade por ela, elas variam em tamanho e produção. Uns se dedicam a esta atividade mais do que outros. O que é produzido pode ser comercializado individualmente, ou também, ser vendido a um outro morador do povoado, que possui uma grande produção e arrecada outras mais, para então comercializar. Há aqueles que pescam, trabalham na roça e também catam caranguejo.

A criação de animais (galinha, porco, cabra) nos quintais é comum entre os moradores. No entanto, conforme relatam, esta prática foi mais intensa no passado.

Organização social e política – divisão entre Colônia e o Sindicato

No Passarinho, a maioria dos moradores está ligada à Colônia de Pescadores ou ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como forma de organização social e de expressão política. Esta forma de organização dos trabalhadores rurais está associada, conforme recorda um morador, às ações do governo de Getúlio Vargas e, portanto, é uma conquista que teve início na sua geração. Como lembra,

“De primeira não tinha esse negócio de sindicato não, ninguém. Os pais da gente, quem davam sustento, eram os filhos – [pois esses] não eram aposentados não”
(CM, 77 anos, morador do Passarinho)

Quem é associado ao Sindicato não pode ter vínculo com a Colônia e vice-versa. Os mais antigos no povoado estão ligados ao Sindicato dos trabalhadores rurais e, os da geração mais recente, à Colônia de Pescadores. No povoado há também aqueles desprovidos deste tipo de vínculo, e que, conseqüentemente, não possuem os direitos da categoria e ficam sem a possibilidade de obter a aposentadoria¹⁵⁵.

Circuito do Arroz

O transporte da produção do arroz também sofreu mudanças com o passar dos anos. No passado, conforme recorda um morador “a gente trabalhava na lama, pegava canoa, colocava o arroz dentro e ia remando”. A transferência do domínio da terra para um grande possuidor, o surgimento de nova relação de trabalho e um relativo aumento da produção resultou também em uma alteração na forma de escoamento. Segundo o relato de (CM, 77 anos), “no tempo do Zé Tude, a gente botava motor e levava pros armazéns, carregava nas costas quando chegava lá”. Este morador explica que, além da renda paga pela produção, era preciso fretar o transporte, que ficava por conta do próprio interessado na venda. Quanto ao beneficiamento, “era tudo limpo e seco lá na casa deles [referindo-se aos armazéns], a gente tinha que dar lá no armazém ainda. O dono da roça tinha obrigação de levar lá na casa deles”, explica (CM, 77 anos).

Segundo os moradores, atualmente o preço do arroz no mercado local está em baixa, “mas tem que trabalhar pra ter, se não trabalhar fica pior”. Conforme relata um morador:

¹⁵⁵ Numa contagem aproximada, a partir das moradias do povoado, Paulo, chegou a seguinte proporção: (13) famílias estão ligadas ao Sindicato; (12) à Colônia de Pescadores e (19) não possuem vínculo com alguma organização de classe.

“Há dois anos atrás arroz deu dinheiro. Até noventa contos o saco [de sessenta Kg]. Hoje é trinta e sete ou trinta e cinco (...) cansei de vender por noventa ou setenta... Hoje compram a quarenta ou quarenta e um. Mas com o dono do arroz mesmo é trinta e cinco. A revenda, quem compra pra comer, que é mais caro” (CJ, 57 anos, morador do Passarinho).

Este relato revela também a mediação do atravessador. Como explica o morador, houve o tempo em que se vendia o arroz em Canárias,

“Vendia aqui nas Canárias, tinha os comprador, que comprava e nós vendia, quando nós [tirava] o arroz, os lavrador, nós já tava todo empenhado, já tinha colhido, era só entregar...”. (LS, 71 anos, morador do Passarinho).

Conforme relatado, o arroz se planta na “lama”, pois na lama a maré é doce e se for salgada o arroz “não dá”. O carregamento da produção era normalmente feito pelos próprios do lugar e a família toda participava, principalmente o pai e os filhos.

“Eu mais meu pai, carregava todos os sacos de feijão. Eu mais ele, carregava tudo na cabeça lá pra aqueles cantos de brejo. lá no brejo perto da mangueira, carregava na cabeça, como um besta trazia 3 sacos, papai trazia um na cabeça, minha irmã trazia outro saco na cabeça”. (LS, 71 anos, morador do Passarinho)

Ao longo dos anos, o uso da terra, no Passarinho, seguiu a lógica do arrendamento. Como já mencionado, a partir de determinado período, os moradores do Passarinho passaram também a produzir para a comercialização e, com isso, pagavam a “renda”, ou seja, uma parcela da produção, pelo uso da terra, àqueles que passaram a exercer o domínio sobre as áreas¹⁵⁶.

A produção destinada à comercialização, no caso da ilha das Canárias, está até os dias de hoje, voltada para a produção do arroz, mas também como consta em um outro relato, a renda, no passado era também cobrada pela “farinha produzida e tudo mais”. A chegada do arroz na localidade é da década de 50, conforme relata o morador (AT, 75 anos):

“O arroz, ele entrou mesmo na década de 50 pra cá, já plantavam o arroz – e em pequena escala, né, o povo também era pouco. De uns tempos pra cá vem com o auxílio da EMBRAPA, aí vem melhorando as sementes e a produção vem melhorando. É uma boa produção de arroz, é um Estado que possui uma boa produção.” (AT, 75 anos)

O povoado do Passarinho segue o seguinte calendário produtivo: os meses de janeiro e fevereiro são destinados ao plantio e, em junho, se faz a colheita. A terra é preparada desde novembro, no *verão*. O arroz é plantado de duas maneiras, conforme explica o morador “a gente pode plantar aqui no ‘baixão’ e na terra. Depende do *inverno*. Se não tiver *inverno*, não dá. Na lama não, ele dá o cacho mesmo não tendo chuva” (CJ, 57 anos). Na época das chuvas, ou seja, no inverno, a água preenche as partes baixas do povoado, formando lagoas. Como comenta o morador (CJ, 57 anos). “Isso aqui no inverno é muito bonito porque enche tudo d’água; as lagoas, o ‘baixão’, tudo que agora tá seco”.

¹⁵⁶ Conforme os relatos dos moradores, a “renda” paga era na proporção 4:1, ou seja, a cada quatro sacas de arroz, uma era paga ao posseiro, ou ao suposto dono da terra. Com o fortalecimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais, na década de 60, a proporção paga passou a ser de 10:1. Este aspecto será abordado na seqüência, no item sobre o domínio da terra.

A pesca como atividade coexistente à roça na vida do Passarinho¹⁵⁷

A pesca praticada no Passarinho é no rio/igarapé e sempre foi uma atividade destinada ao consumo familiar e às redes de troca e circuitos comerciais internos. Os tipos de pesca mais praticados no Passarinho são: o “tapa igarapé” e a pesca de caçoeira. A maioria daqueles que pescam confeccionam suas próprias redes (caçoeira, tarrafa, etc), e alguns, sabem também fazer canoas e outros apetrechos para a pesca (sari, landuá, entre outros). Conforme relatam, a linha é comprada e, como afirmam, “está cara”. O morador (AT, 75 anos), que confecciona seus próprios instrumentos de pesca, comenta sobre os diferentes tipos de rede “eu tenho malha, eu tenho caçoeira de 25 até 120, tenho pra peixe pequeno, pra médio, e pra grande”.

Quando a pesca não é realizada de maneira individualizada, a divisão do pescado obedece à lógica do “quinhão”, explica (AT, 75 anos). Neste caso, a produção é dividida entre os que vão pescar e o possuidor dos apetrechos de pesca. As proporções da divisão podem ser compreendidas na fala deste morador: “a gente dá um almoço pra ele” (AT, 75 anos), se referindo ao dono da rede, ou canoa. A maioria dos moradores está sintonizada com as mudanças das marés e a influência no comportamento dos peixes e demais formas de vida do rio e do mangue. Sobre a modalidade de pesca realizada com *landuá*, o morador explica que é feita a noite, “você acende uma lamparina, clareia o peixe e pega. De dia, só tainha”. O peixe frequentemente pescado é o Pacamã. A pesca noturna é privilegiada, pois segundo muitos, “de dia o peixe se esconde”. Um outro motivo para a realização da pesca noturna é o fato da roça ocupar as atividades diurnas. Grande parte dos moradores, não possui canoa. Segundo Paulo, existe no povoado, aproximadamente, 7 moradores que possuem canoa e apenas 1 que possui uma embarcação a motor. Como afirma, “aqui barco de pesca não tem não, só canoazinha” (Paulo), diferentemente do povoado das Canárias. Os que não possuem canoa explicam que neste caso “aí pede eles, arruma, aí a gente vai pra pesca da gente” (ZD, 52 anos – mulher que pesca). Normalmente se pesca com um “companheiro”, como é chamado por eles.

O universo da pesca é marcado por muitos simbolismos e, entre os pescadores, é comum observar interditos e superstições que povoam o imaginário do grupo. Entre as brincadeiras que circulam entre os moradores do Passarinho, existe um apelido para aqueles que demonstram uma inabilidade com a atividade, como por exemplo, o pescador que arrasta a rede para o lado contrário e perde os peixes. Este é chamado pelos demais de *Maratimba*.

O aprendizado da pesca é transmitido através das gerações e é uma atividade predominantemente do universo masculino. Desde pequenas, as crianças costumam acompanhar os pais em suas atividades diárias, seja na roça, como na pesca. É o filho homem que ajuda o pai desde muito pequeno nos afazeres da pesca e, neste fazer, vai adquirindo habilidades e internalizando os códigos sociais. No entanto, esta realidade não pode ser confundida com a ausência da mulher no universo da pesca. Existem algumas que vão pescar com os maridos ou auxiliá-los a recolher a rede, por exemplo, mas são as meninas que passam a maior parte do tempo envolvidas com as atividades praticadas pela mãe, e, portanto, mais reservadas às atividades que circundam a casa¹⁵⁸. No entanto, na cata do sururu¹⁵⁹, uma

¹⁵⁷ Para uma pesquisa sobre estudos relacionados ao universo da pesca. Ver DIEGUES, Antonio Carlos. A interdisciplinaridade nos estudos do mar: o papel das ciências sociais. Conferência proferida na XV Semana de Oceanografia, Instituto Geográfico da USP, outubro de 2003. Disponível em < <http://www.usp.br/nupaub/interdis.doc> > acesso em 20 de março de 2005. E também as etnografias de (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1986; KANT DE LIMA e PEREIRA, 1997; DUARTE, 1999; PRADO, 2002; MELLO E VOGEL, 2004).

¹⁵⁸ Seja no tratamento do peixe, na lavagem dos potes, no preparo do alimento, no cuidado dos irmãos menores, na busca da água na cacimba, entre outras atividades.

modalidade extrativista, se observa a presença predominantemente do domínio feminino. Na cata do sururu as mulheres freqüentemente se juntam para irem “pra lama”. Em casos excepcionais, a mulher pode assumir a atividade da pesca e ou a cata do caranguejo com objetivo de mercado – como, por exemplo, foi observado no caso de uma moradora (ZD, 52 anos) cujo marido ficou doente, e por este motivo ela é conhecida e se destaca no grupo social por ter esta característica. Esta moradora conta que se sente diferente por estar entre os homens, mas diz que nunca lhe faltaram com o respeito. Conforme relatam, mulheres que ficam viúvas no povoado, ficam a mercê da ajuda de terceiros (vizinhos, parentes), caso optem em permanecer sozinhas ou não consigam encontrar um outro companheiro.

Os circuitos comerciais na própria localidade

O peixe pescado pelos moradores do Passarinho é vendido, normalmente, por estes, no próprio lugar. “Hoje o camarada pesca o que quiser e vende bem aqui e nas Canárias, já tá com dinheiro no bolso” (CJ, 57 anos). O morador (DC, 56 anos) conta que há três anos compra o peixe dos demais moradores e vai revender, em sua maior parte, em “Conceição” (no lado do Maranhão), mas também no Porto dos Tatus (no lado do Piauí). São poucos os que se dedicam à pesca comercial e não é todo o dia que é possível pescar. Anteriormente o peixe não tinha muita saída e o armazenamento era no gelo, o que dava bastante trabalho. Atualmente já é possível armazenar a produção no freezer, com a chegada da luz e o investimento, deste morador, neste bem de consumo.

O surgimento de um comprador no próprio povoado reorganizou, portanto a atividade da pesca, favorecendo aqueles que não dispunham de meios de transporte para escoarem o pescado. No entanto, uma consequência do aparecimento de moradores que compram a produção dos demais e realizam a revenda, é a ampliação da diferenciação econômica dentro do próprio povoado.

Com a queda do preço do arroz vem ocorrendo uma busca por outras formas de obtenção de renda no povoado. A cata do caranguejo passou a ser considerada na atualidade “mais lucrativa”, se comparada às atividades da roça e pesca e vem sendo uma opção de ganhos em curto prazo, principalmente entre os mais jovens. A introdução desta nova modalidade econômica vem ao longo desses últimos anos reordenando a forma de organização produtiva dos moradores do Passarinho. O relato de (CJ, 57) traz o exemplo desta mudança.

“[meus filhos trabalham na] roça do mesmo jeito. Hoje trabalham mais com caranguejo porque está dando mais dinheiro. O arroz tá muito barato demais. O camarada trabalha o verão todinho, as vezes tem preguiça, come o arroz todo. Com esse negócio de caranguejo ninguém quer trabalhar em roça mais. Vai pro manguê, pega os bichos, sabe que vai conseguir dez contos de qualquer maneira e chega em casa cedo. E vão levando a vida”. (CJ, 57 anos)

A cata do caranguejo – uma atividade recente na vida do Passarinho

Embora o aparecimento do mercado de caranguejo no delta do Parnaíba tenha se dado entre os anos 80 e 90, no povoado do Passarinho, a organização dos moradores para atender este mercado veio mais tarde. Conforme os relatos locais, a atividade da cata do caranguejo, no Passarinho, é considerada relevante “de uns seis anos pra cá”.

Da mesma forma que o peixe, a ostra e o sururu, o caranguejo, quando retirado do manguê, servia apenas para o próprio consumo familiar. Os relatos que seguem ilustram esta observação.

¹⁵⁹ Um molusco que se enterra na lama e é retirado com os dedos.

“A época que eles começaram foi lá pelos anos 70/80. Porque aqui na nossa comunidade o pessoal vivia só da pesca e de trabalhar na roça. Não tinha os “**catadores de caranguejo**” como eles chamam (risos). Tinha em outros lugares como nos Tatus, no Morro da Mariana, mas aqui mesmo na comunidade nossa não tinha”. (TO, 6X anos)

E ainda,

“Quando pegava caranguejo, pegava pra comer, não sabe? Mas não tiravam as compras como hoje não... mas pra vender não tinha, não tinha compra de caranguejo..., só veio a ter certos tempos pra cá”. (Vidoca, 7X anos)

Como já visto os mais antigos habitantes locais possuem a tradição no trabalho que conjuga a roça e a pesca. É, portanto, o grupo dos mais jovens que se dedica à atividade do caranguejo. O morador (AT, 75 anos), que vive do lado dos *Adriãos*, quando indagado sobre a atividade do caranguejo, respondeu em tom bem humorado “caranguejo é difícil até de comer”, mostrando uma falta de familiaridade com o animal. Como afirma este morador, nunca gostou de pegar caranguejo e outra vez brinca, dizendo que o seu braço “é curto demais”, e, portanto, não é propício para a atividade.

A atividade do caranguejo é, do mesmo modo que a pesca, realizada predominantemente pelos homens. O trabalho na cata do caranguejo é realizado de terça-feira à sexta-feira e ocorre em três dias da semana conforme relata Paulo. “no sábado é difícil levar os caranguejos” (Paulo).

A saída para a atividade requer preparação – o uso da “dedeira”, confeccionada com tecido, que protege os dedos; o feixe de palha para amarrar os caranguejos em “cordas”; roupas compridas para proteger dos mosquitos e frequentemente, o uso do “cambito” – uma haste de ferro, utilizado para a captura, uma vez que o caranguejo fica escondido no fundo da toca.

Conforme relatam os moradores, o barco passa deixando as pessoas que trabalham na cata no mangue e depois de algum tempo, retorna recolhendo a turma e os caranguejos¹⁶⁰.

Diferentemente dos moradores das Canárias, o povoado do Passarinho, aderiu a esta nova forma de exploração dos recursos naturais e passou a substituir antigas práticas de roça e pesca pela possibilidade deste mercado em ascensão. O relato do morador aponta para a característica do povoado do Passarinho com relação a adesão a atividade da cata do caranguejo:

“Antigamente tinha caranguejo, mas ninguém pegava. Tá com vinte anos que começou. Dessa parte que nós moramos, acho que 3/4 do pessoal vivem de caranguejo e ostra. Caiçara, Torto, Morro do Meio, Carnaubeira, Barreirinha, todos eles o forte é o caranguejo. Já nas Canárias é só pescaria e roça. Aqui é caranguejo e roça”. (CJ, 57 anos)

Para os moradores locais esta atividade é marcada pelo esforço físico empregado e por isso costuma ser menos apreciada entre os próprios do lugar. Mas há também aqueles que valorizam o saber necessário à atividade da cata, conforme explica um morador “caranguejo é que nem pescaria, às vezes vai e não encontra nada, é um mistério, tem que procurar debaixo do chão” (CJ, 57 anos). O trabalho na cata do caranguejo por ser uma atividade que exige bastante esforço físico, não é muito apreciado pelos mais velhos. Segundo o relato de

¹⁶⁰ Na contagem aproximada, feita por Paulo, cerca de 22 homens compõem a turma e realizam a cata do caranguejo no povoado. São eles: Goleiro (Raimundo), Careca, João Paulo, Adalto, Bode (irmão de Freinho), Toco, Bob (filho de Zilda), Paleiro, Domingos, Freinho, Caburé (Carlos), Bagão (irmão do Paneiro), Gerardo, Pedro (da Rosa), Socó, Rei da Sola, Claudio (filho da Regina), Galinha (filho da Regina), Leonardo, Magro (Tonhozilda), Eudes, (filho do Virgílio).

Raimunda, “o pai vive da roça, trabalha de pesca, o que for..., mas caranguejo não, não trabalha mais com isso não... cata assim pra comer...caranguejo, só os novos, e olhe lá...”. Um morador explica a técnica de pegar o caranguejo, segundo seu relato:

“Mete a mão lá em baixo e puxa, quando entope, a gente mete um cambito, aí coloca embaixo e puxa. Aí quando chega na media, pega no braço e puxa ele. O cambito tem uma volta, se pega por baixo dele”. (JP, 21 anos)

Alguns dos moradores do Passarinho relatam que já trabalharam com a cata do caranguejo, mas pararam. Como observa Paulo, “não dava, o serviço era muito pesado”. Há também envolvidos na atividade da cata do caranguejo, aqueles que amarram os caranguejos em cordas.

A moradora (TA, 30 anos), conta que seu marido, filho de (CJ, 57 anos), sempre trabalhou com roça, mas a partir de alguns anos, divide o tempo também com a cata do caranguejo. Segundo (TA), seu marido nunca pescou para vender. Há também aqueles que passaram a se dedicar quase que plenamente à cata do caranguejo, mas fazem roça e pesca para o consumo familiar.

Já Paulo explica porque deixou de trabalhar com caranguejo:

“Foi uma opção minha mesmo, porque não agüentava aquilo dali muito, não me sentia com saúde pra realizar e porque tinha muita gente, e porque tem que se poupar, porque se o cara força muito ali cria uma rotina...o cara fica todo arrebitado...é dor nas costas, dor nos peitos, gastrite, aí tem que se tratar se não dá um problema maior...” (Paulo, morador do Passarinho)

A moradora (ZD, 52 anos) comenta que, dos seus filhos, “apenas dois trabalham da pesca e os outros, da catação de caranguejo, só na catação de caranguejo”.

A organização da *turma do Passarinho*

No Passarinho, como em outras localidades que se dedicam à atividade da cata do caranguejo no delta do rio Parnaíba, existe a dependência dos atravessadores e compradores de outras regiões. Um morador conta que, no início da atividade da cata do caranguejo, os próprios moradores se deslocavam para escoar a produção, ou seja, vendê-los no Porto dos Tatus, o que não era tarefa muito fácil, com os recursos disponíveis. Alguns reconhecem que o surgimento de um comprador no próprio povoado facilitou a vida daqueles que se dedicavam à atividade.

“Quando começou os próprios catadores do caranguejo se deslocavam para vender lá pelos Tatus e hoje melhorou porque já tem os compradores mesmo daqui mesmo na nossa comunidade, recebe deles aqui e leva para os Tatus, para ele lá seguir para frente”. (TO, 6X anos)

No entanto, há também os que vêm neste intermediário uma forma de exploração dos moradores mais necessitados do povoado. Conforme expressa uma moradora,

“[A venda do caranguejo é feita] aqui mesmo, pros atravessadores. Esses que matam os pobres e vendem bem caro (...) Pegam aqui no porto e levam pra lá pra vender. Ganham um bom dinheiro”. (TS, 27 anos)

É interessante observar que, no início da atividade comercial do caranguejo, os próprios moradores, que passaram a exercê-la, vendiam a produção de forma individual, no Porto, que era despachada para o Morro da Mariana, Luis Correia e demais localidades vizinhas no Estado do Piauí. Com o passar do tempo e a intensificação da demanda com o

aparecimento do mercado de Fortaleza, surgiu uma outra forma de organização e como afirma o morador Paulo, “hoje já tem os compradores certos” nos lugares. No caso do Passarinho é o morador (CJ, 57 anos).

Fidelidade ao comprador local

A organização dos catadores ou arrancadores de caranguejo segue também uma regra de fidelidade para com o comprador local. As pessoas que fazem parte da “turma” não vendem os caranguejos para compradores de fora, embora o preço seja maior. Conforme afirmam, “na época que está ruim de preço pra eles [os compradores], eles não vem”. Por outro lado, “os daqui compram [tanto] na época que está bom [quanto na que] está ruim”, ou seja, mantêm uma frequência na compra, que gera uma estabilidade para quem trabalha embora o preço pago não seja tão atrativo. O morador fiel, que concedeu este depoimento, explica também que muitos não são assim e dizem “vou vender lá fora que esta dando mais dinheiro”.

O processo de subordinação ao qual estão submetidos faz eco no próprio povoado e, o comprador local dos caranguejos do Passarinho é alvo de severas críticas dos moradores. Alguns comentários de que “nem os filhos querem trabalhar pra ele”, reforçam a fama deste morador, que conquistou certa ascensão financeira e se diferencia dos demais ¹⁶¹.

O morador (CJ, 57 anos) diz que compra o caranguejo dos demais moradores há, pelo menos, “uns oito anos ou mais”. Ele próprio faz o transporte dos caranguejos em seu barco a motor. Este mesmo barco é a única forma de transporte para os moradores do povoado às segundas-feiras para o Porto dos Tatus, local onde também é vendido o caranguejo para os compradores vindos de outras regiões.

Este morador é o único comprador de caranguejo no povoado. Segundo seu relato, um dia de trabalho no caranguejo rende em média “trezentas, duzentas e cinquenta cordas, depende da maré. Quando a maré ta boa chega até quinhentas cordas”. Num dia fraco, “não passa de dez ou cinco cordas” (CJ, 57 anos).

Um outro morador, (FS, 28 anos), que trabalhava com arroz e aderiu, nos últimos tempos, ao trabalho com o caranguejo, afirma que “a gente trabalha e recebe por semana né, mas não é toda a semana que paga”. Este morador explica que o preço do arroz está muito baixo e esta mudança vêm sendo uma opção necessária.

O mercado do caranguejo

Os caranguejos capturados são amarrados em *cordas*. Cada corda possui quatro caranguejos. O preço de cada corda varia de acordo com o comprador. Segundo os moradores, em 2004, o preço da corda no Passarinho era de oitenta centavos e no ano de 2005 passou para um real. Conforme dito, o caranguejo é entregue diretamente para o comprador do próprio Passarinho e é então revendida por ele no Porto dos Tatus por um valor maior.

Na ocasião da pesquisa, uma jovem nascida no Passarinho e residente em Fortaleza, em visita à sua família, trouxe à tona sua visão do destino final do caranguejo do delta, as praias de Fortaleza. Lá, conforme afirma “é, muito caro, um caranguejo só, cozido é quase 5 reais. Um só, todo preparado, sabe? É muito caro. [Lá] eles exploram. Porque vai muito turista para lá” (OL, 27 anos).

¹⁶¹ Uma outra “fofoca” diz respeito aos vínculos de favores que este comprador mantém com o atual Prefeito e também o suposto “dono da terra” do Passarinho, o Sr. José Cardoso do Nascimento, conhecido como “Zé Tude”. Segundo informações confidenciais de um morador, a casa que ele habita com a família, e que é feita de tijolo, “parece ter sido o “Zé Tude” que mandou construir”. A prática de favorecimentos e exercício de poder por parte desta figura política será tratada capítulo referente ao domínio da terra na ilha das Canárias.

Derrubadores de palha de Carnaúba

Entre outras atividades comerciais que fazem, ou pelo menos, já fizeram parte da vida dos moradores da ilha estão: a derrubada da palha de carnaúba para a extração do pó da carnaúba e a produção de carvão. Segundo os relatos dos moradores, o movimento em torno da produção da cera de carnaúba se fez sentir também na ilha das Canárias. No passado, as pessoas envolvidas com este mercado arrendavam áreas para a derrubada das palhas da carnaúba e a extração do pó. O morador (AT, 75 anos) conta que “era pessoal de fora” os que faziam a exploração da carnaúba para a produção de cera e exportação em grandes navios, pois os moradores do lugar, não tinha condições financeiras para “arrendar” a terra. Segundo (AT, 75 anos)), só aqueles que tinham recursos financeiros é que podiam se enveredar neste empreendimento. Conforme relata,

“Vinha gente de fora. Aí pagava o trabalhador pra tirar, as palhas quando tirava, tava seca o lote de palha, vinha mais um pra bater, cortar as palhas”. (AT, 75 anos)

Alguns moradores do local trabalhavam na extração da palha, os “derrubadores de palha”, mas muitos só em época de “carnaval”, para ganhar dinheiro. Segundo (AT, 75 anos), quando ainda era “rapaz novo”, as palhas colhidas eram levadas para os Morros [da Mariana], “a palha saía tudo ensacado, vinha os botes pegar e levava lá pros Morros”, em Parnaíba e sofriam um beneficiamento para a extração do pó da carnaúba, a matéria prima para a extração do pó e a produção da cera. Conforme conta e de lá “saía nas barcas pra ir pro navio, pra todas as partes do Brasil”.

O pó da carnaúba que era considerada o ouro da época e teve o seu “tempo de glória”, conforme relatam. Os senhores que arrendavam as áreas com esta finalidade tiveram muitos ganhos no passado, afirmam os moradores. Embora a atividade não seja mais tão lucrativa quanto no passado, ainda há pessoas que arrendam para a retirada da palha, “até ano retrasado eles tirava, já tem uns 3 ou 4 anos que tirava, arrendava tudinho” (AT, 75 anos)). Este morador observa que, no passado, muita gente que vinha para o trabalho no carnaubal, ficava no povoado e isso contribuiu para o aumento do número de habitantes do lugar.

Uma consequência desta exploração, percebida por (AT, 75 anos) é carência de palha gerada para o uso próprio dos moradores, como por exemplo, a cobertura da casa “é ficava tudo peladinho, só as palhas só, eles tiravam muita palha, e agora não da mais, pra fazer as casas, estão botando tudo telha que é mais fácil”.

O quadro a seguir, sintetiza, ilustra e compara as atividades exercidas pelos moradores do Passarinho e seu povoado vizinho, Canárias.

Quadro – 10 -Atividades realizadas pelos moradores locais¹⁶²

Atividades	Povoado do Passarinho	Povoado das Canárias
Roça	Para consumo familiar e para comercialização. Atividade tradicional predominante	Para consumo familiar e comercialização. Atividade tradicional coexistente
Pesca	Para o consumo familiar e (baixa comercialização) Atividade tradicional coexistente	Para o consumo familiar e comercialização Atividade tradicional predominante
Caranguejo	Caranguejo para a comercialização	Cata de caranguejo para consumo familiar
Gado (pecuária)	Criação de gado inexpressiva	Criação de gado realizada por alguns moradores
Corte de pau de mangue	Para consumo familiar e comercialização (até a proibição do IBAMA)	Para consumo familiar e comercialização (até a proibição do IBAMA)
Criação de animais (pequeno porte)	Para consumo familiar	Para consumo familiar
Extrativismo da Carnaúba (pó da palha)	Para uso familiar (comercial)	Para uso familiar (comercial)
Outras formas extrativistas (ostra, sururu, frutas)¹⁶³	Para consumo familiar	Para consumo familiar
Caça¹⁶⁴	para consumo familiar	para consumo familiar

Concluindo o povoado do Passarinho, ao contrário do povoado de Canárias, não possui a tradição do comércio do pescado, sendo esta atividade realizada, em sua maior parte, para o consumo interno. Esta situação pode ser explicada, em parte, pela dificuldade de armazenamento e escoamento desta produção, mas também devido a uma tendência voltada para a agricultura, em função das áreas propícias ao cultivo do arroz, principalmente no lado “dos Adrião”.

Algumas das características observadas no Passarinho são visíveis se comparadas ao povoado das Canárias. Nas Canárias, a realidade local é mais complexa, conjugando várias atividades¹⁶⁵. Os moradores, em especial, os de sexo masculino, se reconhecem em sua maioria como “pescadores” e exercem esta atividade principal. Alguns, porém, além da pesca, conjugam esta atividade com a criação de gado (vaqueiro) e também com a roça. Outras atividades ligadas ao comércio e à prestação de serviços públicos (professor, agentes de saúde, auxiliar da escola, entre outros), são também registradas nesta localidade.

Interessante observar que as moradias estão dispostas, desde a margem do rio e a proximidade com a boca da Barra das Canárias, ligação do rio com o oceano Atlântico, coloca-os em posição privilegiada, com relação à potencialidade dos espaços de pesca. Além disso, como observa Feydit e Costa (2006), é no povoado de Canárias que existe a maior concentração de casas de alvenaria, pela proximidade à cidade de Parnaíba e uma maior

¹⁶² É preciso notar que embora este quadro auxilie a visualização das atividades exercidas pelos moradores dos distintos povoados de maneira esquemática, não se pode esquecer das variações existentes internamente em cada povoado, como foi mencionado no texto.

¹⁶³ Tipos de Frutas do lugar: Jatobá; Caju; Murici; Guajiru; Azeitona; Siriguela; Araticum; Laranja; Acerola; Cajá; Carambola; Manga; Coco, Cana, Melancia, etc. Conforme observam Feydit e Costa (2006), em sua pesquisa, o extrativismo vegetal não foi mencionado pelos moradores, o que segundo elas parece estar relacionado com a sazonalidade e a curta duração do período extrativo, sendo considerado inexpressivo como fonte de renda para a população – mesmo o murici e a castanha de caju.

¹⁶⁴ Alguns tipos de caça locais: Pássaros: Tamatião; Garça; Guará; Pirão gordo; Socó-boi; Socó-pequeno; Marreca; Pirupiru; Carão; Paturi; Frango-d’água; Pecapara; Rolinha; sabiá; Juriti; Asa branca; Avoante; Siricora; Saracura, etc. Outros: Peba; Mandira; Guaxinim; raposa; Macaco-prego; Jurara (parente da tartaruga).

¹⁶⁵ Além disso, c

facilidade de acesso. Diferentemente deste, o povoado do Passarinho, está localizado mais ao interior da ilha, e a ligação mais próxima com o espaço de pesca, é o igarapé que dá acesso ao povoado.

Como observado anteriormente, na tentativa de resgate da história de povoamento do Passarinho, algumas famílias estão vinculadas ao trabalho na lavoura como atividade principal. O trabalho com a terra, para algumas famílias é a atividade predominante, aliada à pesca e à extração de outros frutos do mar e do mangue, para o consumo familiar. Mas também há famílias que se dedicam à pesca e, mais recentemente, a atividade do caranguejo, como principal atividade.

Nos primórdios de vida no Passarinho, as atividades estavam ligadas ao cultivo de cocos de praia, roça nos quintais, pesca e produção de farinha para o consumo familiar (ou em pequena e limitada escala). A introdução do cultivo de arroz marcou a nova dinâmica no povoado, com a atração de mais moradores para a localidade e, a produção de parte da produção para a comercialização¹⁶⁶. Esta atividade se somou às tradicionalmente exercidas e gerou rendimentos maiores do que os de costume, até então, embora houvesse o pagamento da “renda” para aqueles que, em determinado momento se tornaram os “donos das terras”. É interessante observar que as formas de beneficiamento do arroz sofreram mudanças com o passar dos anos.

Atualmente, grande parte dos moradores possui a sua roça de arroz. Nas décadas mais recentes, a introdução de uma outra modalidade econômica, a cata do caranguejo tomou vulto no povoado, reordenando, mais uma vez, as práticas de uma parcela dos que vivem neste lugar.

4.6 Sucessão, uso e domínio da terra

A sucessão da posse da terra – lado dos Adriões

O morador (AT, 75 anos), da família Ribeiro, da parte dos Adriões, conta que os primeiros “donos” das terras na localidade do Passarinho foram seus antepassados. Em seu depoimento, resgata a lembrança de seus avôs. Segundo consta, havia inclusive “papéis”¹⁶⁷ que comprovavam este direito a eles e seus familiares. No entanto, (AT, 75 anos) conta que “eles [os avós] atrasaram o pagamento dos impostos e não pagaram, como deviam e por este motivo venderam as terras. Depois disso, pelo menos, uns três “posseiros” tiveram domínio sobre a localidade. O primeiro a “comprar” uma área, conforme recorda, parece ter sido um próprio parente, um primo de seu avô, que, no entanto, não pegou “os papéis”¹⁶⁸. Contudo, quando seu avô veio a falecer, reivindicou a posse e quis adquirir a documentação. Seu pai, que então havia ficado com ela, entregou para o então “tio”, como se dizia ser, este seu “Chico”, primo de seu avô. Como comenta: “aí tava marcando o dia, a hora, e os minutos que foi feito”. (AT, 75 anos), parece guardar ainda hoje, alguns desses documentos de posse pois como afirma “só nós tinha, tinha não, tem tá novinho o papel ali”¹⁶⁹. Depois disso, algumas terras foram desmembradas, pois como afirma “aí dividiu tudo, uns foram se apossando, os herdeiros foram pegando, se apossando, aí venderam pra um, foram comprando, comprando, compraram tudo”, conforme ressalta.

¹⁶⁶ É preciso investigar em que momento se deu esta forma de cultivo e quais as razões regionais que fizeram estes moradores adotarem esta forma de produção.

¹⁶⁷ O morador (AT, 75 anos) explica que só ele e “um rapaz do povoado da Caiçara” possuem “papel de terra” na localidade, “os outros aqui não tem papel de terra”.

¹⁶⁸ Os papéis que este morador se refere são os documentos referentes ao título de posse que havia sido concedido. Segundo relata, este parente pagou, mas não ficou de posse do documento.

¹⁶⁹ No depoimento de (AT, 75 anos) não ficou muito claro se ele possui ou não a documentação de posse da área original de sua família, ou de parte dela.

Os novos posseiros do Passarinho, os que “compraram tudo”, já não eram mais pessoas da localidade e sim pessoas vindas de outros lugares e com status diferenciado e interesses comerciais maiores, como por exemplo, a exportação da carnaúba. (AT, 75 anos), cita alguns dessas figuras “aqui, foi doutorzinho, aqui é o que mais tem, doutor Osias, Sebastião Furtado”. Segundo este antigo morador, Sebastião Furtado “era um rico” que se tornou “dono dessas terras toda” e vendia carnaúba¹⁷⁰. Já o Sr. Osias, é um dentista, mora em Parnaíba e segundo contam, “ele arranca dente da pessoa que ela nem sente”. Segundo os relatos dos moradores, esse primeiro “dono”, Sebastião Furtado, morava no Goiabal, no Maranhão. A sucessão subsequente é relatada a seguir:

“A gente não via ele aqui não, ele era rico, a gente chamava de ‘coroné’. Trabalhava de exportar cera do carnaubal. Fazia dinheiro exportando cera pro estrangeiro. Aí ele vendeu pro Agerardo, que vendeu pro Osias” (AT, 75 anos, morador do Passarinho)

Na sucessão do domínio da terra, o último a ter o direito de posse sobre as áreas do lugar, conforme relatam, é o sr. Zé Tude, o atual Prefeito do Município de Araisos. Na atualidade, a grande maioria dos moradores reconhece a posse da terra como pertencente a ele, que segundo contam, “comprou o terreno todo até Caiçara, pegando as Canárias”. No povoado do Passarinho, a relação que o sr. Zé Tude, parece estabelecer com seus “agregados”¹⁷¹, é característica daqueles que exercem o domínio sobre o local e ao mesmo tempo desejam conquistar votos, prestígio e poder. A condição de subordinação dos habitantes locais é, em muitos casos, camuflada a partir de um sentimento positivo com relação à figura deste grande posseiro, que além de “dono das terras” exerceu no passado e ainda exerce uma função política de destaque para o universo local. Como pode ser percebido no discurso de alguns “o dono nunca proibiu nós de cortar carnaúba pra cercar nossa casa, nunca foi pessoa pra nos proibir”. As promessas e a oferta de favores em troca da fidelidade ao voto são também práticas costumeiras de muitos políticos que freqüentam a localidade em tempos de eleições.

A sucessão posse da terra – lado dos Brancos – povoado do Passarinho

Do lado dos Brancos, (CM, 77 anos) conta que o primeiro dono do lugar foi seu avô, o João Branco e também “o finado Paulo também, era o dono daqui, desse terreno aqui”. Conforme explica:

“Quando o papai vendeu a herança da mamãe, esse dois aí não assinaram, só assinou só nós aqui, os filhos que morava mais ele, aí eles disseram que podia vender, que ele não queria gerenciar”. (CM, 77 anos, família dos Cardoso)

Segundo consta, parte do terreno foi vendido “pra um homem que era da Parnaíba, aí teve muito dono (...), foi uns 3”. O primeiro dono, o morador (CM, 77 anos), embora não se recorde bem, afirma que o último foi o sr. Zé Tude. Ele explica que o sr. Zé Tude, “só vem aí em tempo de eleição, é difícil, só vem nesse tempo.”

O pagamento da “renda”

Ao longo dos anos, outras pessoas chegaram no povoado do Passarinho por alguma forma de relação com as pessoas do lugar e foram também se estabelecendo como moradores

¹⁷⁰ O domínio local que é exercido está embasado em títulos de uso fruto da área, mas não em títulos de propriedade, pois se trata de áreas de domínio da União.

¹⁷¹ Categoria utilizada pelos moradores para se referirem aos que morram em terrenos de outras pessoas.

e participando das atividades produtivas e demais estratégias de sobrevivência local¹⁷². No passado, como afirma (GE, 38 anos) “o terreno não tinha dono nenhum”. Segundo seu relato “a gente só fazia a casa da gente, e fazia só um quintal”. (GE, 38 anos). Este morador admite, no entanto, que ali não se compra terreno, pois agora existe o “donos desses terrenos”, que é o Sr. Zé Tude.

É interessante observar que, para aqueles que não possuem a memória da origem do povoado e da sucessão do domínio das terras na localidade, a figura do “dono da terra” – aparece de forma concreta, enquanto aqueles que tem o passado internalizado e raízes ancestrais com os pioneiros do lugar, não se prendem a esta figura, pois compreendem que não passa de alguém com pretensão de “dono”, que, no entanto é posseiro. Conforme relata um antigo morador,

“Aqui tinha uns posseiros, né, tinham as pessoas que se apossavam, mas dono de terra pra mim não existe. Tem os posseiros que se a possam. A ilha tinha vários posseiros de terra, ou seja, os “donos de terra” como eles queriam ser, né, tinham”.
(TO, 6X anos)

Para o morador (TO, 6X anos) existe a marca da sucessão que lhe retirou o direito de autonomia sobre o uso da terra e dos recursos naturais. No entanto, o domínio exercido pelo posseiro tem um valor diferenciadamente menor, do que os que para lá migraram e desde sempre aceitaram este tipo de subordinação.

Para aqueles que crêm no suposto “dono da terra”, a permanência na localidade é entendida como um “apossamento”¹⁷³ do terreno, onde constroem suas casas para morar. Conforme o relato de resignação “como [a gente] não é mesmo dono de terra, a gente se apossa da terra, e faz a casa da gente (...) aqui é do Zé Tude, mas eu não conheço ele”. No entanto, há também a figura do “posseiro”¹⁷⁴ ou “apossador”, que é aquele que cobra a renda. Como afirma a moradora (LD, 60 anos), “tem os apossador lá nas Canárias, mas eles dizem que compram o terreno pra criar, mas quem criar tem que pagar renda pra eles”. Com o aparecimento da figura que possui este domínio sobre a terra, grande ou pequeno, o pagamento da renda passou a ser uma prática estabelecida localmente sobre aquilo que era produzido para a comercialização. Como comenta um informante: “todo mundo que trabalhava, pagava “renda”.

O pagamento da “renda”

No início desta forma de relação entre o “posseiro” de uma determinada área e o trabalhador agregado, o pagamento do uso do terreno para a produção era feito com o pagamento na proporção de 4:1, ou seja, a cada 4 sacas de arroz produzida, 1 era destinada ao

¹⁷² Ao explicar como chegou no Passarinho, um morador conta que: “já tinha uma irmã, da primeira mulher do papai ela morava aqui no Passarinho, ela veio primeiro do que nós, daí quando viemos, ficamos na casa dela, daí da casa dela fomos pra outra casa e de lá nos fizemos uma outra casa pra gente e estamos vivendo até hoje ainda”.

¹⁷³ Apossador, neste caso é entendido como aquele que se apossa, mas não possui o domínio sobre a área. É diferente da figura do posseiro, que pode cobrar a renda, pelo uso da área.

¹⁷⁴ É preciso compreender a construção do significado do termo posseiro no contexto Brasileiro. Segundo a historiadora Márcia Motta, o termo foi criado inicialmente no século XIX, para diferenciar do “sesmeiro”. No termo “posseiro” havia a significação de ocupar terras devolutas. No entanto, no caso brasileiro, a força do jogo de poderes dos grandes fazendeiros fez com que o termo fosse dividido em: fazendeiros e pequenos posseiros (com significado de invadir). No caso do povoado do Passarinho, o termo posseiro está ligado a este grande fazendeiro, aquele que exerce o domínio sobre determinada área e cobra renda, detentor de capital e o agregado é aquele que possui a força de trabalho e reside em área do “posseiro”. Mas como será possível perceber, no povoado das Canárias há também o pequeno posseiro, que é nascido e vive na localidade, mas também possui a posse da terra e cobra a “renda” pela produção.

“dono da terra”. Com o passar dos anos esta relação foi alterada¹⁷⁵, passando a predominar a proporção de 10:1, reduzindo a subordinação do trabalhador, o que não significa diminuição da sua dependência. O arrendamento é realizado da seguinte maneira, nas palavras de (AT, 75 anos): “a gente vê o tamanho que quer tirar, aí planta pra colher o legume entre a gente, se vende, vendia de 10”.

A cobrança da renda é feita pelo responsável do terreno em nome do “dono”. Sempre que se produz é, portanto, preciso lhe destinar uma parcela desta produção. (JO, 22 anos), neta de (LD, 60 anos) conta que “quando não dá, eles expulsam da terra, é uma conversa danada”.

Ao recordar o tempo passado, um outro morador, (CJ, 57 anos) comenta que, “nessa época dava arroz demais! Uma safra tão grande, que os armazéns estavam cheios”. Filho de (AT, 75 anos), este morador, lembra que, desde quando era pequeno, se pagava a renda no povoado.

“Quando eu me entendi, a gente pagava renda do que a gente produzia. Como ainda hoje ainda tem, aqueles se dizendo donos”. (CJ, 57 anos)

Os conflitos com relação ao domínio da terra não são expressos somente na relação entre os que residem na área e os que vêm de fora e que passaram a ter o domínio das terras do lugar. Conflitos entre os próprios moradores, com relação ao acesso à terra e ao uso dos recursos naturais são também mencionados por estes. Conforme um informante da família dos Cardoso, já existiu uma disputa, entre famílias, pelo domínio e controle de determinadas áreas.

“E também eu alcancei aqui, para a gente fazer uma casa de telha era preciso que a gente pedisse autorização desses posseiros, mesmo pessoas daqui, gente nossa de nossa comunidade daqui, uma parte de pessoas daqui que disseram que eram os donos daqui e tal, tinham uma parte e outros tinham outros”. (TO, 6X anos, família Cardoso)

Assim é possível observar que os jogos de força existem em vários níveis, intra e inter locais, e neste caso, a anterioridade na chegada ao local parece ser um critério para mover os interesses de controle e domínio do local. Outras áreas da ilha das Canárias, também estão sob domínio de outros posseiros. Conforme mencionado, existe entre os moradores do Passarinho o reconhecimento da existência do grande posseiro, que no caso da ilha das Canárias coincide também com a figura política que administra o Município a qual pertencem. Um informante de Canárias comenta, a partir de seu conhecimento da situação local, o processo de valorização das terras e também a forma com que estes posseiros conseguiam manter o seu poder local.

“Esse terreno que passa aqui atrás, após o cemitério ele é desse Prefeito atual, esse terreno. Daqui, o Passarinho, a Boca do Coqueiro, o Torto era naquele tempo em que vc não comprava terra, abarcava aquilo que o braço dava, não havia dono. A terra não era tão valorizada como é hoje. Eles hoje, só porque tem muita influência, mais se você, o domínio da União, o Cartório, chama eles pra mostrar a documentação dessas terras eles não tem. Foi adquiridas assim. Como eles vivem se preservando? com pessoas lá, com pessoas, vaqueiros...”(JC, morador nascido em Canárias)

¹⁷⁵ Pesquisar o contexto histórico da mudança.

Como pode ser observado, havia o tempo em que não se comprava terreno e “se abarcava o que o braço dava”. E o domínio das áreas era mantido por coerção, através de vaqueiros, ou seja, pessoas a mando do “dono”, uma figura que exerce o poder local¹⁷⁶.

Nos relatos obtidos sobre a questão do domínio das áreas da ilha, também é possível verificar magnitudes distintas da figura do posseiro, em função das dimensões das áreas que estão sob seu domínio. Entre os “grandes” são indicados o Sr. José Cardoso do Nascimento, atual Prefeito do Município de Araioses, conhecido como Zé Tude, cujo domínio abrange a área denominada Imburana, passando pelo Passarinho até Canárias, com aproximadamente 6.000ha, segundo os relatos dos moradores. Em seguida à este, os Mesquita, donos de lojas em Parnaíba e que possuem a fazenda do Chichá, que segundo consta, que compraram do Sr. Zé Furtado. Entre os considerados de “médio porte” ou “de terceiro grau”, foram citados o Sr. Maurício Machado, empresário de Parnaíba, o suposto “dono” da Cajubeira, e entre os “pequenos”, estão alguns moradores do povoado das Canárias, como já visto, o primeiro lugar a ser habitado na ilha. Como observa o morador (JC)

“E aí tem os pequenos que sempre tiveram os seus pedacinhos de terrenos, que eles estão indo em cima, querendo comprar mesmo, porque a medida de ter nunca enche” (JC, morador nascido em Canárias)

Entre os pequenos posseiros: Domingos, “os Dodô” (80 he), Antonio José Reis (40he), Manuel Ribeiro; Sr. Otaviano; Francisco Ferreira Lima (Chico Bernardino); Demel; João Feijão, foram alguns dos citados do povoado das Canárias. No Passarinho o Chico Juana. Entre o Passarinho e a Mangueira, foi lembrado o Zé Isaias. Na Caiçara, os (Tutu de) Andrade, “que é do mesmo sistema” (A). No Torto, o Raimundo Bibi e Raimundo Lúcio. Segundo consta há uma média de uns 15 ou mais posseiros¹⁷⁷.

História de sucessão da posse da terra – por Antonio José Reis (morador das Canárias)

A percepção sobre as formas de domínio da terra realizadas por alguns dos próprios moradores da ilha das Canárias veio à tona quando, em entrevista, estes expressaram o seu descontentamento com relação às mudanças imputadas com a criação da RESEX. A questão do domínio da terra se tornou mais complexa, pois não se dava apenas na relação dos moradores locais e os posseiros “de fora”, que compraram as terras desses, mas também certa relação de poder e subordinação que passou a ser estabelecida entre entes de um mesmo povoado ou de povoados vizinhos. Como não podia deixar de ser observado, estas relações estão impregnadas de afetos e desafetos e se expressam através de dons e contra-dons, seja em relações de parentesco, compadrio ou apenas de vizinhança¹⁷⁸.

O morador (AR, 59 anos, nascido em Canárias), afirmou ter comprado sua propriedade no ano de 1970, da senhora Maria Lima Bezerra. Ela era casada com o filho do Chico Bezerra, um dos fundadores do povoado das Canárias. Já em 1985, (AR), afirmou ter comprado uma outra propriedade que era do [E] Pereira Brasil, que segundo ele “também era filho da mesma gente, neto dos Chico Bezerra”.

¹⁷⁶ No entanto, não há indícios de que esses tenham documentação, em que circunstâncias foram produzidos e qual a validade deles. Uma análise mais apurada desses documentos no cartório regional se faz necessária.

¹⁷⁷ Levantamento parcial dos possíveis posseiros ou pessoas com sentimento de posse sobre áreas da ilha das Canárias e do perímetro da RESEX Marinha do delta do Parnaíba.

¹⁷⁸ Este último caso é o menos incidente, pois quase todos que habitam o lugar possuem relações de parentesco entre si. No caso do povoado de Canárias, está começando a existir mais casos como este em função da chegada de pessoas vindas de outros lugares, como será possível compreender a seguir.

Portanto este pequeno posseiro, nascido e criado na localidade, no povoado das Canárias, se sente possuidor de duas áreas, denominadas “Canto do Brejo” atrás do igarapé do Galego e “Ilha do Salgadinho”, no igarapé dos Poldros, cuja utilização é destinada ao plantio e a criação de gado. Conforme explica, (AR) realiza um rodízio entre as duas atividades em função da época do ano.

“Eu ponho o gado no Salgadinho e faço a reserva de pasto no Canto do Brejo. Quando chega no verão, alguns amigos até gente da família mesmo, tiram seus legumes, no mês de junho, e retornam com o gado pra lá para aproveitar (...) fico fazendo este rodízio, este manejo. Isso aí é feito, eu já faço há 35 anos, mas os outros também faziam do mesmo jogo. Nós continuamos fazendo. Aqui tem diversas pessoas que vivem do mesmo ramo”. (AR, 59 anos, nascido em Canárias - posseiro)

O caso da Cajubeira – povoado de Canárias

Na margem esquerda do rio Parnaíba, existe uma área conhecida como Cajubeira, onde moradores das Canárias sempre fizeram suas roças de arroz. O uso da terra seguiu a lógica do arrendamento, embora nessas terras, os moradores produziam sem precisar pagar renda.

“E aí esse terrenos que eles dizem que vivem trabalhando sem pagar renda era desse Maurício Machado, esse empresário de Parnaíba, mas aí o velho tinha morrido. O velho era muito bom, mas o filho praticamente muito rigoroso. Ele não pagava documento nenhum, só tinha essa carta de aforo e como eu estava falando, ele nunca fez benefício aqui, nada, nada, nada, nem assinar uma carta de empréstimo no banco para os trabalhadores. (JC, morador nascido em Canárias)

Com o falecimento do antigo “dono” desta área e o aparecimento de seu filho, na qualidade de herdeiro, no âmbito das relações com os usuários da área em questão, requerendo para si o domínio da área, houve o estranhamento e se instalou um conflito. Neste caso, é possível notar a influência do Sindicato dos trabalhadores rurais junto aos agricultores da ilha das Canárias e, o apoio na mobilização e organização comunitária para fazer frente a este impasse. Um morador de Canárias, relata o conflito estabelecido entre moradores e este suposto “proprietário” nesta área utilizada para a plantação de arroz – a Cajubeira.

“O povo fez uma greve muito forte né... O trabalhador descobriu que os proprietários não tinham o documento da terra, eles fizeram um apelo para o sindicato. Aí o sindicato acionou os advogados deles para procurar esta documentação, se era verídico essa procedência desta notícia - no Cartório. Quando deu já em 97, para 98, para 99 – aí eles descobriram que não havia nenhuma documentação. Havia uma carta de aforo. Mas sem pagar nenhuma contribuição, só pagou a carta de aforo. Ele não ia lá, por ano pagar, contribuir para o cartório, não. Nem pro domínio da União. Era a sabedoria dele. E aí ele cobrava dos agricultores, porque? sem nunca fazer uma benfeitoria, sem nunca ajudar nenhum agricultor, sem nunca assinar um documento por (empréstimo) no banco, para eles terem condições de trabalhar, ele nunca fez isso. E aí eles foram aconselhados, as pessoas, pelos advogados, que eles deveriam fazer uma greve contra isso, fazer uma manifestação. E aquilo vc sabe que a tentação é forte. Eles passaram a se unir, passaram a dizer: - vamos brigar por isso. E aí o sindicato forneceu 2 advogados para fazer o acompanhamento com eles, e aí deu mais força. E aí foi essa mudança...[Agora] cada um trabalha pra si. O terreno é próprio deles. Em vez da carta de aforo ser do proprietário, que era – é deles, agricultor hoje. Eles trabalham e tudo que trabalham é deles agora, não pagam”. (JC, morador nascido no Passarinho)

Este depoimento traz, de maneira implícita, a visão moral sobre a forma como se estabelecem às relações entre os moradores e aqueles que possuem o domínio das áreas. No caso relatado, além da falta de documentação e do cumprimento das obrigações legais, existe a manifestação do desapontamento com relação à conduta dos que possuem, em tese, a área, para com os moradores. O reconhecimento da ajuda e do favor é, portanto, um inibidor do confronto com aqueles que de alguma forma se dizem os possuidores de uma determinada área¹⁷⁹. Este mesmo conflito foi relatado, em 2002, pelo morador, agente ambiental colaborador do IBAMA, e também, presidente da associação de pescadores do povoado das Canárias, (JU), como o estopim para a criação da RESEX¹⁸⁰.

Está Liberado!

Desde os últimos anos, o povoado do Passarinho e demais localidades da ilha vêm sofrendo uma transformação quanto às formas de domínio da terra e ao pagamento da renda. Muitos moradores, orientados pelos agentes do IBAMA, que trouxeram a informação sobre a RESEX, se desobrigaram a pagar a renda pela produção, como faziam de costume. Segundo o relato de alguns moradores, “de 3 anos pra cá ta liberado!”. Outros declaram que, de 2004 pra cá “não paga mais não”.

O relato da moradora (LD, 60 anos) revela o conflito gerado pela introdução desta mudança que afeta as normas estabelecidas no povoado.

“Mudou, mas aí os donos aí, no Canto do Brejo, ainda tem o seu cantar de terra, parece que é de 10 anos. Mas o pessoal falou que é pra não pagar renda, muitos plantam, só fazem apanhar o arroz e o dono nem sabe, coitado, eles não pagam nada., mas os donos querem que paguem, daqui a terra ainda não ta liberta, só aqui onde nós mora. Seu [D] [chefe da RESEX] quando veio disse que a terra era nossa, nós moremos aqui, então crescemos e se criamos, aonde nós fizemos nossa casa é nosso, mas seu Zé disse que a terra é dele, então nós mora aqui, não vamos pra lugar nenhum, ninguém sabe se essa terra é dele, então aqui é nosso”. (LD, 60 anos, moradora do Passarinho)

Conforme os relatos, “hoje que a renda acabou, a gente pega dez cargas de arroz e sabe que é da gente. Antes pegava dez, duas cargas eram pro dono e a gente ficava com oito”, explica (CJ, 57 anos). Para alguns, a terra é do povo, para outros ainda é do Zé Tude. Muitos não sabem afirmar ao certo, “dizem, mas ninguém sabe se é verdade”, afirma uma moradora. Sobre este suposto dono das terras esta moradora afirma que:

“Ele briga lá [em Araiões] por essa terras, é difícil ele andar por aqui. De vez em quando, ele passa de toyota. Ele andou brigando pelas terras, mas o homem [referindo-se aos agentes do IBAMA] disse que não é dele”. (LD, 60 anos)

Esta moradora (RA, 36 anos) supõe que, na atualidade, ele não esteja mais recebendo a renda, mas recorda que no passado ele recebeu demais. Conforme conta, “quem vinha pegar eram os capangas daqui...”. Em algumas áreas, a cobrança pela a produção ainda é uma realidade no povoado do Passarinho. (GE, 38 anos), afirma que não paga mais renda, no entanto há os que pagam. “não [eu não pago], porque eu não trabalho na lama assim não, só nas plantas, na lama o pessoal ainda tá pagando ainda...”.

¹⁷⁹ Os procedimentos adotados no passado, que deram legitimidade a particulares terem o domínio das áreas, não foi objeto de investigação deste estudo e merece ser aprofundado posteriormente, ou em pesquisa complementar, realizada pelo antropólogo Fabio Ferreira na mesma região.

¹⁸⁰ Como será relatado a seguir.

Já o morador (DS, 40 anos), ao ser entrevistado, afirmou que pagava renda, pois, segundo ele, existe o “combinado”, ou seja, um acordo entre as partes, aquele que possui o domínio da terra e aquele que a utilizara para a produção. Para este morador, que paga a renda pela produção, ferir o acordo firmado não seria honesto.

Um outro caso, que envolve um “combinado” é relatado pelo morador (AT, 75 anos). Desta vez, o acordo estabelecido era de que nos primeiros três anos de uso da terra não seria preciso pagar a renda. No entanto, como recorda, o “dono”, que neste caso é o então morador das Canárias (AR, 59 anos), já no primeiro ano quis cobrar. Segundo este morador do Passarinho, ele “cresceu os olhos...”, e como conta, este episódio lhe rendeu bastante conflito em forma de ameaça. Como relata,

“Aí [ele] tomou a minha roça, a eu fui no sindicato, rapaz, que ele prometeu que iria ganhar, quando foi de noite veio com outra conversa, com essa besta aí do lado, nesse tempo só me enganou, porque não tinha viajado para fora, era um abestado, só com medo, se fosse agora, eu tinha enrolado ele, ele teria me pagado ... eles me enganaram, aí um dia, estavam no sindicato nas canárias, aí (...), aí [AR], falou comigo, se nesse dia ele não for, ou tinham me matado ou eu tinha matado ele. Ia fazer um serviço bem direito” (AT, 59 anos, morador do Passarinho)

Este morador do Passarinho afirma que possui cerca de 40 anos de sindicato. E faz questão de dizer que contribui de maneira correta e desta forma se aposentou. O vínculo com o sindicato dos trabalhadores rurais, assim como suas viagens fora do lugar, são dois elementos ressaltados por ele como constituintes do saber sobre seus direitos. Os que não saem do lugar ou aqueles que não possuem conhecimento sobre seus direitos, são considerados por ele de “abestados”, ou seja, com pouca informação e visão de mundo.

Raízes das ligações políticas na região do delta do Parnaíba

Em uma crônica escrita ao jornal correio Brasiliense, o político de origem Maranhense, José Sarney, comenta suas andanças pelo delta do Parnaíba nos primórdios de sua vida política e resalta um episódio vivido durante uma campanha pelo lugar. A sua ligação com Sebastião Furtado, segundo seu depoimento, seu grande eleitor, é ilustrativo para se compreender as raízes e ligações políticas que permeiam a vida dos habitantes locais. O depoimento de Sarney pode ser visto no quadro a seguir.

Quadro – 11 - Depoimento de José Sarney ao jornal Correio Braziliense

Eu tive um grande eleitor, Sebastião Furtado, que morava em Parnaíba, Piauí, mas tinha propriedades em Araióses, Maranhão, onde fazia política e foi prefeito, que uma vez me revelou — num tempo em que ainda não existia Ibope — como avaliava aquele que seria vitorioso. Uma vez, em 1955, eu cheguei para fazer campanha e levava uns cartazes para serem pregados na cidade, meus e dos candidatos a governador e vice. Desenrolei-os, mostrei ao Sebastião Furtado. Ele me disse, então: “É esse nosso candidato?” “Sim, Sebastião, é esse.” “Pois não ganha não. Eu já sou bem antigo na política e conheço candidato que ganha eleição pelo cartaz. Já conheço a cara do ganhador.” “Mas, Sebastião, é um homem de grande chance, estamos unidos em torno dele, é um brigadeiro da FAB.” Sebastião me retrucou: “Mas tem olhos de ervado”. Era assim que se chamavam os consumidores de maconha. Ora, seu diagnóstico foi tiro e queda. Perdemos a eleição fragorosamente. Depois disso, antes de sair em campanha, eu mandava os cartazes para o Sebastião com o recado “dê sua opinião”. Era o precursor dos marqueteiros, sem risco de contas nas ilhas Cayman. Que saudade daqueles tempos e daquelas eleições. Eu viajava atrás de votos em canoas forradas de bagaço de cana, que levavam umas oito horas atravessando o delta do Parnaíba. Às vezes de noite, e noite de luar com as areias alvíssimas das coroas o refletindo. Depois era chegar e tomar os cavalos e começar a desobriga, de povoado em povoado, a pedir votos. (Correio Braziliense – José Sarney 24/02/2006)

Fonte: Correio Braziliense¹⁸¹

4.7 O Festejo do Passarinho – de Santo Antônio a São João Batista

Os festejos são vividos pelos moradores, como período de grande movimentação. É o momento esperado das visitas dos familiares e amigos, da expressão de hospitalidade, “tem dia que chega é muito [parente] (...) no mês de outubro fica pilhado aqui de rede, é umas por cima das outras”, comentou (VD, moradora antiga do Passarinho). É o período das novenas (rezam nove noites), das confraternizações, encenações, da expressão da religiosidade do povoado, da realização dos casamentos e batizados, da alegria, do leilão e também das danças, do jogo, da bebida, e outras formas de divertimento, pois segundo consta, “aqui o povo dança a noite toda, depois da missa de manhã (...) antigamente, quando não tinha luz, o som era bateria... todo mundo dançando”. É, portanto, o momento que se intensifica a circulação das trocas, das “jóias”¹⁸², de certa circulação de dinheiro e o momento no qual as famílias exibem as suas conquistas, como por exemplo, o seu poder de compra no leilão. Este talvez seja o motivo que iniba a presença/ participação daqueles que se encontram desprovidos de dinheiro e que se sentem acossados pela obrigação moral de “gastar” no festejo, conforme observado no relato de alguns moradores. Por este constrangimento, alguns preferem permanecer em casa. Conforme relata (AT, 75 anos) “eu não fui não [no festejo]...só olha... agora quando tem dinheiro no bolso...”. O Festejo é também o momento onde circulam os valores comunitários e onde se perpetua a tradição.

É possível considerar, portanto, que a realização do festejo no povoado, assim com a participação nos festejos das localidades próximas, apresente como princípio de organização, os aspectos de reciprocidade e ostentação observados por Marcel Mauss na descrição dos potlachs, realizados nas junto aos melalésios (Mauss, 2003). Assim, os aspectos descritos somados às atividades do cotidiano da vida dos moradores são componentes importantes para a compreensão do modo de vida local e, portanto, das formas de reprodução social desse grupo.

O Festejo interrompido

No passado, o Festejo do Passarinho era realizado pela avó do (TO, 6X anos). (CM, 77 anos), comenta sobre o festejo neste tempo.

¹⁸¹ Disponível em < http://clipping.planejamento.gov.br/noticias.asp?notcod=251791_ acesso em 20 de agosto de 2006.

¹⁸² “Jóia”, pode ser qualquer coisa que se oferte, como por exemplo, uma galinha, um bolo, um porco, uma carne assada, ou qualquer outra coisa, conforme relatado por um morador.

“Ave Maria [era animado], festejo aqui era bem ali na igrejinha ali, foi a primeira igreja que a minha avó vez, e que ela festejou muitos anos..[a pessoa responsável pela igreja] era o tio Patrício, filho dela, que já morreu também, eram eles. Olha, tio Patrício, fazia festa aqui, era animada, tinha jogo, [gente] da Conceição vinha jogar aqui. Tinha leilão, tinha tudo isso, cacho de banana.. Aqui nessa encosta aqui, ali da casa de um filho meu, eles plantavam banana, e dava banana deste tamanho, e colocava no leilão”. (CM, 77 anos)

No Passarinho, os festejos permaneceram interrompidos por 30 anos e, como afirma (TO, 6X anos, nascido no Passarinho), existe na atualidade, por iniciativa de alguns moradores, uma tentativa de resgatá-los. Como afirma, o padroeiro do povoado é São Luis Gonzaga, o patrono da Juventude. (TO, 6X anos), um dos responsáveis por esta iniciativa, conta sobre a origem deste padroeiro¹⁸³.

“Os primeiros moradores da nossa comunidade, inclusive na nossa família dos Cardoso tem várias pessoas com o nome do Luis. Então surgiu a história de São Luiz Gonzaga, do festejo dele aqui, de um tio meu, que morava no RJ, ele era embarcadiço, trabalhava como piloto do navio e naquele tempo teve a Guerra Mundial, da Alemanha e ele andava viajando na guerra do mar e ele achou que estava em perigo e se valeu de São Luis Gonzaga, ou seja, fez uma promessa. Certamente ele foi ouvido e resolveu o problema que ele pensando de acontecer com ele. E foi ele que trouxe esta imagem de São Luiz Gonzaga do RJ e ele era filho aqui do Passarinho, dessa comunidade e através dele foi a fundação desse festejo de São Luiz Gonzaga”. (TO, 6X anos)¹⁸⁴

No entanto, moradores do outro lado do povoado, lembram que, no passado, o padroeiro do Passarinho era outro, o Santo Antônio. Segundo consta nos relatos de memória deste tempo havia, inclusive, uma igrejinha erguida para este Santo. Conforme relata (LD, 60 anos):

“Foi, primeiro nós construímos a igrejinha de Santo Antônio, a gente tinha um padroeiro aqui, Santo Antônio, passou 30 anos, nós se ajuntamos com uma comunidade desse lado aqui, aí construímos uma capela também, era mais que aquela dali, ela era Santo Antônio. A mais era animada, deu até casamento, não foi? Casamento, as pessoas se casavam, era lindíssimo, todos os anos eram festejos animados, as ai a mulher não era muito certa, então ela tinha que mandar desmanchar até a igreja. A minha cunhada que morava aqui, ai ela desmanchou a igreja e depois ia fazer outra, nunca, foi simhora pra Canárias, ai Santo Antônio ficou e Santo Antônio era milagroso, de vez em quando, vinha gente deixar uma jóia pra ele porque tinha alcançado uma graça. A mulher pegou as telhas da igreja e disse que ia fazer uma casa pra Santo Antônio, então não fez, pegou as telhas e mandou pro filho dela ai foi e disse assim: “Pra que santo precisa de casa? E agora ela levou lá pra Canárias e o Santo Antônio mora lá mais ela. E a Nossa Senhora mora mais eu. E São José mora com o Zé Isaias, que mora aqui numa fazenda, quando nós desmanchou a igreja, entregou o santo pra ele e ele levou pra lá. (LD, 60 anos, moradora do Passarinho)

¹⁸³ Atualmente a organização do Festejo do Passarinho, é realizada por ele junto a outros membros da comunidade “as donas a igreja”: dona Rosária, dona Preta, tem a mulher do Das Chagas, dona Raimunda, que é Mãe da Cleudiane”.

¹⁸⁴ Esse sr., tio de (TO), que já faleceu há aproximadamente 30 anos, foi assassinado no Rio de Janeiro e morava na Pavuna.

Assim como no povoado das Canárias¹⁸⁵, no Passarinho também ocorreu uma mudança na data comemorativa do Festejo. Antes se fazia em agosto, lembra vagamente uma moradora, que afirma que, de 2 ou 3 anos, o festejo mudou para outubro. Na atualidade há também uma proposta do padre¹⁸⁶ para se fixar uma data, do mês de outubro, para ocorrer a comemoração, em homenagem a São Luis Gonzaga. Conforme observa,

“Nas Canárias em São João Batista, tem que ser o dia certo do Santo, então aqui [no Passarinho] não tinha dia certo, só que o padre Flávio tava querendo fazer esse dia certo, porque aqui não tinha calendário certo pro Santo, no tempo que decidi fazer, fazia, mas disse que agora é 15 de outubro e eu não sei se é verdade...” (LD, 60 anos)

Embora haja a indicativa do padre em querer fixar a data do festejo, o comentário de uma outra moradora ressalta a importância da decisão do representante local.

“Porque [o padre] ainda não falou com o padre, o [TO] é quem marca a festa lá da igreja e antes não era outubro, ele fazia em agosto, acho que era, agora já mudou, já ta com 2 ou 3 anos que é só em outubro, festejo aqui é animado”. (LD, 60 anos)

O dia do festejo é também o dia que o padre vem de Araíoses para a celebração, pois no povoado não existe representante religioso domiciliado. Na época do casamento de (VD, 7X anos, moradora antiga do Passarinho), que ocorreu em Canárias, no dia 26 de novembro (pois o festejo era nesta data) o celebrante foi o padre Ribamar, que conforme lembra, “[ele] era de São Luis, tinha mais vivência em Araíoses e estava no comando na época” (VD). A vinda do padre em dias de festejo é um evento de grande expectativa no povoado.

Com a chegada da luz na ilha das Canárias, a expectativa dos habitantes é que o festejo do Passarinho seja ainda “mais animado”. A expectativa é de que venha mais pessoas participar da festa.

Visita aos festejos de outras localidades

Com anos sem festejo no povoado, eram as festas das localidades próximas que movimentavam os moradores do Passarinho. Como conta o morador (CM, 77 anos) “as festas aqui eram nas Canárias, eram nos Morros, eram aí na Conceição, até na Tutóia, tinha festa”. Com exceção de Canárias, as demais localidades estão localizadas fora da ilha das Canárias, e, portanto, a referência para as celebrações com sentido de maior pertencimento, para realização de casamentos e batizados, por exemplo, era o povoado vizinho, principalmente para os moradores do Passarinho, pela maior proximidade. A ida aos festejos nas demais localidades eram também uma oportunidade de prestigiar o outro lugar.

O festejo nas Canárias sempre manteve a sua tradição e é cenário para inúmeros matrimônios, e também inícios de namoro, encontros e até mesmo pedidos de casamento. Como conta (CM, 77 anos), foi no festejo das Canárias, quando tinha aproximadamente 27 anos de idade, que conheceu a mulher, com quem se casou. (CM, 77 anos) relembra o início do seu romance,

¹⁸⁵ No povoado das Canárias o Festejo o Festejo de Nossa Senhora das Dores, passou a ser comemorada em dezembro e o São João Batista, no dia 24 de junho. Esta mudança, como explica uma moradora (B), foi feita em função das férias escolares, para que fosse possível agregar os parentes distantes que viriam para a comemoração, podendo permanecer por um tempo mais prolongado na área.

¹⁸⁶ Este padre reside no Município de Araíoses, no entanto, é ele que percorre o povoado em dias de Festejo e realiza as missas, casamentos e batizados. Durante o restante do ano a igreja fica aos cuidados de moradores escolhidos para esta função.

“Quando eu vi ela eu digo, Raimunda, essa moça é da onde? Eu vou dançar com ela hoje. Ela disse: “- tu vai mesmo?”, [respondi] “- Já tô namorando!”. Aí eu dancei a noite todinha com ela, quando foi de madrugada eu fui deixar ela na casa de uma tia que ela tem nas Canárias e eu perguntei se ela não queria casar comigo e ela disse que queria...” (CM, 77 anos, morador nascido e criado no Passarinho)

(CM, 77 anos) conta que, ainda naquele mês, foi na casa dela falar com os irmãos, uma vez que o pai já havia falecido. Naquele tempo o pedido de casamento era feito à família da noiva, ao pai, e na falta deste, aos irmãos, embora também se ouça contar muitas histórias de “roubo” de noivos, ou seja, de fugas para se casar.

“Imagina chegar lá e dizer que não quer, aí tu fica ruim (risos). Aí eu cheguei lá, tava até deitado na sala aí falei com ele, aí ele não tinha muito conhecimento comigo não, eu tinha conhecimento com a irmã dela, essa que morava na Parnaíba e morreu já, minha comadre, aí dancei quando fui uma vez lá na Barreirinha, na matinê, era matinê que chamava, aí o [...] foi vender broa e eu fui dançar com essa menina que é minha comadre, mas eu não falei nada pra ela não, essa minha mulher tava trabalhando com farinha aí eu cheguei, rapaz, é difícil de ter coragem, cheguei e falei com ele, não tinha muito conhecimento com ele não, mas não era não, aí deu um café pra mim, aí falei pra ele que tinha ido lá falar com a irmã dele pra casar com ela, saber se ele ia aceitar ou como era, aí tinha uma mulher que tava lá pra cozinha, chamou ela, perguntou e que queria ir mo casamento com ela. Com um mês o irmão dela veio falar, aí ele chegou, era onze pessoas, era seis mulheres e cinco homens, só tem um que mora na Barrinha, os outros morreram tudinho...” (CM, 77 anos)

Recentemente, uma outra localidade da ilha das Canárias, o povoado do Torto, também iniciou um movimento para organizar o seu próprio festejo, o que revela uma tendência na atualidade, de uma relativa autonomia e fortalecimento de identidades locais. Para muitos do Passarinho, o festejo do Torto se trata, ainda, de uma tentativa incipiente, pois segundo contam, “ainda nem foi autorizada pelo padre”, e mesmo assim, os organizadores do local, querem começar a movimentação. Na ocasião da pesquisa, foi possível acompanhar a movimentação para a ida ao festejo deste povoado, o Torto¹⁸⁷.

Outros dias Santos também são motivos de comemoração e rituais nos povoados. No dia de São Pedro, os moradores cortam lenha e armam fogueira na porta de casa. Neste período é possível fazer o batismo na fogueira, prática bastante difundida entre os que habitam a ilha das Canárias. Conforme relatado, a própria pessoa pode escolher uma outra, por quem tem estima, admiração ou gratidão e esta realiza uma reza junto à fogueira, se tornando madrinha ou padrinho de fogueira. Bete relata que na época das fogueiras, o povo diz: “Vamos passar fogo, pra ser meu padrinho”.

Entre as rezas para curar males, encontradas no Passarinho, existe uma que a chamam de “costurar”. Um morador. antigo do povoado é quem realiza este tipo de atendimento aos demais habitantes do lugar. Segundo o relato de (BT, 36 anos)

“Ele traz a agulha, com uma linha e vai dizendo as palavras e a pessoa vai respondendo e vai enfiando num pano, vai costurando num pano e a pessoa fica boa, é vai a fé da pessoa”. (BT, 36 anos)

Uma outra reza conhecida entre os moradores é para curar “quebrante” nas crianças, quando esta adocece por um mal olhado.

¹⁸⁷ Desde a convocação dos moradores dos povoados vizinhos, a conversa sobre a disposição para a caminhada, o disponibilização de um transporte coletivo, pelos organizadores da festa, o improviso da carona com o trator do Programa Luz para Todos, a hospitalidade da chegada no povoado, a hospedagem (lugar para almoçar, se banhar e arrumar para a festa) na casa da filha do compadre João. Futebol (times das localidades); leilão (frango assado, bolo de goma, etc – embrulhados em papel celofane).

“Tem a mulher ali que reza, que é a comadre Maria. Tem umas que rezam e dizem logo se a criança tem quebrante, coloca a água num copo e um pouquinho de azeite, né? Aí coloca o algodão dentro daquela água e vai rezar a criança. Se espalhar o óleo todinho na água, a criança tem quebrante, senão espalhar, ficar só as bolinhas é que não tem”. (BT, 36 anos)

Outros aspectos da vida social no povoado são os laços de compadrio que se estabelecem na base da confiança e da reciprocidade e estão imbricados em outras formas de organização social, como, por exemplo, o futebol.

“Eu trabalho até junto do das Chagas que ele é o dono da festa...eu sou cumpade, ele é padrinho da minha filha. Eu chego lá de manhã, eu trabalho, sou sócio dele, ele confia muito em mim, eu nele, aí eu trabalho com ele em festa, aqui nos festejos de perto. Eu ajudo bastante nas festas... organizo o time. Ele é o presidente e eu sou vice-presidente, quando ele não pode sair, eu vou com o time, agora vai ter até uma viagem, uma festa, a gente vai jogar lá, aí eu vou...eu acho que ele tá um pouco adoentado da perna, uma fratura no pé (...). Nossa equipe e muito unida ... (PC, 25 anos)

O futebol é bastante praticado entre os homens da ilha das Canárias e também é uma das atrações dos festejos. Embora ocorram outros jogos durante o ano, os maiores “campeonatos”¹⁸⁸ são durante as festas. Em cada localidade existe um responsável pela atividade e o intercâmbio com outras localidades, para a realização de jogos. (DC, 56 anos) é o morador do Passarinho, que além do bar há aproximadamente 15 anos, e do “clube”, é o responsável por organizar o time de futebol do povoado¹⁸⁹. Conforme explica (PC),

“A gente faz uma festa, e a gente vai todo mundo pras Canárias, todos, aqui mesmo...Aqui no Passarinho é o cumpade das Chagas, lá nas Canárias é o Durval, no Porto é o rapaz que eu não tô lembrando o nome dele”. (PC, 25 anos)

4.8 Migração – aspecto constitutivo da forma de reprodução social do povoado

Embora não tenha sido foco original da pesquisa, um importante elemento veio à tona na etapa de campo, transversalmente às sucessivas falas e merece ser compreendido para o entendimento das estratégias de reprodução social do povoado do Passarinho – o fluxo de pessoas que chegaram e saíram do lugar, ou seja, o aspecto da migração.

Como já discutido, a fundação do Passarinho teve origem em pessoas que migraram de outras localidades. Ao longo dos anos, novas famílias também foram para lá morar e constituíram suas vidas no lugar¹⁹⁰. Se, nos primórdios de povoamento do Passarinho existiam “poucas casinhas”, como recorda um morador sobre a história contada por seus antepassados, a percepção do presente com relação ao passado recente é de que havia muito mais gente no lugar do que existe na atualidade. (CM, 77 anos) estimou, na ocasião da pesquisa, que o Passarinho tivera umas 70 casas, por uma contagem que fez há tempos atrás, mas a contagem atual realizada por Paulo, um outro morador do povoado, totaliza 45 casas, o

¹⁸⁸ Trata-se de um “mata-mata”, ou seja, “perdeu, perdeu”, um jogo só, que se define em “20 minutos de um tempo só”. Conforme explica Paulo.

¹⁸⁹ Este morador relatou que possui o bar há quinze anos. Além de organizador do futebol, ele também compra peixe para revender.

¹⁹⁰ É preciso notar que em muitos casos as relações de consangüinidade com pessoas do lugar orientam as escolhas de migração, como por exemplo, o caso do morador que nasceu no Passarinho, foi morar em outra localidade e lá fez sua família. Quando as crianças estavam crescidas e o caçula ainda mamava, resolveram mudar com toda a família para o Passarinho.

que o fez recordar que “já saiu muita gente” (CM, 77 anos)¹⁹¹. De acordo com os relatos locais, o período de maior densidade populacional e de moradias no Passarinho é estimado por volta dos anos 60 e principalmente os anos 70 (TO, 6X anos). Este período está diretamente ligado à tipologia e alcance das atividades econômicas que movimentaram a região, entre elas, a exploração da carnaúba e a entrada do cultivo do arroz. Muitos que ali foram trabalhar encontraram, segundo os relatos, um bom lugar para viver. No entanto, inúmeros são os relatos sobre aqueles que trilharam outros rumos e foram embora do Passarinho. É este aspecto que será discutido em maior profundidade, a seguir.

Os que saíram do Passarinho

Segundo os reincidentes relatos sobre a população do Passarinho, “tem outro tanto de gente daqui fora”. O relato de (GE, 38 anos) é igualmente elucidativo: “fomos crescendo e fomos nos espatifando cada um nos seu canto...”. E ainda, “em Fortaleza tem mais gente daqui do que aqui (...) se o pessoal que tão pra fora, tivesse tudo aqui, era uma cidade, com certeza” (LD, 60 anos). A densidade populacional e a diversificação dos lugares de migração está no depoimento de (TO, 6X anos),

“Nós temos uma grande família lá no Rio de Janeiro, mas nos temos muita gente nossa lá. Aqui desse nosso Passarinho tem gente até lá fora, no exterior. Tem na Espanha, agora mesmo veio uma parenta nossa que mora em Belém e que tem umas sobrinhas que vivem no exterior, não estou lembrado qual é o país. E pessoas aqui, da nossa comunidade, tem pessoas em Porto Velho, em São Paulo tem muitas pessoas filho daqui, em Fortaleza, em Teresina, em São Luiz, em quase o Brasil quase todo, tem muitas pessoas daqui da nossa comunidade, Brasília”. (TO, 6X anos)

A moradora (VD, 7X anos) recordou, em seu depoimento, algumas das famílias que se mudaram do Passarinho. Segundo sua explicação, mesmo alguns que possuíam um status diferenciado dos demais, com a criação de gado, optaram por deixar a localidade. Conforme seu relato,

“Já foi se embora outro tanto dos que tem aqui, tinha muita gente, outro dia eu estava fazendo as contas das pessoas que moravam aqui que foram se embora, tem gente daqui que foi pra Barreirinha (...), foi embora o Elias, com a família, foi embora o Antonio Raimundo com a família, foi também o Santana, foram pra aqui pra baixo...foram atrás de lugar bom... porque na certa, aqui não estava dando pra eles, ou porque queriam mesmo se embora, passearam por lá e acharam que lá é muito bom..., porque o Elias não tinha porque ir embora, ele tinha um gado até bom, vendeu tudo e caiu no mundo”. (VD, 7X anos)

As razões para a evasão de moradores e até mesmo de famílias inteiras, podem ser compreendidas por um sentimento de estagnação no modo de vida local, somada à falta de serviços públicos que, em muitos casos, estimularam muitas pessoas a buscar outros meios de vida, em outros lugares. Como recorda o morador (TO, 6X anos), além da falta de escola,

“O meio de vida que era muito dificultoso. E o pessoal falava que não tinha energia na comunidade. As coisas eram mais difíceis. Para se deslocar daqui para Araisoses, a gente encontrava muita dificuldade” (TO, 6X anos).

¹⁹¹ O número de casas e pessoas do povoado pode ter sido, no passado, bem maior do que o que relatado por este morador.

O morador (AT, 75 anos), hoje aposentado, conta que sempre morou no Passarinho. No entanto, grande parte dos filhos mora fora do povoado. Como é possível observar em seu relato,

“Eu tenho um [filho] que mora na Barreirinha, em São Luis, e tem dois que mora no Amazonas, tem três que moram em Brasília, e tem um que mora em Fortaleza, tem um que mora nas Canárias, outro ali pra cima..” (AT, 75 anos)

O fenômeno da migração ocorre tanto na atualidade como em tempos distintos no passado, mas na atualidade parece estar mais presente entre as moças do povoado.

Aspecto de gênero na mobilidade do povoado – a migração das moças

No Passarinho, assim como nos demais povoados da ilha, existe uma maior incidência na saída das moças do povoado, se comparado à quantidade de homens que deixam a localidade. Esta tendência encontra eco em outras tantas regiões do Nordeste do Brasil e está embasada no fato de que, por um lado, em geral, os homens se dedicam às atividades econômicas no povoado, se constituindo como mão de obra fundamental na estratégia de reprodução social local. Já as moças, embora também estejam envolvidas diretamente nas atividades fundamentais à reprodução social do grupo, encontram maior abertura no mercado de trabalho fora do lugar, principalmente nas atividades como doméstica, ou serviços de menor alcance econômico. Além disso, a maior inserção escolar das moças lhes oferece condições mais propícias para enfrentarem o mundo fora do povoado, além da ajuda das redes sociais que fortalecem o circuito da migração. Um exemplo concreto pode ser observado na estratégia de Bete com relação ao futuro dos filhos¹⁹². Muitos são os exemplos de moças que saíram do Passarinho e se estabeleceram fora dali. A moradora (VC, 7X anos) comenta sobre a trajetória de vida de uma vizinha, que há pouco tempo passou em visita no povoado:

“Ela é de Fortaleza, foi se embora pra lá muito nova, muito velha não, ainda era moça recente, hoje em dia ela é enfermeira no hospital em Fortaleza. Ela filha daqui, nascida aqui no Passarinho, aí se mudou pra Parnaíba, aí de lá casou-se e foi pra Fortaleza, e tá morando pra lá” (VC, 7X anos).

O caso da filha de (AL, 54 anos) - a migração no circuito do caranguejo

Na ocasião da pesquisa, (OL), uma dos 13 filhos de Arlindo, estava em visita aos seus familiares no Passarinho. Esta moça, nesta ocasião, com 17 anos, conta como foi morar em Fortaleza.

“Eu só conhecia aqui mesmo. É que morava uma mulher aqui que comprava o caranguejo e vendia lá [em Fortaleza], sabe, e vinha pegar no Porto dos Tatus, sabe, aí teve uma época que ela veio, nesse época em 93, ela pediu para que ela arranjasse umas 3 meninas para ele levar para Fortaleza, aí eu vi na minha frente uma oportunidade para sumir daqui, porque eu não gostava da vida que eu levava aqui (...) era para trabalhar na casa de amigos deles né. Eu acabei ficando na casa dele mesmo, do chefe, acabei cuidando de 2 crianças gêmeas, aí depois eu sai de lá, quando eu tinha 18 anos..., minha mãe me escreveu, para uma parente dela que morava lá me pegar, porque eu não estava me dando bem, mas não queria voltar pra cá. Eu queria dar um jeito, eu fazia qualquer coisa pra ficar por lá mesmo, e acabei ficando e estou lá até hoje (...) eu não estudava, eu tinha que dar atenção as crianças que eram muito pequenas. Não dava pra estudar, eu já tinha estudado já muito tempo que eu estava lá, mas eu terminei ano passado, meu 2º. grau. E [agora] quando eu

¹⁹² Bete permitiu a ida de sua filha para Parnaíba, e mais tarde, para Brasília, mas o mesmo não ocorreu com os filhos. Estes ela não deixou sair. Segundo ela, como estes mal assinam o nome, ela teme que eles sejam passados para trás. Já a filha não, “ela sabe ler e escrever”.

chegar lá, eu pretendo fazer um curso técnico, não sei ainda. Aos 23 anos eu engravidei, tive ela lá, e vim deixar aqui, porque não dava para ficar no emprego, ficar com ela, sabe? Aí eu deixei ela com 4 meses aqui, aí de 6 em 6 meses eu venho aqui. Engravidei no trabalho sabe...” (OL, 29 anos).

(OL, 29 anos) retorna ao Passarinho sempre em julho e dezembro. Ela lembra que a vida era muito difícil e então, como afirma “veio essa oportunidade e eu abracei de pernas e braços”. Sobre Fortaleza, (OL) afirma que a vida é diferente e segundo ela bem melhor:

“A vida lá, eu acho bom, eu não trabalho muito, tenho um apartamento pequeno, não tenho que ficar lavando roupa, aí quando é a noite eu saía para meus estudos, aí eu terminei ano passado, agora eu to estudando assim, outra coisa...[para] conseguir um emprego melhor para mim (OL, 29 anos).

Mas ela também conta que nem sempre as moças que saem se dão bem no trabalho. Conforme lembra, a moça que foi com ela na ocasião e era da Caiçara, retornou logo¹⁹³. Há, portanto, os casos em que as moças não se adaptam ao novo lugar e preferem voltar ao seu lugar de origem. Raimunda Nonato conta que já morou em Parnaíba. Segundo seu relato, foi para lá através de um tio por parte de pai, que mora lá. Este tio trabalhava em barco, navio, e quis levá-la pra lá, só que como afirma “eu não me acostumei e vim embora...” Segundo Raimunda, “era difícil de sair, era muito ruim..., achei ruim..., aí vim embora, passei 9 anos na Parnaíba”, onde trabalhou. Voltou para o Passarinho há dois anos e diz que gostaria de morar ali mesmo. Diz que as comidas de lá “são tudo esquisitas...”. Casos de pessoas que foram tentar a vida fora e regressaram para a localidade do Passarinho, são também comuns entre homens. (FS, 28 anos), morador nascido no Passarinho, conta que passou “uns tempos em Brasília” e explica como foi para lá e o que fez,

“Fui passar uns 4 anos pra lá só (...). Eu tenho uns tios que moram para lá aí, meu pai foi, eu queria ir pra lá mesmo, aí compro a passagem, aí fui. Lá eu trabalhei, passei 4 anos pra lá (...), trabalhava de servente numa construção. (...), lá foi bom (...), depois voltei” (FS, 28 anos)

Entre os casos de “sucesso” e os menos entusiasmados, a expectativa que ronda a maioria das meninas do povoado é de um dia saírem também. A possibilidade de uma vida diferente, de conhecer a cidade, passa a ser em alguns casos uma espécie de “obsessão” e um momento de negociação na própria família. Gracinha, nascida nas Canárias e que acaba de completar 13 anos é uma das candidatas a sair do povoado.

Em muitos casos, as moças que retornam para o povoado, por algum motivo, após terem vivido uma experiência em outra cidade, modificam sua disposição para alguma das atividades cotidianas, realizadas pelas mulheres, como por exemplo, a ida para o mangue para catar sururu. Segundo algumas mães de moças que passaram por esta experiência, elas voltam “modificadas” e não querem mais participar destas atividades como faziam anteriormente. O encontro com outras realidades e modos de vida, acesso a recursos e bens de consumo faz com que, ao regressarem, vejam as atividades habituais da vida no Passarinho como ultrapassadas e até mesmo qualitativamente inferiores.

Os que ficaram no Passarinho

Muitos moradores que optaram em ficar no Passarinho estabeleceram vínculo de permanência com o lugar e afirmam que só saem a passeio. Conforme seu depoimento do morador (AT, 75 anos), ele sempre viaja para diferentes lugares. Algumas das viagens com objetivo religioso, outras a passeio e também em busca de tratamento.

“Eu tenho viajado esses tempos pra Canindé, Teresina, Fortaleza, pra Brasília, viajo pra Belém, tudo eu tenho andado (...) Em Brasília eu passei 7 meses lá, pra mim operar, eu passei 2 meses, eu tenho 3 filhos, e uns 5 netos lá” (AT, 75 anos)

Já (DC, 56 anos), que conhece Belém, São Paulo e Teresina, conta que dois de seus irmãos moram fora: um em Teresina e outro em Parnaíba. Outros dois irmãos ficaram no povoado, assim como ele. Este morador, nascido e criado no Passarinho, conta que de suas duas filhas, uma foi morar em São Paulo. (CM, 77 anos) explica que quando ainda eram rapazes, os irmãos decidiram partir para Amazônia, para trabalhar com a extração da seringa. Segundo ele sua opção foi permanecer na localidade e cuidar de sua avó.

“Saiu muita gente (...), meu irmão saíram rapazinho novo, o que mora em Belém, o Luis e o compadre Batista, eu disse: - rapaz eu não vou não, não vão levar mais a minha vó. E compadre Zé era rapaz mas também não se incomodava com nada, eu digo: - Quem vai resolver o problema é eu. E eu tinha medo de sair aí, morrer, nesse tempo quando eles foram lá pra Belém lá não tinha suicídio de jeito nenhum” (CM, 77 anos)

Muitos são os que permanecem no lugar sem conhecerem outros lugares, ou conhecem apenas os Municípios em que possuem vínculos de previdência social e demais políticas públicas das quais são beneficiários.

“Eu sempre viajo pra Conceição, Tatus é mais difícil, Parnaíba também é difícil. Só esses lugares mesmo que eu saio. Todo mês eu viajo pra Conceição. Gosto muito do lugar. Eu acho tão bom quando chega o dia da minha viagem pra lá. (Risos) A gente recebe dinheiro, a gente faz compras...(Risos). Recebo o dinheiro dos meninos; recebo bolsa-família. Aí eu gosto de viajar pra lá...” (RO, 38 anos)

Entre os rapazes, a vontade de sair do lugar também é frequentemente manifestada, embora seja mais desafiante, na atualidade, e menos apreciada pelos familiares. Mesmo assim, o sonho de conhecer outros lugares permanece em alguns. (JP, 21 anos) afirmou que nunca saiu do Passarinho. Este rapaz que trabalha na cata do caranguejo, além de pescar e cuidar de uma pequena plantação de arroz, se orgulha, no entanto, de conhecer “cada canto da ilha”. Ao contrário de seu irmão (AD), que deseja sair do lugar, seu objetivo é permanecer no povoado e constituir sua família.

Rede sociais amplas

Para os que ali residem, possuir familiares que residem fora é uma característica importante na vida dos moradores do Passarinho e significa um elo com universos distintos e também a possibilidade de acessá-los a partir das redes de cooperação que se estabelecem entre os familiares que residem nessas diferentes regiões.

(LS, 71 anos) conta que já passou sete meses em São Paulo, na casa de uma das três filhas que moram neste Estado e, 2 meses em Belém, na casa de seu irmão. O motivo da viagem a São Paulo, que durou sete meses, foi o tratamento de uma doença. As filhas, sabendo da situação do pai, enviaram o dinheiro da passagem e o receberam em sua casa. Sr Luis conta que, além do tratamento, aproveitou para rever antigos amigos e parentes “passei nas casas dos amigos que eu tinha por lá, eu tenho muitos conhecidos em São Paulo... e o meus tios...tem um bocado de gente lá...” (LS, 71 anos). Este morador nascido e criado no Passarinho teve 13 filhos, junto com sua esposa (M), explica também os vínculos que permitiram que as filhas deixassem o Passarinho e se estabelecessem fora dali. Conforme relata, “foi primeiro uma pra lá, uma amiga dela, levou ela pra lá, aí mandou buscar as outras” (LS, 71 anos).

Laços afetivos com o lugar – as visitas

Muitos “filhos do Passarinho” saíram do lugar e não voltaram, outros, saíram por um período e regressaram. Entre aqueles que se foram, há também muitos que, embora estejam vivendo em outros lugares, mantêm seus laços afetivos com o lugar de origem e retornam esporadicamente, ou sazonalmente, para visitas aos parentes e amigos que ali permaneceram. Por outro lado, os que não aparecem, ou seja, não visitam, ficam em dívida com os parentes do lugar.

“A mais velha já veio quatro vezes com o José, que foi a primeira que foi, a mais velha...Tem a outra que já tá lá há dez anos e ainda não veio...e tá prometendo que agora no fim do ano diz que vem...eu tô acreditando...” (LS, 71 anos)

(DV, 7X anos) comenta sobre as visitas que recebe das pessoas que foram morar em outros lugares,

“Aqui tem vindo gente me aqui me visitar, veio gente até de Brasília...umas conhecidas que moravam aqui, hoje moram em Brasília, veio outras de São Paulo, tudo era conhecida daqui que se mudaram pra lá. As famílias, é parente do João, esses que moram em São Paulo, e em Brasília, e as meninas do cumpadre Cardoso, que é irmão desse Chagas aí, que meu afilhado e de a poucos dias, a Socorro veio me visitar...” (DV, 7X anos)

Há entre os que permanecem a expectativa deste momento de visita e a hospitalidade está presente na maneira como estes se relacionam com os que vem visitar. Estas são bastante freqüentes durante os festejos e em meses de férias e datas religiosas comemorativas.

Atualidade

Com a chegada da luz na ilha das Canárias, há também a expectativa de que muitos regressem para o lugar. Como afirmam, “estão chegando de novo, daqui uns dias aqui tem muita casa...”. Na ocasião da pesquisa havia no povoado do Passarinho, casas em início de construção, realizada por moradores que gostariam de ter no local um lugar para passar as férias. A expectativa é de que este fluxo aumente.

CAPÍTULO V - SIGNIFICADOS LOCAIS ATRIBUÍDOS A RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA

5.1 Visão institucional da experiência de criação e implantação da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba (2000-2005)

“Desde de que ela [a RESEX] foi criada, a gente fez muita divulgação, na época da criação, fizemos várias reuniões e o povo que não se atentou pra essa coisa”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

A entrevista realizada com o chefe da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, sr. (D), visou trazer à tona o olhar daquele que vive “na pele”, in locu, a experiência e o desafio como gestor, na implantação desta UC¹⁹⁴. Logo de início, (D) ressaltou, além dos problemas operacionais que também dificultam a execução do trabalho, o que considera a questão primordial encontrada na gestão da RESEX – a dificuldade em se conseguir trabalhar o aspecto humano que este modelo de UC exige. (D) reconheceu a necessidade de organização comunitária para a gestão da RESEX e defendeu uma postura não impositiva do órgão ambiental, o IBAMA. Conforme o seu relato,

“Ela [a RESEX] foi criada em 2000 e a gente tem encontrado muita dificuldade porque o elemento humano que a gente trabalhava é um pouco falho e a gente tem muitas coisas que não quer impor diretamente. A gente tem que tentar levantar essa coisa de conscientização. Trabalhar essa coisa do fortalecimento da união, da solidariedade. E a gente tem trabalhado nesse sentido, que é o fortalecimento como base comunitária porque futuramente esse povo vai estar administrando a reserva conosco. E de lá pra cá a gente tem caminhado um pouco de sempre e devagar em função de muitos problemas administrativos, financeiros, recursos, essa coisa toda que de certa forma tem travado um pouco” (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba).

Com o intuito de solucionar a questão que identificou como “aspecto humano”, o chefe da RESEX comunicou a formalização de um convênio entre o IBAMA regional e a COSPE, uma ONG de origem italiana, para a realização de um projeto de mobilização comunitária¹⁹⁵. (D), demonstrou bastante esperança, de que, através desta parceria, o trabalho se torne mais próximo à comunidade e se efetive, o que não vinha ocorrendo, pelo distanciamento frente às fragilidades apontadas. Conforme avaliou,

“A gente considera esse distanciamento atrapalha um pouco. É porque em alguns momentos a gente consegue ficar mais próximo, mas alguns momentos, se distancia, e esse relacionamento não é bom porque se a gente estiver mais presente esse relacionamento flui melhor”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

¹⁹⁴ A entrevista foi concedida no escritório regional do IBAMA, em Parnaíba/PI. Depois de esclarecidos os objetivos da pesquisa e de ter sido entregue uma carta com o pedido para a realização da pesquisa sobre a RESEX, conforme solicitado, foi pedido para que sr. D, o chefe da RESEX, expusesse o panorama de criação e implantação da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba até aquele presente momento.

¹⁹⁵ O projeto, que estava sendo revisto em função da demorada tramitação e a necessidade de readequá-los as demandas atuais, tem como objetivo o fortalecimento comunitário e entre as atividades propostas está a identificação e capacitação de lideranças. Conforme informado, este projeto possui três anos de duração, com possibilidade de mais um ano de prorrogação.

Sobre o convênio, (D) esclareceu que este vem sendo mediado por uma ONG sediada no Estado da Bahia - PANGEA, que elaborou o projeto e a proposta à ONG italiana – a COSPE¹⁹⁶. (D) explicou como ocorreram as negociações para a realização deste convênio. Conforme relatou,

“[Este convênio] Não é de agora não, é o projeto anda devagar e aquela coisa toda. Já tem uns 3, 4 anos isso que eles tiveram aqui a PANGEA, uma ONG lá da Bahia e a COSPE que é essa italiana que veio agora. Eles tiveram aqui e sondaram se havia interesse e a gente “com certeza que há” e foi feito um projeto assim sem muita perspectiva talvez e a gente ficou acompanhando através dessa ONG baiana e eles diziam sempre “ta andando lá na Europa. Uma brasileira que é a PANGEA e a italiana que é a COSPE. Na verdade o IBAMA deve assinar o convênio direto com a COSPE. A PANGEA fica como suporte brasileiro, que envolve uma questão diplomática de relações entre os países e tal. Aí a coisa foi apresentada, esse projeto, mais ou menos em 2002 e tá rodando. E eu ligava sempre pro Sérgio, que é da PANGEA, até porque eu não tinha muito contato com os outros, era mais distante da Itália, e ele me dizendo “está andando, a gente está fazendo alguns ajustes” até o ano passado, quando a gente soube que aprovaram o projeto e já viriam pra cá trabalhar”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

O chefe da RESEX admitiu que o projeto foi feito pelas duas entidades externas e que o IBAMA regional teve pouca participação na formulação da proposta inicial.

“Eles apresentaram o projeto junto na época. A parceira é entre eles, essa ONG brasileira e a ONG italiana, aí eles fizeram o projeto a quatro mãos tanto que a participação do IBAMA foi muito pouca nesse processo.” (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

Ele também admitiu que a formalização desta parceria com essas entidades não foi discutida com as comunidades da RESEX. Em seu relato, explicou os motivos que o levaram a agir desta maneira.

“Já acontecia o diálogo [entre as entidades], sempre houve. Agora não foi escutado, não foi ouvido as comunidades, até por força da pressa que na verdade só visita de 1 ou 2 dias na época. E não deu tempo de a gente até colocar isso pras comunidades. A gente está até colocando agora mas o que de fato vai acontecer. Também porque não era uma certeza, agora é uma certeza do projeto está aprovado. No momento era um pré-projeto, uma apresentação uma proposta e tudo.” (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

Aspectos da situação fundiária da RESEX

Sobre a situação fundiária da RESEX, (D) observou que a parte referente ao Estado do Piauí, que se trata apenas de uma ilha, já está legalizada. No entanto, a parcela da RESEX que fica do lado do Maranhão a situação parece ser mais complexa. Conforme relatou,

“[O lado do Maranhão] envolve várias ilhas, aquelas lá das Canárias que tem vários povoados, vários posseiros, pessoas com concessão de posse...E tem outras ilhas, ilha do Manguinho, ilha do Bagaçado, que tudo tem concessão e o governo (...) tem que traçar, na verdade o termo jurídico parece que cessação de posse, cessação de direito, eu não sei entrar em detalhes direito, mas é isso. Aí vai ficar também uma

¹⁹⁶ De acordo com o seu relato os recursos vêm do governo italiano, através do Ministério das Relações Exteriores, mas não sabia se passava pelo IBAMA de Brasília.

pendenga jurídica, se o cara tem direito a alguma indenização ou não e isso é questão já de justiça”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

(D) relatou que em levantamentos realizados junto aos Municípios que abrangem a área referente à UC, foi constatada a existência de títulos de posse. O chefe da RESEX explicou a fragilidade desta forma de apropriação, de uma determinada área, frente à lei que cria a RESEX e relatou os impasses ainda existentes com relação à regularização da área. (D), também distinguiu dois tipos de posseiro: aqueles que acumulam muitas terras e não são do lugar e os que possuem algumas porções de terra, a quem denominou de sitiantes, pertencentes à localidade. Conforme relatou,

“O Ibama na época fez um levantamento, que a gente chama de Levantamento Dominial de toda a área. E o que foi levantado nos cartórios dos municípios que compreendem a reserva é que algumas pessoas tem posse. Posse, no direito, é um título precário que o governo cede à algumas pessoas pra usufruir daquilo até o governo não ter interesse na área. Na época da criação, em 2000, com a criação da Reserva o governo diz isso, que tem interesse na área e passa administrar dali então aquela área. E solicita ao GRPU, para que faça o contato com esses posseiros e desse momento então a gestão passa a ser do IBAMA. A gente tem alguns problemas porque isso não aconteceu. Na ilha do Piauí já aconteceu, no resto do estado do Maranhão não. E Canárias, como alguns outros lugares, tem sitiantes, pessoas que tem sítios pequenos, 5, 10, 15, 20 hectares e dentro dessa coisa da razão a gente vai ter que aparar essas pessoas porque já estão ali há bastante tempo, eles são moradores, tem atividade econômica ali e acho que de certa forma não vai atrapalhar. Mas esses grandes que se dizem proprietários aí não, vai ter problema sim, e já estão tendo alguns problemas. Porque ele não vai poder acumular esse horror de terra. E também a forma que ele utilizava a terra lá, não pé igual a um nativo. Ele usava pra exploração econômica, pra arrendar pra outros trabalhadores. Então a relação é diferente”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

Nas andanças pelo povoado de Canárias foi possível encontrar um desses posseiros. Na ocasião, o sr Antonio José Reis, pode então expressar o seu descontentamento com a criação da RESEX e indagou, perguntando como era possível ter pagado o imposto referente ao domínio da posse, ao INCRA, por todos os anos, inclusive após ter sido criada a RESEX. Sobre o caso deste morador de Canárias e possuídos do título de posse, (D), argumentou,

“Pelo o que eu conheço de lá, a gente poderia classificar ele como médio talvez, eu não sei a extensão das terras dele mas ele tem algumas. Terras não, ele tem algumas posses. E aquilo lá, é um erro jurídico. É fazer registro de posse, não é registro e propriedade. (...) o advogado, inclusive o advogado do município de Araiões teve aqui com a gente na sexta feira e o cara que conhece a Lei é tranqüilo. Pra ele lá, coitado..., o nível do cara que conhece mais a lei..., o cara que conhece menos a lei... .Então ele considera aquilo como documento”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

De acordo com o relato do chefe da RESEX, a escritura que sr. Antonio José Reis se defende dizendo que pagou no cartório, não passa de um registro de posse, enquanto que, para o morador, seu documento trata-se de uma escritura que lhe garante a propriedade. Conforme o chefe da RESEX,

“Essa escritura é de posse. Porque o que nós temos a priori, essas áreas são todas Federais, do domínio da União, algumas terras de marinha e a maioria dessas ilhas fluviais são todas da União. O que foi feito há 20, 30, 40, 50 anos atrás foi cedida, a posse a algumas pessoas e aí as pessoas de boa fé, iam ao cartório e registravam aquilo mas em momento nenhum foi dito pra elas que aquilo só era um registro de posse, não era um registro de propriedade, porque, até então, o governo não dava,

não dá. Se mais anteriormente, sesmarias, época do império aí eles davam, o império cedia mesmo a terra pro cara, onde tu puder chegar aí. Mas eles não entendem bem essa questão de concessão de terra, mas tem toda uma legislação, uma parte legal e tudo, mas o que a gente sabe que todas essas áreas aí são posses. E o IBAMA o que fez quando da criação da reserva? Solicitou a posse pra si. Está em processo ainda, essa coisa burocrática, estar entre 2 Estados complica um pouco, a gente tem que ouvir daqui, dali e do Maranhão e a nível de Brasília”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

Para (D), este tipo de conflito é gerado pela falta de informação, ou mesmo pela crença de que o pagamento pelo usufruto da posse é uma garantia estável, o que não se confirma na realidade. No modelo de Reserva Extrativista o que vigora é uma Concessão Real de Uso, que é extensiva a todos os habitantes tradicionais da área e, portanto, desarticula as costumeiras relações e distintas apropriações do espaço. Nas palavras do chefe da RESEX,

“O problema foi essa desinformação que o cara, alguém tinha que ter dito pra ele na época, que aquilo estava sendo cedido era a posse, aquilo nunca... da mesma forma, o IBAMA, enquanto Reserva Extrativista, vai passar pras comunidades uma Concessão Real de Uso, 20, 30 [anos]. E depois a transferência é só entre a família, e entre eles lá, pra não favorecer a compra por gente de fora, pra ficar amarrado ali. O cara vai ter o direito de usar aquilo ali a vida toda, mas nunca é dele. A gente tem que trabalhar isso pra depois não ter esse problema, da mesma forma que deveria ter sido trabalhado na época que foi cedido isso as pessoas. Eu acho que foi uma falta de informação muito grande” (D)

Um outro questionamento trazido à baila na entrevista com o chefe da RESEX, suscitado pelo questionamento deste posseiro e morador das Canárias, diz respeito ao entendimento sobre outras áreas e ilhas, também ditas como de particulares e que, no entanto, não entraram no perímetro da RESEX. O que se observa é que a definição dos critérios para a demarcação da área da RESEX, não ficou clara para todos os envolvidos. Sobre esta situação, o chefe da RESEX explicou que na ocasião não havia o interesse de incluir essas áreas, como, por exemplo, a Ilha do Caju, que se transformou em uma outra UC, uma RPPN.

“Não, porque não houve interesse na época. A ilha do Caju a gente pega e contorna a ilha do Caju que é uma área comum que é área de [...] no próprio mapa. Então tem essa área que ela é comum, mas já era comum, é o limite da reserva lá. Uma época conversando com a Ingrid, ela disse que tem documento lá. Agora eu não sei que tipo de documento, ela disse que tinha documento de propriedade mesmo da ilha, tudo bem. E também a ilha do Caju sequer foi motivo de conservação [...]. em momento nenhum foi tocado, não houve interesse, não tem comunidade residente. Não houve interesse da comunidade maior que ela fosse contemplada. E acho que a ilha do Caju, sem problemas. Até porque ela já presta outro tipo de serviço, é uma RPPN, já tem uma conservação legal então eu não sei. Isso é uma discussão bem maior que tem retomar tudo e se há um interesse das comunidades do próprio Delta que aquilo se transformasse em uma reserva outro tipo de unidade”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

Sobre as demais ilhas supostamente pertencentes a particulares como a ilha da Barreira e a ilha dos Poldros, (D), sugeriu uma certa indefinição na argumentação, o que vem a reforçar a questão levantada pelo morador e indagada na pesquisa.

“A Barreira, que do ponto de vista assim, é mais estranha ela ficar fora, que é uma área de exclusão dentro de uma continuidade. O Caju já é uma área mais ...fora. Com certeza, eu não posso aprofundar nisso aí porque eu não estava no momento da criação, desse traçado. Mas deve ter havido alguma razões porque foi ficado de fora”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

Contudo, o chefe da RESEX admitiu que é possível questionar, a qualquer momento, pois, como lembra, a “coisa é pública”. E completou, “sempre vai depender muito de quem questiona isso e tal” (D). Embora (D) manifeste abertura para se rediscutir questões que porventura surjam, ele também se aguarda uma postura autônoma por parte da comunidade.

“Mas se a comunidade trazer isso à tona pra questionar, rediscutir, com certeza a gente vai discutir. É porque nós não estamos querendo aquela tutela de estar resolvendo as coisas pela comunidade”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

A necessidade de participação e o tempo de amadurecimento comunitário foram destacados por (D), que também admitiu as dificuldades que o modelo de co-gestão impõem e a necessidade de aprendizado do próprio órgão ambiental.

“O que eu quero é uma coisa, eu não espero nada de pior pra eles, mas tem alguns momentos que, enquanto IBAMA, a gente tem que dizer “não pode ser, vamos discutir uma outra forma”, mas nós também não queremos impor nada. A gente está tentando construir porque é necessária essa participação deles e a gente está a todo tempo cobrando, cobrando, cobrando. Porque esse tipo de Unidade de Conservação, de Reserva Extrativista, é uma unidade, acho que, forte no ponto de vista ambiental e no social. Então a gente também está aprendendo, a gente tem dificuldade em lidar com essa coisa, essa gerência, essa coisa da co-gestão, do partilhamento com a sociedade, também é complicado dentro do IBAMA, não é tão fácil assim de levar, não é tão simples de levar essa coisa não”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

Para (D) a dificuldade de mobilização dos moradores da RESEX, tem explicação nos ranços de um modo de vida subordinada, a espera de uma solução para os seus problemas, sem voz e mecanismos de decisão.

“Eles tem que começar a aprender. É complicado a gente dizer, que está querendo trazer o pessoa pra dentro dessa discussão, que eles são atores principais, que eles tem que resolver as coisas e tal, a gente sabe que é uma coisa nova pra eles. Ao longo dos anos, ao longo da história os caras sempre foram massacrados mesmo. Vinha as coisa pras Canárias, “isso é bom pra vocês”, vem pro Passarinho, “isso que é o legal pra vocês”, e ele não são chamados a discutir. E nós estamos chamando e eles tão ainda com o pé atrás, acham que não tem força, que não tem vez”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

Práticas locais na concessão do uso do território

Embora haja o consenso entre os moradores das Canárias, que na terra de São José não se compra terreno, a questão com relação à compra de coqueiros e benfeitorias na Ilha das Canárias é evidente nos relatos dos moradores¹⁹⁷. Com relação ao questionamento sobre a possibilidade de uma pessoa externa adquirir um bem da área da RESEX e poder usufruí-la, o chefe da RESEX foi claro, mas ao mesmo tempo, constatou a vulnerabilidade ainda existente. Conforme observa a RESEX ainda não possui os instrumentos de manejo e principalmente as regras internalizadas pelos próprios moradores.

“Não, de jeito nenhum, não deve. Poder pode, você sabe que tem uma diferença entre o poder e o dever. O que ocorre lá entre eles é que há essa negociação que

¹⁹⁷ Esta é uma situação problemática do ponto de vista da gestão ambiental.

depois...Nós estamos tentando construir um Plano de Utilização, um plano depois vai caminhar pra um Plano de Manejo, mas são regras de convivência, isso já tem empiricamente, os caras já estão fazendo isso, mas a gente vai botar isso no papel. Aí também dá conhecimento a toda comunidade.” (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

(D) reconheceu a existência de algumas regras costumeiras, que devem ser incorporadas às demais regras que forem criadas em função da criação da RESEX e também relatou alguns dos critérios já formulados pelos moradores. Conforme explicou,

“O cara chega não tem ninguém que tenha assentado, ninguém reclamou aquilo ali, ele chega, passa a cerca dele, é passa a ser dele. Então a gente tem que estabelecer algumas regras que são fundamentais. Hoje, por exemplo, onde há cerca, o cara respeita. Onde há caminho, ele não cerca. São coisas que a gente vai só instrumentalizar, vai só passar por papel, preto no branco”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

Com relação a este aspecto (D) ressaltou a necessidade de se ordenar a ocupação dos espaços, inserindo algumas restrições. Conforme relatou,

“Então outra pessoa que venha de fora, tipo turista, que queira fazer casa de veraneio, nós não vamos permitir, com certeza” (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

E ainda,

“É a forma de ocupação que a gente vai tentar disciplinar. O cara não vai poder, porque têm mais posse que o outro, cercar 20, 30 hectares enquanto que tem menos posses vai poder cercar só 5 hectares. Então pressuponho uma igualdade entre esses pares, essas pessoas lá, pra que não se sobressaia muito. Esse povo, por exemplo, que já tem sítios estabelecidos, áreas cercadas, nós vamos também trabalhar com eles, só que botar da mesma forma que a gente imagina trabalhar com arroz. Nós vamos botar normas, regras, que eles todos atendam e obedeçam e também sempre tomando em consideração as regras já estabelecidas lá. Ninguém vai inventar a roda lá não. Vamos só tentar colocar a coisa no papel, por que é necessário e que todos dêem anuência, que eles assinem e isso passa ser uma regra comum pra todo mundo.” (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

Interessante observar que a suposta igualdade entre os membros do mesmo povoado e entre os povoados não se operacionaliza na realidade local. Ao invés disso, o que se percebe são diferentes hierarquias que constituem as relações sociais. Aspectos de família (parentesco – a família a que pertence), compadrio, acesso aos meios de produção (barco, canoa, rede de pesca, etc), interlocução com mediadores externos (agentes do IBAMA, pesquisadores, políticos, etc), envolvimento com organizações formais (Colônia de Pescadores, Sindicato dos trabalhadores rurais), qualidades pessoais que se destacam ou se inferiorizam na atividade exercida (ser um maratimba), acesso a áreas produtivas, acesso a circuitos de extra-locais, domínio de posse sobre uma determinada área, e uma infindável gama de aspectos que constituem as bases da teia social dos habitantes da ilha das Canárias, foram alguns dos aspectos apontados neste estudo.

O caso da construção da Pousada no povoado de Canárias

Em 2002, o evento que despertou a curiosidade inicial para a realização da pesquisa, realizada em caráter monográfico, foi o início da construção de uma pousada, à beira rio, no povoado das Canárias. Nesta ocasião, havia indícios de que a obra poderia ser embargada. Em

2005, a pousada já concluída, estava em funcionamento, recebendo turistas de diversas procedências. Sobre esta construção, que envolveu recursos de pessoas externas ao povoado, provenientes do Estado de São Paulo¹⁹⁸, (D), comenta,

“Na verdade não chegou nem a ser embargado, só ficou no aviso, não foi nem ameaça porque eles começaram a construir sem nenhum licenciamento e numa conversa, informalmente, ele disse pra mim que seria uma pousada, coisa pequena e quando a gente viu, 10 suítes! Se fosse 3 quartos, fundo de casa, uma estrutura menor nem precisaria, mas quando a gente viu o tamanho da estrutura a localização, aí a gente pediu que seria necessário algum tipo de estudo. No caso lá, foi só o PCA, o Plano de Controle Ambiental, e outro fator também foi que houve uma anuência da comunidade, ele trouxe uma abaixo-assinado de quase 200 assinaturas em que o povo das Canárias concordava com a construção da pousada. Alguma análise desse estudo achou que era interessante pra localidade e pra própria região aquela pousada ali e ai autorizou.” (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

(D) relatou o acontecido com relação a este caso, a postura do IBAMA e seus desdobramentos. Conforme o seu entendimento,

“O que ocorreu foi o seguinte: tinha um nativo, uma pessoa das Canárias, que estava sócio de um povo de São Paulo, falando grosseiramente, o cara era um laranja na verdade, ele não tinha recurso pra isso, mas a gente considerou até, como ele filho da terra (...). E a forma que a gente viu foi fazer a consulta à comunidade, se havia rejeição, ou não. Mas esse abaixo-assinado de certa forma, não sei como foi construída, como foi conseguida, mas tudo bem. Mas agora é outro momento que se de repente, se houver..., a comunidade não está se beneficiando com nada. Só pra complementar, financeiramente a pousada não está dando muito retorno, muito que se esperava. A gente sabe até lá, (...) que está sendo tentado ser vendida. Aí nesse momento, a gente vai ter que dar uma intervida, porque a gente não vai tentar deixar que se venda, pra de repente, se expandir mais aquilo ali. De certa forma, o que pessoal ainda não entendeu é que a Reserva tem que passar pelo crivo do IBAMA, essas atividades, principalmente essas atividades que possam causar um impacto maior. No momento da venda tem que passar por aqui”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

É possível perceber que, em alguns casos, como esse da pousada, a percepção dos gestores ambientais para que houvesse uma ação fiscalizadora mais incisiva, não foi eficiente. O que prevaleceu foi o constrangimento do órgão ambiental frente às expectativas comunitárias e benefícios imediatos advindos do trabalho na construção da pousada, ao invés de uma reflexão estratégica para o desenvolvimento local, que levasse em conta, inclusive, a legislação ambiental vigente. Sobre o caso da pousada, construída a beira rio, foi também indagado sobre a possibilidade dessa construção estar infringindo o código florestal. Como justificou, foram mencionados outros casos que também não se enquadravam. Conforme o relato a seguir,

“É, mas você vê que tem outras construções, e aí, na época, a gente teve a preocupação do local da instalação, ali (...) tem determinadas coisas que a gente acaba vindo à reboque. Eles começaram e teve todo esse problema de embargar, não embargar, nós tentamos manter um diálogo lá com eles pra não atrapalhar, porque tinha muita gente trabalhando. Mas chegou num ponto que a gente disse, se não apresentar o licenciamento, se não parar aí a gente vai ter que usar a força, o IBAMA, embargar, multar e tal. Mas realmente, se aprofundasse um pouquinho ali não fosse nem o lugar ideal”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

¹⁹⁸ Além do apoio dos moradores locais, despertado a partir das expectativas com relação aos benefícios que o empreendimento traria ao povoado.

O caso da chegada da igreja protestante na ilha das Canárias

Um outro caso observado durante a pesquisa de campo foi a chegada de um pastor protestante na localidade com intenção de se estabelecer e propagar a doutrina entre os habitantes da ilha¹⁹⁹. Compreendendo este sujeito como um agente externo, que migra para a área da RESEX e passa a transitar pelo espaço comunitário, foi indagado o posicionamento do órgão ambiental. Conforme relata,

“A Igreja não foi uma consulta muito formal, a Igreja está tendo uma influência muito grande ali, inclusive ela começou lá pelo topo, e o cara chegou meio assim de forma meio disfarçada sem querer assumir que era crente, que era protestante. E a gente alertou a comunidade, e foi feito reunião lá pra saber se aceitaria ou não a Igreja porque nós não podemos intervir diretamente na coisa do credo, de religião, mas a própria comunidade teria como, se não aceitasse. Dali ele se expandiu já pras Canárias e pra Caiçara. Mas nós queremos que a comunidade de certa forma seja autônoma, ela tenha condição de se defender e a gente está vendo que é meio difícil e talvez não tenha ainda”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

O chefe da RESEX também manifestou sua visão sobre os habitantes do lugar e a postura que o órgão ambiental tenta estabelecer com eles. Embora perceba os problemas que vêm ocorrendo na ilha, a responsabilidade pelos acontecimentos parece estar sendo delegada aos moradores. Segundo (D),

“É um pessoal bom, um pessoal pacato que aceita. A gente até em alguns momentos a gente diz: “você que são responsáveis por essa área de vocês, se vocês permitirem a entrada de uma pessoa que venha mexer com essa tranquilidade de vocês, vocês é que são responsáveis”. E está acontecendo muito isso na ilha, problemas de segurança...” (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

Os do lugar e os de fora

Entre as atividades do IBAMA para que sejam criados mecanismos de controle com relação ao acesso a área da RESEX, (D), mencionou a existência de um cadastro de moradores, que, no entanto, estava desatualizado. Além do cadastro dos moradores, o IBAMA se encontrava em fase de elaborar um cadastro dos usuários da RESEX.

“Mas não deu pra trabalhar aqueles dados e ficaram desatualizados (...) Então já estamos pra atualizar e checar aqueles dados todos. Além desse contingente que a gente não conseguiu trabalhar, esse que a gente diz que é interno que são os moradores. A gente vai ter que conseguir fazer uma identificação de quem são os usuários que é uma outra relação que a gente tem que estabelecer...” (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

Sobre a intenção de se ampliar a área da RESEX

Existe uma mobilização, por parte de outras instâncias para a ampliação da área da RESEX. (D), afirmou que o próprio IBAMA, não realizou esta manifestação, mas existem aqueles que vêem nesta ação uma oportunidade de justiça social.

“Houve alguns pedidos É aquela historia, a gente participou , não fizemos [o pedido], mas o pessoal que trabalha na área e tudo, e fez o pedido pra ampliar.

¹⁹⁹ A maneira como o pastor conseguiu se estabelecer no povoado será relatada no próximo item sobre, na visão dos moradores locais.

Exatamente ampliação, anexar algumas áreas do lado da Reserva dentro da Reserva, aí você vai ter um aumento da reserva. Só que na verdade o IBAMA vai ter fazer os estudos que precedem a criação de toda Unidade de Conservação. E tem algumas áreas que talvez não se preste, pelo lado ambiental, pelo lado ecológico, pelo lado biológico. Mas talvez atenda o lado social, por exemplo, amparar agricultor que está com problema de local de trabalho, de terra. E os caras enxergaram por aí, pelo IBAMA, de forma mais rápida. Mas eu acho que não é por aí não. Existem outros órgãos até governamental que trabalham essa questão de reforma agrária. E o Ibama não. O IBAMA tem que associar as 2 coisas. E tem algumas áreas que os caras pediu que a gente sabe que é área de agricultura então não vai se prestar talvez. Mas isso aí são os estudos que vão mostrar”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

A necessidade de articulação entre as duas esferas, agrária e ambiental é mencionada pelo chefe da RESEX, embora seja também possível reconhecer em seu depoimento, as diferentes motivações que fundamentam esta ação.

Alfredo Wagner Almeida (2006) nos remete ao entendimento de alguns marcos que perpassam a política agrária brasileira e que servem para compreender os nós que se manifestam nas situações do presente. Conforme menciona este autor,

“O reinado da categoria “imóvel rural”, a partir de 1964 afunilou o foco de ação do Estado e abriu lugar para autoritarismo e arbitrariedades, que menosprezaram as especificidades locais, os fatores étnicos e as diferenças nas formas de apropriação dos recursos naturais”. Como relata, anteriormente, a categoria “imóvel rural” consistia num mero termo e não possuía força operacional maior, enquanto instrumento de ação fundiária até 1964. Foi com o Estatuto da terra (Lei 4.505, de 30 de novembro de 1964) que se tornou uma categoria definida para fins operacionais (Art. 4) e com propósitos também cadastrais e tributários (Art. 46) (Almeida, 2006).

Esses aspectos são de imensa importância para se compreender os conflitos gerados na criação e gestão das Unidades de conservação no Brasil.

RESEX e o Programa Pólos de Ecoturismo

Sobre a inserção da RESEX em outros programas de desenvolvimento, como o Pólos de Ecoturismo Delta do Parnaíba, o chefe da RESEX explicou que,

“A região tem um apelo turístico muito grande, por isso que está dentro do Pólo de Ecoturismo. Apesar de alguns trabalhos já terem sido feitos, mas a reserva enquanto Unidade de Conservação ela não está consolidada, até talvez pra trabalhar essa questão do turismo. E a gente quer que as coisas revertam para as comunidades e, de certa forma, não está chegando nada, benefício nenhum. Esse trabalhar com as comunidades, fortalecer as comunidades é até pra que elas enxerguem que é uma atividade que pode dar algum, ou até muito retorno pra eles, e eles não estão se apercebendo disso. Enquanto reserva a gente pode disciplinar, ordenar até a atividade que vai acontecer ali dentro (...) não deixar só turismo, vir por vir, e que a comunidade se beneficie também apesar de não estar hoje estruturada pra isso a gente quer chegar a esse nível..” (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

Conflitos na pesca e na agricultura

Para (D), os conflitos com relação à pesca, são mais eminentes do que os com relação à agricultura. A questão da mobilidade dos espaços utilizados, no primeiro caso, segundo ele, é um potencializador dos conflitos.

“[Há] os que trabalham dentro da reserva. Porque a gente já está tendo alguns conflitos principalmente na área da pesca. Na área do arroz não, é mais simples, na área da agricultura é bem mais facilitado porque o cara tem seu espaço físico limitado ali, cercado. Mas o cara da pesca não, o cara do caranguejo, porque aí é móvel. Aí ele vem pra uma comunidade tipo [...] e ele passa impactar aquele ambiente ali. É muita coisa que a gente tem que ter, não temos um mecanismo ainda, mas a gente está construindo. É um processo mesmo, aí a gente está arrumando”. (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

Estabelecer os usos dos espaços de pesca entre população residente na área da RESEX e identificar os usuários é um dos desafios para a gestão. Alguns avanços com relação ao ordenamento da pesca, a partir de legislação específica, já são visíveis na localidade.

“Algumas coisas a gente já avançou, por exemplo, na utilização de uma prática de pesca chamada zangaria, a gente já chegou a nível de chegar a fazer um acordo. Tem outro problema lá nas Canárias, que é urgente porque está causando problema entre os pescadores. A gente vai ter que apagar a brasa mesmo, apagar fogo, se não dá um problema maior, problema de violência e tal. Mas isso aí é no varejo, no atacado a gente vai ter que atacar todas essas questões. Tanto a questão da pesca, do caranguejo, tanto a questão da terra mas aí nós precisamos dessas informações” (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba).

Com relação a convênios com universidades e demais entidades de pesquisa, (D), expressou uma abertura, “desde que gerem algum tipo de retorno para a RESEX e a comunidade” (D). Como ressaltou,

“Com certeza, nós estamos muito abertos. Agora, a estrutura que a gente tem que ainda não possibilita. Mas as universidades são bem vindas, qualquer outro instituto de pesquisa é bem vindo. Agora também o que a gente quer não é aquela pesquisa pura, a gente quer aquela pesquisa aplicada ou que fique algum benefício pra Reserva e que isso volte em forma de conhecimento de algum benefício, alguma coisa. A gente tem trabalho, existem 2 projetos da EMBRAPA que estão trabalhando com caranguejo e outro com mel, e tem outra coisa, é uma linguagem que eles compreendem melhor, a linguagem prática, a linguagem do dia a dia. E a gente tem conseguido trazer pesquisador lá pra dentro da reserva. O que antes acontecia que o cara vinha, fazia a pesquisa e ia embora não deixava nada, nem o trabalho não deixava, ia embora e pronto.” (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba)

Conforme ressaltou, a perspectiva adotada (em consonância com as diretrizes para a RESEX) é a de que o morador se torne o guardião da Reserva,

“A gente precisa que o morador, que o cara que está lá, que ele tenha condição de certa forma barrar isso [chegada de pessoas de fora] porque nós não estamos lá presencialmente todo dia. E chega uma pessoa estranha, uma pessoa diferente e eles têm como avaliar. Eles têm que saber o que a pessoa vai fazer, de repente quando eles tiverem mais forte pedir uma reunião na associação pra pessoa se explicar e depois pedir algum [...]. Então às vezes tem que dizer que a pessoa tem que se reportar ao IBAMA” (D, chefe da RESEX Mar Delta do Parnaíba).

Em resumo, o processo é lento para ambos os lados e não se pode só apontar as fragilidades, é preciso refletir sobre os desafios e possíveis caminhos, sem cair em armadilhas.

5.2 Percepções dos moradores sobre a atuação do IBAMA e a criação da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba

“Eles [os representantes do IBAMA] falo que ninguém tem terreno, que é tudo da natureza” (PC, 25anos), morador do Passarinho.

Significado – Participação comunitária

Para os moradores do Passarinho a criação da RESEX se confunde com a chegada do IBAMA na localidade. Em alguns casos, quando se perguntou sobre a “RESEX”, ou mesmo a Reserva Extrativista, a maioria dos moradores afirmaram que não sabem. Mas também existem aqueles que fazem uma associação entre a Unidade de Conservação e o órgão ambiental e indagam: “-Você tá falando do IBAMA, né?” (PC, 25 anos)

“Eles chegaram aí no início, fizeram uma reunião como o pessoal que tá tratando disso... ,quando eles fizeram a reunião, eu não tava aí não, eu mesmo nem sei quando que começou” (PC, 25 anos).

Segundo o morador, “foi agora há pouco tempo que ele [o IBAMA] chegou aí, tem uns cinco anos mais ou menos que começaram a passar aqui” (PC, 25 anos).

Embora tenham aqueles que afirmem que “não mudou nada”, muitos moradores expressaram as transformações que a criação da RESEX e relataram suas percepções sobre as novas regras ambientais que estão sendo sentidas por estes²⁰⁰.

As visitas do IBAMA ao povoado do Passarinho parecem não seguir um calendário pré-acordado. A frequência da presença dos representantes do IBAMA é manifestada na fala de uma moradora “eles aparecem, do nada, eles aparece de novo.” (Ro, 38 anos).

“[O IBAMA] anda sempre aqui. Eles perguntam o que as pessoas precisam pro lugar. Uma vez me perguntaram. Eles andaram na minha casa, me perguntaram o que eu achava que precisava pro lugar: se era um pouco de saúde, se era um colégio, se era um transporte. Mas faz tempo, não sei nem quanto tempo faz”. (RO, 38 anos)

Alguns afirmaram que, quando sabem, participam das reuniões “eu sempre vou, quando eu sei. Às vezes, o primeiro que chega lá é eu” (VA, 60 anos). Há também aqueles que ficam sabendo, mas não se interessam em participar das reuniões do povoado. “na verdade, não fui não. Fiquei sabendo, mais não fui” (RS, 23 anos). Outros afirmaram que frequentam, à medida que podem. O morador (JP, 21 anos) diz que frequenta, mas acrescenta dizendo “tem vez que quando da pra ir eu vou”. Outros, ainda, expressam que não ficaram sabendo de que haveria reunião e, portanto, alegam que não participam por este motivo.

Entre os temas das reuniões, o morador (VA, 60 anos) destacou o debate em torno do material necessário para a construção do cemitério no Passarinho, uma demanda do povoado. Conforme o seu relato,

“Negócio aí de uma reunião de um cemitério, e eles prometeram que iam dar o material, mas assim, as estacas que nós tem que puxar primeiro sabe. queriam comprar a lajota, mas lá pra comprar, como é caro, pra gente juntar é mais fácil o arame, mas aí pra frente quando a gente tiver mais desapertado, daí a gente vai comprar lajota” (VA, 60 anos).

²⁰⁰ Essas distintas percepções serão abordadas no desenrolar deste capítulo.

Por outro lado, muitos moradores assumem que não participam das reuniões do IBAMA e se justificam pela falta de tempo. Há também aqueles que não se vêem interessados ou se desobrigam deste envolvimento. Uma moradora que frequenta as reuniões do IBAMA observa que são poucos os que participam, conforme o seu depoimento,

“Não é todo mundo que vai na reunião, pouca gente vai pra reunião. Quando chega no dia que as pessoas vêm fazer a reunião, parece que ninguém vai, são sempre as mesmas caras. O pessoal queria era só, toda vez que eles vinham, eles diziam: “- Eu quero é luz”. Agora já chegou luz..., como diz eles, aí eu acho que eles não tão mais precisando de nada né?” (MR, 33 anos)

A atuação do IBAMA percebida pelos moradores são as reuniões. No entanto, a interlocução maior com o órgão ambiental com os moradores se vê restrita a participação de três pessoas do povoado.

“Eles fazem reunião aí, mas os cursos, [mas] ninguém faz não. Aqui tem umas reunião..., mas aí e só uns 3 só, reunião maior eu já fui, uma em Araiões e uma na Parnaíba, lá foi bom, mas aqui e só umas 3 pessoas que vem de lá. e daqui da ilha só 3, e aqui pra cima eu, Paulão, Chico..” (GE, 38 anos)

De fato, a interlocução e envolvimento dos moradores do Passarinho, com os gestores do IBAMA, parecem estar concentrados na figura de alguns moradores do povoado e não na comunidade como um todo. Embora o órgão ambiental espere que através da interlocução com alguns representantes do povoado, se efetive e difunda os preceitos da RESEX, o que ocorre é que, os não envolvidos, permanecem fora deste diálogo. Em algumas situações o IBAMA sugere e aguarda que esses moradores, supostamente interlocutores, realizem a difusão das informações e das regras, para os demais membros do povoado (inclusive para a convocação para a reunião), mas isso não vem funcionando. Estes mesmos moradores, também são escolhidos pelo IBAMA para participarem de reuniões fora do povoado, na cidade próxima (Parnaíba) e até mesmo realizar intercâmbios, vivenciando experiências em outros Estados. Como relata um morador, ele já esteve em Santa Catarina, segundo o morador, “pra saber o que os homem dizem lá” (AL, 54 anos). Na percepção de um outro morador,

“Eu participei também de um negócio de comércio extrativista de Araiões, uma reunião que teve lá, duas noites, e foi só, de IBAMA foi isso”. (C)

Ensinaamentos do IBAMA – Entre proibições e a sustentabilidade

O IBAMA visando a sustentabilidade dos recursos naturais da região tem deixado alguns ensinamentos que agradam alguns moradores, e a outros, nem tanto.

“Eles falam um bocado de coisa. Fala do caranguejo, da pesca, falam um bocado de coisa, fala pro pessoal se reunir, um monte de gente e o pessoal falando lá. (J)

E ainda,

“O ensinamento deles lá é importante sabe? Eu achei bonito. Já fui em duas reuniões lá, depois fui lá em Santa Catarina, lá é muito frio, não deu certo não, se alguém mandar um convite pra cá, num sei não, lá faz muito frio”. (AL, 54 anos)

E também,

“Eles repassam a determinação pra a gente não derrubar os manguezais. Por exemplo, você vai tirar uma madeira pra uma casa. Você não pode chegar no beira do mangue e meter o pau no mangue. Você vai tirando um pau aqui, outro pau acolá, pra não devastar tudo. E principalmente você não pode tirar na beirada tem que ser

mais no centro. [...] A parte que eles mais repassam, esse cuidado. [...]” (GD, 43 anos, morador de Canárias)

Um outro morador (Paulo), explica o que aprendeu na interação com o órgão ambiental. “Não se pode pescar de rede quando o peixe está criando família” (Paulo), e como observa, quando existe uma restrição existe também uma compensação, ou seja, “quando eles proibem, eles estão pagando” (Paulo). Já a pesca de linha não é proibida, pois “o peixe que está ovado não come a isca”, mas “na rede pega tudo” (Paulo, morador do Passarinho).

Entre as restrições que afetaram o modo com que as atividades eram exercidas pelos moradores, estão: a cata do caranguejo na época do “carnaval” ou da “saição” (tempo do acasalamento); o uso do “cambito”²⁰¹ na cata do caranguejo; algumas formas de pesca, como a “batedeira”²⁰² e o uso da “redona” (rede grande); instituição da época de defeso; cortar mangue (para vender); caçar.

Muitos moradores, ao mesmo tempo em que se ressentem das restrições, por outro lado, ficam satisfeitos como as restrições impostas às pessoas que vêm de fora do povoado pescar na área da RESEX.

“Dentro do IBAMA eles não ajudam muito não, o negócio da pesca eles não querem que a gente faça batedeira, vim gente de fora pra pescar, eles não querem, aí tá bom, só pra nós, só pra quem mora mesmo aqui, é nós, pra chegar uma pessoa para morar aqui, tem que falar com nós. Tem que pedir a nós”. (AL, 54 anos, morador do Passarinho)

Algumas queixas são manifestadas pelos moradores,

“Ele [o IBAMA] anda por aí, ditando não quer que derrube um pé de pau, num quer que caça..., muitas coisas eles que aí e não pode fazer..., derrubar mangue, eles não querem que a gente não derrube nem uma raiz de mangue...num que...” (LS, 71 anos)

É interessante observar que as intervenções do IBAMA podem ser absorvidas como positivas por uns, mas também como negativas, por outros. O depoimento que segue, transmite o sentimento de imposição nas ações do IBAMA.

“As caças pra comer a gente come..., tem as rolinhas, jacú..., matião, guará, garça, tudo a gente come.. de vez em quando eu pego um..., as vezes pego um e coloco dentro do bucho... eh..naquelas bandas de lá a gente mata capivara, do tamanho de uma porca...O IBAMA fala que não pode mata uma caça...não pode nem criar um passarinho! se eles chegarem aqui e ver um passarinho ele querem levar”. (LS, 71 anos)

Outras visões negativas, atribuídas às restrições que o IBAMA impõe, são manifestadas diante da falta de alternativas às antigas práticas e atividades realizadas pelos moradores.

“Num pode cortar pau, não pode mexer no mangue, (...), proibiram de fazer roça..., quando vê fica sem nada...fico mais difícil, porque maior parte era no doce, cortava o mangue...”(H, aposentado, morador do Passarinho)

²⁰¹ Haste de ferro usada na captura do caranguejo.

²⁰² Conforme a explicação do morador, esta prática consiste em bater com pau no rio a fim de espantar o peixe e capturá-lo.

Quando perguntado com o que o IBAMA contribui, este morador responde “nada, só conversa...” (H).

No entanto, segundo alguns moradores do Passarinho, as pessoas que vêm de outros lugares para pescar na área considerada como pertencente ao povoado, estão respeitando as novas medidas, com a criação da RESEX. Conforme disseram as pessoas de fora, “dão carreira e estão respeitando” (Paulo). Entre os que vêm as medidas proibitivas do IBAMA como positivas esta o morador (CJ). Conforme afirmou,

“[O IBAMA] proibiu o pessoal de pescar com essas redes miudinhas [zangaria], que foi uma coisa boa mesmo, viu? Porque o pessoal lá de baixo [os que vem de fora] pegava os peixinhos miúdos e estragavam tudo. A gente aqui não pegava nada. E caranguejo tá proibido três meses de pegar, na ‘saição’ deles. Quando saem ficam andando por aí agarrados, na reprodução deles, que é de ano em ano. Aí nesse período a gente não pega, foi proibido. Foi bom isso que eles fizeram”. (CJ, 57 anos)

A chegada do IBAMA no povoado passou também a estimular a formação de uma Associação de Moradores, uma vez que a organização comunitária é um dos requisitos necessários para a gestão da RESEX. O relato a seguir, expressou a percepção de (AL, 54 anos) com relação à chegada do IBAMA e sua ação no povoado.

“Aqui, foi poucos tempo agora, que eles começaram a enxergar aqui, depois que eles começaram a andar aqui, formaram essa associação, essa associação de moradores.” (AL, 54 anos)

No trabalho realizado pelo IBAMA junto ao povoado, existe também o estímulo ao registro junto às representações mais amplas, entre elas o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Colônia de Pescadores. Um dos moradores que participa de modo mais efetivo da interlocução com o IBAMA e também se autodeclara mais receptivo àqueles que vêm de fora, por outro lado, observa certa resistência no comportamento dos demais moradores em atenderem as tentativas do IBAMA de convocação para as reuniões no povoado. De acordo com a sua observação:

“Convocava as pessoas, uns iam e muitos não iam. E chegava lá e eles ficavam falando. E os que iam ficavam pelo lado de fora, só colocando o olho. Hoje muitos deles entendem, e muitos deles, é como uma aldeia que a gente custa para amansar” (Paulo).

Para os moradores mais engajados com as propostas trazidas pelo órgão ambiental e também às demais pessoas que passaram a frequentar o espaço comunitário, a resistência dos demais moradores a se aproximarem das novidades trazidas pelos IBAMA, é vista por estes como uma atitude “primitiva” e de certo modo “ignorante”. Este aspecto é também um critério que diferencia os moradores entre si, uma vez que emergem personalidades que passam a atuar como mediadores das novas informações. Este mesmo morador explica que muitos sabem das proibições e mesmo assim continuam a agir como de costume e embora o IBAMA deseje que eles fiscalizem, ele afirma que não é ele que vai denunciar.

Conforme observou o morador, houve um aumento no número de pessoas que passaram a explorar o caranguejo, principalmente no período de sua reprodução, quando esses saem do buraco e ficam na superfície do mangue, o que facilita a captura. No entanto, com a medida restritiva, a quantidade de caranguejos na região voltou a crescer. Sobre este aspecto, o morador observou que,

“Aumentou muito! Na época em que eles saíam, se fosse só caranguejeiro a pegar, tudo bem, mas pessoa que nunca pegou ia pegar porque eles ficavam todos em ‘riba’

da lama. Aí maltratavam os bichinhos, quebravam... Era um estrago danado. Agora passa o período deles, tem muito caranguejo. Todo mundo diz de uma boca só que isso aí, depois da proibição, melhorou muito. Antes não era assim....” (CJ, 57 anos)

Da mesma maneira, com a proibição da rede de malha fina, realizada principalmente por pescadores vindos de outras regiões, foi observado um aumento na quantidade de peixes. Conforme observou este morador,

“Eles pegavam os peixes grandes e os pequenos morriam, aí não tinha condição. Agora não apareceram mais. Foi proibido. Em lugar nenhum tem essa rede pequena mais. Essas redes de agora aproveitam só os peixes grandes e deixa os pequenos. Antes acabava com a reprodução deles, agora ficou mais fácil. Foi uma coisa boa que o IBAMA fez”. (CJ, 57 anos)

Sobre a atuação do IBAMA, este mesmo morador expressou que,

“O IBAMA é um órgão federal bom, que entende mesmo. Aqui todos gostam deles. Eles não exploram ninguém, conversam com as pessoas, não proíbem a gente de tirar um pau pra fazer uma casa, só não pode tirar pra vender”. (CJ, 57 anos)

No entanto, uma outra moradora do povoado (MZ, 52 anos), revela uma postura hostil com relação à atuação do IBAMA. Segundo ela, nunca foi informada diretamente, sobre as restrições no uso dos recursos naturais. Conforme indagou, “Porque esse povo do IBAMA não vem até aqui?” (MZ), referindo-se a sua casa, embora reconheça que eles estiveram em algumas casas do povoado. Esta moradora relata o episódio de quando foi abordada pela fiscalização do IBAMA em plena atividade de extração do caranguejo. Segundo conta, “quando eles vinham, o povo do IBAMA, a turma saía tudo correndo...” (MZ). Mas como conta, nesta ocasião, ela estava de frente e então disse aos companheiros:

“Minha gente, eu não vou correr, eu não to roubando, eu estou trabalhando pra eu viver, porque que eu vou correr?” (MZ, 52 anos)

E continua o relato dizendo,

“Fui conversar com os homens. Se eles quiserem me levar e prender pode levar, mas eu estava trabalhando e não roubando (...). Eu tava esperando o rapaz pra pegar os caranguejos, aí pegaram, retiraram, não vendeu mais..., eu levava meu caranguejo, levava minha tarrafinha pra mim pescar, meu cambito tava enterrado bem assim na lama, aí ele me perguntaram se eu sabia que era proibido [o uso do cambito]” (MZ, 52 anos).

(Z), sabendo que era proibido, então falou:

“E se não for com ele [cambito] como a gente vai viver? (...) porque ninguém alcança o caranguejo no braço e a vida que a gente leva é essa, qual você acha melhor? a gente trabalhando ou é pegando a lei?” (MZ, 52 anos).

Em resposta, o reconhecimento do fiscal, conforme relatou, “aí veio um senhor gordo e disse: “Você esta certa!”. E então, a moradora resumiu como é a sua vida,

“Minha vida é essa, eu tenho família, (perguntaram se eu tinha marido, eu disse: “tenho, tenho marido”), ele está trabalhando e a vida é essa, eu não tenho saber, então tenho que trabalhar no grosseiro, no pesado, eu disse pra ele, isso é o meu trabalho, pra criar os meus filhos, levava minha tarrafa, quando eu esbarro na tarrafa, quando eu chego em casa eu levo, pra dar de comer aos meus filhos” (MZ, 52 anos).

No desfecho de seu diálogo como fiscal ambiental, (MZ) relatou a punição recebida e desabafou:

“Ele disse que eu tava certa e perguntou: “- E esse caranguejo?”. Zilda respondeu: “Sou eu que recebo pra entregar pro comprador. Ai eles olharam o caranguejo todinho e levaram tudinho...aqui e só você e Deus...” (MZ, 52 anos).

O episódio narrado pela moradora revela várias nuances: por mais que se saiba das restrições, os moradores sempre dão um jeito de burlar a fiscalização e agirem da sua maneira, desrespeitando as regras impostas; a proibição do uso do cambito, embora seja uma medida em prol da conservação, uma vez que dificulta a captura do caranguejo, dificulta também a vida do catador (a), que precisa utilizar o próprio corpo, se afundando na lama, em condições adversas, que exigem bastante esforço físico; embora o órgão ambiental tenha apreendido a produção, por estar em situação ilegal, o fiscal reconheceu e se solidarizou com a argumentação da moradora; enquanto os demais homens da *turma* fugiram do “flagrante”, foi uma mulher que encarou a situação e se posicionou frente à fiscalização ambiental.

Por outro lado, há também aqueles que aceitam a nova norma imposta pelo IBAMA e passam a considerar as antigas práticas como erradas.

“Nós devemos valorizar o que é nosso. Eles [o IBAMA] falam tanta coisa que a gente tem que cumprir (...). O meu marido tira caranguejo. Ele vai aprendendo algumas coisas que antes fazia errado...” (TS, 27 anos)

Novos entendimentos x antigos costumes – e o pagamento da renda?

A criação da RESEX trouxe uma mudança na dependência do morado em relação ao posseiro ou ao suposto “dono da terra”. Se antes havia o “combinado” pelo uso da terra através do pagamento da “renda”, com a chegada do IBAMA, a situação modificou. Conforme relatou o morador (CJ, 57 anos),

“Agora a gente não paga mais não. Agora é dos moradores, o que fizer é da gente. Eu cansei de pagar cem caixas de arroz de renda. De quatro, um. Às vezes pagava muito mais que isso. O dono das terras ganhava demais. O pessoal trabalhava só pra eles. Depois mudou pra dez, um. Aí ficou na reserva com o IBAMA e não paga mais. (CJ, 57 anos)

No entanto, ainda não é claro para os moradores as conseqüências decorrentes desta intervenção. O que se percebe é que o modelo RESEX de UC, ainda não foi assimilado pelos próprios moradores, que ainda duvidam da capacidade de agora serem protagonistas na gestão da área a que pertencem. Diferentemente de outras localidades, em que a conquista da autonomia se deu através de movimentos sociais e organização de base comunitária, é com surpresa e desconfiança que os protagonistas do caso delta deixam a condição de subordinação ao suposto dono da terra²⁰³.

A suspensão do pagamento da renda – conflitos locais

Com a criação da RESEX, o IBAMA passou a fortalecer entre os moradores o sentimento de pertencimento ao lugar, afim de torná-los aliados da conservação e co-responsáveis na gestão da área. Na criação da RESEX, os moradores recebem a concessão de uso da área, que lhes garante o direito de permanência na localidade e a possibilidade de

²⁰³ Há que se fazer a distinção entre os pequenos posseiros que também residem no povoado. Neste caso, não se trata de deixar a condição de subordinação e sim de perderem o status e domínio que exerciam anteriormente.

exercer as suas atividades extrativistas sem prejuízo para a manutenção do ecossistema. Conseqüentemente, os moradores tornam-se os detentores do domínio da área, o que, no caso delta, vêm sendo alvo de desconfiança, dúvidas e conflitos, uma vez que se este novo modelo promove a transformação na base das relações sociais e pressupõem uma nova postura de interlocução.

O IBAMA, em suas reuniões nos povoados começou a explicar aos moradores essas mudanças e passaram a transmitir que estes não precisavam mais pagar a renda. Na ocasião da pesquisa de campo, após cinco anos de criação da RESEX, esta explicação ainda estava sendo esclarecida.

“O IBAMA disse que não precisa mais, mas até hoje paga renda...”

Entre os depoimentos dos moradores existe a indefinição quanto à obrigatoriedade de pagar parte da produção ao posseiro da área. Conforme relata a moradora (JO, 22 anos), “aqui na areia, não paga renda, mas ainda tem os que pagam”. Esta mesma moradora relata alguns dos conflitos que surgiram com esta transformação,

“Até hoje [se paga renda], só que IBAMA disse que não precisa mais [pagar], pois não tem dono a terra, eles dizem..., mas aí, a questão mostra, dos Zé Tude, que deu problema com isso, foram pra delegacia... ninguém sabe como vai ficar..., mas aqui na areia ninguém paga não” (JO, 22 anos)

(JO) contou que seu marido, planta no terreno do sr. José Reis, “mas lá paga renda se quiser”. A vida inteira ela ouviu que a terra era do sr. Zé Tude e a “renda” era paga ao seu responsável²⁰⁴, na Zimburana. Com a notícia de que não havia mais o dono, algumas pessoas do lugar cercaram um pedaço deste terreno, e então, o Zé Tude “mandou chamar”. Segundo contou, “deu uma confusão danada”. Para resolver, mandaram também chamar, “o rapaz do IBAMA”, o (D)²⁰⁵.

“Mas sempre a história é essa – a terra é do Zé Tude, mas só que o pessoal do IBAMA já falou que isso não existe, mas eles continuam teimando, né, como o Sr. Raimundo Toquinho, que é o vereador, quando a gente fala qualquer coisa ele diz que não, que aqui é do Zé Tude é ele que manda. Aí ninguém entende, uns fala que a terra é nossa e outros fala que a terra é do Zé Tude, né? Aí ninguém entende quem é dono.” (JO, 22 anos)

Frente as pressões do IBAMA e a imposição de alguns moradores, o sr. Zé Tude parece ter desistido. Conforme relatou a moradora,

“Mas de tanto o pessoal do IBAMA dar em cima, acho que ele está desistindo, por que muita gente já plantaram, e ele não vem mais atrás (...) depois dessa história que o pessoal cercaram e foram falar com o Zé tude, parou por aí, ele deixou de mão, não quis mais saber...” (JO, 22 anos)

E completou,

“Ninguém sabe como ele conseguiu ser dono. A história é que ele comprou, ele diz que tem os talão que foi pago, mas a história é essa...”. (JO, 22 anos)

Na ocasião da pesquisa de campo, uma outra inquietação vivida no povoado do Passarinho foi a notícia da chegada da “ONG italiana” no povoado. Para alguns, que ouviram

²⁰⁴ Ou seja, aquele que vem a mando do Sr. Zé Tude.

²⁰⁵ Nessa situação, o órgão ambiental, vem sendo o mediador dos conflitos locais.

as recomendações de um vereador do Município, para que não aceitassem a entrada de estrangeiros no povoado, a intenção desta ONG era “colocar o Passarinho na gaiola” (MZ, 52 anos). Já o presidente da Associação de Moradores, do mesmo modo desconfiado, se indagava também se ela não traria “algum desenvolvimento para a comunidade” (TO, 6X anos).

Já no povoado de Canárias, mesmo depois de terem vivido o desapontamento com o projeto roda d'água (moto-contínuo) e com os supostos benefícios que a pousada traria para o povoado, uma grande parcela dos moradores ainda guardavam em si o sentimento de que algo possa vir a beneficiar a comunidade. Um morador do povoado de Canárias comentou sobre a recente novidade anunciada no povoado (a presença de uma ONG italiana), para realizar um trabalho comunitário em parceria com o IBAMA. Sobre este tema, o morador afirmou que,

“Olha, nós estamos de braços abertos pra receber. Esperamos que nesse movimento possa sair algo que possa beneficiar a nossa comunidade. Porque foi agora no sábado, a gente foi ali pra uma reunião, mas a reunião que era pra parte da manhã, foi pra parte da tarde e eu não sei relatar nada da reunião porque eu não participei. [...] pra que possa surgir alguma coisa pra comunidade [...] tantas pessoas que a gente vem acreditando [...]. Mas sempre que surge uma novidade dessa forma a gente sempre apóia pra que possa sair alguma coisa de bom pra nós.” (GD, morador de Canárias).

No povoado das Canárias, os moradores já expressavam alguma compreensão quanto às transformações com a criação da RESEX.

“O que eu sei relatar nessa história que as pessoas que tinha posse, ou seja, os donos de terra, eles não tem mais o direito legal como dono. Eles têm como uma pessoa que está ali dentro também e se quiser exercer alguma atividade ele pode mas ele não é o legítimo dono (...) Então a gente fica muito feliz com essa vitória que nós tivemos. ”. (GD, morador de Canárias)

Mas alguns ainda foram pessimistas com relação à atuação do órgão ambiental e os destinos do delta, em especial o morador (JC, 65 anos), que deixa claro que não participa das reuniões promovidas pelo IBAMA. Este morador é uma personalidade conhecida por toda a ilha, por servir a todos como enfermeiro comunitário quando uma pessoa adoece e precisa de primeiros socorros. Nesse sentido, sua visão merece destaque.

“Porque só dá limite para os pequenos? O povo do IBAMA tiveram aqui em casa, e eu devido perder, como eu já lhe disse, a confiança nas autoridades eu não sou muito de reunião – eu não gosto de reunião. Porque como eu disse, aqui estive o Paulo, estive o [D], do IBAMA, sentados aqui e eu disse a eles que o povo já não precisa de reunião – precisa de ação. Então ele disse, perguntou o que estava faltando e eu disse [D], numa ilha como Canárias, quem chega e vê não tem nada. Quem tem condição de fazer uma obra faça uma – que quando vier outro completa – mas que faça uma ação, pois o que ele fez Flávia, foi perguntar, vim com pergunta pra mim. Quanto eu colhia de arroz por ano, quanto eu colhia de feijão, quantas galinhas eu criava, quantas galinhas eu consumia por ano, quantos quilos de peixe. E eu disse a ele que essa pergunta eu já tinha respondido para o IBGE. Mas que tanto a Capitania como o IBAMA tinham que ter moral de não vim tomar o tempo das pessoas, porque eles formavam os amigos deles – quando terminavam, eles não tinham trabalho pra dar ele mandavam tomar o tempo das pessoas, em suas casas – isso não é coisa do IBAMA (...) o IBAMA na minha terra só tem atrapalhado. O IBAMA, ele faz uma reunião, e diz aquilo que ele pensa, fala aquilo que ele pensa, mas ele não vai e põem em pratica aquele lei, aquela ordem que ele está exercendo. Eu acho que eles primeiro, como os funcionários da sociedade, da empresa, eles tinham que primeiro se apresentarem em qualquer comunidade para mostrar o exemplo do que eles estavam querendo e exercendo ali. E o que tinha que ser exercido pela

comunidade também. Eles chegam e fazem esta palestra e aí pronto, não aplicam nada.” (JC, 65 anos)

(JC, 65 anos), continuou sua argumentação de maneira entusiasmada. Em sua visão,

“Porque eu conheci o IBAMA, que ele só é rigoroso em cima das pessoas pobres. Ele é rigoroso em cima de nós que só temos um landuá, uma tarrafa para pescar, uma linha. Isso ele chega tão rigoroso que nos toma isso. Nós querendo viver honestamente com nossa família. Lutamos com aquilo pra sobreviver e eles chegam e nos tomam. Mas os barcos das empresas pescam bem aí – que a turma daqui vai e leva a cachaça, leva o coco d’água e chega lá dão a eles um saco cheio de camarão – que é aquele camarão menor que eles vão jogar fora, 2 ou 3 sacos de peixe – bem aí e eles não tomam uma providencia e ainda lhe dizem assim...eles ficam lá comem com eles, colhem aquele peixe botam na embarcação deles, e eles dizem assim: - E melhor vcs irem embora que estão ligando de Parnaíba – que está faltando 15 minutos para a Capitania ou o IBAMA saírem de lá pra cá – é eu que aviso?!!! Eles tem os que avisam – os que estão prestando atenção, então o IBAMA só é rigoroso em cima de nós aqui. Mas dos grandes, dos barcos bem aí eles dizem – Mas há muita dificuldade. Não há dificuldade porque todas essas embarcações pesqueiras, essas empresas a Capitania tem o registro dessas embarcações! Então são esses que estragam, porque nós só colhemos o peixe, pegamos o peixe, o camarão, o siri, aqueles para a nossa alimentação – não vamos estragar, mas eles aí que jogam 2, 3 toneladas de peixe na água – porque aquele peixe pequeno eles não coisam, eles querem o camarão e o camarão grande. Esse camarão é todo jogado no mato, a época que estão pescando aí, que a gente vai na praia, num pode nem andar – do mal cheiro.

Este depoimento, ao mesmo tempo em que transmite uma percepção sobre a problemática local, coincide com um questionamento mais amplo sobre o ônus da conservação ambiental, que recai especialmente em cima das populações locais²⁰⁶. Este morador, explicou os motivos pelos quais não participa das reuniões,

“Então eu não sou muito de ir muito nessas reuniões não porque eu sempre falo: O IBAMA nunca deu um exemplo aqui dentro de Canárias. O IBAMA foi implantado aqui dentro de Canárias no dia 9 de agosto de 96 – já vai completar 10 anos no ano que vem. Ele nunca fez alguma coisa aqui que desse um exemplo, porque eu acho que...ou nunca pediu assim uma coisa...tratou de cooperar, de angariar aquilo que eles viam que a gente tinha necessidade. Eles com mais influencia, perto das autoridades, acho que podiam tentar, mesmo que não conseguisse, mas a gente via o esforço. É assim, eu não sou muito de ir a essas reuniões.”(JC, 65 anos)

Também no povoado das Canárias, o descontentamento com a criação da RESEX, é visível entre os posseiros do lugar, como morador (AR, 59 anos)²⁰⁷. Como sugestão para a ação do IBAMA ele propôs,

“Eles deviam nos conceder uma audiência e conversar com a gente, juntar, pelo menos também os posseiros, pra dar o ponto de vista deles”. (AR, 59 anos)

Para finalizar é preciso perceber que a intenção manifestada pela categoria RESEX, de UC, é de que os moradores se tornem agentes aliados da conservação e guardiões da área. O sentimento de pertencimento e de valorização do local é visíveis no relato dos moradores, e também, estimulados pelos gestores da RESEX.

²⁰⁶ Este tema foi discutido por (Lima, 2001).

²⁰⁷ As indagações deste posseiro, nascido e criado no povoado de Canárias, foi apresentado no item anterior.

“Eles [o IBAMA] disseram que a ilha pertence a nós, aos moradores, nós é que somos os donos daqui, nós é que devemos zelar. Antes deles, vinham pessoas de outros lugares pescar dentro da nossa área, então eles falaram que isso não deveria acontecer. Eles falaram que nós podíamos nos unir e falar para esse povo não vir pescar aqui que isso pertencia a nós”. (TO, 6X anos)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Suscitar lembranças e percorrer as histórias contadas pelos moradores do povoado do Passarinho, sobre seu modo de vida, ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que permitiu minha aproximação como pesquisadora com as pessoas do lugar, foi a maneira encontrada de absorver perspectivas, valores, desejos e sentimentos, que constituem esta população e que estão na base da forma com que se relacionam entre si e as demais esferas sociais. Para se chegar ao entendimento dos significados locais atribuídos à criação da RESEX, era necessário, portanto, estabelecer este “enredo”, tecer narrativas, e, assim, reconstituir uma história contada por eles, do momento que a antecedeu. Foi seguindo esta perspectiva e, também necessidade, que me deparei com as diferentes famílias e a divisão do povoado e também pude perceber a ligação dos moradores com os diversos circuitos de migração. Foi também, neste momento da investigação, que veio à tona o processo de subordinação ao qual os moradores se submeteram, com a entrada da figura do “dono da terra” (o posseiro). Foi possível, ainda, perceber a influência no povoado da economia circundante extra-local (regional) e a pressão exercida sobre os recursos naturais, entre outros aspectos. Tudo isso para que, fosse possível compreender, na atualidade, (com a criação da RESEX e o surgimento de novas regras que ganharam forma na vida dos habitantes), a “situação” da população do delta inserida na Unidade de Conservação, em especial do povoado do Passarinho. De que maneira os moradores interagiram com essas mudanças e quais as lacunas e lições aprendidas deste caso? Esta foi a perspectiva que motivou a escrita. Era preciso trazer à tona as “marcas” nas trajetórias de vida dos habitantes do lugar e dar-lhes espaço de expressão. Foi também, “de coração aberto”, que cheguei ao lugar, para conviver com os moradores do povoado, atenta e confiante de que o método de ouvir, anotar, gravar e simplesmente me deixar levar, poderia reunir importantes dados, que contribuíssem para minha reflexão e aprendizado.

Após várias revisões sobre o objeto e os objetivos deste estudo, cheguei à equação de que então era preciso sistematizar informações sobre a área e a população local, e observar, em especial, como mencionado, os significados locais com relação à criação da RESEX. A elaboração deste tópico poderia enriquecer a análise e suscitar contribuições para se pensar a gestão de Unidades de Conservação desta natureza.

Acredito que os principais questionamentos da pesquisa foram respondidos, ou apontaram para uma direção (ou as vezes, várias). Sobre as práticas cotidianas que organizam o modo de vida das famílias nos circuitos locais e extra-locais ao longo dos anos, percorri as narrativas sobre a pesca, a agricultura e a cata do caranguejo e suas inter-relações. Os significados locais resultantes da implantação da UC foram igualmente investigados sob duas óticas: a dos moradores e a do gestor da RESEX, representante do IBAMA. Resta, portanto, avançar, na reflexão dos impasses e perspectivas para a gestão da RESEX neste contexto estudado.

No entanto, antes de mergulhar na análise final do caso da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, é preciso resgatar algumas das perspectivas que fundaram a parte inicial deste estudo e serão importantes nesta reflexão.

Como foi mencionado, neste estudo, a política ambiental no Brasil se alinha aos acordos internacionais, dos quais é signatário, mas, ao mesmo tempo, vêm demonstrando uma capacidade de reformulação criativa para adequação à realidade local, como no caso das RESEXs e RDSs, que garantem o direito de permanência das populações residentes nesses ambientes. Este fato pode ser interpretado como uma conquista da perspectiva que advoga a não separação na relação sociedade natureza – um modelo que amplia o espectro de

possibilidades de interação para que não haja expropriação das populações e ao mesmo tempo fortaleça os canais de democratização.

Como foi visto, no passado (década de 50 em diante), os questionamentos neste universo, se faziam em decorrência da expropriação humana no meio rural e os estudos debatiam o campesinato no Brasil. Já nesta época, algumas políticas agrárias foram estabelecidas, como o Estatuto da Terra (1964)²⁰⁸. A partir da emergência de novas configurações políticas, entre elas o surgimento da questão ambiental, muitas reflexões passaram a focar também, a expropriação das populações humanas das áreas que se tornaram destinadas à proteção dos recursos naturais. O “mito moderno da natureza intocada” foi, então, extensamente debatido no meio acadêmico e diferentes espaços de participação, nos últimos tempos. Como consequência disso, alternativas ao modelo de proteção integral foram criados, mas o desafio de implantação e efetiva gestão existem até os dias de hoje. Pouquíssimos são os exemplos com êxito em território nacional e inúmeras são as “unidades de papel”, que não conseguiram colocar em prática os pressupostos que almejam, ou seja, aliar conservação e qualidade de vida para as populações locais.

No ínterim de disputa pelo reconhecimento dos direitos dos habitantes locais, veio à tona a noção de “populações tradicionais” – um conceito “guarda-chuva” criado para designar diferentes grupos, que se distinguem da sociedade urbano industrial (embora a ela estivesse articulada), possuíam características peculiares de interação com os recursos naturais (do qual dependiam para viver) e eram desprovidas de direitos com relação ao território (que habitavam por tradição). A extensa explicação desta noção é proporcional à problemática existente em seu uso, se não trouxer consigo a percepção da diversidade e das especificidades locais. Mas é sabido o seu papel em produzir visibilidade no campo de disputa político, onde a visão dominante com relação à criação das áreas protegidas no Brasil se deu a partir da importação de um modelo excludente, como já discutido. Embora muitos estudos tenham “romantizado” a noção de populações tradicionais, a Reserva Extrativista, foi vista como uma alternativa ao modelo excludente, que dominou a cena ambiental. No entanto há inúmeras lacunas e entendimentos éticos e práticos que precisam ser levados em conta. Avanços à parte, o que tenciona na atualidade são os desafios. E que desafios são esses?

É evidente que modelos que aliam a presença humana e a conservação, como o caso das RESEXs e RDSs, representem avanços do ponto de vista socioambiental diante da trajetória de expropriação social observada no Brasil. Contudo, o funcionamento do modelo e a qualidade de vida dessas populações, não estão asseguradas com a simples manifestação de permanência dessas populações em seus territórios de pertencimento. O contato com os estudos locais, a partir de um olhar que reconhece as expressões locais de organização, aponta para a complexidade de formas de uso e ocupação do território, que são desconhecidas, ou ainda pouco interagem com as políticas públicas (agrárias e ambientais, especialmente). Pois, como se observa, a diversidade social é imensa e pouco se conhece sobre os grupos sociais que ocupam essas áreas.

Infelizmente, a criação da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba não foi acompanhada de amplo debate com os habitantes locais e nem de um aprofundamento sobre o modo de vida de seus habitantes (que inclui as formas de uso do território e dos recursos naturais). Ao contrário, ela surgiu de demandas externas a estes, que se somaram a interesses de resolução de um conflito local, vivido por um grupo de moradores, que viu, nesta medida, uma saída para a situação em que se encontravam. Mesmo que o órgão ambiental tivesse, em

²⁰⁸ Nas décadas mais recentes, outras políticas agrárias entram em cena: o capítulo III da Constituição Federal, de 1988; a Lei 8.629, que trata da função social da propriedade, regulamentando dispositivos relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII da Constituição Federal, em 1993; a Lei 10.267, de criação do sistema público de registro de terras, de 2001, entre outros Decretos, Portarias e Resoluções.

tese, a intenção de promover a “mobilização comunitária” na área que foi destinada a criação da RESEX, o próprio responsável pela RESEX reconheceu as dificuldades que este modelo impõe e a necessidade de aprendizado do próprio órgão em tratar com a questão humana. Neste sentido, a necessidade de amparo e orientação aos gestores locais é visível.

Houve, portanto, no caso Delta, a dificuldade na capacidade de mapear os diferentes pontos de vista e opiniões dos diferentes povoados e segmentos que habitam a área em que foi criada a RESEX; de construir, em interação com os povoados as demandas; de transmitir informações e orientar ações de longo prazo – como no caso da construção da pousada e da chegada do turismo; de conjugar distintos saberes – locais, técnicos e acadêmicos; de democratizar oportunidades de participação – entre jovens e mulheres; de reagir aos “ranços” do poder local; de ser mais interativo para estabelecer condições necessárias de uma parceria; de reconhecer fronteiras invisíveis; entre outros aspectos.

O que se observou no estudo de caso junto aos habitantes do Delta do Parnaíba, é que a condição de acesso a terra, das populações que habitam o espaço da RESEX, não é homogênea. Ao contrário, é regida por princípios de anterioridade (famílias mais antigas, que possuem suas áreas de plantio e mecanismos de controle); de domínio do território, no caso dos pequenos e médios posseiros, que utilizam a área e também cedem a outros moradores, através do pagamento da renda; e áreas de uso comum inalienáveis, onde está garantido o uso da área por todos, a partir do controle de uma moradora, representante da igreja católica, no caso do povoado das Canárias.

Ao criar um modelo de UC, em que a “população tradicional”, passa a ter direito à permanência e ao uso do território, a subordinação dos moradores ao grande posseiro, é desfeita, como no caso delta. Assim, o suposto “dono da terra”, que é também o prefeito do Município de Araisos (MA), enfrenta na atualidade, o deslocamento de seu poder. Da mesma maneira, uma parcela de moradores locais, que são também pequenos posseiros vêm sofrendo uma resignificação de seu papel social frente às transformações no uso do território. As normas criadas, ao longo dos anos, pelos próprios moradores, ficaram “suspensas”.

Como foi visto ao longo deste estudo, esta medida promoveu diferentes posturas e entendimentos - desde os que preferiram manter a condição de subordinação (pois existe o combinado com o patrão), aos que passaram a ocupar o território de maneira "abusiva" (ex: cortando antigas árvores nativas para fazer roça), uma vez que as regras exercidas na tradição perderam o valor e ainda não foram internalizadas outras, supostamente de caráter conservacionista, como pretende a política ambiental.

As diferentes hierarquias internas aos povoados e modos específicos de apropriação da terra (como a área de uso comum pertencente a São José e demais espaços de pesca) e os diferentes usos dos recursos naturais parecem que, no caso delta, ainda não foram levados em conta nas ações de implantação da RESEX (até o momento da pesquisa)²⁰⁹. A consequência imediata observada, além dos acirramentos dos conflitos internos aos povoados, é o retrocesso do ponto de vista da conservação dos recursos naturais. Alguns moradores, que eram desprovidos do direito ao acesso livre aos recursos (em especial ao uso da terra), se comportaram euforicamente, em busca do proveito para si, nesta nova condição e negligenciaram antigas formas de manejo que acompanhavam as regras anteriormente exercidas²¹⁰.

²⁰⁹ Tanto no Zoneamento Ecológico- Econômico do baixo Parnaíba (2002), quanto no Estudo de Caracterização Sócio- Econômica da área do Delta do Parnaíba a ser transformada em Reserva Extrativista (1999), não contemplam os aspectos mencionados na presente pesquisa. O que orienta a atenção do órgão ambiental é a destruição dos mangues e a sobre-cata do caranguejo-uçá.

²¹⁰ Refiro-me, ao caso relatado por (AR, 59 anos), um posseiro, nascido e criado no povoado das Canárias, que viu sua “propriedade”, (onde exercia uma forma de manejo que alternava gado e plantação, com a preservação de espécies nativas), ser invadida e por outros moradores, que não utilizaram nenhum critério.

O que se percebe no caso Delta do Parnaíba é que existe uma imbricação não equacionada entre questões agrárias e ambientais. Políticas ambientais recaem sobre a área em questão, sem que se conheçam as formas de uso e apropriação da terra características desse espaço²¹¹. É preciso levar em conta as distintas formas de se apreender o território, que, na maioria das vezes, estão infinitamente distantes das formas jurídicas dominantes, das legislações e da formação dos técnicos, mas estão presentes nas configurações locais. Este olhar deve ser constituinte da formulação e aperfeiçoamento das políticas e projetos que incidem nesses espaços.

Além disso, na implantação de Unidades de Conservação de uso sustentável – não se pode, simplesmente, supor um sistema homogêneo de propriedade coletiva. Ao contrário disto, o que o estudo deste caso vem mostrar é que é preciso atentar para a existência de uma desigualdade do próprio grupo social, que precede a criação da RESEX, mas que é aflorada neste momento. Além da figura externa que exerce poder local (o “grande posseiro”) é possível reconhecer nos povoados da ilha das Canárias: espaços de uso comum (como as cacimbas, espaços de pesca e a terra de São José); os “pequenos posseiros” (moradores nascidos, que detêm o domínio de um determinado território e cede uma parcela para outrem²¹²) e os demais “agregados” (os que são destituídos de posse, mas vivem no lugar e produzem em espaços cedidos).

O que chama atenção é que embora impere os laços de reciprocidade e cooperação na vida social dos habitantes dos povoados, a diferenciação se dá, não apenas sob forma econômica ou de domínio da terra, mas também sob outras como, por exemplo, a detenção de meios de produção ou transporte, saberes sobre rezas e cura, ligação com agentes externos, representação da igreja católica no povoado – que conseqüentemente confere um poder e status diferenciado no grupo.

É também preciso superar, portanto, a visão que supõe as “populações tradicionais” homogêneas, e também, “vulneráveis e passíveis de desagregação com a penetração do modo capitalista de pensar e viver a relação com a terra” – assim como sugeriu GODÓI (1999), na observação da sociedade camponesa, no sertão piauiense²¹³. Estar atento à especificidade desse tipo de reprodução social, que no caso do Passarinho, articula vários tipos de atividade e apropriação dos recursos naturais, contribui para se olhar de maneira menos estereotipada para esta população do delta. Este posicionamento permite, portanto, “des-essencializar” a noção de “populações tradicionais”, que se torna enrijecida e vazia, quando se desconsidera a dinâmica interna, subjetiva e simbólica que acompanha as formas de reprodução social de cada grupo, e contribui para avançar na perspectiva de interação com essas populações.

“Reservas morais” remete ao conjunto desses valores e obrigações que circulam no espaço de pertencimento comunitário e da família por excelência e que subjazem à criação da RESEX e merecem atenção.

Faz-se necessário produzir uma cartografia das distintas formas de ocupação do território e também da “teia moral” que rege a vida em comunidade. Identificar esta complexa teia de pluralidades individuais e coletivas, locais e globais, pode vir a contribuir para uma reconstrução do território a partir da adesão a práticas sustentáveis, como almeja o projeto RESEX, de maneira mais refinada e quiçá, mais inclusiva.

²¹¹ Embora o chefe da RESEX tenha afirmado que foi realizado um estudo “dominial” da área, não foi realizada interlocução junto àqueles que possuíam algum título de posse.

²¹² Um vizinho, um compadre, que muitas das vezes é também um parente.

²¹³ GODÓI (1999) apóia-se na perspectiva de “economia moral” utilizada por THOMPSON (1984) na qual sociedade e economia encontram-se imbricadas, implicando em um conjunto de normas e obrigações recíprocas, e, portanto, de uma ética a orientar as condutas dos indivíduos de comunidades relativamente pequenas. Esta perspectiva opõe-se a outra que aponta para um dualismo entre estas duas esferas.

O que se observa é para que o modelo funcione, é necessário que a comunidade esteja “organizada” e tenha um tipo de associação formal para que exerça interlocução. No entanto, esta formalidade, destacada pelo órgão ambiental, representa igualmente uma demanda externa e ainda enfrenta resistência dos moradores na adesão a este propósito. Além disso, é preciso perceber que, a convocação de alguns moradores, por parte do órgão ambiental para representarem os povoados, em muitos casos, gera desconfianças, por parte dos demais moradores, e acaba sendo um inibidor da participação coletiva.

Embora os moradores mais engajados (os que normalmente são convocados pelo IBAMA) já demonstrem certa aceitação com relação à importância da RESEX para o lugar, eles próprios e os demais, parecem ainda não interagirem e incorporarem o papel protagonista que o modelo requer. A criação da RESEX do Delta do Parnaíba é vista com exterioridade pelos habitantes locais. Eles próprios expressam um certo descontentamento com o peso de estar de alguma forma “ligados” aos propósitos do órgão ambiental, uma vez que passam a ser destacados pelos demais, por atuarem como possíveis mediadores. Por outro lado, este papel, é também carregado pelo prestígio que lhe é atribuído, em outros âmbitos que passam a circular.

No que se refere à chegada do turismo, à revelia, na ilha das Canárias, e, portanto, à falta de planejamento e de inserção da RESEX num programa mais amplo, como o Pólo de Ecoturismo Delta do Parnaíba (EMBRATUR/IEB), as observações do estudo realizado em 2002/2003, ainda são atuais. Os habitantes locais permanecem sendo lembrados em sua excentricidade, se comparado ao modo de vida urbano e se tornaram um atrativo para os que visitam a região e almejam apreciar a vida de um ilhéu pescador ou um “caranguejeiro”, um “homem da lama”²¹⁴. Além dessa imagem, visível no discurso das agências de turismo e nos roteiros turísticos, é preciso salientar que as “propostas” de pessoas externas, que gostariam de estabelecer um empreendimento no povoado, e em seus arredores, se intensificam em larga escala. Como já observado, o fenômeno crescente do turismo, não vêm sendo acompanhado de discussões endógenas de planejamento e tomada de decisão por parte dos povoados locais, o que constitui um contra-senso em relação aos pressupostos de criação e objetivos da referida UC. Este fato permite que a população permaneça vulnerável com relação aos possíveis impactos da atividade e também fora do contexto de interlocução regional de implantação dos programas de desenvolvimento dirigidos à região (Mattos, 2003).

Estes programas espaços de participação, ainda são conduzidos por representantes das elites regionais e outros segmentos articulados. O caso da parceria das ONGs PANGEA, de origem baiana, e COSPE, italiana, com o IBAMA regional, parece ter por finalidade fomentar um trabalho de base comunitária no interior da RESEX, no entanto, não foi objetivo avaliar, no âmbito desta pesquisa, os diversos interesses envolvidos.

Após o contato com o campo, algumas notícias sobre acontecimentos na atualidade puderam ser acessadas, como a que destaco a seguir, e que diz respeito à constituição do Conselho Deliberativo da RESEX, conforme notícia a representante do IBAMA/PI,

²¹⁴ Como dito no estudo anterior, o planejamento do ecoturismo, como estratégia de desenvolvimento para a região, deveria levar em conta, não só a superação das deficiências apontadas, mas também permitir um diálogo efetivo com a população residente no interior da RESEX, afim de que as “populações tradicionais” do delta do Parnaíba, não sejam apenas lembradas no marketing do ecoturismo, mas também em seus direitos e principalmente como tomadores de decisões (Mattos, 2003).

Quadro – 12 - Notícias ambientais

Piauí já escolheu as entidades para o Conselho Deliberativo do Delta do Parnaíba

Teresina (23/06/06) – o Piauí já escolheu as entidades que irão formar o Conselho Deliberativo para a Reserva Extrativista do delta do Parnaíba. A escolha feita em Parnaíba durante o Seminário de Sensibilização para a Identificação de Conselheiros, que contou com a participação do Diretor de Desenvolvimento Sócio-Ambiental do IBAMA em Brasília, Paulo Henrique Borges de Oliveira Júnior. O Conselho será responsável pela administração da reserva e é constituído por representantes dos órgãos públicos, da sociedade civil e da população local. Segundo o chefe do escritório em Parnaíba, Fernando Gomes, a reserva foi criada em 2000 com o objetivo de desenvolver estratégias de conservação para as comunidades de catadores de caranguejo. “São 26 mil hectares entre a Ilha Grande do Piauí e Araisos e Água Doce no Maranhão. A lei institui o chamado Sistema Nacional de Unidades de Conservação que diz que as Reservas Extrativistas devem ser guiadas por um conselho deliberativo formado pela representação das comunidades residentes, usuários da reserva, instituições que representam a região e ONG’s”, avalia Fernando Gomes. Com a definição dos membros do Conselho, as instituições escolhidas terão o prazo de quarenta dias para indicar seus representantes. Cada instituição pode indicar uma pessoa que será capacitada em Gestão Ambiental de áreas Protegidas. Um dos maiores objetivos da reserva do Delta é a conservação da atividade extrativista do Caranguejo-uça. O superintendente do IBAMA no Piauí, Romildo Mafra, disse que o Seminário preparou as entidades para compor o Conselho Deliberativo da reserva. Na oportunidade, foi mostrado o que é uma reserva extrativista e qual o seu papel. “Foram mostradas experiências de outros Estados. A reserva do Delta é a única do Piauí e quer receber recursos para a melhoria de vida da população local”, explicou Mafra. Cíntia Lucas IBAMA/PI

Fonte: site IBAMA²¹⁵

O desafio de se compreender como as populações locais do delta do Parnaíba estão sendo incorporadas aos modelos de conservação inclusivos, permanece.

É preciso esclarecer que, embora tenha me utilizado do relato do chefe da RESEX para subsidiar a interpretação do caso a partir da visão do gestor sobre o panorama de criação e implantação da UC, não se trata de produzir uma reflexão crítica de forma personalista. As observações realizadas não são dirigidas à figura do representante do IBAMA, pois não se trata de encontrar culpados ou simplesmente criar “vitrines de apedrejamento”. Ao contrário disto, é preciso pensar, construir e reformular as diretrizes maiores, ou seja, as políticas públicas que orientam as práticas locais.

Para finalizar, considero que a hipótese central da pesquisa foi confirmada neste estudo. Assim é possível afirmar que as transformações ocorridas nas últimas décadas na região do Delta do Parnaíba reordenam as formas de reprodução social das famílias residentes nas ilhas do delta e configuram novas formas de relações sociais e políticas no âmbito local. O surgimento de compromissos de conservação de recursos renováveis, e o engajamento de novos atores sociais, que passam a transitar no espaço comunitário, bem como, as demandas de alternativas econômicas, fazem com que a população local passe a ter que responder a essas exigências, reformulando aquilo que configuraria o seu *ethos* local.

Que rumos irão tomar? Eis uma nova questão.

²¹⁵ Disponível em < http://www.ibama.gov.br/novo_ibama/paginas/materia.php?id_arq=4013 > acesso em 5 de agosto de 2006.

BIBLIOGRAFIA

- ACSELRAD, Henri. *Zoneamento Ecológico-econômico – entre ordem visual e mercado-mundo*. Rio de Janeiro. IPPUR-UFRJ, 2001
- ADAMS, Cristina. *As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar*. Revista de Antropologia. São Paulo, USP – vol. 43. No. 1, 2000.
- ALENCAR, Edna F. *Pescadeiras, Companheiras e Perigosas: a pesca feminina na ilha dos Lençóis*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. UNB, 1991.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. *Carajás: A Guerra dos Mapas*. Belém: Falangola, 1994.
- _____. *Terras de preto, terras de santo e terras de índio – uso comum e conflitos*. Cadernos do NAEA. No. 10. Belém, UFPA.
- ANDRADE, Maristela de Paula. *Terra de Índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum*. – São Luis: UFPA, 1999.
- ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, A.C. *Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC e Nupaub – USP, 2000.
- BARRETTO FILHO, Henyo. Populações tradicionais: introdução a crítica da ecologia política de uma noção. Departamento de Antropologia – UNB, no prelo.
- _____. Preenchendo o buraco da rosquinha: uma análise antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. In: *Boletim Rede Amazônia*. Ano 1. No.1, 2002.
- BAILEY, F. G. The peasant view of bad life. In: SHANIN, T. (org) *Peasant and peasant societies*. London, Penguin, 1988.
- BECKER, H. S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- BENATTI, José Heder Presença Humana em Unidades de Conservação: um impasse científico, jurídico ou político? In: CAPOBIANCO, João Paulo R. et al. (org) *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: uma avaliação das ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. Instituto Socioambiental, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 7º. Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004
- CARNEIRO CUNHA, Manuela e ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: *Biodiversidade na Amazônia Brasileira – avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. Coordenação geral: João Paulo Ribeiro Capobianco. ISA, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v 2). – São Paulo; Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Edna. “Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais”. In: CASTRO, E.;PINTON, F. (eds). *Faces do Tópico Úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Blém: Ceijup, 1997.
- CHAMY, P. *Reservas Extrativistas Marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade*. I Encontro da Associação nacional de Pós-graduação de Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS – SP. Novembro de 2002. Disponível em < www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/conhecimento_local/Paula%20Chamy.pdf > acesso dia 10 de agosto de 2004.
- CHAVÉZ, Maurício G. *Biodiversidade e conhecimento local: do discurso a prática baseada no território*. I Encontro Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. GT – 3 Biodiversidade e recursos naturais. Novembro, 2002. Disponível

<www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/biodiversidade/Mauricio%20Genet%20Guzman%20Chavez.pdf> acesso em 05 de agosto de 2004.

COMERFORD, J. *Como uma família – sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2003.

COUTINHO, Maria. *Ecoturismo: Reservas Extrativistas no Brasil e Experiências da Costa Rica*. Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Integração da América Latina, área de concentração em comunicação e cultura. Orientadora Profa. Dra. Beatriz Helena Gelas Lage. Universidade de São Paulo, março de 2000.

DA MATTA, Roberto. “O Trabalho de Campo”. In: *Relativizando. Uma introdução à antropologia social*. Petrópolis, Vozes, 1981.

DIEGUES, Antonio Carlos. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *A interdisciplinaridade nos estudos do mar: o papel das ciências sociais*. Conferência proferida na XV Semana de Oceanografia, Instituto Geográfico da USP, outubro de 2003. Disponível em < <http://www.usp.br/nupaub/interdis.doc> > acesso em 20 de março de 2005.

DUARTE, Luiz Fernando D. *As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. – Niterói: EdUFF, 1999.

EMBRATUR/IEB, 2002

ESTERCI, N. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia Brasileira. In: *Boletim Rede Amazônia*. Ano 1. No.1, 2002.

_____. *A luta pela terra e a função ambiental da propriedade*. In: *Reforma Agrária e Meio Ambiente/ organizadores Neide Esterci, Raul Silva Telles do Valle*. – São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

ESTERCI, N., LIMA, D., LENÁ, P. Diversidade Sociocultural e Políticas Ambientais na Amazônia: o cenário contemporâneo. In: *Boletim Rede Amazônia*. Ano 1. No.1, 2002.

FEYDIT, Lina Márcia D. *Avaliação do Estado Nutricional de Crianças menores de 6 meses na Ilha das Canárias*. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Saúde da Família) - Universidade Federal do Maranhão. Orientador: Sueli Rosina Tonial. 2001.

FEYDIT, Lina M. D. e COSTA, Monica, M.O. *Perfil sócio-econômico, demográfico e ambiental da ilha de Canárias*. Araiões – MA, 2006. (em mãos)

FURTADO, L.G. *Currulistas e Rendeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. *O saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GODÓI, Emília Pietrafesa. *O trabalho da memória: cotidiano e história no Sertão do Piauí*. – São Paulo, UNICAMP, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

IBAMA/CNPT. CARVALHO, José Arribamar e CORDEIRO, Alexandre Zanani. *Caracterização Sócio-econômica da área do Delta do Parnaíba a ser transformada em Reserva Extrativista*. Parnaíba, Piauí, 1999.

IBAMA/CNPT. Documento para a discussão Política: Termos da Referência para a Elaboração do plano de Manejo de Uso Múltiplo das Reservas Extrativistas, Brasília, 2001.

KANT DE LIMA, R. e PEREIRA, L. F. *Pescadores de Itaipú: Meio Ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói/RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

LIMA, Deborah. Equidade, Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade. In: Edna Castro e F. Pintos (eds.). *Faces do Trópico Úmid - conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup, 1997.

LIMA, Deborah de Magalhães. “Equidade Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade” pág 289. In: Edna Castro e F. Pintos (eds.). *Faces do Trópico Úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Ceijup, 1997.

Ética e Política Ambiental na Amazônia Contemporânea. In: In: *Boletim Rede Amazônia*. Ano 1. No.1, 2002.

LIMA, D. ESTERCI, LENÁ, P. Diversidade sociocultural e políticas ambientais na amazônia: o cenário contemporâneo. In: *Boletim Rede Amazônia*. Ano 1. No.1, 2002.

MALDONADO, Simone C. *Pescadores do Mar*. São Paulo, Ática, 1986.

MALINOWSKI, B. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. – São Paulo, Abril, 1922.

MATTOS, Flávia. *O Delta do Parnaíba nos rumos do Ecoturismo: um olhar a partir da comunidade local*. Monografia de conclusão do curso de graduação em Psicologia pela UFRJ. Defendida em abril de 2003.

MAUSS, Marcel. (1950). *Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEDEIROS, R., IRVING, M e GARAY, I. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. In: *Revista de Desenvolvimento econômico*. Ano VI – No. 9. Salvador. Janeiro de 2004.

MERCADANTE, M. Uma década de debates e negociação. A história da elaboração da lei do SNUC. In: BENJAMIN, A. *Direito Ambiental das áreas Protegidas: o regime jurídico das Unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

MMA - Gestão participativa do SNUC / Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. Programa Áreas Protegidas da Amazônia. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

OLIVEIRA, E. e IRVING, M. Comunicação do âmbito do Plano Nacional de áreas protegidas (PNAP): refletindo sobre uma estratégia em construção. II SAPIS, 2006. Disponível em < www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/ElizabethOliveira.pdf > acesso em setembro de 2006.

PRADO, Simone M. *Da anchova ao salário Mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/ RJ*. Niterói: EdUFF, 2002.

SABERES tradicionais e biodiversidade no Brasil. Organizado por Antonio Carlos Diegues e Rinaldo S. V. Arruda. - Brasília, Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. (Biodiversidade 4)

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das letras, 1998.

ZEE do Baixo Parnaíba. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Baixo Rio Parnaíba: Subsídios técnicos*. MMA/SDS. Relatório Final. – Brasília, 2002.

SITES CONSULTADOS

CARE. Disponível em < <http://www.care.org.br/Secao.asp?CodSecao=6&Nivel=4> > acesso em 13 de dezembro de 2005.

CORREIO BRASILIENSE. Alegria, Alegria! - José Sarney. Disponível em < <http://clipping.planejamento.gov.br/noticias.asp?notcod=251791> > acesso em 20 de agosto de 2006.

COSPE. Disponível em < <http://www.cospe.it/italiano/index.php> > acesso em 10 de dezembro de 2005.

FAMEM – Federação dos Municípios do Estado do Maranhão. Disponível em < <http://www.famem.org.br/Pagina32.htm>. > acesso em 10 de dezembro de 2005.

ILHA DO CAJU. Disponível em < <http://www.ilhadocaju.com.br> > acesso em 13 de novembro de 2005.

MUNINET – Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal. Banco Estatístico. Araioses/MA. Disponível em <<http://muninet.org.br/banco/index.php>> acesso em 17 setembro de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA. História. Disponível em <<http://www.parnaiba.pi.gov.br/novophb/historia.php> > acesso em 10 de dezembro de 2005.

PREFEITURA DE ARAIOSES. Disponível em < www.araioses.ma.gov.br > acesso em 10 de dezembro de 2005.

IBAMA. Disponível em < http://www.ibama.gov.br/novo_ibama/paginas/materia.php?id_arq=4013 > acesso em 5 de agosto de 2006.

PROGRAMA MPE/ FUNBIO. Disponível em < www.mpe.org.br > acesso em 10 de dezembro de 2005.

HOCHHEIMER IMPERATORI ARQUITETURA. Disponível em < www.hiarq.com.br > acesso em 17 de novembro de 2005.

JORNAL CONSULTADO

O Estado de São Paulo – Matéria “O Bolsa-Família chega, vira comida, e Araioses continua na mesma miséria”. Retratos do Brasil. Domingo, 20 de fevereiro de 2005.

VÍDEO CONSULTADO

“Pólo de Ecoturismo Delta do Parnaíba" Produção: Raiz Savaget comunicações e Realização: Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável" MMA, 2002.

ANEXOS

Anexo 01 – Lista e perfil dos entrevistados

Anexo 02 – Decreto de Criação da Reserva Extrativista marinha do Delta do Parnaíba

Anexo 03 - Mapa da APA do Delta do Parnaíba - IBAMA/CNPT

Anexo 04 – Mapa da RESEX Mar do Delta do Parnaíba – localização no Brasil - IBAMA/CNPT

Anexo 05 – Mapa da RESEX Mar do Delta do Parnaíba – localização regional - IBAMA/CNPT

Anexo 06 – Mapa da RESEX Mar do Delta do Parnaíba – povoados locais - IBAMA/CNPT

Anexo 07: Acervo Fotográfico

Anexo 01 – Lista e perfil dos entrevistados

- Membros da família do Povoado do Passarinho que me acolheram

Identificação	Idade	Perfil
Paulo	38	Nascido nas Canárias, morador do Passarinho. Conhecido como “Paulão do Passarinho”, atualmente se dedica a pesca, embora já tenha catado caranguejo. Colonizado. Casado com Bete, pai de três filhos – João Paulo, Paula e Adalto. Participa das reuniões promovidas pelo IBAMA.
Bete	36	Nascida em Parnaíba e criada no Passarinho. Casada com Paulo, divide a casa com os pais de criação, filho, nora e neto. Suas atividades são os cuidados com a casa, quintal, roça, comida e eventualmente a saída para a cata do sururu. (Maria Elizabete)
Vidoca	70 aprox	Foi morar no Passarinho quando jovem, possui aproximadamente 70 anos. É mãe de Maria e mãe adotiva de Bete. Recebe aposentadoria e, portanto, é detentora de recursos financeiros. Possui voz ativa nas decisões familiares, embora já não saia mais de casa, pelo cansaço da velhice e outras doenças que diz sentir. Quando moça disse ser bastante ativa nas roças para ajudar o marido Matias.
Matias	70 aprox	Esteve sempre ligado à roça, embora agora não exerça mais nenhuma função produtiva, pela idade avançada. Também recebe aposentadoria ligada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

- Demais entrevistados habitantes do povoado do Passarinho

Homens – Povoado do Passarinho		
Identificação	Idade	Perfil
CM	77	Neto de João Branco e Maria Branca, (primeira família a chegar no Passarinho) - se dedicou ao trabalho na roça e sempre viveu no povoado (só saiu a passeio), ao contrário dos irmãos que foram viver em outros lugares, um, inclusive, na Amazônia. Casou e continuou cuidando da avó até a sua morte. Atualmente é viúvo e vive da aposentadoria. Família dos Cardoso.
AT	75	Pertencente a família dos Ribeiro (Adriões/Adrianos), vinda do Ceará e também fundadora do Passarinho. É ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Teve 17 filhos. Atualmente aposentado e viúvo. Conhece vários lugares.
LS	71	Neto de João Cardoso, nascido e criado no Passarinho. É primo de CM. Teve 13 filhos com sua esposa. Algumas filhas moram em grandes capitais. Trabalha com de roça e compra a produção de arroz de outros moradores para revender. Confia nos mais velhos, mas na juventude não.
RP	66	Nascido nos Coqueiros. Há 20 anos foi morar no Passarinho, onde casou com a mulher (já falecida), que era do passarinho. Trabalhou com gado, roça, pesca e na cata do caranguejo, mas parou. Aposentado pelo Sindicato dos trabalhadores rurais. Trabalhava de roça e pagava “renda”. Dos 12 filhos, 4 são vivos. Participa de vez em quando das reuniões do IBAMA. Participa da associação.
H	6X	Aposentado, nascido na Caiçara, vive no Passarinho.
TO	6X	Nascido e criado no Passarinho. Casado pela segunda vez, teve 7 filhos dos quais 3 moram no Passarinho. Pertence a família dos Cardoso. Está ligado ao Sindicato dos trabalhadores Rurais. É responsável pelas missas da igreja, e vem tentando resgatar o festejo do povoado. Atualmente também exerce a presidência da associação de moradores.
VA	60	Mora a quase 20 anos no Passarinho. Veio de “Coqueiro de pé de água doce” É filiado ao sindicato dos trabalhadores, faz roça e pesca desde menino. Criou 6 filhos – 4 mulheres e 2 homens. Um desses mora fora e o outro trabalha com CJ na cata do caranguejo. Morou em 5 casas no Passarinho. Está com o braço doente e não pode mais catar caranguejo.

CJ	57	Nascido e criado no Passarinho. Filho de AT. Teve 14 filhos com a mulher (8 estão vivos; 1 morreu aos 6 meses e os outros nasceram mortos). Trabalhava de roça e há alguns anos organiza a turma de catadores de caranguejo do Passarinho. Participa dos fóruns sobre a sustentabilidade do caranguejo-uçá e também das reuniões do IBAMA.
DC	56	Nascido e criado no Passarinho. Este morador conta que além de ter uma “rocinha” e pescar, organiza o futebol, as festas e possui o único bar-clubê do Passarinho (há uns 15 anos). Possui 2 filhas (uma delas mora em uma grande capital). Participa, mas não está satisfeito com a associação de moradores. Há 3 anos compra o peixe de outros moradores e revende em Conceição.
AL	54	Nascido e criado no Passarinho. Irmão de AT. Trabalha com lavoura e na pesca (vende o arroz e a pesca é para o consumo da família). 17 irmãos. Casado e possui 13 filhos – muitos moram em outros lugares e capitais. É colonizado (filiado a Colônia de Pescadores). Participa das reuniões do IBAMA.
JD	-	Viúvo com 13 filhos – amava a mulher – sofreu muito com a perda. Bebe muita cachaça. Ficou desaparecido depois do festejo do Torto.
DS	40	Nascido no Passarinho. Trabalha com roça e pesca. Paga “renda”, pois existe o “combinado”. Vende o peixe no próprio povoado. Não participa das reuniões do IBAMA. Casado, 4 filhos. Filho de DA.
GE	38	Veio do Coqueiro com 11 anos – seu pai era do Passarinho. Casado com 4 filhos. Trabalha com roça, pesca e caranguejo. Cria também abelha.
FS	28	Nascido no Passarinho, filho de CJ. Trabalhava com roça. Morou 4 anos em Brasília trabalhando de servente numa construção. Juntou há 6 anos com a prima com quem tem 2 filhos. Atualmente trabalha também na cata do caranguejo. Participa das reuniões do IBAMA e não faz parte da associação de moradores.
PC	25	Foi pequeno morar no Passarinho junto com os pais vindos do Coqueiro. Não estudou. Trabalha de roça e pesca. Já trabalhou na cata do caranguejo, mas parou (por ser muito cansativo). Estava trabalhando na instalação da energia na ilha. Casado, tem 4 filhos. Pagava “renda”, mas não paga mais há uns 3 anos. Não participa da Associação.
RS	23	Nascido no Passarinho. Trabalha com a roça. Pagava “renda”. Não participa das reuniões do IBAMA nem cata caranguejo.
JP	21	Nascido no Passarinho. Filho mais velho de Bete e Paulo – juntado com Gilmara. Aguarda o nascimento do primeiro filho. Trabalha com pesca e a cata do caranguejo. Estudou até a 3ª. Série. Vai, de vez em quando, nas reuniões do IBAMA. Gosta muito do lugar, não pensa em sair.
FE	21	Nascido no Passarinho. Neto de AT. Pais falecidos. Trabalha na roça (planta para comer) e pesca e atualmente na cata do caranguejo também. Participa das reuniões do IBAMA. Não faz parte da Colônia de Pescadores. Não faz parte da Associação.
AD	18	Nascido no Passarinho. Filho mais novo de Bete e Paulo – juntado com Cleudiane e pai do Tiago. Não possui registro de nascimento, CPF, título. Eu sonho é ir morar num lugar bem longe (SP/Brasília/RJ) – mas nunca saiu do Passarinho, nem para estudar, ao contrário da irmã Paula.

Mulheres – Povoado do Passarinho		
Identificação	Idade	Perfil
LD	60	Nascida na Caiçara, casou com um filho do Passarinho e foi para o povoado morar. Teve 10 filhos. É aposentada e trabalha há 5 anos na escola do Passarinho. É viúva.
DA	-	Moradora antiga do Passarinho. Vive com a neta.
MC	57 Aprox.	História familiar complexa, mãe sofria de uma doença e o atual marido tem problemas relacionados ao uso de bebida alcoólica (cachaça). Família vivia da roça.
MZ	52	Nascida na Aldeia e criada na Caiçara. Há 37 anos mora no Passarinho. Possui 12 filhos e 29 netos. Esta moradora, ao contrário da

		maioria das mulheres do povoado, destaca-se por realizar a atividade de pesca e a cata do caranguejo – atividades predominantemente do universo masculino.
TE	4X	Nascida e criada no Passarinho. Tem 4 filhos. Dois destes moram com ela, e os outros, dois com a mãe. Morou em Teresina, não gosta de viver no Passarinho. Nunca participou de uma reunião do IBAMA. Os pais são do Passarinho, tem oito irmãos.
RO	38	Casada, mãe de 7 filhos. A família vive predominantemente da roça e do caranguejo. Morou nas Canárias por 10 anos.
RA	36	Nascida na Caiçara, criada no Passarinho (mãe nascida no Passarinho). Nunca casou e não tem filhos. Seu pai trabalha na roça e pesca. Já morou em Parnaíba, mas não gostou. Queixa-se que ali não tem trabalho para as mulheres.
MR	33	Nascida no Passarinho (pais e avós também). Dos 12 irmãos, só 2 moram no povoado. Trabalhou em Brasília, mas prefere viver no Passarinho. Casada, três filhos. Pagavam “renda” pela produção (não pagam mais). Frequenta as reuniões do IBAMA e faz parte da associação de moradores.
TA	30	Nascida no Coqueiro, mora desde pequena no Passarinho onde o pai nasceu. Principais atividades são: cuidados domésticos e também cata do sururu e a caça. Juntou há 13 anos e tem 2 filhos. Não estudou, pois diz que na sua época não havia escola. O marido trabalhava de roça e mais recentemente com o caranguejo, que é a atividade forte do momento. Quando a produção da lavoura era maior pagava-se renda nas terras “de lá”, explica, “mas agora é para o consumo da casa e não paga mais”.
OL	29	Nascida no Passarinho, mora em Fortaleza desde os 17 anos. Estava em visita a família na ocasião da pesquisa. Tem uma filha pequena que fica aos cuidados dos avós. Não se adapta mais a vida do povoado, embora venha sempre visitar.
TS	27	Nascida no Passarinho. Casada com FL, tem 1 filha (perdeu 2 outras). Estudou com as tias, que estudaram fora. Seu marido trabalha na atividade de cata do caranguejo e vende para o atravessador do lugar, mas tb pesca e trabalha na roça – Tarsiana Perpétua Ribeiro de Sousa – santinha
JO	22	Nascida no Passarinho Aos 10 anos foi morar em Fortaleza, mas retornou há 7 anos, pois diz gostar mais do lugar. Casada, com 2 filhos, é neta de LD. Josiane Ferreira (neta Lindalva)
PA		Nascida no Passarinho. Filha de Bete e Paulo. Estudou nos Morros e morou em Brasília. Mora numa ilha particular próxima ao povoado com o marido e 2 filhos, que tomam conta.
CL	18	Nascida no Passarinho,– junta com AD, mãe de Thiago de 1 ano e meio – vive na casa com os sogros e dedica-se aos cuidados da casa e do filho. Cleudiane

- Moradores do povoado das Canárias entrevistados

Homens – Povoado de Canárias		
Identificação	Idade	Perfil
PD	69	Nascido em Canárias. Casado com DN.
JC	65	Nascido e criado em Canárias. Atua como enfermeiro há muitos anos. Percorre os demais povoados da ilha e possui inúmeros afilhados. Critica duramente os políticos, a atuação do IBAMA e as irregularidades na pesca predatória.
AR	59	Nascido em Canárias. É ex-candidato a vereador. Apontou para o perigo de internacionalização da Amazônia e questionou a atuação do IBAMA em criar a RESEX em áreas que havia posse.

GD	43	Nascido em Canárias. Pescador e funcionário público. casado
LC	-	Casou com uma filha de Canárias e foi para lá morar. É dono de um estabelecimento comercial em Canárias. Fez questionamentos sobre a minha atuação e objetivos de pesquisa.
LL	16	Nascido em Canárias. Já tentou estudar, mas não sabe ler. Trabalha para AR. Seu sonho é ter fazenda e gado para receber os amigos. Recentemente passou a conduzir de visitantes (turistas) pela ilha – sua família trabalha atualmente na pousada que foi construída no povoado.

Mulheres – povoado de Canárias		
Identificação	Idade	Perfil
DN	68	Nascida e criada no povoado das Canárias. Família de 13 irmãos. Estudou e lecionou dos 18 aos 42 anos. Casada, criou os filhos, cujo maior desejo era viajar. É aposentada. Herdou a representação da igreja católica na comunidade e o cuidado com as terras de São José, anteriormente exercido por seu tio, conhecido como Pirão d'água.
AM	31	Nascida em Canárias. Teve a experiência de trabalhar em uma capital como doméstica, mas não se adaptou e preferiu retornar a sua origem e viver no povoado junto a família. É agente de saúde na comunidade. Casou com DL.
GR	13	Nascida em Canárias, estuda e tem o sonho de ir morar em uma grande cidade.

- Outros interlocutores entrevistados

Identificação	Idade	Perfil
LN	50	Nascida no RJ, morou em MG e foi trabalhar como enfermeira do PSF na comunidade de Canárias onde resolveu firmar moradia definitiva. Além dos serviços prestados à comunidade, LM vem estimulando o fortalecimento da organização social do povoado (Associação de moradores) e outros eventos: 1º. Encontro de Educação Ambiental – tema: lixo; Comemoração do Nascimento de Canárias dia 14 de novembro; 2º. Encontro – enfoque: agrotóxico. Gincana. Regata. Realiza e expõem as pesquisas realizadas com as crianças. Atualmente também dá aula para os adultos do povoado.
DL	-	Filho de LM foi morar com a mãe e também resolveu viver no povoado. Casou com A., nascida em Canárias. Faz planos de desenvolver o ecoturismo na localidade e difundir a cultura cabocla.
D	-	Representante da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba – IBAMA Regional de Parnaíba.
MS	-	Representante da cooperação internacional – convênio ONG italiana (COSPE) – com o IBAMA – Paraense, trabalhou no Acre – viveu na Europa — Projeto de mobilização social com duração de 3 anos para a atuação na RESEX Marinha do Delta do Parnaíba.

Anexo 02 – Decreto de Criação da Reserva Extrativista marinha do Delta do Parnaíba



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 16 DE NOVEMBRO DE 2000.

Cria a Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba, no Município de Ilha Grande de Santa Isabel, Estado do Piauí, e nos Municípios de Araiões e Água Doce, Estado do Maranhão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto no 98.897, de 30 de janeiro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba, nos Municípios de Ilha Grande de Santa Isabel, Estado do Piauí, Araiões e Água Doce, Estado do Maranhão, com uma área aproximada de vinte e sete mil, vinte e um hectares e sessenta e nove centiares, com perímetro aproximado de cento e quatro quilômetros, novecentos e trinta e um metros, tendo por base as Folhas MI 553 e MI 554, na escala de 1:100.000, publicada pela Diretoria do Serviço Geográfico, Ministério do Exército, 2ª edição, 1978, com o seguinte Memorial Descritivo: partindo do Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 02°43'14.15" S e 42°01'10.33" Wgr., localizado na Ilha das Canárias, na margem direita do Rio Santa Rosa, quando este desemboca no Oceano Atlântico, na chamada Baía do Cajú; deste, segue acompanhando a linha do preamar médio do litoral da Ilha das Canárias, por uma distância aproximada de 10.312,03 metros, até o Ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 02°43'04.30" S e 41°56'08.01" Wgr., localizado na margem esquerda do Igarapé dos Poldros, quando este desemboca no Oceano Atlântico; daí, segue por uma reta de azimute de 89°11'10.76" e uma distância aproximada de 638,0251 metros, atravessando o Igarapé dos Poldros, até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 02°43'04.00" S e 41°55'47.36" Wgr., localizado na margem direita do Igarapé dos Poldros; daí, segue pela margem direita do citado Igarapé, no sentido montante, por uma distância aproximada de 4.508,42 metros, até o Ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 02°43'29.83" S e 41°53'39.04" Wgr., localizado na margem direita do Igarapé dos Poldros; daí, segue por uma reta de azimute 151°11'35.36" e uma distância aproximada de 595,97 metros, atravessando o Igarapé dos Poldros, até o Ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 02°43'46.86" S e 41°53'29.78" Wgr., localizado na margem direita do Igarapé da Ilha das Barreiras, próximo a sua desembocadura no Igarapé dos Poldros; daí, segue pela margem direita do Igarapé da Ilha das Barreiras, no sentido montante, por uma distância aproximada de 4.818,65 metros, até o Ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 02°44'46.94" S e 41°52'23.83" Wgr., localizado na margem direita do Igarapé da Ilha das Barreiras em sua confluência com o Igarapé dos Poldros, excluindo do perímetro da Reserva Extrativista a Ilha das Barreiras; daí, segue por uma reta de azimute 44°00'06.66" e uma distância aproximada de 122,28 metros, atravessando o Igarapé dos Poldros, até o Ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas 02°44'44.08" S e 41°52'21.07" Wgr., localizado na margem direita do Igarapé dos Poldros,

na Ilha de mesmo nome; daí, segue pela margem direita do Igarapé dos Poldros, no sentido montante, por uma distância aproximada de 8.635,85 metros, até o Ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas 02°44'52.51" S e 41°49'40.23" Wgr., localizado na confluência do Igarapé dos Poldros com o Rio Parnaíba, em sua margem esquerda; daí, segue por uma reta de azimute 144°10'06.80" e uma distância aproximada de 1.714,825 metros, atravessando o Rio Parnaíba, até o Ponto 9, de coordenadas geográficas aproximadas 02°45'37.77" S e 41°49'07.73" Wgr., localizado na desembocadura do Igarapé da Trindade, no Rio Parnaíba, em sua margem direita, na Ilha Grande de Santa Isabel; deste, segue pela margem direita do Igarapé da Trindade, no sentido montante, por uma distância aproximada de 6.358,807 metros, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 02°48'12.16" S e 41°50'27.86" Wgr., localizado na confluência do Igarapé Trindade e o Rio Parnaíba em sua margem direita; daí, segue por uma reta de azimute 295°34'16.09" e uma distância aproximada de 914,025 metros, atravessando o Rio Parnaíba, até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 02°47'59.32" S e 41°50'54.56" Wgr., localizado na confluência do Igarapé do Guirindó e Rio Parnaíba, em sua margem esquerda; daí, segue pela margem direita do Igarapé do Guirindó, no sentido montante, por uma distância aproximada de 8.117,819 metros, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 02°49'35.52" S e 41°52'38.42" Wgr., localizado na confluência do Igarapé do Guirindó com o Rio Barreirinha, na sua margem direita; daí, segue por uma reta de azimute de 181°57'55.35" e uma distância aproximada de 86,78 metros, atravessando o Rio Barreirinha, até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 02°49'38.34" S e 41°52'38.51" Wgr., localizado na margem esquerda do Rio Barreirinha; daí, segue pela margem esquerda do Rio Barreirinha, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 1.771,39 metros, até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 02°50'00.11" S e 41°53'09.28" Wgr., localizado na margem esquerda do Rio Barreirinha, em sua confluência com um Paraná sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido Paraná, no sentido Rio Barreirinha/Rio Santa Rosa, por uma distância aproximada de 4.679,02 metros, até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 02°51'39.18" S e 41°54'02.97" Wgr., localizado na confluência do citado Paraná sem denominação com o Rio Santa Rosa, em sua margem direita; daí, segue por uma reta de azimute 270°05'09.68" e uma distância aproximada de 145,04 metros, atravessando o Rio Santa Rosa, até o Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas 02°51'39.18" S e 41°54'07.67" Wgr., localizado na margem esquerda do Rio Santa Rosa; daí, segue pela margem esquerda do Rio Santa Rosa, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 14.076,03 metros, até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas 02°50'10.57" S e 41°57'29.37" Wgr., localizado na margem esquerda do Rio Santa Rosa, com a desembocadura do Igarapé da Caieira, em sua margem direita; daí, segue por uma reta de azimute 328°47'03.82" e uma distância aproximada de 295,44 metros, atravessando o Igarapé da Caieira, até o Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas 02°50'02.35" S e 41°57'34.32" Wgr., localizado na margem esquerda do Igarapé da Caieira, em sua desembocadura no Rio Santa Rosa, em sua margem esquerda; daí, segue pela margem esquerda do Rio Santa Rosa, no sentido jusante, por uma distância de 6.163,02 metros, até o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas 02°47'58.84" S e 41°59'49.18" Wgr., localizado na desembocadura do Rio Maria Engracia, em sua margem direita, e no Rio Santa Rosa, em sua margem esquerda; daí, segue pela margem direita do Rio Maria Engracia, no sentido montante, contornando a Ilha Croatá de Dentro, por uma distância aproximada de 15.625,36 metros, até o Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas 02°48'20.44" S e 42°04'52.65" Wgr., localizado na Ilha de São Bernardo; daí, segue por uma reta de azimute 0°08'31.30" e uma distância aproximada de 3.274,74 metros, atravessando a Baía de São Bernardo, até o Ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas 02°46'33.83" S e 42°04'52.37" Wgr., localizado sobre a linha do preamar médio na Ilha do Caju; daí, segue

pela linha do preamar médio, contornando o lado sul da Ilha do Caju, por uma distância de 7.822,60 metros, até o Ponto 22, de coordenadas geográficas aproximadas 02°45'30.75" S 42°01'33.19" Wgr., localizado sobre a linha do preamar médio na Ilha do Caju, ao largo da Baía do Caju; segue por uma reta de azimuth 09°33'04.18" e uma distância aproximada de quatro mil, duzentos e cinquenta e quatro metros e setenta e seis centímetros, atravessando a Baía do Caju, até encontrar o Ponto 1, início desta descritiva.

Art. 2o A Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba tem por objetivo garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área.

Art. 3o A área da Reserva Extrativista, ora criada, fica declarada de interesse ecológico e social, conforme preconiza o art. 2o do Decreto no 98.897, de 30 de janeiro de 1990.

Art. 4o Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA supervisionar a área de que trata este Decreto, promover as medidas necessárias à formalização do contrato de concessão real de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Decreto no 3.125, de 29 de julho de 1999, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas.

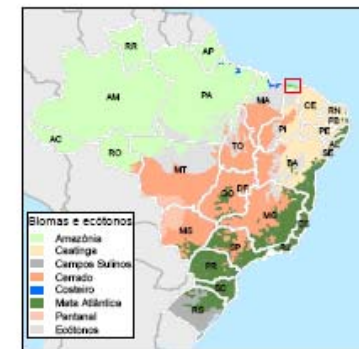
Art. 5o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 16 de novembro de 2000; 179o da Independência e 112o da República.
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
José Sarney Filho

Anexo 03 - Mapa da APA do Delta do Parnaíba - IBAMA/CNPQ

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
FEDERAIS DO BRASIL

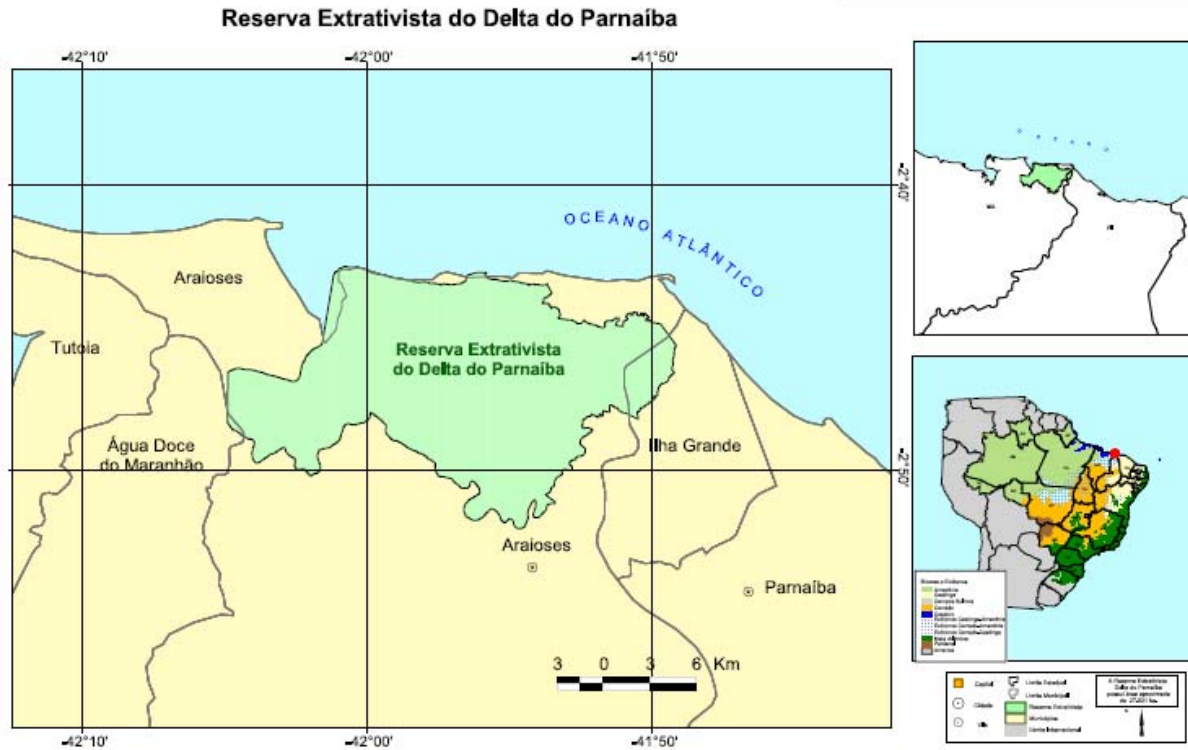
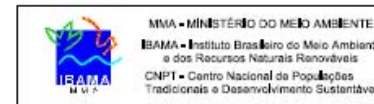
Área de Proteção Ambiental do
Delta do Parnaíba

- Localização no Brasil -

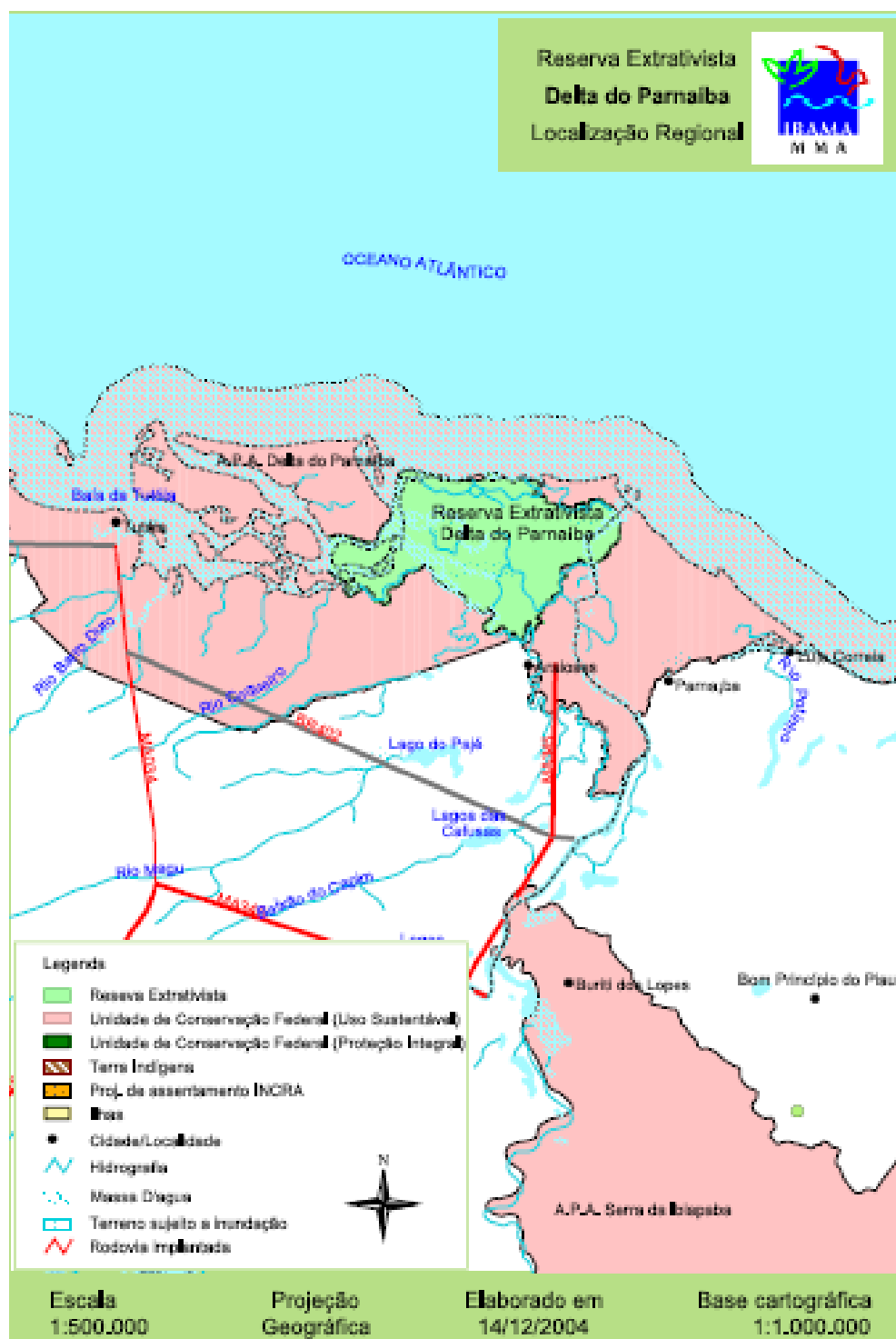


Anexo 04 – Mapa da RESEX Mar do Delta do Parnaíba – localização no Brasil - IBAMA/CNPT

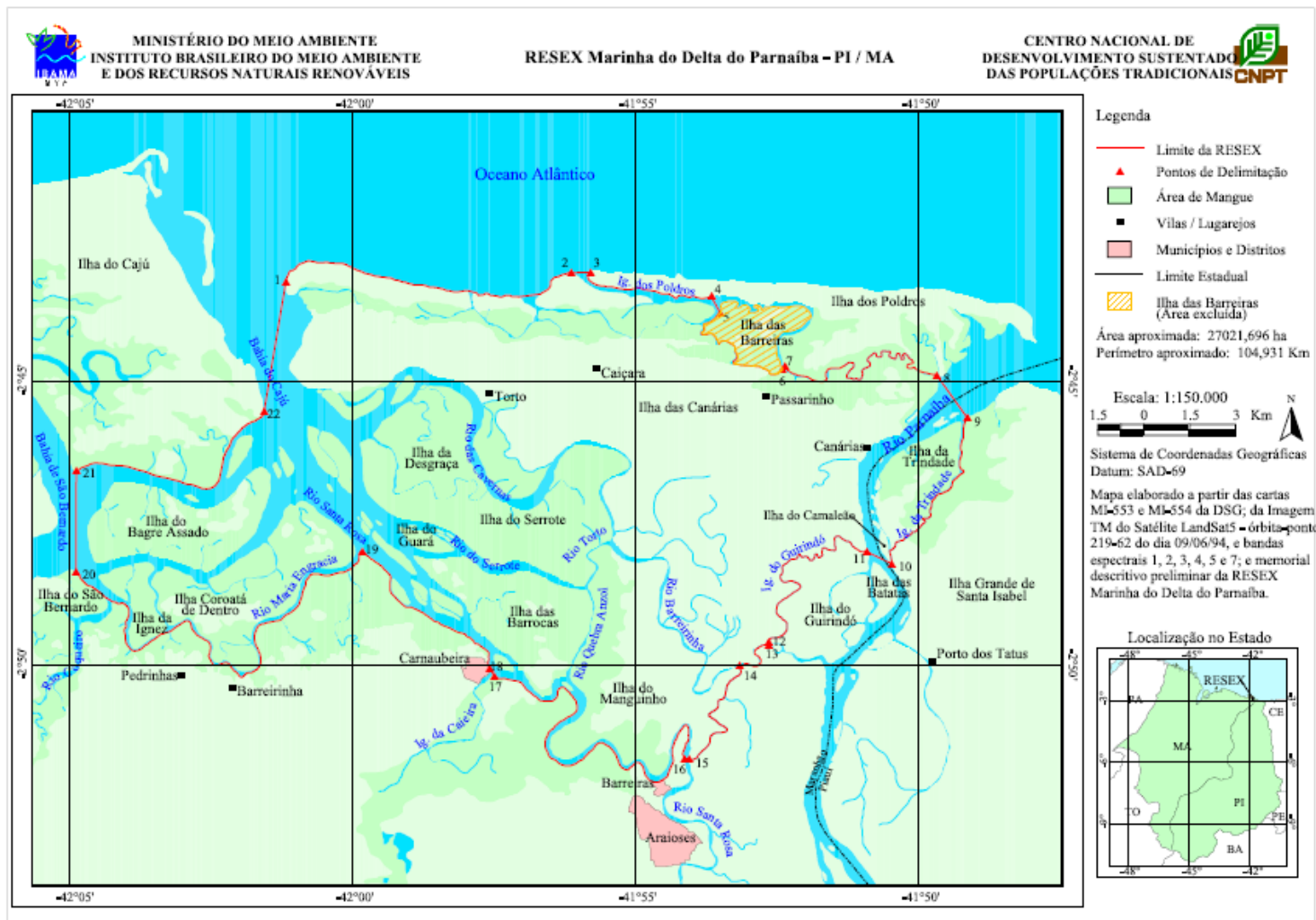
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
FEDERAIS NO BRASIL
- Localização no Brasil -



Anexo 05 – Mapa da RESEX Mar do Delta do Parnaíba – localização regional - IBAMA/CNPT



Anexo 06 – Mapa da RESEX Mar do Delta do Parnaíba – povoados locais - IBAMA/CNPNT



Anexo 07: Acervo Fotográfico



Figura 01 – Moradora lavando roupa na lagoa – povoado do Passarinho.



Figura 02 - Embarcações locais – canoa e barco a motor.



Figura 03 – Moradia de taipa e telhado de palha – povoado do Passarinho.



Figura 04: Moradia de taipa e telha de cerâmica – povoado do Passarinho



Figura 05 – Igreja do Passarinho e a chegada da luz



Figura 06: Entrada para o povoado do Passarinho (Agência) e placa indicativa da RESEX.